

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS**

JOÃO ROBERTO DOS REIS DE SOUZA

**EXTREMA DIREITA E DEMOCRACIA:
um enquadramento da democracia brasileira por meio da análise dos discursos
presidenciais de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) à luz dos referenciais teóricos da
crise democrática contemporânea**

**Brasília - DF
2023**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS**

**EXTREMA DIREITA E DEMOCRACIA:
um enquadramento da democracia brasileira por meio da análise dos discursos
presidenciais de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) à luz dos referenciais
teóricos da crise democrática contemporânea**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília (PPGECsA/UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Estado e Política nas Américas.

Orientador: Prof. Dr. Camilo Negri.

**Brasília - DF
2023**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS**

JOÃO ROBERTO DOS REIS DE SOUZA

EXTREMA DIREITA E DEMOCRACIA:
um enquadramento da democracia brasileira por meio da análise dos discursos
presidenciais de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) à luz dos dos referenciais teóricos da
crise democrática contemporânea

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Camilo Negri

Presidente – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas
(PPGECsA/UnB)

Marina Bolfarine Caixeta

Membro interno – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas
(PPGECsA/UnB)

Kaithy das Chagas Oliveira

Membro Externo – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)

Daniel Bin

Suplente – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas
(PPGECsA/UnB)

Brasília - DF, 29 de setembro de 2023.

Para Astro dos Reis.

AGRADECIMENTOS

Assim como ninguém chega a algum lugar sozinho, esta dissertação não é um produto individual, pelo contrário, este trabalho é resultado de inúmeros esforços coletivos e, nesse sentido, eu não poderia deixar de registrar, nestes momentos finais, os meus agradecimentos. É evidente que, apesar da tentativa, eu não conseguirei arrolar todos os envolvidos neste processo, portanto, este é um pequeno recorte de quem contribuiu nesta rica e desafiadora jornada. E para quem ler os próximos parágrafos se certificará de que eu sou um cara de sorte. Eu não ando só e, assim como Chorão, não uso sapato.

Primeiramente, eu agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Camilo Negri, que me orienta desde o ano de 2019 e em quem também me inspiro intelectualmente. Agradeço-lhe pelos longos anos de paciência, pela leitura crítica dos meus trabalhos e pelos ensinamentos.

Agradeço a banca examinadora Marina Bolfarine Caixeta e Kaithy das Chagas Oliveira que promoveu uma conversa muito enriquecedora sobre este trabalho no momento da defesa desta dissertação. Em especial, eu agradeço à Nayara Fátima Macedo de Medeiros Albrecht pelas significativas contribuições na etapa da qualificação deste trabalho e também pelos ensinamentos nas aulas que tive em fevereiro do ano de 2019.

Aos professores, aos servidores e, em especial, aos terceirizados do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA), os quais sempre foram atenciosos e solícitos em relação às minhas demandas. Se eu pude estudar, significa que vocês proporcionaram as condições mínimas necessárias para tal, seja com a organização administrativa, com a matrícula, seja com a limpeza do local.

Aos meus colegas e amigos, os quais conheci no Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sobretudo, àqueles com os quais pude conversar não somente sobre esta dissertação, senão ainda sobre a importância e as dificuldades diárias da produção intelectual, sobre o trabalho diário do fomento científico, futebol, religião, novelas e séries ou sobre qualquer outro assunto corriqueiro e sem muita importância. Obrigado, Júlia Xavier, Jéssica Souza, Laurent Gabriel, Hayara Drielley, Priscyla Souza, Maria Elizangela, Carine Winterle, Luciana Borges, Maria Eduarda Fernandes, Bruna Sirtori, Denise de Oliveira, Guilherme Vilas Boas, Michael Morgantti,

Ana Cláudia Mota, Alisson Alexandre, Jéssica Radel e ao meu chefe Daniel Cardoso, que sempre foi compreensivo com as minhas demandas acadêmicas e pessoais.

Aos meus grandes amigos que me foram agraciados pelo Universo no decorrer de minha jornada. Arquimedes Belo Paiva, meu grande mentor e exemplo, agradeço-lhe pelo apoio de sempre, as reflexões, os conselhos, as conversas e pelas risadas; Vitória Mady, que me aguenta todos os dias me permitindo ser sincero em relação a tudo, pelos ensinamentos, pelas risadas e pela parceria; Dayse Santos, pelas conversas intelectuais, pelas críticas, pela revisão deste trabalho e pelas risadas de sempre. Isabella Félix, este mestrado e a defesa desta dissertação só foram possíveis devido a sua parceria e amizade ao longo desta estrada. Você é inspiradora e obrigado por tudo. Ao Jaú Ribeiro, Mariana Isa, Renata Barbosa, Maryana Ferreira e à Melody, que me acompanham há anos. À Juliana Carvalho, minha irmã de alma, Giordani Carvalho, Sarah Oliveira, Fernanda Fidelis, Indira Barros, Fernanda de Deus, Wanessa Landim e à Thamires Thais.

Agradeço ainda a minha família, em especial a minha mãe, Marineis, a qual sempre me amparou e que sempre me ensinou; aos meus irmãos Geovana, pelos cuidados, risadas e pelo companheirismo de sempre e, ao Astro dos Reis, que me ensinou sobre resiliência, persistência, união e sobre o amor genuíno, sem você certamente eu não seria quem sou hoje; aos meus avós Itamar Aguiar Costa de Souza e Tomaz de Souza; ao meu pai, Leonardo Costa de Souza e a minha tia Renata Costa de Souza, que me brindaram com condições e incentivo para estudar e viver com saúde e de forma sincera e íntegra. Eu sempre dedico (e dedicarei) tudo a cada um de vocês, obrigado por tudo.

Eu quero agradecer também àqueles que foram imprescindíveis nestes últimos tempos tão significativamente difíceis; meu agradecimento à Márcia Mendes Carvalho, que nunca pensou duas vezes em me receber; agradeço-lhe pelas palavras, pelas conversas, pelo acolhimento e pelos cuidados de sempre; ao Francesco Bruno III, que me recebeu com todo carinho do mundo e que sempre insistiu em mim; e à Cláudia, pela acolhida, por me amparar, pela paciência, por descortinar e por atravessar comigo aspectos importantes de mim mesmo.

Por fim, à Universidade de Brasília, a minha eterna *alma mater*, que permaneça cada vez menos elitizada.

Esta dissertação é de todos vocês também.

*¿Dónde iremos a buscar modelos? La América Española
es original. Original han de ser sus Instituciones
y su Gobierno. Y originales los medios de fundar
unas y otro. O inventamos o erramos.*
SIMÓN RODRÍGUEZ

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a relação da extrema direita com a democracia. A princípio, essa combinação não parece factível devido aos valores opostos que apresentam a ideologia de extrema direita (autoritarismo) e o regime democrático (governo no qual o povo exerce soberania). No período recente, entretanto, em decorrência da ascensão da extrema direita em vários países, estão vigentes debates e teorias sobre nova forma de erosão democrática em que a crise é operada no contexto democrático e levada a um declínio sem necessariamente rompê-la. À vista dessa discussão e da eleição de Jair Bolsonaro (líder brasileiro da extrema direita), o propósito deste trabalho foi o de verificar a concepção de democracia para Bolsonaro e a elasticidade da democracia brasileira. Neste sentido, foram extraídos da literatura estrangeira e nacional os indicadores da crise democrática contemporânea e, com base nisso, foram investigados, por meio da análise de conteúdo, o total de 713 pronunciamentos, entrevistas e discursos oficiais de Jair Messias Bolsonaro referente ao período em que foi presidente do Brasil. Ademais, por considerar que as teorias hegemônicas sobre a democracia não explicam os casos latino-americanos em sua totalidade, este estudo também está alicerçado na discussão dos aspectos e valores sociopolíticos presentes nos desdobramentos da história do país brasileiro, pois a eleição de Bolsonaro, no ano de 2018, não se trata somente de uma insatisfação da elite e da classe média brasileiras. Esta argumentação está complementada por dados empíricos do World Values Survey (WVS) e do Latinobarómetro das Américas (LAPOP).

Palavras-chave: Cultura política latino-americana; Crise democrática contemporânea; Democracia; Extrema direita; Jair Bolsonaro.

RESUMEN

Esta disertación pretende analizar la relación entre la extrema derecha y la democracia. En un principio, esta combinación no parece factible debido a los valores opuestos que presentan la ideología de extrema derecha (autoritarismo) y el régimen democrático (gobierno en el que el pueblo ejerce la soberanía). Sin embargo, en los últimos tiempos, a raíz del auge de la extrema derecha en varios países, se han producido debates y teorías sobre una nueva forma de erosión democrática en la que la crisis se opera en el contexto democrático y conduce a un declive sin romperlo necesariamente. En vista de esta discusión y de la elección de Jair Bolsonaro (líder brasileño de la extrema derecha), el objetivo de este trabajo fue verificar la concepción de Bolsonaro sobre la democracia y la elasticidad de la democracia brasileña. En este sentido, se extrajeron indicadores de la crisis democrática contemporánea de la literatura extranjera y nacional y, con base en ello, se investigaron mediante análisis de contenido el total de 713 pronunciamientos, entrevistas y discursos oficiales de Jair Messias Bolsonaro durante su gestión como presidente de Brasil. Además, como este estudio considera que las teorías hegemónicas de la democracia no explican los casos latinoamericanos en su totalidad, también se basa en una discusión de los aspectos y valores sociopolíticos presentes en la historia en desarrollo del país brasileño, ya que la elección de Bolsonaro en 2018 no se trata solo de la insatisfacción de la élite y la clase media brasileña. Este argumento se complementa con datos empíricos de la Encuesta Mundial de Valores (WVS) y el Latinobarómetro de las Américas (LAPOP).

Palabras clave: Cultura política latinoamericana; Crisis democrática contemporánea; Democracia; Extrema derecha; Jair Bolsonaro.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the relationship between the extreme right and democracy. At first, this combination does not seem feasible due to the opposing values presented by far-right ideology (authoritarianism) and the democratic regime (government in which the people exercise sovereignty). In recent times, however, as a result of the rise of the extreme right in several countries, there have been debates and theories about a new form of democratic erosion in which the crisis is operated in the democratic context and led to a decline without necessarily breaking it. In view of this discussion and the election of Jair Bolsonaro (Brazilian leader of the extreme right), the purpose of this work was to verify Bolsonaro's conception of democracy and the elasticity of Brazilian democracy. In this sense, the indicators of the contemporary democratic crisis were drawn from foreign and national literature and, based on this, the total of 713 pronouncements, interviews and official speeches by Jair Messias Bolsonaro during his time as president of Brazil were investigated using content analysis. Furthermore, as this study considers that hegemonic theories on democracy do not explain Latin American cases in their entirety, it is also based on a discussion of the socio-political aspects and values present in the unfolding history of the Brazilian country, as Bolsonaro's election in 2018 is not just a dissatisfaction by the elite of the Brazilian middle class. This argument is complemented by empirical data from the World Values Survey (WVS) and the Latinobarometer of the Americas (LAPOP).

Keywords: Latin American political culture; Democratic crisis; Democracy; Far right; Jair Bolsonaro;

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de citações e publicações sobre extrema direita e democracia do ano de 2015 até 2022.....	36
Tabela 2: Número de citações e publicações sobre democracia e populismo do ano de 2015 até 2022.....	36
Tabela 3: Nível de preocupação dos estadunidenses de ataque terrorista (2010-2022).....	58
Tabela 4: Percepção dos estadunidenses em relação à presença de imigrantes e o aumento do risco de um ato terrorista (2017-2022).....	58
Tabela 5: Escala de confiança dos estadunidenses no sistema de justiça e nas Cortes americanas (2010-2022).....	63
Tabela 6: Nível de percepção corrupção dos estadunidenses (2017-2022).....	67
Tabela 7: Nível de percepção de corrupção no Brasil (2017-2022).....	76
Tabela 8: Nível de confiança dos brasileiros no Poder Judiciário (2015-2020).....	79
Tabela 9: Nível de confiança dos brasileiros nos partidos políticos (2015-2020).....	81
Tabela 10: Nível de preferência à democracia para os brasileiros (2016-2020).....	84
Tabela 11: Apoio dos brasileiros sobre posições antidemocráticas (2018-2022).....	86
Tabela 12: Categorização dos planos de governo dos principais candidatos às eleições presidenciais do ano de 2018.....	95
Tabela 13: Ascensão da extrema direita na Europa (2014) — Resultados das eleições nos Parlamentos Europeus.....	133
Tabela 14: Escala de autoposicionamento ideológico dos franceses entre os anos de 1981 a 2022.....	134
Tabela 15: Escala de autoposicionamento ideológico dos húngaros entre os anos de 1981 a 2022.....	134
Tabela 16: <i>Jobs scarce: Employers should give priority to (nation) people than immigrants</i>	136
Tabela 17: Escala de autoposicionamento ideológico dos brasileiros entre os anos de 1990 a 2020.....	143
Tabela 18: Bancada partidária da Câmara dos Deputados de 1998 a 2018.....	147
Tabela 19: Bancada partidária do Senado Federal de 1998 a 2018.....	148

Tabela 20: Nível de apreço à democracia pelos brasileiros (2020).....	156
Tabela 21: Nível de apoio à democracia segundo os brasileiros (2001-2020).....	156
Tabela 22: " <i>Democracia puede tener problemas pero es el mejor sistema de gobierno</i> " segundo os brasileiros (2002-2020).....	157
Tabela 23: Nível de satisfação com a democracia segundo os brasileiros (1995-2020)...	157
Tabela 24: Posicionamentos favoráveis sobre alguns valores políticos dos brasileiros (2018-2022).....	176
Tabela 25: Nível de concordância dos brasileiros com a afirmação "Não se importaria se um governo não democrático chegasse ao poder se pudesse resolver os problemas" (2001-2020).....	196
Tabela 26: Percepção de segurança na vizinhança no Brasil (2010-2022).....	198
Tabela 27: Nível de aceitação social do domínio do sistema político brasileiro pelo exército (1994-2022).....	199
Tabela 28: Nível de confiança do brasileiro nas Forças Armadas (1989-2022).....	200
Tabela 29: Vertentes dos estudos sobre o populismo segundo Gidron e Bonikoski (2013).....	205

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Nível de satisfação com o funcionamento da economia no Brasil (2016-2020).....	61
Gráfico 2: Nível de confiança no Presidente da República do Brasil (2000-2020).....	85
Gráfico 3: Nível de confiança de confiança no governo brasileiro (2006-2020).....	85
Gráfico 4: Nível de confiança de confiança no Congresso Nacional do Brasil (2000-2020).....	86
Gráfico 5: Trajetória de votos em Jair Messias Bolsonaro (1988-2014).....	92
Gráfico 6: Análise de conteúdo dos planos de governo apresentados por Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 e 2022.....	100
Gráfico 7: Quantitativo dos discursos, entrevistas e pronunciamentos oficiais de Jair Bolsonaro de 2019 a 2022.....	118
Gráfico 8: Bancada partidária do PSDB, PMDB e PT, na Câmara dos Deputados, de 2004 a 2018.....	151
Gráfico 9: Bancada partidária do PSDB, PMDB e PT, na Senado Federal, de 2004 a 2018.....	151
Gráfico 10: <i>Immigration in your country: increases the risks of terrorism</i> (2017 - 2020).....	165
Gráfico 11: Nível de confiança dos brasileiros nas igrejas (2000-2020).....	175

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estágios do processo do <i>Cultural backlash framework</i>	44
Figura 2: <i>The path from polarization to democratic erosion</i>	70
Figura 3: Nuvem de palavras do plano de governo apresentado por Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018.....	97
Figura 4: Nuvem de palavras do plano de governo apresentado por Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022.....	99
Figura 5: Campo ideológico direita-esquerda segundo Bobbio.....	130
Figura 6: Sistematização de alguns países latino-americanos frente à ascensão da onda azul (2009-2022).....	142
Figura 7: Uma aproximação da genealogia dos partidos de direita no Brasil.....	145
Figura 8: O processo de democratização para Inglehart.....	184

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese dos livros sobre a crise da democracia liberal contemporânea.....	53
Quadro 2: Comparação entre os programas de governos presidenciais de Bolsonaro dos anos de 2018 e 2022.....	113
Quadro 3: A síntese dos indicadores da crise democrática contemporânea e as respectivas operacionalizações nos discursos presidenciais de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).....	115
Quadro 4: Valores e as respectivas operacionalizações nos discursos presidenciais de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).....	115
Quadro 5: Quantitativo de referências nos discursos presidenciais de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) de acordo com valores mais à direita no espectro político ideológico.....	119
Quadro 6: Quantitativo de referências nos discursos presidenciais de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) de acordo com os indicadores da crise democrática contemporânea.....	120
Quadro 7: Características das Antigas e Novas Direitas Radicais.....	131

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO.....	18
Objetivos.....	18
Procedimentos metodológicos.....	23
2 DEMOCRACIA.....	31
2.1 Tipo de revisão bibliográfica.....	31
2.2 Teorias democráticas.....	32
2.3 Perspectiva analítica da crise contemporânea da democracia.....	38
2.4 O neoliberalismo como fator da crise democrática contemporânea.....	40
2.5 Os guias da crise democrática contemporânea.....	50
2.5.1 Globalização e a ameaça a identidade.....	54
2.5.2 Terrorismo global.....	57
2.5.3 As calamidades ou as catástrofes repentinas.....	59
2.5.4 A crise econômica.....	61
2.5.5 Rejeição às regras do jogo democrático.....	62
2.5.6 Ataque as mídias tradicionais.....	64
2.5.7 Crise de legitimidade da democracia.....	66
2.5.8 Polarização política.....	70
2.5.9 Os paradoxos do combate à corrupção.....	75
2.5.10 A perda de status das classes médias e maior proximidade com as classes mais populares.....	77
2.5.11 O novo papel do Poder Judiciário.....	78
2.5.12 Os limites do presidencialismo de coalizão.....	79
2.5.13 Os limites da participação popular na política.....	80
2.5.14 Uso de redes sociais.....	82
2.5.15 Descrédito das instituições públicas.....	84
2.6 Percepção das obras hegemônicas a respeito da crise democrática contemporânea...88	
3 ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNOS APRESENTADOS POR JAIR BOLSONARO NAS ELEIÇÕES DE 2018 E 2022 E DOS DISCURSOS OFICIAIS.....	91
3.1 Os principais valores que sustentam Jair Bolsonaro.....	92
3.2 Planos de governo apresentados por Jair Messias Bolsonaro nas eleições dos anos de 2018 e 2022.....	97
3.2.1 Combate à corrupção.....	101
3.2.2 Estado.....	102
3.2.3 Educação.....	103
3.2.4 Saúde.....	104
3.2.5 Meio ambiente.....	105

3.2.6 Trabalho e modelo econômico.....	106
3.2.7 Modelo de desenvolvimento.....	107
3.2.8 Segurança pública.....	108
3.2.9 Direitos Humanos.....	109
3.2.10 Valores e organização societária.....	110
3.2.11 Adversário político.....	111
3.2.12 Democracia.....	112
3.3 Discursos oficiais de Jair Bolsonaro.....	114
4 ESPECTRO POLÍTICO DE DIREITA.....	128
4.1 Definição de ideologia política.....	128
4.2 Extrema direita na Europa.....	133
4.3 Direita na América Latina.....	139
4.3.1 Direita brasileira.....	143
4.3.2 Centrão.....	152
5 ASPECTOS RELEVANTES DA CULTURA POLÍTICA LATINO-AMERICANA.....	159
5.1 A influência do imperialismo dos Estados Unidos na identidade nacional latino-americana.....	164
5.2 Conservadorismo.....	172
5.3 O impacto da escravidão na cultura brasileira.....	178
5.4 A ideia de subdesenvolvimento.....	182
5.5 Autoritarismo.....	191
5.6 Militarismo.....	198
5.7 Populismo.....	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	213
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	217

1 INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação é discutir a relação entre a extrema direita e a democracia. Assim, parte-se do princípio de que a ideologia de extrema direita difunde valores opostos aos da democracia, os quais à primeira vista parecem incongruentes.

De imediato, uma parcela dos teóricos contemporâneos defendem a tese de que os governos de extrema direita, eleitos de forma democrática, promovem o declínio da democracia, sem que suas instituições sejam extinguidas (Castells, 2018; Levitsky E Ziblatt, 2018; Mounk, 2019; Runciman, 2018; Eatwell E Goodwin, 2020; Branches Et Al., 2019).

Desse modo, o objetivo desta pesquisa é investigar — por meio dos discursos oficiais de Jair Messias Bolsonaro (presidente brasileiro de extrema direita) — como a democracia é enquadrada e como esse se apropriou da democracia em seu governo. Sob esse ponto de vista, o trabalho se agrega ao conjunto de análises acerca das relações entre a extrema direita e a política, economia e as políticas públicas no Brasil; não só, ainda aborda a questão a partir da perspectiva analítica discursiva na qual se permite o avanço das reflexões no campo da ciência política e da sociologia política.

Além disso, outro aspecto importante a ser destacado se trata da literatura sobre a extrema direita. Essa versa predominantemente sobre o movimento populista ou líderes no período das eleições. A proposta desta pesquisa abordará o líder populista autoritário de extrema direita em sua atuação enquanto governo.

Para alcançar tais objetivos, esta pesquisa responderá às perguntas: (i) qual é a concepção de democracia para o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro?; (ii) como Jair Bolsonaro se apropriou da democracia em seu governo?; e (iii) os indicadores da derrocada democrática, presentes na literatura estrangeira e nacional, constam nos discursos oficiais de Jair Bolsonaro?.

Este trabalho procura mostrar que o Presidente Jair Bolsonaro apresentou, ao longo de seu mandato, discurso popular-autoritário. O argumento defendido é de que, ao contrário do postulado pela maior parte da literatura contemporânea (Runciman, 2018;

Castells, 2018; Levitsky E Ziblatt, 2018; Mounk, 2019), a democracia brasileira comporta o discurso da extrema direita, não pela consolidação das instituições públicas, mas sim pelas características ideológicas da região, cujos fatores são autoritários e conservadores. Desse modo, a democracia brasileira é permissiva com o discurso popular-autoritário de Jair Bolsonaro; assim, nesse sentido, a literatura estrangeira hegemônica comporta parcialmente uma explicação sobre o caso democrático brasileiro.

É dentro do regime democrático, em ritmos distintos, que o mundo assistiu a políticos e a líderes da extrema direita se tornarem presidentes. Tal fenômeno pode ser observado mais sistematicamente, a partir do ano de 2014, na Europa, com as eleições e movimentações políticas de movimentos de extrema direita, como nos casos de Santiago Abascal (Espanha); de Matteo Salvini (Itália); Alexander Gauland e Alice Weidel (Alemanha); Marine Le Pen (França); Andrzej Duda (Polônia) e de Viktor Orbán (Hungria); na Ásia, com Rodrigo Duterte (Filipinas). Já nos Estados Unidos, a "direita radical" (Bordin, 2016) obteve visibilidade com a criação do *Tea Party* em 2009 e, posteriormente, no ano de 2016, Donald Trump foi eleito presidente nos Estados Unidos. Assim, boa parte dos teóricos consideraram este momento o ápice da crise democrática (Mounk, 2019) e o topo do movimento de extrema direita (Rodrigues; Bellato, 2021).

A história recente da política latino-americana, em termos ideológicos, pode ser dividida em três principais períodos. Sendo o primeiro momento de fim de regimes autoritários e o de início da redemocratização. Nesse período, houve a liberalização econômica e a ascensão do neoliberalismo, fatos que duraram até meados da década de 1990.

Já o segundo momento corresponde à crise do modelo neoliberal; em contrapartida, constatou-se o reaparecimento de movimentos sociais e a reação popular contra reformas em direção ao neoliberalismo. Nesse cenário, ocorreu o fortalecimento de partidos de esquerda e de centro-esquerda que, por sua vez, chegaram à presidência de vários países da região latino-americana. Este fenômeno político é conhecido popularmente como *maré rosada*. A exemplo da Argentina, com Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015); Bolívia, Evo Morales (2006-2019); Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016); Chile, Ricardo Lagos (2000-2006) e Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018); Costa Rica, Óscar Arias (2006-2010); Equador, Rafael Correa (2007-2017); Peru, Alan García (2006-2011) e Ollanta Humala (2011-2016); Uruguai, Tabaré Vázquez (2005-2010 e

2015-2020) e José Mujica (2010-2015); e da Venezuela, Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro (2013-presente).

Por fim, no terceiro momento, a América Latina vivenciou tentativas de golpe de Estado. Este é um fenômeno que foi denominado, por alguns teóricos, de *neogolpes* devido aos questionamentos das interpretações de bases legais e das conduções das destituições de alguns presidentes latino-americanos democraticamente eleitos.

De 2002 a 2016, foram contabilizadas sete tentativas de golpe de Estado contra presidentes democraticamente eleitos. Na Venezuela em 2002, contra Hugo Chávez; na Bolívia em 2008, contra Evo Morales; e no Equador em 2010, contra Rafael Correa, contudo todas foram consideradas tentativas fracassadas. Em contrapartida, os casos exitosos foram contra Jean-Bertrand, no Haiti, em 2004; contra Manuel Zelaya, em Honduras, em 2009; contra Fernando Lugo, no Paraguai, em 2012; e contra Dilma Rousseff, no Brasil, em 2016 (Estrada, 2019).

Posteriormente, alguns países latino-americanos elegeram presidentes de cujos espectros político-ideológicos eram mais à direita. Este fenômeno é chamado de *onda azul*. E os exemplos são: Mauricio Macri (2015-2019), na Argentina; Jair Bolsonaro (2019-2023), no Brasil; Sebastián Piñera (2010-2014, 2018-2022), no Chile; Ivan Duque (2018-2022), na Colômbia; Moreno (2017-2021) e Guillermo Lasso (2021-presente), no Equador; Bukele (2019-presente), em El Salvador; Lobo Sosa (2010-2014) e Juan Orlando Hernández (2014-2022), em Honduras; Horacio Cartes (2013-2018) e Mario Abdo Benítez (2018-presente), no Paraguai; Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018), no Peru; e Lacalle Pou (2020-presente), no Uruguai. Dentre todos, o ex-presidente Jair Bolsonaro parece ter sido o mais à direita da região, de acordo com a literatura, que o localiza na extrema direita no espectro ideológico (Souza, 2021; 2022).

No que tange termos biográficos, Jair Messias Bolsonaro (descendente de italianos) nasceu em março do ano de 1955, na cidade de Campinas, passando a maior parte de sua infância em Eldorado, São Paulo. Aos 18 anos, em 1973, ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas e, posteriormente, tornou-se cadete na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, no Rio de Janeiro. Quatro anos depois, formou-se como segundo-tenente do Exército Brasileiro na Arma de Infantaria. Está no seu segundo casamento, cujo cônjuge se chama Michelle Bolsonaro; pai de cinco filhos, dentre os quais três possuem carreira pública na política: Carlos Bolsonaro (atualmente, está no sexto mandato como vereador do município do Rio de Janeiro); Flávio

Bolsonaro (encontra-se no cargo de senador pelo Estado do Rio de Janeiro); e Eduardo Bolsonaro (é deputado Federal pelo Estado de São Paulo desde o ano de 2015).

Quanto à sua carreira política, iniciou-a no ano de 1986, quando foi eleito vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC); obteve 1.062 votos, naquela eleição. Já em 1990, ingressou no cargo de deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro; na eleição, obteve 67.041 da qual saiu eleito; e, posteriormente, foi reeleito por mais seis mandatos consecutivos pelo mesmo Estado, permanecendo até o ano de 2014, quando foi reeleito para este mesmo cargo com 464.572. Em 2018, concorre então ao cargo de presidente da República sendo eleito com 57.797.847 (55,13% dos votos válidos no segundo turno das eleições); em 2022, perde as eleições, tornando-se o primeiro presidente da história da República Brasileira a tentar reeleição e não conseguir.

Compreender a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República requer uma retrospectiva histórica brasileira e na constituição da América Latina. A insatisfação, em relação aos aspectos sociopolíticos e econômicos, não parece ter sido só da elite branca e da classe média, pois há vários fatores explicativos que podem aclarar essa afirmação.

O primeiro que se pode citar é o caso da insatisfação para com a política tradicional (Telles, 2016: 121; Rennó, 2020). Muitos eleitores estavam insatisfeitos com os políticos e partidos tradicionais devido às suas promessas não cumpridas, de igual forma que estavam desacreditados no sistema político em decorrência dos casos de corrupção. Bolsonaro, como político de carreira com poucas conexões partidárias, foi visto, por um considerável número de eleitores, como *outsider* e como uma alternativa ao *status quo*.

O sentimento antipetista (Rennó, 2020) também foi um fator decisório nas eleições de 2018. O Partido dos Trabalhadores (PT), que governou o Brasil por 13 anos, tornou-se alvo de críticas e de rejeição por parte de muitos brasileiros devido à perda de status das classes médias, maior proximidade com as classes mais populares e após a condenação do ex-presidente Lula no caso da Operação Lava Jato. Neste sentido, o prestígio do partido caiu, de modo que Jair Bolsonaro se apresentou como uma alternativa ao PT e ostentou a ideia de que o seu governo seria a única e melhor alternativa para "livrar o Brasil da corrupção e da demagogia populista".

Já o outro fator foi o descontentamento com a situação econômica e segurança pública (Castilho e Lemos, 2021). À época, o Brasil estava enfrentando uma forte crise econômica, com altas taxas de desemprego e inflação no teto, além de altos índices de violência e criminalidade em todo o país. Bolsonaro se apresentou como um candidato

capaz de resolver esses problemas, cujas propostas políticas se baseavam em valores conservadores, além da promessa de privatização em massa e a consequente redução do Estado para mínimo. A promessa de armar a população também foi uma arma política.

Além disso, Bolsonaro ainda conseguiu conquistar o apoio de grupos conservadores e religiosos, entre os quais os evangélicos e os católicos (Bonifácio; Moura; Madeira, 2022). Angariou também apoio dos militares. É certo que todos esses eleitores foram atraídos pelos posicionamentos do candidato sobre temas como família, moralidade e segurança pública, cujas pautas consideram essenciais e que, de acordo com eles, foram depreciadas durante os governos do PT.

Por fim, o uso das redes sociais (Ruediger, 2018) também foi importante para eleição de Bolsonaro, pois soube fazer um uso bem-direcionado e intensivo das redes sociais durante a campanha, utilizando principalmente a rede social Twitter e o aplicativo do WhatsApp, para se comunicar com seus seguidores e eleitores. Isso permitiu com que ele alcançasse um público amplo e que mobilizasse, de forma eficaz, seus apoiadores. Além do que, Bolsonaro tinha somente oito segundos de campanha eleitoral na televisão.

O evento da fachada também foi um divisor de águas na campanha eleitoral de Bolsonaro¹. A partir disso, ele construiu uma narrativa de herói e de um suposto inimigo que tinha o objetivo de aniquilá-lo.

É sob este contexto sociopolítico e econômico que Jair Bolsonaro, candidato pela *Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos* (formada pelos partidos políticos Partido Social Liberal — PSL e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro - PRTB), foi eleito, no ano de 2018 à Presidência da República com 57.797.847 (55%) dos votos válidos no segundo turno. Assim, *o Brasil dobrou à direita*, como descreveu Jairo Nicolau, em 2020.

A organização *Freedom House* produziu um relatório, no ano de 2019, e apontou que, no Brasil, o candidato populista de direita, Bolsonaro, foi eleito com uma campanha baseada não só em *fake news*, polarização política, violência política contra seus adversários, como ainda com discurso autoritário. Ademais, esse mesmo instituto utiliza uma escala que vai de 0 a 100 para classificar as democracias, ou seja, quanto mais próxima de 100, "mais democrático" é um país; por outro lado, quanto mais próximo de 0, "menos

¹ Ver em "Jair Bolsonaro leva fachada durante ato de campanha em Juiz de Fora". Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>>. Acesso em 30 de agosto de 2023.

democrático". No caso do Brasil, o relatório mostrou que a nota variou de 78 para 76 entre os anos de 2018 a 2019.

Segundo Levitsky e Ziblatt (2018), as condutas autocráticas são manifestadas pela articulação de discursos e ações que questionam ou tentam mudar as regras do jogo democrático em nome de uma defesa nacional. Com isso, há uma forte presença da ideia de luta contra um inimigo, quer seja ele interno, quer seja externo, bem como os discursos carismáticos voltados à exaltação da virtuosidade do povo (Prado, 1981), pela tentativa de restrição à liberdade de expressão e de imprensa, pela negação da legitimidade da oposição e pela incitação e pela tolerância do uso da violência contra a sociedade. Assim, a democracia apresenta falhas quando, "achamos que o outro lado ainda está jogando democraticamente" (Runciman, 2018, p. 27).

Para tal, a metodologia qualitativa utilizada neste trabalho se embasou na análise de conteúdo de Bardin (1977), a qual consiste na aplicação de procedimentos sistemáticos e objetivos para a descrição do conteúdo de mensagens. Suplementarmente, usou-se uma abordagem mista (quanti-quali) vinculando os significados, a frequência de temas e as correlações entre os significados e as frequências. Esse enfoque permite evidenciar a estrutura dos discursos oficiais do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

A justificativa para o uso desta técnica é, segundo Silva e Fassó (2015, p. 8), "a opção pela análise categorial se respalda no fato de ser a melhor alternativa quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, por meio de dados qualitativos". Neste sentido, portanto, esta abordagem, para estudo de discurso, tem se mostrado efetiva na capacidade de oferecer respostas às pesquisas científicas sobre comportamento ideológico.

Em termos de operacionalização, Bardin (1977) elenca três etapas para a realização da análise do conteúdo, são elas:

1. a pré-análise;
2. a exploração do material; e
3. o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Ademais, Bardin estabelece duas formas de se realizar tal técnica, sendo:

1. Em "caixas", que se utilizam categorias prévias e retiradas de fundamentos teóricos do tema estudado;

2. E em "milha", que se trata de um processo de elaboração de categorias analíticas após análise prévia do material, ou seja, as categorias são retiradas do próprio material ao se realizar a leitura.

Esta pesquisa utilizará as duas técnicas, de forma que, para as análises dos planos de governo apresentados nas eleições de 2018 e 2022 por Jair Bolsonaro, será utilizada a segunda técnica (em milha), sendo que a comparação será norteadas pelos aspectos papel do estado, trabalho e modelo econômico; segurança pública, valores, organização societária e democracia. O objetivo é identificar se houve ou não mudança nas propostas dos planos de governo.

Em contrapartida, será utilizada a primeira abordagem (em caixas) para os discursos, pronunciamentos e entrevistas oficiais do Presidente Bolsonaro. Assim, esses indicadores, para a análise dos discursos, foram construídos com base em diferentes autores que tratam da erosão democrática contemporânea (Levitsky E Ziblatt, 2018; Runciman, 2018; Castells, 2018; Mounk, 2019; Eatwell E Goodwin, 2020; Avritzer, 2016; Abranches El Al, 2019).

Cabe mencionar que os discursos presidenciais e oficiais de Jair Messias Bolsonaro foram feitos em diversos eventos e ocasiões, como em inaugurações de obras, comemorações de datas nacionais importantes, sessões solenes, assim como houve em entrevistas concedidas a jornalistas e em pronunciamentos em eventos oficiais e internacionais. Nesse sentido, os discursos que foram proferidos se destinavam a públicos variados e, em termos característicos, eram curtos.

Os materiais discursivos de Jair Bolsonaro estão disponibilizados no site da Biblioteca da Presidência da República do Brasil². Esses foram baixados para a área de trabalho do desktop, por meio do extensor do Google Chrome *batch link downloader*; posteriormente, foi feito o *upload* de cada arquivo no *software* Nvivo e foram separados por entrevistas, discursos e pronunciamentos, conforme consta no gráfico 7.

Num primeiro momento, observou-se que Bolsonaro discursou um número de 290 vezes nas mais diversas ocasiões, no ano de 2019. Em contrapartida, em 2020, foram computados 136 discursos; em 2021, 159; e, por fim, em 2022, 132. Os documentos analisados totalizaram 713 arquivos, os quais se distribuem em: 611 discursos oficiais, 83 entrevistas oficiais e 19 pronunciamentos oficiais.

² Link: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos>>.

Os planos de governo de Bolsonaro, dos anos de 2018 e 2022, são bastante distintos. No caso do primeiro, é uma curta apresentação de *PowerPoint* com frases e imagens com referências teológicas, poucos dados empíricos, muitas frases de efeito e de fácil leitura. Já o segundo plano de governo se dispõe em formato PDF, apresenta índice e imagens mais bem trabalhadas, além de possuir um conteúdo robusto em relação ao plano de governo de 2018; contém também dados dos feitos do governo e, sobretudo, projeta o possível governo de 2022, como continuidade do que aparentemente foi feito em 2018.

Para a análise dos discursos, consideraram-se os indicadores da crise democrática contemporânea, os valores e suas respectivas operacionalizações, conforme consta melhor descrito a partir da página 51. Posto isso, para a consecução dos objetivos propostos, para além desta introdução e das considerações finais, o presente trabalho está dividido em quatro partes.

O capítulo 2 versa sobre a democracia e buscará reconstruir, de forma breve e não exaustiva, a história da democracia, pois desde o seu surgimento assumiu múltiplos sentidos e definições. Os conceitos e consensos sobre democracia variam entre os teóricos e os momentos históricos. Assim, o objetivo é trazer a perspectiva histórica e evidenciar contribuições e desdobramentos do entendimento do regime democrático.

A discussão se inicia na teoria política moderna devido ao caráter secularizador, o qual foi postulado por Nicolau Maquiavel. Em seguida, será abordada a perspectiva contemporânea, cuja teoria é marcada pela formulação de modelos ideais de democracia, pela definição de um conjunto de leis e pelos procedimentos (Schumpeter, 1976; Dahl, 2001; Bobbio, 2004). Essa corrente delimita a democracia pelas variáveis institucionais, como eleições abertas, livres e imparciais. Neste período, a democracia é definida como método (Schumpeter, 1976; Bobbio, 2004).

Já no período recente, o debate é marcado pela erosão da democracia gerenciada no âmbito da própria democracia (Castells, 2018; Levitsky E Ziblatt, 2018; Runciman, 2018; Mounk, 2019; Eatwell E Goodwin, 2020, Branches Et Al., 2019). A discussão desta pesquisa se localiza no âmbito dessa corrente teórica.

Este capítulo apresentará duas principais vertentes explicativas para a crise contemporânea da democracia. A primeira vertente trata da perspectiva neoliberal (Mouffe, 2015, 2019; Fraser E Jaeggi, 2020; Brown, 2019; Norris E Inglehart, 2019; Bresser-Pereira, 2020). A segunda aponta para a crise institucional (Runciman, 2018; Castells, 2018; Levitsky E Ziblatt, 2018; Mounk, 2019).

Ademais, no que tange a perspectiva analítica da crise contemporânea da democracia, esta pesquisa tratará de realizar uma reconstrução sociopolítica brasileira, contudo antes tendo rejeitado as teorias normativas, pois **(i)** a crise reside na gestão das instituições democráticas, por atores não democráticos e, a partir disso, cabe se discutir essa crise não pelas vias puramente institucionais, mas sim pelos valores de seus representantes e atores (Levitsky E Ziblatt, 2018; Runciman, 2018); e **(ii)** a verdadeira explicação dos processos democráticos é oriunda da reconstrução sociopolítica de cada país no qual se deve observar a singularidade de cada caso (Morlino, 2019).

Com isso à vista, este trabalho apresentará os indicadores da crise democrática, em outras palavras, são os preceitos da crise democrática contemporânea extraídos dos livros: *Como as democracias morrem* de Levitsky e Ziblatt (2018); *Como a democracia chega ao fim* de David Runciman (2018); *Ruptura: A crise da democracia liberal* de Manuel Castells (2018); *O povo contra a democracia* de Yascha Mounk (2019); *Nacional-populismo a revolta contra a democracia liberal* de Roger Eatwell e Matthew Goodwin (2020); *Impasses da democracia no Brasil* de Leonardo Avritzer (2016) e *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje* de Sérgio Abranches et al (2019).

No terceiro capítulo, que é de cunho empírico e analítico, se realizará uma análise dos planos de governo dos principais candidatos à presidência da república na eleição de 2018, com o objetivo de situar Jair Bolsonaro no espectro político-ideológico. Esta análise é realizada pela técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977) e serão levadas em consideração as categorias: populismo, autoritarismo, conservadorismo, antissistema, neoliberalismo, antiesquerda, segurança pública, política nacional, nacionalismo, corrupção, pluralismo, desigualdade social, antimeios e comunicação.

Posteriormente, serão comparados os dois planos de governo (nuvens de palavras) de Jair Bolsonaro apresentados em 2018 e 2022, os quais serão norteados pelas categorias: combate à corrupção, Estado, educação, saúde, meio ambiente, trabalho e modelo econômico, modelo de desenvolvimento, segurança pública, direitos humanos, valores e organização societária, adversário político e democracia.

Por fim, serão analisados os 713 discursos presidenciais de Jair Messias Bolsonaro, entre o período de 2019 a 2023, com base nos indicadores da crise democrática contemporânea, sendo eles: globalização e a ameaça a identidade, terrorismo global, as calamidades ou as catástrofes repentinas, a crise econômica, rejeição às regras do jogo democrático, ataque às mídias tradicionais, crise de legitimidade da democracia,

polarização política e adversário político como inimigo, os paradoxos do combate à corrupção, a perdas de status das classes médias e maior proximidade com as classes mais populares, o novo papel do Poder Judiciário, os limites do presidencialismo de coalizão, os limites da participação popular na política, uso de redes sociais e descrédito das instituições públicas.

No quarto capítulo, trata-se de ideologia, importância e da definição das ideologias, bem como busca situar Jair Bolsonaro no espectro político ideológico. A discussão será iniciada no episódio da Revolução Francesa em que se tem a primeira distinção entre a díade direita e esquerda.

Para Downs (1999), há dois parâmetros para a distinção entre a ideologia de esquerda e a de direita. Sendo o primeiro, o de aspecto econômico, a esquerda torna-se uma interventora estatal na economia, buscando por uma economia de mercado totalmente livre das amarras da direita. Já no segundo, são valores sociais. Enquanto na esquerda, encontraram-se valores de igualdade, justiça social e redistribuição de renda; na direita, observa-se a importância de se manter a liberdade do indivíduo.

Por outro lado, Bobbio (1995) define a distinção entre as ideologias de direita e esquerda, cuja diferença se dá no cerne de como ambas lidam com a desigualdade social. Segundo o autor, a promoção da igualdade entre os sujeitos se caracteriza como de esquerda, ao passo que a direita entende a desigualdade como algo natural do homem.

No que se refere à extrema direita, a sua característica é determinada pela presença do autoritarismo, pelo ataque ao pluralismo e pela radicalização ideológica. Como se trata de um fenômeno ainda em compreensão, foram empregadas diversas terminologias para descrever o recrudescimento contemporâneo da extrema direita, entre os quais: Neo-fascismo (Löwy, 2015), neo-populismo (Rydgren, 2007), nova direita (Kitschelt E Macgaan, 1995), extrema direita (Hainsworth, 1992; 2008; Ignazi, 2003), populismo radical de direita (Hainsworth, 2008; Rydren, 2005; Mudde, 2007), populismo autoritário de direita (Norris; Inglehart, 2019), nacional-populismo (Eatwell; Goodwin, 2020) e, mais recentemente, populismo reacionário (Cyril-Lynch; Paschoeto-Cassimiro, 2021).

Para Rydgren (2007), há duas principais explicações para a radicalização: a primeira relativa à mudança de preferências, crenças e às atitudes entre os eleitores, e a segunda focada, nas oportunidades políticas estruturais e nos fatores organizacionais dos partidos.

Já para Powell (1986), os partidos extremistas podem ser definidos pelas pautas de mudanças abruptas da sociedade que visam um futuro imaginário ou de volta a um passado idealizado. No Brasil, são identificadas outras pautas, como, por exemplo, a de retorno à Ditadura Militar Brasileira e pautas conservadoras. Além disso, o país conta com mais uma força política, o dito "centrão", o qual por vezes é associado à "Velha Política"; conta ainda com o *establishment* político, uma vez que se trata de um ajuntamento suprapartidário de ideologia moderada que se encontra presente de forma perene nas negociações da política brasileira.

O capítulo subsequente trata de aspectos relevantes da cultura latino-americana e busca traçar os principais atributos explicativos da cultura política, de forma que evidencie as especificidades por meio dos valores, das crenças e das tradições culturais brasileiras, bem como afirmará que a literatura hegemônica auxilia parcialmente na explicação da crise democrática contemporânea, porque afinal a história dos Estados Unidos e do continente europeu não foi ultrapassada pelos processos de colonização, genocídio das comunidades tradicionais e pelo saqueamento de produtos.

Dessa forma, a proposta do quinto capítulo é debater os principais pontos da cultura latino-americana e, ao final de cada subitem, fazer contraste com base em dados empíricos do latinobarômetro das Américas e do World Values Survey, com o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), de modo que fique evidente como essas características estão presentes atualmente no Brasil. Afinal, é sobre isto que esta tese se propôs a falar: que a ascensão de Jair Messias Bolsonaro à presidência da república não se trata puramente de uma revolta da classe média brasileira. É iniciada bem antes no âmbito das elites e posteriormente pulverizada nas classes médias e populares.

Nesse sentido, a discussão inicia-se numa perspectiva histórica na temática da influência do imperialismo dos Estados Unidos na identidade nacional e latino-americana. Assim, os estudos de área foram fundamentais na consolidação da ideia de superioridade dos países do Norte Global (Wallerstein, 1974a). Houve a construção e consolidação da rejeição aos imigrantes, a intervenção política por parte dos Estados Unidos — pois a ideologia de esquerda já era considerada uma ameaça aos interesses estadunidenses e o interesse econômico. Assim, surge a Doutrina Monroe, que, por sua vez, trata da reivindicação estadunidenses do controle sobre e intervenção política em países latino-americanos.

Em contrapartida, ideologia como o pan-americanismo impulsionou e alicerçou as reflexões das especificidades culturais latino-americanas e a necessidade de uma identidade original. Um exemplo é a nomeação da Venezuela como República Bolivariana da Venezuela, em homenagem a Simón Bolívar e sua luta de oposição aos Estados Unidos e à Europa.

A respeito do conservadorismo, é entendido que o Brasil apresenta características conservadoras desde a sua constituição enquanto um Estado, mas devido à atuação das Igrejas Católicas, na época da colonização portuguesa (Roitman Rosenmann, 2008).

Segundo Walter e Ribeiro (2020), a partir dos anos 80, há uma mudança no comportamento dos evangélicos e católicos no sentido de um novo posicionamento dessas instituições em relação a sua função social e política. A pauta religiosa, especialmente cristã, passa a fazer parte de forma mais sistemática na política brasileira.

Nesta pesquisa, também se abordará o impacto da escravidão na cultura brasileira. Assim, o trabalho partirá da concepção de que a miscigenação de raça, mescla dos costumes e das tradições se constituem no resultado das especificidades da região latino-americana.

De acordo com Schwarcz (2019), o Brasil herdou um passado racial preconceituoso, de igual forma que o tem perpetuado até o momento presente. Como prova, há pesquisas que demonstram a existência da discriminação racial de caráter estrutural se fazendo presente nas áreas da educação, da saúde e por vezes chegando aos registros de moradia, transporte, nascimento e morte.

No subitem sobre a ideia de subdesenvolvimento da América Latina, será abordado o início do "encobrimento do outro" (Dussel, 1993), período em que os países colonizadores europeus saquearam o Brasil (assim como nos demais países da América Latina), naturalizaram a exploração, implementaram o catolicismo e promoveram a ideia de que todos os países periféricos deveriam ser subservientes aos países do centro do sistema.

Além disso, falar-se-á da teoria da modernização, a qual afirma ser a modernização o principal motor para o progresso político de maior participação das massas e maior qualidade na democracia (Lipset 1959; Coleman, 1960; Germani, 1971); já a Teoria da dependência explica o subdesenvolvimento de alguns países em aspectos culturais e psicológicos. Isto é, as sociedades tradicionais, com assistência e intervenção

adequada (nos níveis culturais, econômicos e militares) dos países modernos podem adotar práticas modernas e logo se desenvolverem industrialmente.

Posteriormente, o debate versará sobre o autoritarismo. Assim, a apresentação do subitem será iniciada a partir da definição europeia de autoritarismo e, posteriormente, se dará a definição latino-americana de autoritarismo, cujo objetivo é mostrar que o Brasil foi fundamentalmente construído e desenvolvido sob concepções autoritárias, fato que auxilia a explicação da história dos países da América Latina ser atravessada por uma série de golpes de Estado e pelo saudosismo ao militarismo. Nesse sentido, esta subseção também se abordará a questão do militarismo e da admiração dos brasileiros ao legado e ao Regime Militar Brasileiro.

Por fim, será abordado ainda o populismo latino-americano, de forma que a discussão se iniciará com a exposição da polissemia que o populismo carrega, do mesmo modo que, posteriormente, se fará um comparativo entre Hugo Chávez (Venezuela) e Jair Bolsonaro (Brasil). O objetivo será mostrar a amplitude do populismo sob a ótica latino-americana e para tal serão explicitadas as diferenças entre Chávez e Bolsonaro.

2 DEMOCRACIA

2.1 Tipo de revisão bibliográfica

A revisão adotada neste trabalho é de cunho narrativo devido à possibilidade de estabelecer as relações das produções anteriores, identificações de temáticas recorrentes, apontar de novas perspectivas e de consolidação de área de conhecimento (Elias *Et Al.* 2012), ou seja, essa vertente proporciona visão mais generalizada.

Nesse sentido, o objetivo, nesta seção, é realizar revisão bibliográfica referente ao campo de estudo da democracia e posteriormente no âmbito das ideologias políticas, de modo que evidencie a forma com que os estudos anteriores trataram a democracia e a extrema direita, com fim de entender como se tornou vigente a discussão sobre a ascensão da extrema direita e a morte da democracia por meio das instituições e dos processos de derrocada interna, gradual e quase invisível (Levitsky E Ziblatt, 2018; Runciman, 2018).

Historicamente, o declínio democrático era esperado de forma espetacular e abrupta, conforme descreve Runciman (2018, p. 32):

Nada foi anunciado de antemão. Tanques cercaram a cidade da noite para o dia e soldados receberam a missão de tomar pontos-chave das comunicações, entre eles as estações de rádio e TV e a central dos correios. O primeiro-ministro foi preso. E também o homem que deveria sucedê-lo depois das eleições previstas para dali a três semanas. O parlamento e o palácio real foram ocupados. Os soldados faziam circular listas de indivíduos perigosos, que foram detidos e mantidos incomunicáveis. Tudo isso aconteceu no espaço de poucas horas. Os coronéis no comando do golpe foram visitar o rei em sua residência de fim de semana, pedindo que ele os confirmasse como os novos governantes legítimos do país. E lhe disseram: "O golpe foi dado em seu nome, para salvar o país". Quando o rei, furioso, perguntou: "Onde está o meu primeiro-ministro? Onde está o meu governo?". Responderam-lhe: "Seu governo acabou. Todos foram presos".

Assim, a crise da democracia contemporânea parece ter quebrado o protocolo tradicional observado na história moderna. Essa nova forma da crise democrática não pode ser circunscrita e interpretada apenas nos aspectos das crises anteriores.

2.2 Teorias democráticas

A democracia, desde o seu surgimento, assumiu múltiplos sentidos e definições, logo não parece simples sua conceituação e delimitação, sendo necessária uma breve contextualização e retrospectiva histórica para melhor compreensão desta dificuldade e o estabelecimento de um conceito de democracia.

Pela perspectiva etimológica, o termo democracia, *demos* e *kratos*, está diretamente embasado na concepção de "governo das massas" (Held, 2007). Contudo, democracia é uma forma de governo que assume múltiplas configurações. Para a corrente de teorias democráticas modernas, há duas grandes formas de governo: Monarquia e República, sendo nesse segundo campo em que se insere a democracia (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1986). Na perspectiva das teorias modernas, os escritos de Maquiavel, sobre Estado e poder, tornam-se fundamentais por sua abordagem realista "substituindo o âmbito do *deve ser* pelo *ser*, pela realidade concreta" (Sadek, 2006, p. 130). Maquiavel trouxe um viés secular para a política na qual:

[...] não compartilha mais da concepção de homem legada pela filosofia cristã, segundo a qual este é um ser impelido por natureza à vida social. Embora, de acordo com a compreensão cristã, o indivíduo esteja subordinado ao Estado, a ação deste é limitada pela lei natural ou moral (Winter *apud* Ames, 2002, p. 123).

O período contemporâneo, que foi marcado pela busca da reformulação da concepção de democracia embasada em termos empíricos e não abstratos, trata-se da passagem de uma visão filosófica para visão mais empírica da democracia (Schumpeter, 1976; Dahl, 2001). Ou concepção metodológica de democracia realista (Felisbino, 2009) e do estudo da democracia real, tendo sido esse último baseado em análise empírica, na investigação dos problemas institucionais, nas mudanças e no funcionamento da democracia (Pasquino, 2010). Por exemplo, Diamond e Morlino (2005) definiram alguns indicadores para avaliação do regime democrático.

Talk of a "good" or "better" democracy implies knowing what democracy is. At a minimum, democracy requires: 1) universal, adult suffrage; 2) recurring, free, competitive, and fair elections; 3) more than one serious political party; and 4) alternative sources of information (idem, 2005, p. 22).

Para Schumpeter (1976), o governo não deve ser regido pelo povo, mas apenas aprovado por ele, visto que as pessoas comuns, por não terem interesses por assuntos políticos, não agem de maneira racional. Para tanto, faz-se necessário que as elites políticas

liderem e administrem as democracias formando governos e tomando as decisões políticas, assim restando ao povo um mero papel passivo (Sell, 2006), cuja função se restringiria a eleger ou não os representantes políticos.

Schumpeter estabelece que a "democracia consiste em um método político, isto é, trata-se de um determinado arranjo institucional para se chegar às decisões políticas legislativas e administrativas" (1943, p. 242). A distinção do regime democrático consiste na luta competitiva pelo voto do povo (p. 269).

Na definição de Bobbio, "[democracia é] um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados" (2004, p. 22). E, para Przeworski (1994, p. 27), "as instituições democráticas são universalistas, isto é, neutras em relação à identidade dos participantes". Assim sendo, esse sistema político deve ser necessariamente neutro³.

Conforme essas definições, é possível notar o caráter procedimentalista que a democracia apresenta em suas definições. Esses autores possuem o entendimento de que a democracia nada mais é que um método, pois se trata de uma perspectiva real, minimalista e descritiva da democracia (Schumpeter, 1976; Dahl, 2001).

Nota-se, por meio das teorias modernas e contemporâneas, que a ciência política apontou definições formais e formulou modelos hegemônicos do Norte Global e do que seria ou não um regime democrático (Schumpeter, 1976; Downs, 1999; Sartori, 1994; Dahl, 2001; Bobbio, 2004), o que por consequência desconsiderou as realidades e especificidades regionais de cada país (Bilbao, 1978). Essa hegemonia não levou em consideração os processos de colonização e seus desdobramentos nos países latino-americanos, fatos que ainda afetam significativamente a identidade nacional, cultura política, desigualdade social e a política.

Sólo vemos una ciencia política: el despotismo, el sable el maquiavelismo, la conquista, el silencio. La ciencia europea nos revela los secretos de las fuerzas de la creación para mejor dominarla; pero ¡fenómeno extraño!, en ninguna faz histórica la personalidad ha aparecido más pequeña en medio de tanto esplendor inteligente (Bilbao, 1978, p. 10-11).

³ Cabe pontuar que o estudo sobre a democracia contemporânea está dividido em duas grandes vertentes, sendo a primeira um estudo voltado para a construção de modelos amparados essencialmente em teorizações abstratas, concentrando-se, portanto, na tentativa de formulações de uma democracia ideal. A segunda está definida por análises empíricas da democracia, isto é, este campo investiga os problemas, as reformas institucionais, as transformações e o funcionamento da democracia.

Neste sentido, as teorias e as explicações dos países do centro do sistema até auxiliam, todavia apenas explicam parcialmente — devido sua limitação teórica e sua perspectiva generalista das teorias (Vitullo, 2006) — a realidade dos países latino-americanos.

É possível recapitular, de forma simplificada, o processo do estudo democrático e dizer que, de 1970 a 1980, a agenda se concentrou no tema da transição democrática (O'donnell, Schmitter, Whitehead, 1986). Já entre o período de 1980 a 1990, observa-se o debate centrado acerca da consolidação democrática (Mainwaring, O'donnell, Valenzuela, 1992; Linz, Stepan, 1999). Em 2000, o debate acadêmico girou em torno da avaliação do regime democrático (Altman, Pérez-Liñan, 2002; Diamond, Morlino, 2005; Levine, Molina, 2007; Alcántara Sáez, 2009; Amorim; Dias, 2012; Baquero, 2012; Ávila, 2017; Munck; Mantilla, 2013), no qual a qualidade do regime democrático seria mensurada pela confiança da sociedade nas instituições públicas. E, mais recentemente, notou-se o surgimento de uma literatura que tem apontado para os manuais da crise democrática (Castells, 2018; Levitsky E Ziblatt, 2018; Runciman, 2018; Mounk, 2019; Eatwell E Goodwin, 2020). Para Santos e Avritzer (2009, p. 71-72),

[...] a comparação entre os estudos e debates sobre a democracia nos anos [19]60 e na última década leva-nos facilmente à conclusão de que em nível global se perdeu *demodiversidade* nos últimos trinta anos. Por *demodiversidade* entendemos a coexistência pacífica ou conflituosa de diferentes modelos e práticas democráticas. Nos anos [19]60, se, por um lado, o modelo hegemônica de democracia, a democracia liberal, parecia destinado a ficar confinado, como prática democrática, a um pequeno recanto do mundo, por outro lado, fora da Europa ocidental e da América do Norte existiam outras práticas políticas que reivindicavam o *status* democrático e o faziam à luz de critérios autônomos e distintos dos que subjaziam à democracia liberal. Entretanto, à medida que essas práticas políticas alternativas foram perdendo força e credibilidade, foi-se impondo o modelo de democracia liberal como modelo único e universal.

Com o fim da União Soviética (URSS), a crise do socialismo, o avanço do capitalismo e a queda do muro de Berlim, alguns teóricos, a exemplo de Fukuyama (1992), chegaram a defender a tese de que a humanidade teria atingido o fim da história, em razão da sofisticada combinação de democracia liberal com livre mercado. Na literalidade de Fukuyama, "A democracia liberal continuaria como a única aspiração política corrente que constitui o ponto de união entre regiões e culturas diversas do mundo todo" (1992, p. 12)⁴.

⁴ O conflito da Guerra Fria também foi significativo no campo ideológico devido à polarização que se desenhou entre os Estados Unidos e a URSS, no qual a política externa estadunidense também almejava derrogar o regime soviético (Aron, 2002).

A democracia liberal foi considerada a melhor forma de governo desenvolvida, por oferecer recursos materiais, que, segundo o mesmo autor, "A vida na democracia liberal é, potencialmente, o caminho para a grande abundância material" (1992, p. 197); no campo econômico, encontra-se igualdade nas oportunidades e na economia industrial, devendo o Estado ser mínimo. Fukuyama (1992, p. 36) defende que, "Numa democracia liberal o Estado é, por definição, fraco: a preservação de uma esfera de direitos individuais significa uma delimitação nítida do poder".

Assim sendo, os regimes totalitários e as ideologias de esquerda estariam em vigor em países pobres e dependentes. Esses regimes utilizam o Estado como instrumentos de seus interesses e impedem as insatisfações individuais.

Contrária à tese desenvolvida por Fukuyama, a atual literatura tem apontado para a crise da democracia liberal⁵, a qual tem sido correlacionada com a ascensão de líderes da extrema direita, cujas pautas são conservadoras e neoliberais; a exemplo de: Estados Unidos, Hungria, Polônia, Holanda, França, Espanha, Reino Unido, Grécia, Índia, Turquia, Itália, Áustria, República Tcheca, Rússia, Ucrânia, Filipinas, Venezuela, Bolívia, Paraguai e Brasil (Runciman, 2018; Castells, 2018; Levitsky E Ziblatt, 2018; Mounk, 2019, Eatwell E Goodwin, 2020).

Conforme aponta a *Web of science*, na tabela 1, sintetizada abaixo, a produção de conhecimento relativo à extrema direita, democracia e à correlação entre ambas as temáticas, mantém uma constante ao longo dos anos de 2008 a 2022. No total, foram publicados 276 materiais científicos a respeito desse tema. Em contrapartida, o número de citações cresceu significativamente a partir do ano de 2016.

Cabe sublinhar ainda que, com o passar dos anos, houve um aumento na disponibilidade de artigos científicos e da digitalização do conhecimento, fato que também explica esse crescimento na quantidade de peças publicadas e citadas.

⁵ Utiliza-se da definição de Eatwell e Goodwin (2020, p. 112), na qual a democracia liberal é apoiada em quatro premissas. A primeira é a aceitação da soberania popular, do fato de que somente o povo pode autorizar legitimamente os governos. A segunda é a provisão para que cidadãos iguais elejam livre e regularmente seus representantes, em geral membros de um partido político. A terceira é a ideia de governo limitado, contido por freios, contrapesos e apoiado pelo Estado de direito. A quarta é a necessidade de uma vibrante sociedade "pluralista", composta de grupos independentes que ajudam os diferentes pontos de vista a florescer.

Tabela 1 - Número de citações e publicações sobre extrema direita e democracia do ano de 2015 até 2022

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Citação	124	134	202	247	434	618	820	820
Publicação	14	11	20	30	30	39	34	37

Fonte: *Web of science*, WoS, 2023. Disponível em:

<<https://www-webofscience.ez106.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/citation-report/13fc4db5-882e-4908-ba4e-5b7292e9090e-8369f61a?page=1&sort=sort-group-background-citingcount>>. Elaboração: o autor, 2023.

Para além do aspecto teórico e analítico, há duas principais correntes de pensamento que oferecem explicações para o recrudescimento da extrema direita na contemporaneidade. A primeira abordagem foca no capital, cuja tese é de que capitalismo financeiro-rentista⁶ é desdobramento da dinâmica do capital, o qual desemboca na eleição de líderes populistas (Mouffe, 2015, 2019; Fraser E Jaeggi, 2020; Brown, 2019; Norris E Inglehart, 2019; Bresser-Pereira, 2020).

A segunda vertente argumenta que o populismo é uma distorção da democracia, sendo esse um fator fundamental da causa dessa crise e que é associável a outros elementos assim, a democracia liberal poderia então ser recuperada (Runciman, 2018; Castells, 2018; Levitsky E Ziblatt, 2018; Mounk, 2019). A crise democrática se encontra no âmbito das instituições.

De acordo com a *web of science*, entre o período de 2015 a 2022, foram produzidos 1.884 artigos correlacionando o populismo com a democracia. Há um significativo crescimento de citação e produção com o objetivo de explicar o momento político que se atravessa, conforme a tabela 2, abaixo.

Tabela 2 - Número de citações e publicações sobre democracia e populismo do ano de 2015 até 2022

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Citação	365	473	737	1.179	2.501	3.786	4.999	5.392
Publicação	37	54	92	223	356	373	362	291

Fonte: *Web of science*, WoS, 2022. Disponível em:

<<https://www-webofscience.ez54.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/citation-report/c0ba865f-3f2a-4016-a533-7798da4156c1-596d2e9f>>. Elaboração: o autor, 2023.

Independentemente das vertentes teóricas, há um consenso no entendimento da relação entre populismo e democracia, em que o populismo é colocado como uma forma

⁶ De forma geral, o capitalismo é dividido em três fases: o pré-capitalismo (século XV até XVIII), o capitalismo industrial (séculos XVIII até XIX) e o capitalismo financeiro (a partir do século XX).

de "transição" diante do processo de esgotamento da democracia liberal para uma nova forma política de caráter "pós-liberal, pós-deliberativa e pós-inclusiva" (Appadurai, 2017).

Conforme já observado por Manin (1995), o regime democrático passa por metamorfoses, isto é, o desenvolvimento da democracia liberal não seria linear, de forma que a democracia estaria em transformação ou em desaparecimento, conforme qualquer outra invenção humana.

Na região latino-americana, contudo, há dinâmicas sociais e culturais de cunho estruturais que não são considerados pelas teorias democráticas hegemônicas como, por exemplo, as marcas do colonialismo e a escravidão que:

foram instituições antiliberais desenvolvidas nas colônias simultaneamente ao desenvolvimento das instituições liberais nas metrópoles. Assim, a inserção da história das relações geopolíticas globais é fundamental para compreender os diferentes desenvolvimentos do capitalismo, do liberalismo e da democracia. A condição pós-colonial teve impactos nessas trajetórias, razão pela qual se deve evitar uma transposição acrítica ou pouco cuidadosa do diagnóstico das pós-democracias para o sul (Ballestrin, 2019, P. 158).

Diante desse panorama, conforme sugere Ballestrin (2019), as especificidades regionais devem ser levadas em consideração para análise do regime democrático latino-americano.

De acordo com o relatório do instituto *Freedom House*⁷ de 2021, o Brasil registrou índice de liberdade global e democracia, sendo 74 da totalidade de 100⁸; por outro lado, o Latinobarómetro apontou em sua última coleta, no ano de 2020, que 48% dos entrevistados não estão satisfeitos com a democracia, e 27% nada satisfeitos⁹. Há descrédito na democracia brasileira.

Pensando sobre isso, algumas perguntas devem ser deixadas de reflexão, a fim de fechar este capítulo: Os indicadores da fragilidade democrática, verificados na Europa e nos Estados Unidos, também podem ser identificados no Brasil? E quais seriam, por outro lado, as especificidades latino-americanas que se diferem dos Estados Unidos e do continente europeu? A extrema direita fragilizou a democracia liberal ou a democracia latino-americana suporta o discurso popular autoritário e a configuração ideológica da extrema direita? Até que ponto a democracia brasileira permite e abarca essa forma de governo?

⁷ *Freedom House*. Brasil. <<https://freedomhouse.org/country/brazil/freedom-world/2021>> .

⁸ Esse índice caiu para 65 no ano de 2022. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/country/brazil/freedom-net/2022>>. Acesso em 31 de março de 2023.

⁹ Latinobarometro: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>.

2.3 Perspectiva analítica da crise contemporânea da democracia

Para compreender a crise democrática contemporânea no Ocidente, é necessário estabelecer a perspectiva analítica de qual se parte, porque há diferentes definições e níveis de análises no âmbito das teorias democráticas hegemônicas. Em outras palavras, é possível considerar e analisar o mesmo conceito de democracia em diferentes abordagens e obter resultados diferentes. Por exemplo, a existência de instituições públicas e eleições periódicas podem ser indicativos da existência de regime democrático, contudo essas instituições podem ser de forma proposital esvaziadas¹⁰, e as eleições intencionalmente obstaculizadas¹¹, cujas características e comportamentos revelam um regime pouco democrático.

Para Morlino (2019, p. 27), cada processo da democracia demanda uma forma de análise específica e há três principais grupos, *lo que distingue a estos dos grupos de estudiosos de aquél enfocado en la democratización es cómo los objetivos teóricos de los dos primeros son prioridad, mientras que en el tercer grupo hay una especie de alejamiento de la teoría.*

A vertente das propostas teóricas gerais sobre as mudanças institucionais defende que a trajetória e o contexto político são importantes para se desenvolver uma teoria de transição política (Krasner, 1984; Berins Collier, 1991; Rokkan, 1970; Pierson, 2000). Assim, a perspectiva normativa geralmente é usada para explorar os resultados da transição democrática.

Neste âmbito, buscou-se construir uma *teoría evolutiva de la democratización* (Morlino, 2019), na qual as instituições públicas são o objeto de avaliação. A democracia é medida somando o grau de competência e de participação das instituições. Pierson (2000), por sua vez, elaborou sua teoria com base nas premissas:

son importantes los patrones específicos de tiempo y secuencia; una gran variedad de resultados en materia social es con frecuencia posible; enormes consecuencias podrían resultar de eventos contingentes relativamente pequeños; hay cursos de acción específicos que, una vez iniciados, son difíciles o virtualmente imposibles de revertir aún cuando sus consecuencias resulten ser desastrosas; el desarrollo político es marcado por momentos críticos y

¹⁰ Crouch (2013) nomeia esse fenômeno como pós-democracia.

¹¹ Nas eleições brasileiras de 2022, eleitores nordestinos relataram dificuldade ao voltarem. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/entenda-em-quatro-pontos-o-que-tem-dificultado-a-votacao-no-nordeste.ghtml>>. Acesso em 31 de março de 2023.

coyunturas que moldean los contornos básicos de la vida social; y en el ámbito político la alta densidad de instituciones, el papel central de la acción colectiva, la complejidad y opacidad de la política, compuesta por los horizontes a corto plazo de los políticos y la "rigidez" de las políticas, hacen de la dependencia de la trayectoria una clave importante de la teoría.

Esta análise normativa da democracia (com foco na mudança institucional gradual), embora importante, é mais adequada para democracias estabelecidas, de forma que não pode ser considerada a mais apropriada para os estudos de campo da mudança de regime, uma vez que esses requerem compreensão aprofundada da democracia.

Ademais, muitos regimes e líderes autoritários surgiram, por meio das urnas, ou seja, as eleições legais e legítimas podem levar ao autoritarismo, a exemplo do caso em El Salvador e Nicarágua. Por isso, o regime democrático não pode ser somente observado pelas variáveis institucionais. É necessário ainda se observarem as variáveis estruturais.

O segundo grupo é de caráter empírico e buscou afastamento teórico para analisar a democracia (Berg-Schlosser, 2007; Berg-Schollosser Y Mitchel, 2000). Nisso, Morlino (2019, P. 44) observou que as teorias até então desenvolvidas não estavam respaldadas empiricamente.

El primero es el resultado de una reflexión consciente sobre las teorías funcionalistas en general, el análisis de sistemas, la elección racional formal y otras teorías generales, que estuvieron de moda en los años cincuenta, sesenta y principios de los setenta, pero, al ser sometidas a pruebas empíricas, mostraron todas sus fallas analíticas y explicativas, y fueron prácticamente abandonadas o sometidas a una revisión a fondo con mejores resultados, como pasó con la teoría de elección racional. Esto ha llevado a una clara búsqueda de varias decisiones teóricas, quizá menos ambiciosas, pero más sólidas empíricamente y de los resultados alcanzados por ellas.

Assim, essa corrente buscou estabelecer um padrão razoável para analisar as transições e as consolidações democráticas (O'donnell E Schmitter, 1986: 3). Essa última deveria ser substituída por uma análise de estabilidade para ter perguntas bem-formuladas (Berg-Schlosser, 2007). Dessa forma, Bunce (2000: 715) postulou cinco propostas de análise que também remetem aos aspectos clássicos anteriores. Para o autor, *un alto nivel de desarrollo económico es garantía de continuidad democrática; el papel central de los líderes políticos en la fundación y diseño de la democracia; las ventajas de los sistemas parlamentarios por sobre los sistemas presidenciales para "la continuidad de la gobernabilidad democrática"; la relevancia de los acuerdos sobre "cuestiones nacionales y estatales" para "la calidad y supervivencia de la democracia"; y la importancia clave del Estado de derecho para una democracia propiamente dicha.*

A proposta foi analisar as características das transições democráticas e da emergência de regimes parciais; estes são os principais aspectos que se necessitam analisar:

- *las características principales del régimen anterior;*
- *la importancia del papel desempeñado por los "pactos" o el acuerdo entre las élites sobre las instituciones a construir;*
- *la "resurrección" de la sociedad civil;*
- *el papel limitado de los partidos políticos;*
- *la relevancia del consenso contingente sobre las instituciones a ser establecidas;*
- *las grandes incertidumbres acerca de todo el proceso de transición; y*
- *la importancia de las primeras elecciones fundacionales;*

Higley y Gunther (1992) destacam dois principais padrões da consolidação democrática, nos quais possuem foco no papel das elites, sua integração estrutural e consenso sobre um conjunto de valores, cujos padrões são: 1. *hay consolidación desde el principio si las élites conscientemente escogen la adaptación y la cooperación en el establecimiento de la democracia (acuerdo); y 2. hay consolidación cuando, siguiendo el establecimiento de la democracia, las élites divididas convergen de manera gradual aceptando las reglas electorales y la competencia justa y tomando posiciones más moderadas ideológicamente (convergencia).*

Para Morlino (2019), a verdadeira explicação dos processos democráticos é oriunda da reconstrução sociopolítica de cada país, dos quais se deve observar a singularidade de cada caso e, posteriormente, buscar padrões entre eles. Assim, este trabalho se propôs a realizar uma reconstrução sociopolítica brasileira e não se pautar pela perspectiva normativa.

2.4 O neoliberalismo como fator da crise democrática contemporânea

Diversos autores afirmam que a mudança dos valores e crise do neoliberalismo levaram a ascensão de líderes populistas de direita ao poder e, por consequência, à crise

democrática. Nas palavras de (Runciman, 2018, p. 67), "a democracia não está funcionando bem — se estivesse, não veríamos esse retrocesso populista".

O liberalismo está fundamentalmente apoiado na ideia de liberdade. Para Hayek, o "livre mercado", e não a democracia, se constitui na condição essencial da liberdade. Nesse sentido, o liberalismo pode ser definido como uma:

[...] doutrina que serviu de substrato ideológico às revoluções antiabsolutistas que ocorreram na Europa (Inglaterra e França, basicamente) ao longo dos séculos XVII e XVIII e à luta pela independência dos Estados Unidos. Correspondendo aos anseios de poder da burguesia, que consolidava sua força econômica ante uma aristocracia em decadência amparada no absolutismo monárquico, o liberalismo defendia: 1) a mais ampla liberdade individual; 2) a democracia representativa com separação e independência entre os três poderes (executivo, legislativo e judiciário); 3) o direito inalienável à propriedade; 4) a livre iniciativa e a concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais e coletivos e gerar o progresso social [...] (Sandroni, 1985, p. 241).

Para Bobbio (1989), o liberalismo se manifesta tanto no campo econômico quanto no político: "(...) o liberalismo é, como teoria econômica, fator da economia de mercado; como teoria política, é fator do Estado que governe o menos possível" (1989, p. 114). Essa citação reflete na crença de que a desigualdade é um valor positivo na constituição de uma sociedade democrática, porque é a base da liberdade e da concorrência.

É possível inferir que a liberdade é entendida como pressuposto fundamental da democracia e da economia: "[...] a liberdade econômica, assim como a liberdade política, podia apresentar-se como uma conquista "da democracia e da civilização" (Gide, Rist, 1926, P. 383). Assim, a correlação entre o liberalismo e a democracia é frequentemente estudada, conforme Phelan e Dawes (2018, p. 2) apontam:

[...] nem o liberalismo nem o neoliberalismo podem ser compreendidos coerentemente sem falar sobre capitalismo e democracia. Se o liberalismo denomina a ideologia política alinhada à emergência histórica do capitalismo de "livre mercado" e da democracia representativa de estilo ocidental, o neoliberalismo significa um regime particular de liberalismo, capitalismo e democracia que tem sido globalizado desde os anos 1970, na forma de um ativo promoção dos princípios do mercado e da concorrência que os críticos vêem como antitético à democracia.

Cabe sublinhar que o neoliberalismo não é um puro desdobramento do liberalismo. Assim,

[...] como não é seu extravio nem sua traição. Não retoma a questão dos limites do governo do ponto em que ficou. O neoliberalismo não se pergunta mais sobre que tipo de limite dar ao governo político, ao mercado [...], aos direitos [...] ou ao cálculo da utilidade [...], mas, sim, sobre como fazer do mercado tanto o

princípio do governo dos homens como o do governo de si [...]. Considerado uma racionalidade governamental, e não uma doutrina mais ou menos heteróclita, o neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade [...]. É essa coerência prática e normativa, mais do que a das fontes históricas e das teorias de referência, que fundamenta nosso argumento. Este último, esclarecendo a forma como se impõe e funciona em todos os níveis um certo sistema de normas, não tem outro objetivo além de contribuir para a renovação do pensamento crítico e a reinvenção das formas de luta (Dardot; Laval, 2016, P. 34).

O advento das escolas austríacas, de Chicago, de Virginia e os ideais liberais clássicos foram repaginados e renomeados para neoliberais (Galvão, 2019). Restrospectivamente, na América Latina, o neoliberalismo surge no Chile¹² com a promoção de um golpe de Estado e com a deposição do governo de Salvador Allende (1970-1973). Essa corrente ideológica surge em contraposição à ideologia socialista e à social-democracia. Na prática, o Neoliberalismo visava combater o *New Deal*, Estado de Bem-Estar Social e políticas keynesianas.

Para Inglehart (2016), a sensação de declínio na renda e o aumento da desigualdade social explicam mais esse processo da erosão democrática. A capacidade de sobrevivência e bem-estar estando comprometida seria previsível que houvesse impacto que não corroborasse para com a democracia, o que, por consequência, não haveria problema estrutural na democracia.

Na visão do autor supracitado, o regime democrático é quem apresentará uma saída para essa situação de crise, ou seja, a democracia, que de alguma forma, produzirá uma agenda favorável à redução das desigualdades sociais e, conseqüentemente, sairá da crise em que se encontra.

Norris e Inglehart (2019) também buscaram explicar a ascensão do populismo autoritário, entretanto elaboraram o conceito de *Cultural Backlash* no qual ocorre uma resposta ao desenvolvimento dos valores pós-materialistas. A mudança nos valores culturais é um ponto chave para o entendimento dos desdobramentos políticos (Inglehart, 2012, 2018; Inglehart; Welzel, 2009). Para alguns, a humanidade estava caminhando para o progresso, contudo parecem ter observado o recrudescimento do populismo de direita.

As mudanças culturais provocadas pelo desenvolvimento socioeconômico conferem maior autonomia individual, bem como têm significativas conseqüências sobre o apoio da sociedade aos valores nacionalistas e democráticos. No período recente, o sucesso

¹² O Neoliberalismo surge mais sistematicamente com Hayek, Mises, Friedman, Stigler e Popper, após a Segunda Guerra Mundial.

eleitoral de partidos populistas autoritários é explicado pela associação aos valores do neoliberalismo, a globalização e a revolução cultural. Dito também por Negri E Igreja (2020, p. 37) a respeito do caso brasileiro:

[...] a ascensão da extrema-direita se fundamenta na defesa dos valores tradicionais, religiosos e identitários das culturas por ela consideradas superiores. São valores que tomam importância como referentes em um mundo global, cada vez mais descentralizado, com fronteiras mais fluídas e com grande circulação de ideias e de pessoas. Esses valores acabam sendo apropriados local e nacionalmente mesmo em contextos mais democráticos, valendo-se, inclusive, dos direitos democráticos de liberdade para defenderem a sua existência.

Com isso à vista, é possível dizer que os processos seculares contribuíram para a mudança cultural na ideia e nos valores de democracia. Atualmente, as identidades sociais baseadas na fé, família e patriotismo estão em evidência e provocaram o crescimento do populismo liberal de direita.

Segundo Kurlantzick (2013), as políticas de proteção social contribuíram para o empoderamento dos mais pobres, gerando revolta das classes médias. Para Inglehart e Welzel (2009):

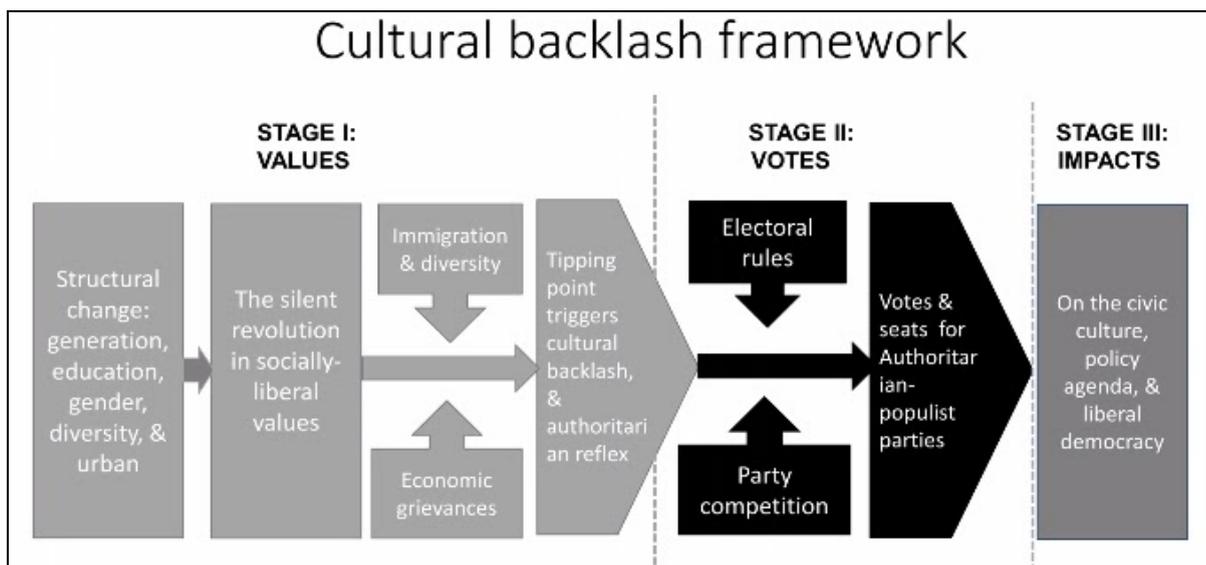
[...] the evidence demonstrates that the silent revolution continues to transform Western societies on a wide range of social issues, including those involving sexuality and gender, religion and faith, race and ethnicity, and national versus cosmopolitan identities. Far from a conservative revival, or slowdown in progressive change, the survey data confirm that the long-term trajectory of cultural evolution has continued to move Western cultures in a more socially liberal direction over successive decades. It should be noted that these developments predated the impact of situation-specific effects like the banking crash of 2007, or the influx of migrants flowing into Europe following Angela Merkel's decision to open German borders in 2015, or Donald Trump's victory in the 2016 Electoral College (Inglehart; Welzel, 2009, p. 122).

Parte da sociedade, motivada pela ausência de resposta, pelo sentimento de desatenção de suas demandas econômicas e imateriais — como a constante corrupção (para os casos latino-americanos) —, distanciou-se da participação política e das urnas em decorrência da desilusão para com os partidos e representantes da política tradicional.

Paralelamente, grupos conservadores se organizaram e se engajaram politicamente, assim surgindo vários líderes populistas reiterando e exaltando seus valores até então condenados como politicamente incorretos (Norris E Inglehart, 2019).

Abaixo a síntese do Cultural backlash framework de valores socialmente liberais e pós-materialistas (Norris E Inglehart, 2019, p. 15-16).

Figura 1 - Estágios do processo do *Cultural backlash framework*.



Fonte: Norris, Inglehart, 2019, p. 48

Segundo Eatwell e Goodwin (2020), na Europa, a crise do neoliberalismo de 2008 e a recorrente imigração para os países do centro do sistema, somada à crise de valores, conflitos de identidade nacionais e culturais, ocasionaram insatisfação para com a democracia resultando em eleição de líderes populistas. Nas palavras de Eatwell e Goodwin (2020),

[...] os fatores que abrem o caminho para o populismo nacional estão profundamente entranhados no tecido das nossas nações. Eles têm como raízes as contradições entre o funcionamento da democracia no nível nacional e um mercado crescentemente global, em uma profunda tradição das elites de suspeitar as massas, um sentimento nacionalista latente bastante difundido e na erosão das relações entre os cidadãos e os partidos políticos (Eatwell e Goodwin, 2020, P. 270).

Neste sentido, a tese da revolução silenciosa e a visão de Eatwell e Goodwin (2020) também auxiliam na compreensão da ascensão de populistas de direita no contexto europeu e, por consequência, na crise contemporânea da democracia liberal.

Ademais, cabe pontuar que há especificidades devido à forma com que cada região lidou com a crise econômica de 2008, sentida mais pelos Estados Unidos. No caso do Brasil, essa crise econômica é mais visível, no ano de 2014, que se soma à crítica da população principalmente em relação à legitimidade política, à corrupção e à forma com que a elite política tratou esses assuntos.

Este trabalho parte da perspectiva da constante intersecção que há entre Estado e capitalismo, na região latino-americana, que desde a sua formação se constituiu em uma

forma de dominação burguesa e o qual, no que lhe toca, buscou assegurar a reprodução ampliada do modo de produção capitalista. Dessa maneira, o

[...] estado na América Latina deve ser pensado desde a complexidade e a multiplicidade de determinações próprias e recíprocas que emergem do desenvolvimento capitalista desigual do continente, e que se expressam e se desenvolvem através de uma luta de classes concreta e particular (Cueva, 1983, p.38-39).

Então, refletir sobre a democracia, a atual crise democrática e o neoliberalismo, da região latino-americana, implica a observância de que a correlação entre essas categorias são distintas da dos países do poder global, porque a constituição dos estados na América Latina foi fundada nas contradições e nos antagonismos de classes sociais (Cueva, 2013). Geralmente, "ignora-se, por exemplo, o fato de a América Latina ser o lugar de nascimento do neoliberalismo e experimentar as contradições do liberalismo desde sua fundação moderna/colonial" (Ballestrin, 2019, P. 158).

Após a experiência chilena, entre os anos de 1980 e 1990, o neoliberalismo alastrou-se por toda a América Latina: Carlos Menem, na Argentina (1990-2000); na Bolívia, Gonzalo Sanches de Lozada (1993-1997 e 2002-2003) e Hugo Banzer Soares (1997-2001); o Brasil, Fernando Collor (PRN, 1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002); na Colômbia, César Gaviria Trujillo (1990-1994), Ernesto Samper Pizano (1994-1998), Andrés Pastrana Arango (1998-2002) e Álvaro Uribe (2002-2006); no Equador, Durán Ballén (1992-1996), Abdalá Bucaram (1996-1997) e Jamil Mahuad (1998-2002); No Paraguai, Juan Carlos Monti (1993-1998), Raúl Cubas Grau (1998-1999) e Luis Gonzáles Macchi (1999-2003); no Peru, Alberto Fujimori (1990-2000); no Uruguai, Luis Alberto Lacalle (1989-2004), Julio Maria Sanguinetti (1994-1999) e Jorge Batlle (1999-2004) e, finalmente, na Venezuela, Carlos Andrés Pérez (1988-1993) e Rafael Caldera (1993-1998). Em alguma medida, é possível afirmar que essas experiências agravaram a concentração da riqueza, o aumento da desigualdade e o crescimento da pobreza¹³, afinal o capitalismo e o neoliberalismo operam com base nas crises e nas desigualdades sociais.

O capitalismo pressupõe um contrato social no qual as expectativas recíprocas do capital e do trabalho, de dependentes do lucro e dependentes do salário estão estabelecidas de forma mais ou menos explícita, na forma de uma constituição econômica formal ou informal. O capitalismo [...] não é um estado natural, mas sim uma ordem social que, estando associada a determinado tempo, necessita de

¹³ Como consequência a esses governos, surgiu, então, o fenômeno da "maré rosada", no qual foi a ascensão de diversos governos social-democratas. Alguns exemplos são: Chaves na Venezuela, Morales na Bolívia, os Kirchner na Argentina, Lugo do Paraguai e Lula no Brasil.

ser formada e legitimada: é concretizada em formas que variam conforme o lugar e ao longo da história, podendo, em princípio, ser sempre negociada de novo e estando permanentemente ameaçada de ruptura. (Streeck, 2013, p.29).

Nessa direção, o neoliberalismo ganhou destaque no processo econômico, na ascensão da direita, no processo de destituição de presidentes eleitos promovendo a fragilidade das instituições democráticas e nas relações sociais, pois o indivíduo (empreendedor) é concebido como investimento passível de gerenciamento estatal.

O modo de governamentalidade próprio do neoliberalismo cobre o "conjunto das técnicas de governo que ultrapassam a estrita ação de Estado e orquestram a forma como os sujeitos se conduzem por si mesmos". A empresa é promovida a modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar [...] Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação, e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa, essas são as etapas pelas quais se realiza a extensão da racionalidade mercantil a todas as esferas da existência humana e que fazem da razão neoliberal uma verdadeira razão mundo (Dardot; Laval, 2016, p. 378-379).

A principal ideia é de que a democracia progrediu nos países ricos, no contexto de Pós-Guerra e na "Era Dourada" do capitalismo; todavia, à medida que o neoliberalismo avançava, a democracia paulatinamente ia se enfraquecendo (Bresser-Pereira, 2020) e diminuindo a fronteira entre a esfera pública e a esfera privada, dessa forma afetando a democracia liberal (Dardot; Laval, 2016).

Crouch (2013) define *pós-democracia* como uma democracia esvaziada e a serviço do capitalismo. Dessa forma, apesar de os cidadãos votarem e elegerem seus representantes, ainda assim o regime democrático não atende às demandas sociais. Portanto, tratando-se de uma democracia que funciona apenas de forma aparente, mas que de maneira interna funciona a favor do capital (Crouch, 2013). A democracia, então, vai sendo substituída pela *corporocracia*. Assim, a conjuntura pós-democrática atual pode ser caracterizada a partir de uma série de eventos que sugerem a escalada global, em que:

a) um recuo democrático no seu sentido hegemônico e formal, possibilitado por dentro das próprias instituições democráticas; b) a crescente autorização pública da ascensão de discursos autoritários, antidemocráticos e anti-humanistas, com apelo e adesão popular/populista; c) a crescente colonização da esfera econômica internacional sobre a vida política nacional; d) o espraiamento da razão neoliberal para todas as esferas da vida pessoal e coletiva, inclusive política; e) o esvaziamento da política e da democracia. A crescente privatização internacional do poder pelas autoridades econômicas e o descontrole público sobre as mesmas evidencia a ausência da democracia liberal nos próprios regimes de governança global (Ballestrin, 2016, P. 157).

Em consonância com Crouch (2013), Wendy Brown (2015) utiliza o termo *desdemocratização*¹⁴ para explicar sua tese sobre o processo de esvaziamento das democracias liberais e suas consequências para os avanços do neoliberalismo como racionalidade governante, na qual se pauta em outro critério que é baseado principalmente na eficácia. Dardot e Laval (2016, p. 382) descrevem o processo:

[...] sob esse aspecto, é espantoso constatar a que ponto a contestação dos direitos sociais está intimamente ligada à contestação prática dos fundamentos culturais e morais, e não só políticos, das democracias liberais. O cinismo, a mentira, o menosprezo, a aversão à arte e à cultura, o desleixo da linguagem e dos modos, a ignorância, a arrogância do dinheiro e a brutalidade da dominação valem como títulos para governar em nome apenas da “eficácia”. Quando o desempenho é o único critério de uma política, que importância tem o respeito à consciência e à liberdade de pensamento e expressão? Que importância tem o respeito às formas legais e aos procedimentos democráticos? A nova racionalidade promove seus próprios critérios de validação, que não têm mais nada a ver com os princípios morais e jurídicos da democracia liberal. Sendo uma racionalidade estritamente gerencial, vê as leis e as normas simplesmente como instrumentos cujo valor relativo depende exclusivamente da realização dos objetivos. Nesse sentido, não estamos lidando com um simples “desencantamento democrático” passageiro, mas com uma mutação muito mais radical, cuja extensão é revelada, à sua maneira, pela dessimbolização que afeta a política.

Para Brown (2015), o regime democrático e o neoliberalismo estão em constante dinâmica, na qual este consiste numa forma de “governamentalidade” que distorce a democracia, tendo em vista que “nunca tenha sido imune aos poderes e sentidos do capitalismo (...) [e] também carregou a promessa de igualdade política inclusiva e compartilhada, liberdade e soberania popular” (Brown, 2015, p. 44); aquele, se encontra alicerçado na igualdade política.

Assim, os “efeitos neoliberais tais como desigualdade e insegurança crescentes geraram populismos enraivecidos de direita e políticos demagogos no poder” (Brown, 2019, p. 71). O populismo de direita é resultado da ineficiência do capitalismo (Brown, 2015, Fraser, 2017, Bresser-Pereira, 2020).

Na perspectiva de Nancy Fraser (2019), o declínio democrático é marcado por uma crise da hegemonia ideológica neoliberal. Então, o “populismo reacionário” seria uma contraface do “neoliberalismo progressista”, cuja emancipação, misturada a formas letais de financeirização da economia, teria produzido reações por parte de setores excluídos das identidades sociais hegemônicas no capitalismo contemporâneo (Fraser, 2017). Em última instância, são produzidas identidades políticas no capitalismo globalizado.

¹⁴ O termo *desdemocratização* foi utilizado pela primeira vez por Charles Tilly no livro *Democracy* (2007).

Para Bresser-Pereira (2020), o neoliberalismo fracassou, mas não o regime democrático; em suas palavras, assim o autor explica:

[...] não há por que falar em fim da democracia porque, não obstante suas limitações, ela foi uma conquista da humanidade (Theborn, 1977; Przeworski, 1989). Contudo é possível se falar em crise terminal do neoliberalismo, porque foi a segunda vez que o liberalismo econômico comprovou sua incapacidade de organizar o capitalismo. Sua alternativa, que denomino desenvolvimentismo, mas também pode ser chamado de economia mista, alia uma intervenção moderada do Estado na economia a uma perspectiva nacional anti-imperialista (Bresser-Pereira, 2020, P. 55).

[...] a explicação que nos oferece o pensamento hegemônico no Ocidente é que a crise é da democracia liberal e a sua causa é o populismo de direita. Eu estou afirmando que a crise não é uma crise da democracia desvirtuada pelo populismo, porque este é apenas mais um sintoma político principal da crise. A crise hoje em curso no capitalismo não é uma crise de regime político e sim da forma que o capitalismo assumiu a partir de 1980 – a forma neoliberal e financeiro-rentista – e que sua causa é a incapacidade desse neoliberalismo de organizar o capitalismo de maneira razoavelmente eficiente, razoavelmente estável e razoavelmente menos injusta (Bresser-Pereira, 2020, p. 65).

No caso dos países da América Latina, o capitalismo (de caráter dependente) e as burguesias (associadas ao imperialismo dos Estados Unidos) não permitem a melhor distribuição de renda e dificultam a implementação completa dos planos econômicos dos programas de governos progressistas (Negri, 2009).

Ademais, a manutenção da estrutura hierárquica de superexploração do trabalho e o *ethos* de classe são fatores dificultadores. Com isso à vista, os recorrentes processos de golpismo e o autoritarismo, na história da América Latina, são estratégias para o desenvolvimento capitalista. De acordo com Cueva (2013; 2012), seriam estas as estratégias:

a) garantir o sistema de dominação, e, portanto, de reprodução ampliada do capital, nas condições de heterogeneidade estrutural, superando as lacunas deixadas pelas classes dominantes, inclusive em termos produtivos; b) assegurar esse processo de reprodução em meio à drenagem de excedente econômico pelas formações sociais imperialistas, mantendo as condições de acumulação e de extração de excedente e simultaneamente "regulando" as fissuras, desigualdades e defasagens decorrentes; c) condensar e expressar as contradições e os ritmos dominantes de cada formação social, ao mesmo tempo que busca se inserir na dinâmica do sistema capitalista mundial, transitando às novas fases ou etapas do desenvolvimento capitalista; d) estabelecer as bases de hegemonia, da qual a "sociedade civil" é incapaz de garantir, sem deixar de recorrer às ações repressivas para evitar que as contradições acumuladas se tornem rupturas revolucionárias.

Para Chauí (2016, p. 2), o neoliberalismo também se conecta com os valores conservadores e com a religião:

Uma das características do neoliberalismo é a maneira como ele concebe o indivíduo, que não é entendido nem como parte de uma classe social, nem como

ser em formação que vai se relacionar com o restante da sociedade. O indivíduo não é pensado nem como átomo nem como classe, mas como um investimento. [...] As igrejas evangélicas [neopentecostais] se apropriam desse ideário e o desenvolvem por meio de uma teologia – a teologia da prosperidade, que considera cada indivíduo justamente como um investimento ou uma empresa. [...] Há, portanto, um fenômeno de fortalecimento da ideologia neoliberal e das concepções conservadoras da classe média por meio da maneira como as igrejas evangélicas incorporam o neoliberalismo, com uma teologia para isso. Se você juntar o conservadorismo com o reacionarismo da classe média urbana e a presença avassaladora das igrejas evangélicas, além de toda a discussão sobre a vida no campo (a reforma agrária), vai entender por que politicamente se exprime, de modo efetivo, nos grupos do "boi, bala e Bíblia", a pauta ultraconservadora que está aí.

Segundo Almeida (2019), o discurso favorável ao neoliberalismo¹⁵ é uma recusa da corrupção, dos privilégios dos altos cargos e da morosidade das instituições públicas mais do que no apoio às agendas neoliberais. "Não por acaso, são frequentes as alianças estratégicas entre liberalismo econômico e conservadorismo moral como forma de melhorar o desempenho eleitoral" (Pierucci, 1987; Almeida, 2019).

Então, a pauta do liberalismo econômico, somado ao conservadorismo moral, é uma das características fundamentais nas ideologias mais à direita¹⁶. A defesa de um ideário de economia liberal, Estado mínimo e o anticomunismo desencadeou num Golpe Civil-Militar, em 1964; e na eleição de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República, em 2018, com a ideia de que o indivíduo e o Estado são uma espécie de empresa.

Os liberais econômicos perderam espaço para os conservadores no governo Castelo Branco (Rocha, 2018). Contudo, na década de 1980, o neoliberalismo voltou ao protagonismo¹⁷ e, mais recentemente, com a *Onda Azul*, os regimes neoliberais deixaram como legado muito mais desigualdade social, pobreza, instabilidade econômica e maior esvaziamento estatal. Bresser-Pereira (2020, p. 56) a descreve como um:

[...] fracasso em melhorar o padrão de vida e dar mais segurança para toda a população. Fracasso de um capitalismo "reformista", cujas reformas são a contrarreforma do Estado do bem-estar social. Fracasso de uma forma de organização econômica do capitalismo associada à alta instabilidade financeira, ao baixo crescimento e ao brutal aumento da desigualdade econômica.

Cabe sublinhar que, mesmo com dificuldades em relação à sua intersecção com o regime capitalista, a democracia conseguiu promover o desenvolvimento econômico, em

¹⁵ Crítica ao papel do Estado e ao excesso de direitos trabalhistas, posicionamento sobre políticas econômicas.

¹⁶ Esses valores também podem ser observados em outras ideologias, não somente na direita.

¹⁷ Nesse momento, fundou-se vários *think tanks*, por exemplo.

alguma medida, a exemplo da redistribuição de renda, o avanço tecnológico da sociedade; fomentou também a criação de direitos

[...] o modelo de democracia liberal nos propõe. A saber: respeito aos direitos básicos das pessoas e aos direitos políticos dos cidadãos, incluídas as liberdades de associação, reunião e expressão, mediante o império da lei protegida pelos tribunais; separação de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário [...] (Castells, 2018, P. 11).

Por fim, a crise do capitalismo neoliberal não se trata simplesmente de uma crise econômica, pois há uma abrangência também política, social e ambiental. Nesse sentido, é possível dizer que se o regime capitalista está em crise, logo a democracia também está, uma vez que se encontra imersa nesse processo conflituoso. Em última instância, o capitalismo também estipula um limite para a democratização das sociedades.

2.5 Os guias da crise democrática contemporânea

Parte dos teóricos da agenda da crise democrática contemporânea afirma que a crise reside no âmbito institucional e na forma distinta em que essa crise ocorre. Nancy Bermeo (2016) postulou seis diferentes formas de golpe, os quais são promovidos pelos próprios governos, sem que haja necessidade da participação de soldados e militares:

- o golpe de Estado tradicional;
- os golpes executivos no qual os ocupantes do poder suspendem o funcionamento das instituições democráticas;
- a fraude do dia da eleição do processo eleitoral é manipulada para produzir um determinado resultado;
- os golpes promissórios em que a democracia é tomada por pessoas que em seguida convocam eleições para legitimar seu governo;
- a ampliação do poder do Executivo ocorre quando os ocupantes do poder desgastam as instituições democráticas sem chegar a derrubá-las; e
- a manipulação estratégica das eleições quando as eleições não são exatamente livres e justas, mas tampouco são claramente fraudulentas;

Por outro lado, tradicionalmente,

[...] um golpe de Estado clássico opera com base na intimidação e na coerção. Mas um golpe que se disfarça nas dobras da democracia pode contar com a passividade inata do público para conseguir o que planeja. Na maioria das democracias funcionais, o povo quase sempre se limita ao papel de espectador. Assiste a tudo enquanto as decisões políticas são tomadas em seu nome por representantes eleitos que, depois, pedem sua aprovação na eleição seguinte. Se for nisso que a democracia tiver se transformado, serve como um excelente disfarce para a tentativa de minar a democracia, pois as duas são notavelmente parecidas (Runciman, 2018, p. 53).

A exemplo disso, Robert Mugabe, ex-presidente do Zimbábue, desde a independência do país do Reino Unido, em 2017, foi deposto pelas Forças Armadas. Alguns consideraram uma tentativa de golpe-militar do seu Governo; outros, o restabelecimento da ordem do país.

Sob outra perspectiva, há um consenso de que, na contemporaneidade, as democracias se esgotam lentamente e, muitas vezes, por meio de processos legítimos (Runciman, 2018; Castells, 2018; Levitsky E Ziblatt, 2018; Mounk, 2019), Isto é, o "retrocesso democrático hoje começa nas urnas" (Levitsky E Ziblatt, 2018, p. 16), tendo em vista que o processo se desdobra de forma gradual e por dentro das instituições democráticas. Por isso, alguns teóricos defendem a necessidade de que os cidadãos sejam atentos e não meros espectadores, pois

[...] quanto mais a democracia é tida como segura, maiores são as possibilidades de que venha a sofrer uma subversão sem precisar ser derrubada. Em especial, a ampliação do poder do Executivo – em que homens fortes eleitos minam as instituições democráticas enquanto alegam defendê-las – parece ser a maior ameaça à democracia no século XXI. Há sinais de que esteja em curso, entre outros países na Índia, na Turquia, nas Filipinas, no Equador, na Hungria e na Polônia; e é possível que também ocorra nos Estados Unidos. O problema é que pode ser difícil saber com certeza. A grande diferença entre um golpe de Estado clássico e esses outros tipos de golpe é que o primeiro é um evento isolado em que se decide entre tudo ou nada, enquanto os outros são processos graduais (Runciman, 2018, p. 52).

Tal processo é definido como democracia de plateia e democracia de espectadores¹⁸, e Runciman (2018, p. 53-54) o define como uma:

[...] ideia básica é que o povo se limite a assistir a uma representação em que seu papel é aplaudir ou negar o aplauso nos momentos apropriados. A política democrática se transformou num espetáculo elaborado, demandando um número cada vez maior de atores bem característicos para manter cativa a atenção do público.

¹⁸ Este é o mesmo efeito produzido pelos referendos e plebiscitos. Superficialmente, esses podem parecer democráticos, contudo não o são, uma vez que convocam os espectadores a se pronunciarem sobre uma proposta para a qual não contribuíram e, além disso, seu resultado é revisado pelos políticos, que dão a ele o tom que consideram adequado (Runciman, 2018); por isso não há democracia direta devido o resultado ser passível de manipulação.

Para Castells (2018), esse momento que a democracia atravessa se trata de uma profunda crise.

Existe, porém, uma crise ainda mais profunda, que tem consequências devastadoras sobre a (in)capacidade de lidar com as múltiplas crises que envenenam nossas vidas: a ruptura da relação entre governantes e governados [...] A ruptura é mais profunda, tanto em nível emocional quanto cognitivo. Trata-se do colapso gradual de um modelo político de representação e governança: a democracia liberal que se havia consolidado nos dois últimos séculos, à custa de lágrimas, suor e sangue, contra os Estados autoritários e o arbítrio institucional (2018, p. 7-8).

Os autores apontam itens que ora convergem entre si, ora se distanciam sobre a identificação da crise democrática liberal, assim:

[...] resulta da conjunção de vários processos que se reforçam mutuamente. A globalização da economia e da comunicação solapou e desestruturou as economias nacionais e limitou a capacidade do Estado-nação de responder em seu âmbito a problemas que são globais na origem, tais como as crises financeiras, a violação aos direitos humanos, a mudança climática, a economia criminosa ou o terrorismo (Castells, 2018, P. 18).

Historicamente,

[...] em quase todos os casos de colapso democrático que nós estudamos, autoritários potenciais – de Franco, Hitler, Mussolini na Europa entre guerras a Marcos, Castro e Pinochet, durante a Guerra Fria, e Putin, Chávez e Erdogan mais recentemente – justificaram a sua consolidação de poder rotulando os oponentes como uma ameaça à sua existência (Levitsky, p. 107, 2021).

Przeworski (2020, p. 17) resume esse movimento em

Um novo governo assume oferecendo soluções mágicas e alegando que a oposição mal-intencionada resiste a elas. Para ter liberdade total para implementar suas políticas, o Executivo precisará dismantelar as restrições institucionais advindas do sistema de separação de poderes, o Legislativo e os tribunais. Ao mesmo tempo, temeroso de perder o posto nas eleições seguintes, tomará medidas para diminuir essa probabilidade. Essas medidas podem incluir a mudança de fórmulas eleitorais, o redesenho e distritos, alterações nos direitos do eleitor, intimidação da oposição [...] restrição da independência do Judiciário, uso de referendos para superar barreiras constitucionais, aparelhamento partidário da máquina estatal e censura da mídia.

Para Mounk (2019, p. 2017-218):

Existem [...] três maneiras principais pelas quais o mundo politicamente instável de hoje difere do mundo politicamente estável de outras eras. Houve épocas em que as democracias liberais conseguiram assegurar a seus cidadãos um crescimento muito rápido no padrão de vida. Hoje, isso não é mais possível. Houve épocas em que as elites políticas controlavam os meios de comunicação mais importantes e conseguiam de fato excluir as opiniões radicais da esfera pública. Hoje, outsiders políticos sentem-se livres para espalhar ódio e mentiras. E houve épocas em que a homogeneidade de seus cidadãos — ou pelo menos uma hierarquia racial íngreme — em boa medida explicava o que unia as democracias liberais. Hoje, os cidadãos têm de aprender a viver em uma democracia muito mais igual e diversa. Cada um desses problemas indica o

caminho para um desafio urgente e intimidador. Enfrentar esses desafios um a um vai ser extremamente difícil. Abordar os três ao mesmo tempo pode se revelar impossível. E, contudo, temos de tentar, pois o destino da democracia liberal talvez dependa disso.

Com base no que foi exposto acima, entende-se, portanto, que a ascensão da extrema direita se trata de uma nova forma de se fazer política, a qual é atravessada por diversos outros fatores de ordem conjuntural. Assim, segue abaixo, o quadro que expõe uma síntese das obras e as abordagens por cada autor.

Quadro 1 - Síntese dos livros sobre a crise da democracia liberal contemporânea

AUTOR	LIVRO	REGIÃO	CAUSAS DA CRISE DEMOCRÁTICA	ARGUMENTOS
Levitsky e Ziblatt.	Como as democracias morrem (2018).	Estados Unidos e Europa	1. A intolerância e negação da legitimidade dos adversários políticos; 2. A rejeição das regras democráticas; 3. A tolerância ou encorajamento à violência; e 4. A propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia.	Os impactos da extrema polarização sobre a democracia leva à crise democrática, pois trata o adversário como inimigo.
Runciman.	Como a democracia chega ao fim (2018).	Estados Unidos e Europa	1. A violência política; 2. A estagnação econômica; 3. As calamidades ou catástrofes repentinas; e 4. As redes sociais como nova forma de comunicação.	O problema da democracia está nos valores e na fragilidade das instituições.
Castells.	Ruptura: A crise da democracia liberal (2018).	Europa	1. A percepção social de um sistema econômico injusto e crise econômica; 2. A série de casos de corrupção política; 3. O distanciamento do estado-nação da nação (crise de legitimidade); 4. A política do medo e xenofobia; e 5. A globalização.	Houve uma ruptura da relação entre governantes e governados.
Mounk.	O povo contra a democracia (2019).	Estados Unidos	1. A estagnação econômica; 2. As redes sociais como nova forma de comunicação; 3. A identidade nacional e o receio de uma democracia multiétnica.	Houve um declínio da confiança na democracia liberal, somado à emergência do populismo, que levou à crise da democracia liberal.

Eatwell e Goodwin.	Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal (2020).	Estados Unidos e Europa	1. A Desconfiança: Descrédito da democracia; 2. A Destruição: Sentimento de perda da comunidade; 3. A Privação: Perda do poder de compra; e 4. O Desalinhamento: Desconexão entre os partidos e a população.	A ascensão dos Nacional-populistas decorre de uma série de fatores enraizados na sociedade, crises econômicas e insatisfação com o regime democrático liberal. Assim, não se trata de fenômeno passageiro.
Avritzer.	Impasses da democracia no Brasil (2016).	Brasil	1. Os paradoxos do combate à corrupção; 2. A perda de status das classes médias e maior proximidade com as classes mais populares; 3. O novo papel do Poder Judiciário; 4. Os limites do presidencialismo de coalizão; e 5. Os limites da participação popular na política.	A democracia alcançou o seu limite em razão do presidencialismo de coalizão e do ineficiente combate à corrupção.
Branches et. al.	Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje (2019).	Brasil	1. Polarização política; 2. Desalinhamento partidário; 3. Uso de redes sociais; 4. Adversário político como inimigo; e 5. Descrédito das instituições públicas.	A ascensão da extrema direita decorreu em função da junção de múltiplos fatores que por consequência fragilizou a democracia brasileira.

Fonte: Castells, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018; Mounk, 2019; Runciman, 2018; Eatwell e Goodwin, 2020; Avritzer, 2016; Branches et. al., 2019. Elaboração: o autor, 2023.

2.5.1 Globalização e a ameaça a identidade

A globalização é um fator apontado como causador da crise democrática (Castells, 2028, Eatwell E Goodwin, 2020), bem como também é um processo multifacetado (Giddens, 2006) que não somente é de cunho econômico. Trata-se de processos que "criam, multiplicam, estendem e intensificam interdependências e intercâmbios à escala mundial" (Steger, 2006, p. 22). Ainda que não se tenha consciência, esse último é o fator mais perceptível, conforme aponta Giddens (2006, p. 19):

[...] vivemos num mundo de transformações, que afectam quase tudo o que fazemos. Para o melhor e para o pior, estamos a ser empurrados para uma ordem global que ainda não compreendemos na sua totalidade, mas cujos efeitos já se fazem sentir em nós.

A globalização não se constituiu de forma equânime por todo o globo. Isso significa que o desenvolvimento e as estratégias mudam de país para país. Assim,

[...] os países asiáticos, sobretudo a China e a Índia, aderem às estratégias desenvolvidas pelo Japão e pela Coreia. Para esses países, a globalização econômica abre importantes oportunidades de desenvolvimento, pois as empresas nacionais abarcam uma grande variedade de mercados de produtos. No entanto, na maioria dos setores da economia, e, sobretudo, nos serviços e nas indústrias de mão-de-obra, as empresas dos países do Sul, inclusive daqueles que estão engajados em uma competição econômica "global" e ambiciosa, ganham lugar nos mercados internacionais, maximizando sua vantagem comparativa centrada nos preços. Setores inteiros da economia dos países do Sul se confinam, assim, em formas de gestão da inovação, dos processos industriais, mas, sobretudo, de sua mão-de-obra, que continuam sendo características das relações de dependência, de subdesenvolvimento, ou ainda de mal-crescimento, tais como foram estabelecidas nos anos 70 (Giraud, 2007, p. 396).

No que tange a economia, alguns teóricos já defendiam a tese de que a globalização se tratava de uma renovação do neoliberalismo (Fliegstein, 1997). O mercado financeiro e o comércio foram desvinculados dos territórios e isso é um processo do capital. Para Eatwell e Goodwin (2020), a economia globalizada, de caráter neoliberal, promoveu o sentimento de privação que significa a crença do sentimento de perda em relação aos outros grupos. "Essa profunda sensação de perda está intimamente relacionada à maneira como pensam sobre questões como imigração, identidade e confiança nos políticos" (2020, p. 21). Assim, como também afirma Castells (2018, p. 19):

[...] os governos nacionais, quase sem exceção até agora, decidiram unir-se ao carro da globalização para não ficarem de fora da nova economia e da nova divisão de poder. E, para aumentar a capacidade competitiva de seus países, criaram uma nova forma de Estado - o Estado-rede -, a partir da articulação institucional dos Estados-nação, que não desaparecem, mas se transformam em nós de uma rede supranacional para qual a transferem soberania em troca de participação na gestão da globalização

A extrema direita incorporou esta pauta em seus discursos. Como exemplo, Castells (2018) diz que "Trump identificou a globalização como inimigo do povo, ecoando um sentimento geral" (p. 41). O autor ainda explica que "o multiculturalismo e a imigração são dimensões essenciais da globalização, porque induzem o chamamento à comunidade identitária" (p. 37). Já Eatwell e Goodwin (2020) chamam este processo de destruição e defendem a ideia de que os nacionais-populistas são estimulados

[...] pelo profundo desejo de trazer de volta à agenda um conjunto mais amplo de valores e retomar sua voz: reafirmar a primazia da nação sobre organizações internacionais distantes e não responsabilizável; reafirmar identidades nacionais amadas e enraizadas contra identidades transnacionais difusas e sem raízes; reafirmar a importância da estabilidade e da conformidade contra a infinita e perturbadora instabilidade que flui da globalização e da rápida mudança étnica; e reafirmar a vontade do povo sobre a vontade dos democratas liberais elitistas que

parecem cada vez mais distantes da vivência e da perspectiva do cidadão comum (p. 31).

Anteriormente, Crouch (2004, 2020) afirmou que a globalização carrega parte considerável das decisões das elites, da mesma forma que os debates são transferidos para o âmbito global, isto é, no âmbito dos fóruns internacionais. Nessa lógica, há o abandono da participação popular nas filiações e na atuação dos partidos, por exemplo.

O questionamento da identidade nacional está diretamente relacionado à globalização (Castells, 2018; Mounk, 2019; Eatwell E Goodwin, 2020). Uma parcela das populações europeias e estadunidenses entendem que suas identidades estão ameaçadas, quando há imigração de estrangeiro em seu país, porque a mudança étnica contribui para a "destruição das comunidades da identidade histórica do grupo nacional" (Eatwell E Goodwin, 2020, p. 21). Desde o fim do século XX, esses continentes têm presenciado significativas ondas de imigração em seus países e isso tem impactado a concepção de identidade nacional.

Nessa lógica, a falta de identidade comum impacta o sentimento compartilhado de pertencimento a uma comunidade, de modo que é difícil sua construção, segundo Castells (2018, p. 84-85):

Não é um assunto fútil. Porque, sem essa identidade, tudo vai bem só enquanto ser europeu traz vantagens e nenhum inconveniente. Atravessar fronteiras sem se submeter a controles, pagar usando a mesma moeda, dispor de um mercado mais amplo e de uma reconhecida mobilidade de trabalho são vantagens apreciadas pelos cidadãos europeus. Mas quando se trata de meter a mão no bolso para remediar os problemas sociais ou as dificuldades econômicas "dos outros", aí começam os problemas. E de onde poderia vir essa identidade comum europeia? Obviamente, não da língua, nem da religião (porque os Estados são laicos e há religiões minoritárias não cristãs), nem da história compartilhada (porque o que compartilhamos principalmente foram guerras e massacres), nem de um território (porque os costumes e as instituições diversificam a geografia), nem da raça, perigoso conceito que não unifica sociedade pluriétnicas. E a identidade baseada em valores de civilização, tais como a democracia liberal ou os direitos humanos, não é específica da Europa uma vez que se estende a muitos outros países começando pela América do Norte e pela América Latina.

A ausência da identidade também contribui para esse processo de medo. Nesse sentido, não foi surpresa alguma a sequência de ataques aos imigrantes pelos líderes de extrema direita dos países do centro do sistema.

Donald Trump foi eleito, em 2016, com a promessa de construir um muro de divisão entre México e Estados Unidos¹⁹, para então dificultar a travessia de imigrantes.

¹⁹ "Governo Trump concluiu apenas 60% da obra do muro na fronteira com México". Disponível em:

"Trump passou a perna em todos ao entrar na campanha atacando diretamente a imigração e denunciando os mexicanos como ladrões, estupradores e narcotraficantes" (Castells, 2018, p. 41).

O estrangeiro latino foi associado à perda da identidade nacional, ao aumento dos indicadores de violência e à criminalidade; a baixos salários e às más condições de trabalho da classe trabalhadora estadunidense (Somerville E Sumption, 2009). Além disso, foram culpados pela sobrecarga dos serviços de educação, transporte, saneamento e comunicação (Weiner, 1992; Stivachtis, 2008). Os imigrantes latinos, em solo estadunidense, são considerados por parte da população como aproveitadores²⁰. A percepção de intolerância para com o outro havia aumentado, assim como na América Latina, mas com o povo negro, indígena e LGBT.

2.5.2 Terrorismo global

O Terrorismo global também é colocada como uma das causas da erosão democrática (Castells, 2018) e que pode ser definido como "exaltação da morte, uma mensalidade legionária de múltiplas encarnações" (Castells, 2018, p. 30). A literatura aponta para alguns exemplos, como na Espanha, com o Pátria Basca e Liberdade (ETA) ou Euskadi Ta Askatasuna e Grupos Antiterroristas de Liberación (GAL); na Colômbia, os guerrilheiros e paramilitares; no México, cartéis de narcotráfico; e no Chile, os sicários de Pinochet; no Oriente Médio, com o embate entre os palestinos e israelenses.

Atualmente, o foco da política terrorista global tem se concentrado no Estado islâmico e na decomposição do Iraque e da Síria, a qual tem afetado milhares de indivíduos e ocasionado refúgios, pois

seus atos destruíram a convivência, introduziram o estado de alerta permanente em toda a Europa e acarretaram uma onda xenofobia e islamofobia que transformou o cenário político europeu (Castells, 2018, p. 33).

<<https://veja.abril.com.br/mundo/governo-trump-concluiu- apenas-60-da-obra-do-muro-na-fronteira-com-mexico/>>. Acesso em 19 de outubro de 2022.

²⁰"Americanos não aguentam mais: "Estrangeiros, go home"". Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/mundialista/americanos-nao-aguentam-mais-estrangeiros-go-home/>>. Acesso em 19 de outubro de 2022.

De acordo com a tabela abaixo, é possível perceber que o nível de preocupação com ataque terrorista aumentou entre 2010 a 2022. A categoria "muito" cresceu de 18,2% para 27,6% entre as ondas de 2010 a 2017. Esses dados corroboram a tese acima.

Tabela 3 - Nível de preocupação dos estadunidenses de ataque terrorista (2010-2022)

Escala	2010-2014	2017-2022
Muito	18.2%	27.6%
Bastante	34.5%	40.2%
Não muito	36%	26.1%
De jeito nenhum	9.8%	5.3%
Não respondeu	1.4%	0.7%

Fonte: World Values Survey, 2023. Disponível em:
<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>.

Seguindo essa lógica, é necessário precaver-se em relação ao "outro", o qual, muitas vezes, é considerado suspeito, fato que faz com que os cidadãos aceitem a constante vigilância: por meio de eletrônicos, revistas, detenção preventiva e militarização. Nesse sentido, a lógica é invertida, segundo Castells (2018, p. 29): "O que constitui exceção por motivos de segurança vai se transformando na regra que rege nossas vidas". Então se, por um lado, estigmatiza-se a comunidade muçulmana; por outro, alimenta-se a radicalização. O mesmo autor ainda enxerga essa situação como um problema para a democracia liberal:

[...] porque um estado de emergência permanente justifica no imaginário coletivo a restrição sistemática das liberdades civis e políticas, criando uma ampla base social para a islamofobia, a xenofobia e o autoritarismo político (2018, p. 36).

Na França,

Macron chegou à Presidência convencido de que o medo do terrorismo é o caldo da cultura da Frente Nacional. E de que, para a minoria muçulmana (5,5 milhões) e dar sinal verde para a repressão policial são medidas inevitáveis que legitimam um líder protetor da ordem (Castells, 2018, p. 80).

A tabela abaixo evidencia que quase metade (41,30%) dos estadunidenses relacionam o imigrante a uma ameaça terrorista.

Tabela 4 - Percepção dos estadunidenses em relação à presença de imigrantes e o aumento do risco de um ato terrorista (2017-2022)

Escala	2017-2022
Não	18,30%

Difícil de dizer	38,70%
Sim	41,30%
Não sabe	0,10%
Não respondeu	1,50%

Fonte: World Values Survey, 2023. Disponível em:
<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSOnline.jsp>.

Neste mesmo sentido, a mobilização a favor do Brexit foi apoiada principalmente pela exigência do controle das fronteiras, a soberania nacional e a rejeição à imigração,

[...] uma reafirmação da soberania nacional; não foi nacionalismo de cunho imperial, ancorado na nostalgia de um passado glorioso, mas um reflexo defensivo, buscando proteger o direito de estar em casa sem interferências [...] embora a imigração tenha sido motivo mais palpável da recusa à integração europeia, a resistência à dependência dos fluxos globais e à cultura cosmopolita é o que subjaz como fundamento da sociedade do brexit (Castells, 2018, p. 62, 65).

Esse processo político do terrorismo e suas consequências vão negando os princípios básicos da democracia liberal e a pluralidade.

2.5.3 As calamidades ou as catástrofes repentinas

As calamidades ou as catástrofes repentinas (Runciman, 2018) tratam-se do medo quanto à iminência de eventos catastróficos como, por exemplo, uma guerra nuclear e mudanças climáticas. Esses eventos se mostram como desafios para a ordem social e política, uma vez que podem dizimar a vida humana e o que, em última instância, corrobora com interpretação do autor de que, sem vida, não há democracia:

Em contraste com a extinção do universo, a morte da democracia parece uma preocupação banal. Muitos dos que defendem essa maneira de pensar veem a democracia como uma das coisas que deveríamos fazer o possível para preservar das cinzas. Ela contribui para tornar a vida digna de ser vivida. Mas isso é diferente de supor que a democracia é o que irá nos preservar. Diante de um risco para a existência, a democracia se torna, em última análise, descartável (idem, 2018, p. 111).

Esse medo vem se tornando cada vez menos forte em função da queda do muro de Berlim. A Guerra Fria lidou, em boa parte do século XX, com o medo da população mundial de uma 3ª Guerra Mundial, da qual muitos sairiam aniquilados.

Durante as quatro décadas de duração da Guerra Fria, quando o mundo precisava conviver com a ameaça diária de destruição, a democracia parecia florescer. Foi o período do grande progresso democrático: a democracia se difundiu, se estabilizou e prosperou. Uma era que culminou com a afirmação de Fukuyama de que tínhamos chegado do fim da história com o predomínio da democracia liberal. Mesmo que não acreditem mais nisso, é claro que a democracia moderna teve seus melhores anos na mesma época em que o Estado nuclear se encontrava em ascensão. Se as armas nucleares são fatais para a democracia, como a democracia conseguiu conviver tão bem com elas? (idem, p. 116).

Ademais, conforme destacado por Runciman (2018), as respostas a essas calamidades tendem a ser reativas e descoordenadas, o que se pode levar a uma série de consequências negativas. Ele sugere que, para enfrentar esse problema, é necessário uma abordagem mais estruturada e proativa, com um planejamento cuidadoso e com coordenação entre as diversas agências envolvidas.

Para sustentar essa visão, Runciman (2018) se vale de três exemplos. Sobre ataques terroristas, o autor menciona o ataque de 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos, que teve um impacto significativo na forma com que os estadunidenses enxergavam a segurança nacional e a liberdade civil.

A respeito dos desastres naturais, também considera casos como o terremoto e tsunami de 2011, no Japão, e o Furacão Katrina, em 2005, nos Estados Unidos, a fim de mostrar que as instituições democráticas podem enfrentar grandes dificuldades para lidar com desastres naturais.

Runciman também discute epidemias como a SARS-CoV-2, a gripe suína — H1N1 — e o Ebola, que colocaram os sistemas de saúde e as estruturas políticas em situações delicadas.

Essas são pautas que não conseguem mobilizar as populações como antigamente. Uma população não mobilizada na democracia é um elemento muito forte da própria crise da democracia.

Se por um lado, não há uma mobilização sob o risco da própria existência. Por outro lado, falar de política e manutenção da democracia pode não ser prioridade para agenda política dos indivíduos numa sociedade.

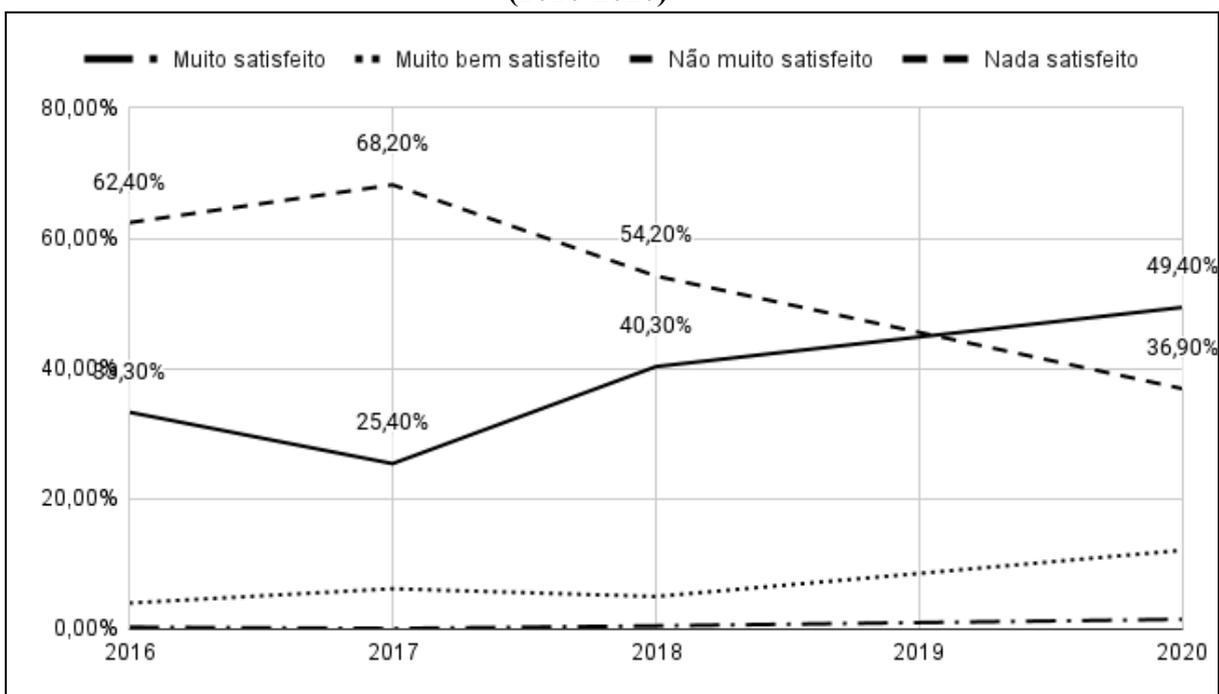
2.5.4 A crise econômica

A crise econômica é um dos fatores centrais e sempre citado quando se trata da crise democrática contemporânea (Mounk, 2019). A literatura sobre a qualidade da democracia afirma que o desempenho econômico é um fator importante para explicar atitudes dos indivíduos no que se refere à preferência por um candidato, à avaliação do governo ou mesmo à confiança nos políticos (Salinas; Booth, 2011; Fuks, 2016). Assim sendo, Runciman (2018, p. 45) exemplifica tal ideia com o caso da Grécia dizendo que:

[...] mesmo na condição de extrema pobreza em que a Grécia hoje se encontra, a maioria de seu povo tem coisa melhor a fazer do que arriscar a vida na política. O mais perto que a democracia grega contemporânea chegou de um colapso foi no final de 2011, quando o governo eleito em Atenas foi incapaz de concordar quanto às medidas para enfrentar a crescente crise da dívida.

O gráfico 1, abaixo, corrobora para com a ideia da insatisfação da população brasileira em relação à economia. O Latinobarômetro perguntou aos brasileiros sobre o nível de satisfação com o funcionamento da economia e concluiu que quase metade (49,40%) da amostra entrevistada se demonstrava insatisfeita com o funcionamento da economia.

Gráfico 1 - Nível de satisfação com o funcionamento da economia no Brasil (2016-2020)



Fonte: Latinobarômetro das Américas, 2023; Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023.

A ideia é de que a economia, por muito tempo, permaneceu em crise e não conseguiu se desenvolver a ponto de promover plena redistribuição de renda, de forma que a desigualdade e a concentração de renda passaram a ser elementos que afetaram negativamente a democracia (Mounk, 2019). Para Eatwell Goodwin (2020, p. 36-47),

[...] não há dúvidas de que a crise financeira criou espaço para os nacional-populistas. Para além de exacerbar divisões já existentes entre os eleitores, ela contribuiu para a perda de apoio dos partidos políticos tradicionais e para níveis recordes de volatilidade política na Europa [...] No Brasil, a última crise financeira foi somente um dos fatores que levaram ao poder o *outsider* político Jair Bolsonaro, que só recentemente se filiou ao Partido Social Liberal em um país no qual há corrupção disseminada [...] Muitos de seus apoiadores também foram motivados pela economia liberal e por preocupações sociais de direita, como a hostilidade ao feminismo e aos direitos LGBT, que frequentemente foram associadas à defesa do tradicionalismo cristão. [...] Mesmo sendo deputado federal desde o início da década de 1990, muitos viram Bolsonaro como nova esperança, um salvador nacional. Ele parecia divorciado da corrupção endêmica do país.

A crise financeira, a grande recessão e a crise da dívida pública na Europa são aspectos importantes, conforme John Judis, a preocupação com a imigração é um subproduto da preocupação econômica (Eatwell E Goodwin, 2020, p. 23).

2.5.5 Rejeição às regras do jogo democrático

Outro fator apontado como indicio da crise democrática é a rejeição às regras do jogo democrático (Mounk, 2018, Levistky E Ziblat, 2018). O objetivo do autocrata é semear a dúvida e desacreditar as instituições públicas, de forma que essas fiquem enfraquecidas e que o seu discurso faça sentido para a população. Trump assim o fez ao questionar o resultado das eleições, no caso de sua derrota, em 2020²¹.

Em outro momento, Donald Trump também fez ataques ao Poder Judiciário²². Na perspectiva de Levistky e Ziblat (2018), tal atitude se trata de uma estratégia para a

²¹A este respeito ver: Fatos Primeiro: Trump e outros republicanos lançam dúvidas sobre resultados das eleições nos EUA. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-e-outras-republicanos-lancam-duvidas-sobre-resultados-das-eleicoes-nos-eua/>>. Acesso em 25 de março de 2023.

²² Ver em: Após acusações, Trump diz que sistema de Justiça virou "sem lei" e ataca Biden. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/apos-acusacoes-trump-diz-que-sistema-de-justica-virou-sem-lei-e-ataca-biden/>>. Acesso em 25 de março de 2023.

"captura do árbitro". No sistema democrático, o autocrata faz a cooptação do Poder Judiciário mediante a alteração de sua composição e os ministros são levados para o lado do governo e, logo, não há mais um árbitro imparcial.

A principal lógica é de que "se os cidadãos percebem que o sistema político dá conta de seus compromissos, a sua legitimidade será aumentada" (Hooghe; Kern, 2017), logo o autocrata necessita minar o sistema político. Por isso, a desconfiança das instituições se mostra como um dos fatores causais da crise, "eleições não parecem adiantar nada: vença quem vencer, os mesmos problemas persistem. A confiança na política democrática se encontra no ponto mais baixo de todos os tempos" (Runciman, 2018, p. 35). Por outro lado,

Os cidadãos se desiludiram completamente com a política e se tornaram inquietos, encolerizados, e mesmo desdenhosos [...] Não pode haver mais qualquer dúvida que nós estamos passando por um momento populista. A questão é saber se esse momento populista se transformará em uma Era Populista; ele põe em dúvida a sobrevivência da democracia liberal (Mounk, 2018, p. 2).

Já nos Estados Unidos, nos anos 1930 e 1950, respectivamente, 71% e 57% dos americanos gostavam de viver em uma democracia, contra apenas 29%, nos anos 1980. O interesse dos americanos pela política caiu de maneira ainda mais acentuada. De um lado, a confiança no Congresso americano caiu de 40%, nos anos 1970, para 7%, no ano de 2014 (Mounk, 2018). Do outro, a confiança nas Cortes americanas e no sistema de justiça se manteve no mesmo patamar, conforme consta abaixo na tabela do World Values Survey (WVS), em suas duas últimas ondas.

Tabela 5 - Escala de confiança dos estadunidenses no sistema de justiça e nas Cortes americanas (2010-2022)

Escala	2010-2014	2017-2022
Muita confiança	8,90%	11,10%
Bastante confiança	44,90%	46%
Não tem muita confiança	37,60%	35%
Nenhuma confiança	6,50%	6,70%
Não sabe	0%	0,10%
Não respondeu	2,10%	1%

Fonte: Word Values Survey, 2023. Disponível em:
<<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSOnline.jsp>>.

A tese é de que as pessoas não sentem que suas opiniões e escolhas façam a diferença, fato que interfere diretamente na política, como descreve Runciman (2018, p. 70): Qualquer um que tenha perdido a fé na possibilidade de mudança política tende a acreditar que votar nem vale a pena; qualquer um que pare de votar tende a achar que é ignorado pelo sistema porque suas opiniões não contam.

Ainda para o mesmo autor, as instituições públicas estão descredibilizadas, pois se mostram incapazes de oferecer melhores respostas, não por serem subdesenvolvidas, mas por estarem cansadas. As palavras de Runciman traduzem melhor, a respeito do questionamento sobre e a deslegitimação das instituições são recorrentes.

Há muitos maus perdedores, que consideram a derrota uma prova de que o sistema é manipulado contra eles. Só a vitória os faz mudar de ideia. [...] É um círculo vicioso em potencial. Ainda assim, tem seus limites. Enquanto um número suficiente de eleitores se dispuser a ver a vitória de um dos dois lados como uma vitória pessoal, a democracia pode continuar funcionando. O perigo surge quando os perdedores de sempre superam em número os vencedores ocasionais — quando a teoria da conspiração deixa de ser um passatempo da minoria e se converte numa ocupação majoritária. Pode ser que estejamos bem no meio dessa mudança (Runciman, 2018, p. 70).

Por fim, a tese de Runciman (2018) termina com a afirmativa de que a confiança política democrática se encontra no ponto mais baixo de todos os tempos e o que torna a eleição de populistas mais suscetíveis, fato que ocorreu não só nos Estados Unidos, mas também em diversos países.

2.5.6 Ataque as mídias tradicionais

Embora as mídias tradicionais também tenham sofrido ataques de líderes de extrema direita, o uso de redes sociais como ferramenta de comunicação em massa foram elementos fundamentais no desenho da atual crise democrática (Castells, 2018; Runciman, 2018; Mounk, 2019, p. 152-153).

A modernização dos meios de comunicação alterou o modo de se fazer política e, conseqüentemente, as eleições de representantes, bem como a maneira de se fazer propaganda política e eleitorais e a visibilidade de candidatos políticos de partidos pequenos com poucos recursos

[...] para os partidos que pretendem atingir a maior parcela do eleitorado possível, tornou-se essencial lançar mão da internet como ferramenta para agregar visibilidade às opiniões e aos projetos de seus candidatos, levando em conta os aspectos positivos que as novas tecnologias trazem para a campanha,

tais como custo baixo, espaço livre e ilimitado para postagens, abertura de diálogo e estreitamento da relação com o eleitorado, numa comunicação direta, que ultrapassa os filtros midiáticos (Davis et al. 2009 *apud* Ituassu et al., 2014, p. 8).

Anteriormente, as informações eram bastante centralizadas nos jornais e televisões, acarretando a desobrigação de se verificar a veracidade. Na perspectiva de Runciman (2018),

o governo e os bancos fazem o possível para impedir a difusão de más notícias. Como agora existem tantas outras fontes de informação na internet, as notícias acabam se espalhando. Mas a proliferação das fontes de notícias dificulta entender o que de fato está acontecendo. As pessoas tendem a procurar o que querem ouvir, de modo que no fim das contas ninguém fica muito informado. Isso não era possível em 1967. Na época, a única escolha era ouvir o pior (2018, p. 41-42).

A descentralização da disseminação de informações pode, muitas vezes, provocar informação e desinformação, de acordo com Gomes (2021, p. 525),

[...] por certo, não será a só existência da Internet, de computadores, smartphones, tablets, redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter que influenciará a órbita política de modo relevante e às vezes decisivo. A tecnologia sozinha nada determina nem transforma, sendo fundamentais a efetiva ação comunicativa e a conjugação de esforços individuais para a mobilização de pessoas e a construção de novos discursos e, pois, de novas realidades. Mas é verdade que esses tesouros da revolução tecnológica ensejam a formação de redes infinitas de interação humana. Isso permite a difusão rápida de informações (e também de desinformações e fake news), a organização de ideias e ações, bem como a definição e redefinição de estratégias. O formato e a dinâmica da rede permitem que uma informação seja analisada em tempo real em vários ângulos, por inúmeras pessoas, sendo desnudados equívocos, distorções ou inverdades que porventura possam conter. Assim, diversos sentidos podem ser arquitetados a partir da interação e das inúmeras mensagens compartilhadas por uma multidão heterogênea de indivíduos.

Cabe ressaltar que, no ano de 2016, a vitória de Donald Trump, para a presidência dos Estados Unidos, ocorreu sob alto índice de disseminação de notícias falsas, principalmente, por meio das mídias sociais. Naquele mesmo ano, o *Oxford Dictionary* estabeleceu a palavra do ano: *pós-verdade*. Isto é, a verdade foi substituída pela opinião, percepção e pela emoção; então, nesse processo, seria a distorção da realidade (Medrán, 2017).

Guess, Nagler e Tucker (2019), ao analisarem o facebook, no período da campanha presidencial de Trump, concluíram que

conservatives were more likely to share articles from fake news domains, which in 2016 were largely pro-Trump in orientation, than liberals or moderates. We also find a strong age effect, which persists after controlling for partisanship and ideology: On average, users over 65 shared nearly seven times as many articles

from fake news domains as the youngest age group (Guess, Nagler E Tucker, 2019, p. 1).

Assim, foi necessária certa regulação da comunicação política a fim de evitar distorção de sua função.

[...] A comunicação política, essencial não apenas para a formação da vontade do eleitorado, mas principalmente para a consciência política, vem sendo fortemente restringida por sucessivas leis que diminuem as possibilidades de propaganda eleitoral e, por consequência, reduzem a competição política e a chance de alternância nos espaços de poder. Regras eleitorais estão mais preocupadas em restringir a propaganda, como impor limites milimétricos aos meios de propaganda, do que fortalecer um espaço de verdadeira discussão (Pimentel E Tesseroli, 2019, p. 133-134).

Nas palavras de Mounk (2019),

[...] houve épocas em que as elites políticas controlavam os meios de comunicação mais importantes e conseguiam de fato excluir as opiniões radicais da esfera pública. Hoje, *outsiders* políticos sentem-se livres para espalhar ódio e mentiras. E houve épocas em que a homogeneidade de seus cidadãos — ou pelo menos uma hierarquia racial íngreme — em boa medida explicava o que unia as democracias liberais. Hoje, os cidadãos têm de aprender a viver em uma democracia muito mais igual e diversa (p. 217).

Já para Castells (2018), se por um lado, os indivíduos adotaram as redes sociais como ferramenta de discussão e articulação política; por outro lado, as instituições e os partidos políticos permaneceram atuando analogicamente. Sobretudo, na disseminação de *fake news*, que não só tem alterado a forma de participação política, bem como, por consequência, tem enfraquecido a democracia.

2.5.7 Crise de legitimidade da democracia

A crise de legitimidade da democracia também é considerada um fator causal para a crise democrática contemporânea (Castells, 2018, Eatwell E Goodwin, 2020). Ademais, essa mesma crise também tem gerado um discurso reacionário, medo e idealização de retorno a um passado ideal, como aponta Castells (2018, p. 38)

[...] nova legitimidade funciona por oposição. E se constrói em torno de um discurso que projeta uma rejeição geral ao estado de coisas, prometendo a salvação por meio da ruptura com essa ordem incrustada nas instituições.

O autocrata, por meio do próprio processo político (que está apoiado na natureza elitista da democracia liberal), fomentou a desconfiança nos políticos e das instituições, como, assim, afirmam sobre a figura do autocrata Eatwell e Goodwin (2020): "[...] alimentou a sensação, entre grande número de cidadãos, de que já não possuem voz no diálogo nacional. A democracia liberal sempre buscou minimizar a participação das massas" (p. 20).

A corrupção também se mostrou como uma das principais formas de autodestruição da legitimidade institucional (Castells, 2018, p. 24).

Costuma-se argumentar que se trata apenas de algumas maçãs podres e que isso é normal, levando em conta a natureza humana. Porém, com algumas exceções, como a Suíça e a Escandinávia (mas não a Islândia), a corrupção é um característica sistêmica da política atual.

As medidas de combate à corrupção, além do mais, geram, na população, a sensação de crescimento dos casos de corrupção e é nesse ponto em que está o limite do combate à corrupção.

Tabela 6 - Nível de percepção de corrupção dos estadunidenses (2017-2022)

Escala	Número de respostas	%
1 Não existe corrupção no meu país	26	1%
2	16	0,60%
3	52	2%
4	61	2,30%
5	236	9,10%
6	222	8,50%
7	363	14%
8	439	16,90%
9	251	9,80%
10 Existe corrupção de forma abundante no meu país	909	35%
Não sabe	3	0,10%
Não respondeu	19	0,70%
TOTAL	2597	100%

Fonte: World Values Survey, 2023. Disponível em: <<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>>.

A tabela acima demonstra que o povo estadunidense tem um nível elevado de percepção de corrupção no governo. A maioria das respostas concentram-se nos índices 8 (16,90%), 9 (9, 80) e 10 (35%).

Os líderes nacionais-populistas exploraram e se beneficiaram dessa profunda insatisfação. Assim, como sustentam (Eatwell E Goodwin, 2020, p. 22): "[...] os elos mais fracos entre os partidos dominantes tradicionais e as pessoas, ou o que chamamos de desalinhamento". Dessa forma, foi desenvolvida a desconfiança entre os partidos políticos e os cidadãos em decorrência da percepção de que a democracia já não é mais capaz de resolver os problemas sociais. Os "quatro Ds" são os pilares explicativos da ascensão dos nacional-populistas, de acordo com os autores supracitados:

[...] grande número de pessoas que já não se identificam com os políticos estabelecidos e que sentem que não têm voz na política, que a imigração crescente e a rápida mudança étnica ameaçam seu grupo nacional, sua cultura e seu modo de vida, e que o sistema econômico neoliberal as está deixando para trás em relação a outros na sociedade. Existe um sentimento de mudança e muitos sentem, pela primeira vez em muito tempo, que finalmente podem expressar suas opiniões e gerar mudanças (Ibidem).

Os partidos políticos tiveram significativa atuação nas sociedades modernas dos países do centro do sistema na garantia de empregos, moradia, direitos individuais, mobilidade social etc., de forma que os "[...] europeus e americanos desenvolveram um forte senso de lealdade a esses partidos" (Eatwell E Goodwin, 2020, p. 229). Contudo, a mudança geracional e as preocupações mudaram a relação da sociedade para com os partidos políticos. A sociedade pós-materialista luta pelos direitos das minorias, da comunidade LGBT, pautas das mudanças climáticas e pelo antirracismo. Essa afirmação está em consonância com a tese de Inglehart (1996), o qual, por sua vez, entende que a sociedade pós-materialista é resultado daquilo que o autor denomina como revolução silenciosa: ou seja, há uma preocupação para com pautas feministas, LGTB etc.

Em resposta a tais mudanças, surgiu então a contrarrevolução silenciosa (Ignazi, 1992) a qual, no que lhe diz respeito, impulsionou o surgimento dos nacional-populistas (Eatwell E Goodwin, 2020, p. 237).

Em contraste com o otimismo pós-materialista, foi transformada em novas demandas, majoritariamente não previstas pelos partidos conservadores estabelecidos. Os clamores por sistemas mais rigorosos de lei e ordem, controle da imigração e reafirmação dos valores tradicionais se tornavam cada vez mais altos.

Nesse sentido, houve grande adesão de discursos populistas e autoritários e apoio a líderes políticos contrários ao sistema político e favoráveis à deslegitimação das eleições.

Politics, in any form or fashion, has limits in shaping and transforming societies. This is just a fact of life. I believe that it is important to know these limits, so as not to criticize elections for not achieving what no political arrangements can achieve (Przeworski, 1986, p. 12).

Assim, a ascensão dos nacional-populistas significa, em última instância, a rejeição ao regime democrático (Eatwell E Goodwin, 2020). Como resultado, a política passa a ser feita pela oposição.

Cabe pontuar que um dos enigmas centrais da ciência política é explicar que a persistência da democracia perpassa fundamentalmente por uma questão de confiança (Runciman, 2018, p. 9).

Aqueles que correm o risco de perdas com o resultado de uma eleição precisam confiar que vale a pena a perseverança até a próxima disputa eleitoral. Os ricos precisam confiar que os pobres não irão tomar seu dinheiro. Os militares precisam confiar que os civis não irão tomar suas armas. Muitas vezes, essa confiança acaba. E é então que a democracia desmorona. Por esse motivo, os cientistas políticos tendem a ver a falência da democracia como um "retrocesso" ou uma "recaída" (*backsliding*, em inglês). A democracia volta ao ponto anterior à consolidação de uma confiança duradoura em suas instituições.

Na visão de Morlino (2022, p. 353), a legitimação da democracia é precedida pela presença de valores e crenças às instituições e à democracia, que devem ser gerenciados por um ente intermediário.

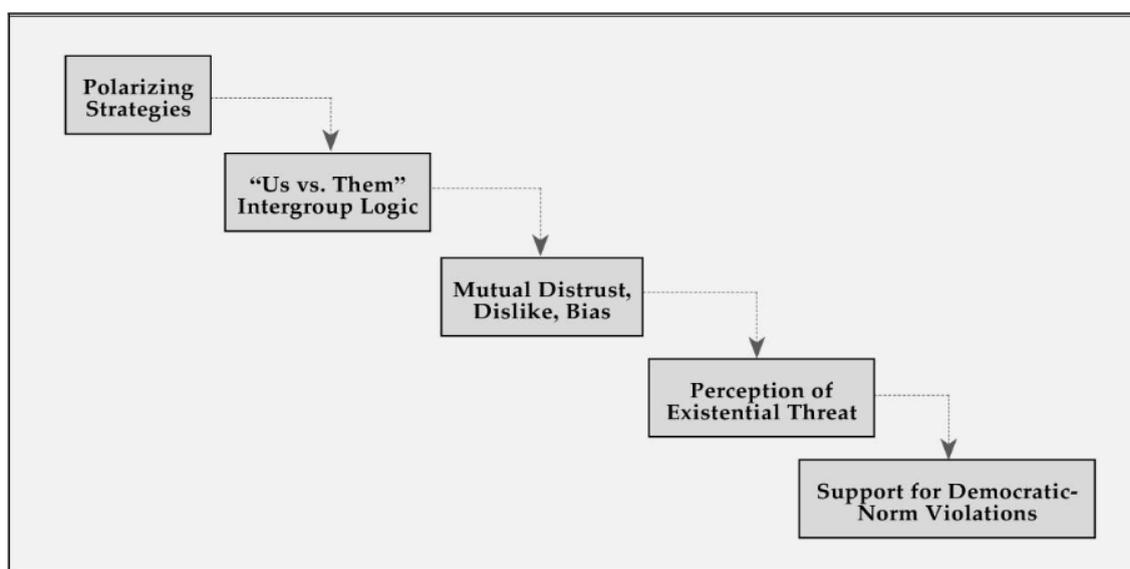
El anclaje alude a las instituciones intermediarias que tienen el rol de vincular a la sociedad con el gobierno, de canalizar demandas y problemas, de evitar el conflicto y de enganchar sectores societales. Por tanto, es imprescindible para evitar crisis de legitimidad. De entre los principales anclajes destacan los partidos políticos, las relaciones clientelares y los arreglos neo-corporativistas.

Assim, a crise dos partidos políticos reflete na incapacidade de se promover engajamento e identificação para com a sociedade, portanto a crise também está presente nos entes intermediários democráticos. A nova legitimidade funciona na lógica da oposição que, na prática, constrói-se em torno de um discurso que abarque a rejeição geral ao estado de coisas e sob a promessa de mudança e ruptura.

2.5.8 Polarização política

A extrema polarização (Levitsky; Ziblatt, 2018) e a violência política (Castells, 2018) — geralmente esses dois fenômenos estão diretamente vinculados —, na visão dos autores, consiste em colocar o adversário político como inimigo, por consequência essas práticas prejudicam a democracia. Para McCoy e Somer (2019), o processo e os desdobramentos da polarização política podem ser observados na figura abaixo.

Figura 2 - *The path from polarization to democratic erosion*



Fonte: McCoy e Somer (2019), disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/778229>>.

O discurso polarizador-segregador incentiva a autocratização, o governo e a oposição a reagirem mutuamente às segregações e a endossar ações não democráticas (Somer, Murat, McCoy, Luke, Russell E., 2021)²³. A polarização segrega a sociedade. Assim,

[...] en un contexto de polarización extrema, las personas se sienten distanciadas respecto del "otro" bando y sospechan de él. Se sienten leales y confiadas respecto a su propio bando, sin analizar sus sesgos ni la base de su información (McCoy, 2019, p. 2).

As pautas identitárias, estimuladas principalmente pela esquerda, também foram significativas para o afastamento e ausência de diálogo entre os grupos. Assim como

²³ A polarização não é sinônimo de oposição. Ela possui uma particularidade de violência e segregação política.

o que aconteceu na Espanha (Castells, 2018, p. 97), o mesmo movimento ocorreu no Brasil com o Partido dos Trabalhadores (PT):

[...] a esquerda desativou os poderosos movimentos sociais responsáveis por abrir uma brecha no Estado franquista, cooptando o movimento cidadão e o feminista e subordinando o movimento operário ao imperativo das políticas de rigor fiscal e contenção de salário. Ao fazê-lo, perdeu a capacidade de articulação dos interesses das classes populares para além do sistema de representação institucional.

Para Abranches (2019), a polarização brasileira possui as mesmas características das polarizações estadunidenses e europeias. Trata-se da polarização afetiva na qual "[...] os rótulos políticos usados são vazios de conteúdo programático, despolitizados e cheios de conteúdo emocional, como, por exemplo, "amo a nós, logo odeio a eles"" (Idem, 2019, p. 14).

Ante o exposto, há os seguintes indicadores apontando para a crise democrática contemporânea, os quais são na literatura estrangeira:

- globalização e ameaça à identidade nacional;
- terrorismo global;
- calamidade ou catástrofes repentinas;
- estagnação econômica e o aumento da desigualdade social;
- revolução tecnológica e as novas formas de comunicação;
- rejeição às regras do jogo democrático e à mídia;
- crise de legitimidade da democracia; e
- polarização política.

A natureza política do sistema internacional é uma variável importante para o estímulo da onda *pós-democrática* (BALLESTRIN, 2016; 2018). A autora pontua uma série de definições existentes para descrever este fenômeno, a "pós-democracia" e a "desdemocratização" são alguns breves exemplos.

Até então, esses elementos explicam e descrevem predominantemente os dilemas enfrentados na Europa e nos Estados Unidos, contudo há componentes distintos na América Latina, o que nas palavras de Ballestrin (2018, p. 157-158) traduzem:

[...] em geral, as pesquisas globais em política comparada são incapazes de incorporar elementos considerados extrapolíticos e extrainstitucionais, acarretando resultados não raro distorcidos quanto às explicações sobre a baixa adesão aos valores democráticos ou altos índices de desconfiança política no sul global. Um conjunto de variáveis e fatores relevantes para a determinação do desenvolvimento democrático são desconsiderados em nome da rigidez

disciplinar, afetando especialmente países que já combinaram autoritarismo e neoliberalismo antes do próprio aparecimento do conceito de pós-democracia. [...] Ignora-se, por exemplo, o fato de a América Latina ser o lugar de nascimento do neoliberalismo e experimentar as contradições do liberalismo desde sua fundação moderna/colonial. O entendimento sobre a pós-democracia como consequência do *canibalismo* entre os princípios liberais na política na economia já não esteve na fundação corrompida dos países pós-coloniais? Colonialismo e escravidão foram instituições antiliberais desenvolvidas nas colônias simultaneamente ao desenvolvimento das instituições liberais nas metrópoles. Assim, a inserção da história das relações geopolíticas globais é fundamental para compreender os diferentes desenvolvimentos do capitalismo, do liberalismo e da democracia. A condição pós-colonial teve impactos nessas trajetórias, razão pela qual se deve evitar uma transposição acrítica ou pouco cuidadosa do diagnóstico das pós-democracias para o sul.

Até os anos 1930, imperavam na América Latina regimes oligárquicos competitivos, sendo possível verificar a partir daí a ocorrência de regimes híbridos, *semidemocráticos*, democráticos, autoritários, além dos períodos significativos de transição política. Por suas contradições históricas, o liberalismo que se desenvolveu nos países latino-americanos pouco apostou na democracia como seu par indispensável. Autoritarismo e liberalismo conviveram relativamente bem na América Latina, em ambíguo e constante flerte junto ao Estado – ainda que a disputa democrática historicamente nunca pôde dele prescindir. O sequestro do estado e da democracia pelas dinâmicas coloniais, imperiais e capitalistas, em suma, é velha dinâmica pelas bandas latino-americanas. A trajetória das experiências democráticas na América Latina possui um conjunto de especificidades no contexto do desenvolvimento das democracias representativas liberais.

Com isso à vista, as democracias e as transições democráticas latino-americanas foram fundadas nas relações de dominação, opressão e poder em favor dos interesses das elites locais e dos países do centro do sistema.

En América Latina no hubo revolución burguesa, en su lugar asistimos a un proceso de reformas del Estado en función del tipo de incorporación de las oligarquías al proceso de división internacional de la producción, el trabajo y los mercados (Roitman Rosenmann, 2008, p. 165).

Para Di Palma (1990), as elites pró-democráticas podem obter êxito em grupos conflitantes, desde que regidos sob regras democráticas. Nessa perspectiva, o regime democrático pode sustentar-se sem cultura política democrática ou na ausência de legitimidade das massas.

Lênin (1987) já problematizava a democracia "de uma minoria" desenvolvida na sociedade capitalista. Na visão do autor, o Estado é resultado do antagonismo e da falta de conciliação entre as classes, o que parece ter sido também dito por Engel, 1981, "O Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra e de modo nenhum menos na república democrática do que na monarquia". Nesse sentido, o trabalhador, em decorrência da exploração do sistema capitalista, vive imerso nessa relação

devido às necessidades e pela miséria, não dispondo de tempo e recursos para se ocupar da "democracia" ou, propriamente, da "política". Ademais, para Ballestrin:

é possível sustentar que o Brasil foi introduzido no contexto global de recuo democrático e latino-americano das pós-democracias, onde a ruptura, a fragilização ou a relativização dos princípios básicos democráticos ocorrem por dentro de suas próprias instituições, sem recurso necessário à violência dos históricos golpes militares latino-americanos (Ballestrin, 2019, p. 160).

Botelho, Okado e Bonifácio (2020) buscaram inserir a América Latina no debate do declínio democrático. Assim, se pautaram na área do comportamento político e apontaram um perfil político ambivalente e autoritário da população latino-americana.

A insatisfação com este tipo de regime reflete nossos indicadores do declínio da democracia na América Latina e estimula o surgimento de movimentos e lideranças que promovem as liberdades individuais, agravante ou erosão democrática. Com isso, ganham força argumentos para respeitar a necessidade de avançar nas respostas dos dois governos às demandas populares, para que o regime e suas instituições tenham mais crédito, especialmente como os "perdedores" do sistema, que se identificam com o nosso perfil político. Ambivalente e autoritário da população latino-americana com características referentes à vida e à escolaridade (Botelho; Okado; Bonifácio, 2020, p. 42).

Neste sentido, os autores não têm dúvidas de que a democracia latino-americana está em crise devido ao perfil autoritário da população, a desconfiança das instituições e insatisfação para com a democracia (Botelho; Okado; Bonifácio, 2020). A eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República parece ter evidenciado a crise democrática contemporânea brasileira (Chagas-Bastos, 2019), da mesma forma que o sistema partidário parece ter se movido significativamente em direção à direita (Souza, 2021).

Esses fatores apontam para o sucesso da combinação que a Nova Direita tem unido em seu discurso: o liberalismo econômico, o conservadorismo social e o autoritarismo. Essas características referem-se à fusão de elementos tradicionais, reacionários e, sobretudo, radicais "à semelhança de Trump, Bolsonaro e seu programa de governo se confundem com um projeto familiar de poder" (Lynch, 2022).

No Brasil, no período recente, havia um contexto político instável em consequência da junção de fatores sociopolíticos e econômicos. As intensas manifestações de junho 2013 tornaram evidentes as insatisfações sociais, como no caso da Operação Lava Jato, que levou inúmeros políticos a serem investigados e a crise econômica (Barbosa Filhos, 2017). Os pedidos pelo *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016,

(Singer, 2013) resultaram no aumento significativo das manifestações antigoverno e intensificaram a descrença da população nas instituições públicas brasileiras.

Para Tatagiba e Galvão (2019), os protestos ao longo dos anos de 2011 a 2016 revelaram que a conciliação de classes — promovida principalmente pelos governos do PT — deu lugar a uma polarização política em torno do eixo PT *versus* antiPT. Sob esse cenário, foi possível observar um ambiente político em crise e com a ascensão de figuras políticas que se colocavam acima das estruturas partidárias e que se autopersonificam como representantes da vontade coletiva e *outsider* (Lavalle; Houtzager; Castelo, 2006; Baquero; Linhares, 2011).

Avritzer (2016), em seu livro *Impasses da democracia brasileira*, demonstra o rompimento de um projeto de país por "forças conservadoras ou de direita ligadas aos setores atrasados da economia do país" (p. 22), isto é, uma nova direita. E essa possui elementos clássicos e características contemporâneas que, segundo o autor,

[...] ela se pauta por uma forte defesa da agenda econômica liberal e da propriedade privada e por um foco na questão da corrupção, elemento que esteve na agenda dos setores conservadores brasileiros antes de 1964 e desapareceu depois disto (2016, p. 85).

A ideia é de que, após a efetivação do *impeachment* (ou golpe parlamentar) da ex-presidente Dilma Rousseff, a democracia brasileira se encontra em um impasse, definido como *uma crise de crescimento e de evolução da cultura democrática no país* (Avritzer, 2016, p. 9).

Em contrapartida, uma coalizão se mostra como alternativa a uma polarização política. No caso brasileiro, Levitsky diz:

[...] os tucanos e os petistas têm bons motivos para não gostarem uns dos outros e não confiarem uns nos outros. Mas é preciso ser claro: o PSDB não é golpista. E o PT não é chavista. O PSDB e o PT são pilares da democracia brasileira. Devem se dispor a unir forças para defendê-la, se necessário. Precisam concordar, agora, em se unir contra Bolsonaro nas urnas. Caso não o façam, poderiam seguir o caminho dos liberais italianos e dos conservadores alemães — e perder sua democracia.

O centro moderado apoiou e sustentou a governabilidade de Jair Bolsonaro, conforme melhor descrito na página 152.

Embora se tenha dito que o Brasil passou (e passa) por uma polarização política, é possível se observar a radicalização da direita (Brugnago; Chaia, 2015; Souza, 2021), ao mesmo tempo em que o Partido dos Trabalhadores (PT) — considerado o principal partido da ala da esquerda brasileira — permaneceu flexibilizando e modificando

sua ideologia e seus discursos, enquanto permaneceu à frente do poder executivo federal (Lacerda, 2002; Singer, 2010; Zucco E Lauderdale, 2011; Vieira, 2012; Power E Zucco, 2012; Campello, 2013; Tarouco E Madeira, 2013).

Nessa lógica, não foi possível se identificar polarização no campo institucional partidário, contudo se a observou no âmbito das relações interpessoais, a qual muitas vezes foi impulsionada por fatores temporais, políticos e midiáticos (Santos Junior, 2023).

Ademais, observaram-se também ataques promovidos por Jair Bolsonaro ao PT e à esquerda latino-americana, cujas características os descreviam como inimigos da pátria; sobre isso, temos a seguinte análise:

[...] essa praga sempre está contra a população. Esse pessoal não produz nada, só gera desgraça para o povo brasileiro. Com essa nossa reeleição, pode ter certeza, varreremos para o lixo da história esse partido dito trabalhadores, mas na verdade é composto por desocupados (afirmou Bolsonaro durante comício em Araguatins - TO em 09 de setembro de 2022).

Jair Bolsonaro, que possui discurso antiesquerda²⁴, em campanha eleitoral de 2018, no estado do Acre, disse

[...] vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre, hein? Vamos botar esses picaretas para correr do Acre. Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem de ir pra lá. Só que lá não tem nem mortadela, hein, galera. Vão ter de comer é capim mesmo (Jair Bolsonaro, em campanha eleitoral, 3 de setembro de 2018)

Assim, o inimigo a ser eliminado era a esquerda e o Partido dos Trabalhadores — PT. Esse é um posicionamento em que se considera o adversário político como um inimigo, uma ameaça que deve ser eliminada. Tais pautas endossaram polarizações e construíram pautas individuais, pois não foram acompanhadas por um discurso e projeto de integração.

2.5.9 Os paradoxos do combate à corrupção

No Brasil, a cultura política começou a ser alterada lentamente nos últimos anos, uma vez que a população passou a se posicionar contra a prática corrupta (Avritzer, 2016). Desde a democratização, a pauta da corrupção está presente na esfera pública

²⁴ Apontada como associações a outras categorias analíticas como antipolítica, pois envolvem denúncias falsas, acusações de corrupção, de doutrinação e de problemas no sistema político que podem caracterizar todos ou nem um dos partidos.

brasileira, como no caso do processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello, Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do orçamento e a CPI do Mensalão.

Mesmo que tenha aumentado as ações e estratégias contra a corrupção nos últimos dez anos, a percepção de maior incidência de corrupção também aumentou e gerou resultado contraditório, conforme já afirmou Castells (2018, p. 28):

[...] embora os efeitos da política do escândalo específico sejam indeterminados, tal política gera um efeito secundário que é devastador: o de inspirar o sentimento de desconfiança e reprovação moral sobre o conjunto dos políticos e da política, contribuindo assim para a crise de legitimidade.

O Mensalão e, mais recentemente, a Operação Lava Jato contribuíram para maior percepção de corrupção no Brasil, conforme pontua Avritzer (2016, p. 116)

a forma como no primeiro semestre de 2015 o Poder Judiciário colocou o Executivo na defensiva com práticas políticas questionáveis, como o vazamento seletivo de informações da Operação Lava-Jato e um abuso de prisões preventivas e de delações que têm como objetivo desestabilizar o campo político, mostra o perigo de uma solução para os impasses que não transite pelos poderes constituídos pelo voto popular.

Desse modo, intensificou-se a desconfiança nas instituições públicas e o agravamento à crise democrática. De acordo com os dados da tabela 7, há concentração e resposta na categoria "há muita corrupção no meu país" com 84,4% das respostas. Esse indicador não somente reitera a crise de legitimidade, como mostra que serviu de arma política nas pautas de campanha de Jair Bolsonaro, no ano de 2018.

Tabela 7 - Nível de percepção de corrupção no Brasil (2017-2022)

Categorias	Quantitativo de respostas	%/Total
1 Não há corrupção no meu país	15	0.9%
2	2	0.1%
3	10	0.6%
4	20	1.1%
5	58	3.3%
6	18	1.0%
7	34	2.0%
8	47	2.7%
9	53	3.0%
10 Há muita corrupção no meu país	1,487	84.4%

Não sabe	10	0.5%
Não respondeu	6	0.3%
(N)	274.487	100%

Fonte: *Selected sample: Brazil 2018 (1762) - World Values Survey Wave 7: 2017-2022*. Disponível em: <<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>>.

2.5.10 A perda de status das classes médias e maior proximidade com as classes mais populares

O principal argumento de Avritzer (2016) é de que houve uma separação e distanciamento entre os partidos políticos e a classe média, em decorrência da queda da pobreza e a construção de uma classe média baixa.

Com o passar dos anos, houve acentuada mobilidade no mercado de trabalho, aumento no preço da alimentação, na competição por vagas no ensino superior e aumento no custo dos planos de saúde. Segundo o mesmo autor, esses fatores se aproximaram da camada socioeconômica, de igual forma que gerou um sentimento de perda de privilégio e status da classe média. Nesse sentido, então, argumenta que o

[...] motivo desta atipicidade reside no fato da classe média brasileira usufruir de dois elementos de natureza contraditória: de um lado, ela usufrui menos intensamente dos bens de consumo duráveis e não duráveis, carros, eletrodomésticos e outros produtos eletrônicos que constituem parte integrante do padrão de consumo de qualquer classe média nos países desenvolvidos. Por outro lado, nós temos uma classe média que, até pouco tempo atrás, ainda usufruía de uma abundância de mão de obra barata gerada pelo nosso processo de colonização e por uma urbanização atípica (Idem, 2016, p. 75).

A classe média, que sentiu os impactos da queda da pobreza, passou a se distanciar do Partido dos Trabalhadores (PT) e a se posicionar contra o governo.

De acordo com Avritzer (2016,24), o êxito da democratização brasileira, na concepção de diversos cientistas políticos, reside fundamentalmente na capacidade que as instituições democráticas tiveram de gerar políticas sociais que permitissem a inclusão da população de baixa renda (Avritzer, p. 24).

Embora o mesmo autor considere o fenômeno político prejudicial à democracia brasileira, este trabalho entende que se trata de um fator conjuntural que agregou na ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da república em 2018.

2.5.11 O novo papel do Poder Judiciário

A judicialização da política é um dos fatores tidos como causador da crise democrática contemporânea podendo essa ser definida como a interferência do poder Judiciário em processos decisórios não originários de sua competência e a qual, por consequência, pode gerar distorções (Vianna Et Al., 2014). De modo que enquanto a política se desvaloriza, o Poder Judiciário, por outro lado, obtém mais credibilidade e demanda.

Uma possível explicação advém da crise de representação política do modelo da democracia liberal e dos casos de corrupção publicizados pelas diferentes mídias (Barboza E Kozicki, 2012).

A forma com que o Poder Judiciário vem atuando tem beneficiado diversos setores da política brasileira.

De fato, a judicialização da política beneficiou setores da esquerda nas últimas décadas, buscando compensar um parlamento muitas vezes conservador na promulgação de leis a um judiciário mais liberal e, portanto, mais sensível às questões das minorias. Por outro lado, os setores de uma direita conservadora também se valeram, nos últimos anos, da judicialização da política, como veremos adiante, tanto no episódio do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, como nas eleições de 2018. O problema posto de fundo, tanto à esquerda quanto à direita, é que o Poder Judiciário não teria legitimidade democrática para deliberar, posto que não é um poder eleito, não representa o desejo majoritário da sociedade para tomar decisões políticas que não lhe caberia, como princípio (Castro; Santos; Hoffmann, 2021, p. 129).

Já na visão de Avritzer, o Poder Judiciário está cada vez mais se inclinando para a elaboração das políticas públicas, e o Brasil não tem buscado constitucionalizar limites para a ação do Judiciário, fato que faz desse poder alheio à vontade e à participação popular, mas disposto aos interesses das elites (2019).

Na democracia moderna, o papel do Judiciário é de moderador da soberania política, contudo a sua atuação no combate à corrupção não tem sido moderada, como afirma Avritzer.

A forma como no primeiro semestre de 2015 o Poder Judiciário colocou o Executivo na defensiva com práticas políticas questionáveis, como o vazamento seletivo de informações da Operação Lava-Jato e um abuso de prisões preventivas e de delações que têm como objetivo desestabilizar o campo político, mostra o perigo de uma solução para os impasses que não transite pelos poderes constituídos pelo voto popular (p. 116).

Não só, essa atuação gerou uma distorção na representação política brasileira, quando a pauta foi o combate à corrupção, no Brasil, principalmente, na Operação Lava Jato.

A criminalização da corrupção contribui para o empoderamento das instituições judiciais, deslocando a representação política da esfera parlamentar para o sistema de Justiça. A partir disso, os brasileiros percebem o Poder Judiciário como uma instituição menos corrompida e mais confiável do que as Câmaras Municipais, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados (Filgueiras, Avritzer, 2011, p. 26).

De um lado, reiterou a percepção de corrupção endêmica no sistema político brasileiro; por outro lado, transferiu a representação política para si. Assim, a tabela abaixo demonstra que de 2015 a 2020 a categoria muita confiança cresceu significativamente atingindo 10,90%, enquanto a categoria "nenhuma confiança" apresentou uma queda na porcentagem, em comparação ao ano de 2015.

Tabela 8 - Nível de confiança dos brasileiros no Poder Judiciário (2015-2020)

Categoria	2015	2016	2017	2018	2020
Muita confiança	5,90%	11,30%	4,60%	9,90%	10,90%
Alguma confiança	27,30%	28,60%	23,10%	23,80%	26,10%
Pouca confiança	40,30%	37,00%	33,90%	40,40%	40,40%
Nenhuma confiança	26,50%	23,10%	38,30%	25,90%	22,60%

Fonte: Latinobarómetro, 2023. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023.

Conforme já descrito, a percepção social de alta impunidade dos casos de corrupção no Brasil provoca uma visão distorcida no âmbito da opinião pública brasileira. Assim, a atuação do Poder Judiciário é avaliada positivamente.

2.5.12 Os limites do presidencialismo de coalizão

Esse item também é descrito como motivador da crise democrática contemporânea. O presidencialismo de coalizão pode ser entendido como uma forma de mediar os conflitos existentes entre a presidência e as demais instituições políticas para obtenção da governabilidade (Avritzer, 2015; Borges, 2013; Power, 2011, Inácio, 2006).

Então, é possível dizer que tal arranjo é funcional para o presidente que não tem a maioria no Congresso Nacional. Contudo, de acordo com Avritzer, essa dinâmica não só travou a agenda progressista no Brasil, bem como levou a democracia ao seu limite. Nas palavras do autor (2016, p. 27), a democracia assim é definida:

[...] a democracia no Brasil funcionou bem, seja na sua capacidade de produzir decisões, seja na sua capacidade de ampliar a inclusão social. No entanto, alcançou seu limite em razão do presidencialismo de coalizão e do ineficiente combate à corrupção. Ambos estão relacionados, mas não são a mesma coisa.

A crise do presidencialismo se instala quando o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) alcança a hegemonia do sistema político e quando os partidos clientelistas (PMDB, PR, PTB e PP) passam a ocupar cargos no alto escalão, a exemplo da ocupação da Petrobrás. O autor também concorda que o PMDB serviu de base aliada durante os governos do PT e essa aliança se rompeu no governo de Dilma Rousseff (PT).

Assim, os limites do presidencialismo de coalizão no Brasil são descritos como: i — o aumento do custo da formação da coalizão e a crescente desorganização do Executivo; ii — a perda de legitimidade do sistema político como um todo; e iii — os custos crescentes de gerir esse presidencialismo de coalizão que estão caindo no colo do PT.

Na visão do autor, o presidencialismo de coalizão incentiva a prática da corrupção, de forma que propõe reflexões sobre possibilidades de se aprimorar a democracia brasileira, como a participação cidadã e a importância de uma imprensa livre e diversa. Além do mais, Avritzer argumenta que é preciso que as instituições sejam mais responsáveis e transparentes, a exemplo da adoção de políticas públicas efetivas para se reduzirem as desigualdades sociais e econômicas, já que prejudicam o funcionamento e desenvolvimento da democracia.

2.5.13 Os limites da participação popular na política

Para Avritzer (2016), o país conseguiu construir instituições participativas nas áreas da saúde, planejamento urbano, meio ambiente e na assistência social. Essas

experiências se aprofundaram no decorrer dos governos petistas, todavia a participação política não foi desenvolvida de forma homogênea pelo país.

Já as manifestações de 2013 evidenciaram a ruptura entre o campo político e a participação social e externou conflitos entre os movimentos sociais e o PT. Para o autor, a agenda conservadora avança significativamente a partir de 2015, cujas pautas eram

[...] infraestrutura urbana vista sob a ótica das vias públicas; o baixo nível dos serviços de saúde e educação vistos sob a ótica de uma classe média recentemente expulsa dos serviços privados de saúde e educação; e principalmente a corrupção vista sob a ótica de uma agenda despolitizada que nega a relação entre corrupção e organização do sistema político e atribui a corrupção ao governo do PT (Avritzer, 2016, p. 59).

O autor, ao traçar o perfil dos manifestantes, concluiu que a classe média e pessoas de altos níveis de escolaridade estavam presentes nas manifestações. Inicialmente, as manifestações se resumiam à melhoria dos serviços públicos e aos preços das passagens de transporte público, posteriormente se modificaram e passaram a se concentrar em críticas ao governo Dilma, ao PT e à relação desses para com a corrupção no país.

Naquele cenário, eis que então surge uma nova direita no país: intolerante, conservadora e assumida abertamente a pautas antidemocráticas, cujos segmentos eram favoráveis a uma maior presença de movimentos religiosos no Estado e no retorno da ditadura militar.

Somado a isso, simultaneamente, desenvolveu-se um sentimento de aversão aos partidos políticos. A ideia era de que o pertencimento a um partido político estava diretamente associado à construção das identidades e que perpassava por sentimentos de inclusão e exclusão.

Tabela 9 - Nível de confiança dos brasileiros nos partidos políticos (2015-2020)

Categoria	2015	2016	2017	2018	2020
Muita confiança	1,10%	0,60%	0,50%	2,00%	2,20%
Alguma confiança	9,30%	4,70%	6,20%	4,30%	10,90%
Pouca confiança	36,90%	28,50%	20,00%	26,10%	38,80%
Nenhuma confiança	52,70%	66,20%	73,30%	67,50%	48,10%

Fonte: Latinobarômetro, 2023. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023.

Conforme a tabela acima, é possível se observar o alto índice das categorias de "Pouca confiança" (38,80%) e "Nenhuma confiança" (48,10%), o que reitera a tese do desalinhamento partidário e a crise de legitimidade da democracia brasileira.

2.5.14 Uso de redes sociais

O uso das redes sociais também é um elemento central na crise democrática contemporânea, na qual essa nova forma de polarização é um fenômeno global, nascido do crescimento das redes sociais, cujo uso cívico, embora importante, não conseguiu ainda se impor como via principal do debate político digital. As redes estão ainda dominadas pelo discurso de ódio e de difamação, seja por indivíduos raivosos, seja por milícias digitais.

No Brasil, o uso de redes sociais foi relevante para a articulação e manifestação política, tais como os protestos de junho de 2013, as manifestações pró e contra o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016, e a campanha #EleNão contra a candidatura de Jair Bolsonaro, em 2018.

Em linhas gerais, *Bolsonaro's actual participation in campaign activities was minimal* (Hunter; Power, 2019, p. 77). O então candidato Jair Bolsonaro tinha oito segundos de propaganda eleitoral na televisão — tempo insuficiente para expor todas as suas propostas — de modo que, com essa insuficiência, ele não somente apelou para as redes sociais, como fez uso expressivo delas, fato que lhe ajudou a vencer as eleições do ano de 2018.

Para Jairo Nicolau (2020, p. 35), as mudanças nas regras das campanhas eleitorais também impactaram nos desdobramentos das eleições de 2018:

O período mais curto de campanha, concentração de recursos do fundo eleitoral e do tempo de televisão foram adotadas para proteger os grandes partidos e pareciam reduzir a quase zero a probabilidade de vitória de um candidato que concorresse por uma pequena legenda. A opção de Jair Bolsonaro por agir via redes sociais acabou servindo para contornar duas as limitações de sua campanha no primeiro turno: falta de dinheiro e praticamente nenhum tempo de propaganda política gratuita.

De acordo com Bichara (2019, p. 10):

[...] um fato que chamou bastante atenção nas eleições de 2018 foi que o candidato vitorioso, Jair Messias Bolsonaro, teve apenas oito segundos no Horário Eleitoral Gratuito (considerado como um dos fatores mais relevantes

para as vitórias eleitorais) e utilizou amplamente as redes sociais (principalmente quando não conseguia mais fazer campanha na rua após levar uma facada no dia 6 de Setembro de 2018).

E Jair Bolsonaro atacou a mídia devido ao seu posicionamento de antimeios de comunicação²⁵, em entrevista, afirmou que

[...] o maior problema do Brasil não é com alguns órgãos, é a imprensa", disse Bolsonaro a apoiadores ao deixar o Palácio da Alvorada pela manhã. "Se eu me preocupar com o que a mídia escreve, não saio de casa. [...] no final de 2019 eu acabei com todas as assinaturas de jornais. IstoÉ, Veja, Estadão, Globo, Folha. Todos os ministros recebiam, mais alguns órgãos. [...] quem quiser comprar lixo, vai na rodoviária. Não é nem lixo, porque lixo é reciclável. Não serve para nada, só fofoca, mentira o tempo todo (Em entrevista, Jair Bolsonaro, 12/09/2020); e

a eleição de 2018 colocou em dúvida a relevância do acesso aos meios de comunicação tradicional, uma vez que o candidato com maior tempo de televisão (Geraldo Alckmin, do PSDB, com mais de 44% do tempo total) não obteve nem mesmo 10% dos votos válidos, ao passo que o candidato que acabou eleito estava dentre os candidatos com menor tempo e menor número de inserções durante o primeiro turno (Pimentel; Tesseroli, 2019, p. 133).

Assim, como Donald Trump, Jair Bolsonaro espalhou, de forma intencional e massiva, *fake news* (Ituassu et al. 2019 *apud* Jardelino; Cavalcanti; Toniolo, 2020, p. 4): "A campanha de Jair Bolsonaro [...] caracterizou-se pelo uso de estratégias computacionais, entre as quais está a propagação de *fake news* por meio de robôs e de algoritmos". Em uma das ocasiões, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) chegou a determinar a retirada de conteúdos falsos sobre "*kit gay*" divulgados pelo candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro.

A representação, com pedido liminar e de direito de resposta, foi formalizada pela Coligação O Povo Feliz de Novo e por Fernando Haddad contra a Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos, e seu candidato ao cargo de presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, entre outros [...] Escola sem Homofobia" não chegou a ser executado pelo Ministério da Educação, do que se conclui que não ensejou a distribuição do material didático a ele relacionado. Além da referência a esse projeto, os conteúdos impugnados citavam que a obra constou do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) e do PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola) (Site do Supremo Tribunal Eleitoral, 2018).

Para Costa e Blanco (2019),

[...] as notícias falsas possuem: [...] o intuito de manipular fatos e influenciar a opinião do eleitor (vídeos, gifs, memes, fotos, ou textos para Facebook e, principalmente, adaptados para a linguagem dos mensageiros instantâneos, na maioria das vezes sem fonte, sem contexto, sem autoria definida) (idem, 2019, p. 44).

²⁵ Acusa a parcialidade da grande imprensa; antiminoria entendido como rejeição a negros, índios, sem-terra, mulheres, desempregados, moradores de rua e a imigrantes

Assim, as redes sociais foram fundamentais para disseminar tanto suas teorias da conspiração como para a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018.

2.5.15 Descrédito das instituições públicas

No caso brasileiro, a confiança nas instituições e no governo são historicamente baixas. Até a década de 1930, a América Latina era regida por regimes oligárquicos concorrentes entre si, se configurando em regimes híbridos, *semidemocráticos*, democráticos e autoritários; além dos períodos significativos de transição política (Hartlyn e Valenzuela, 2009).

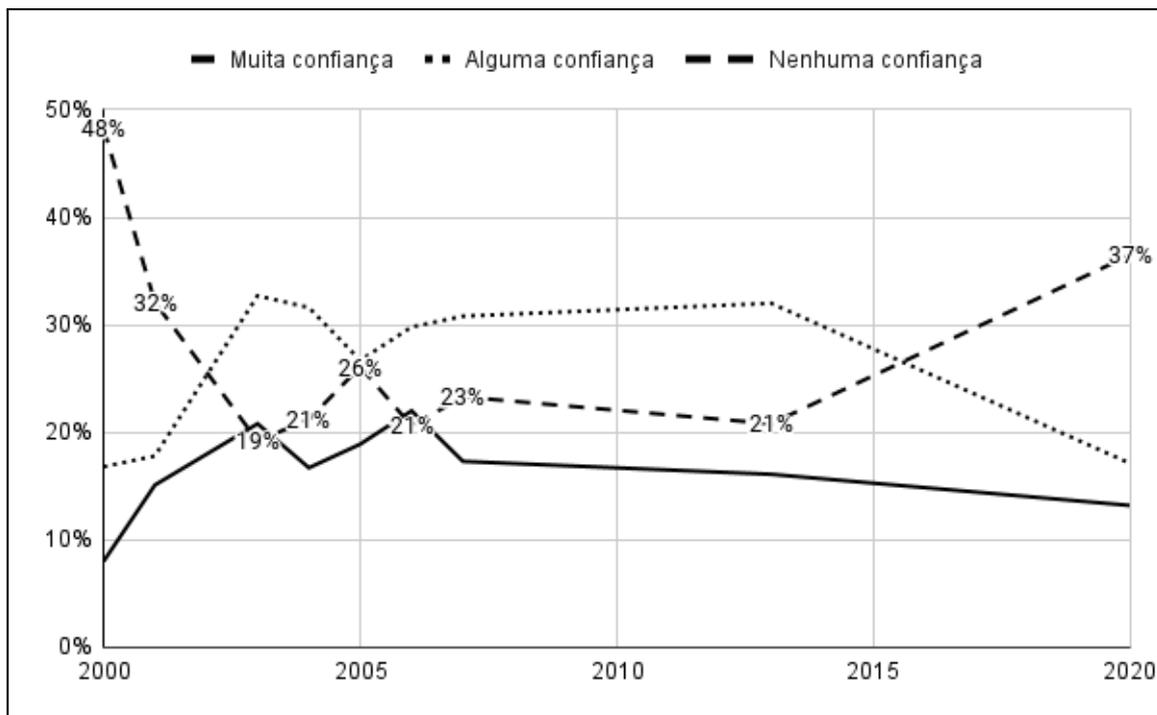
Dessa forma, não se buscou desenvolver a cultura política democrática e a confiança na democracia. Os dados do latinobarómetro apresentados abaixo ratificam essa visão:

Tabela 10 - Nível de preferência à democracia para os brasileiros (2016-2020)

Categorias	2016	2017	2018	2020
A democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo	37,10%	49,60%	38,40%	45,60%
Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático	15,00%	19,80%	15,60%	13,10%
Para pessoas como eu, não importa se temos ou não um democrático	47,90%	30,60%	46,00%	41,40%

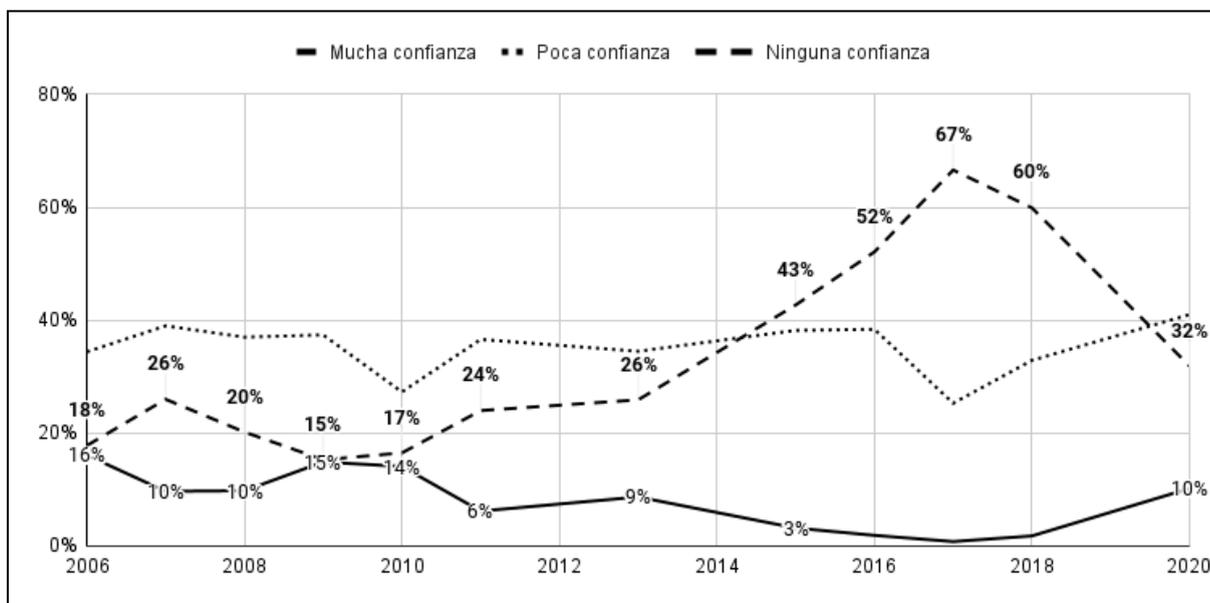
Fonte: Latinobarómetro, 2023. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023.

Gráfico 2 - Nível de confiança no Presidente da República do Brasil (2000-2020)



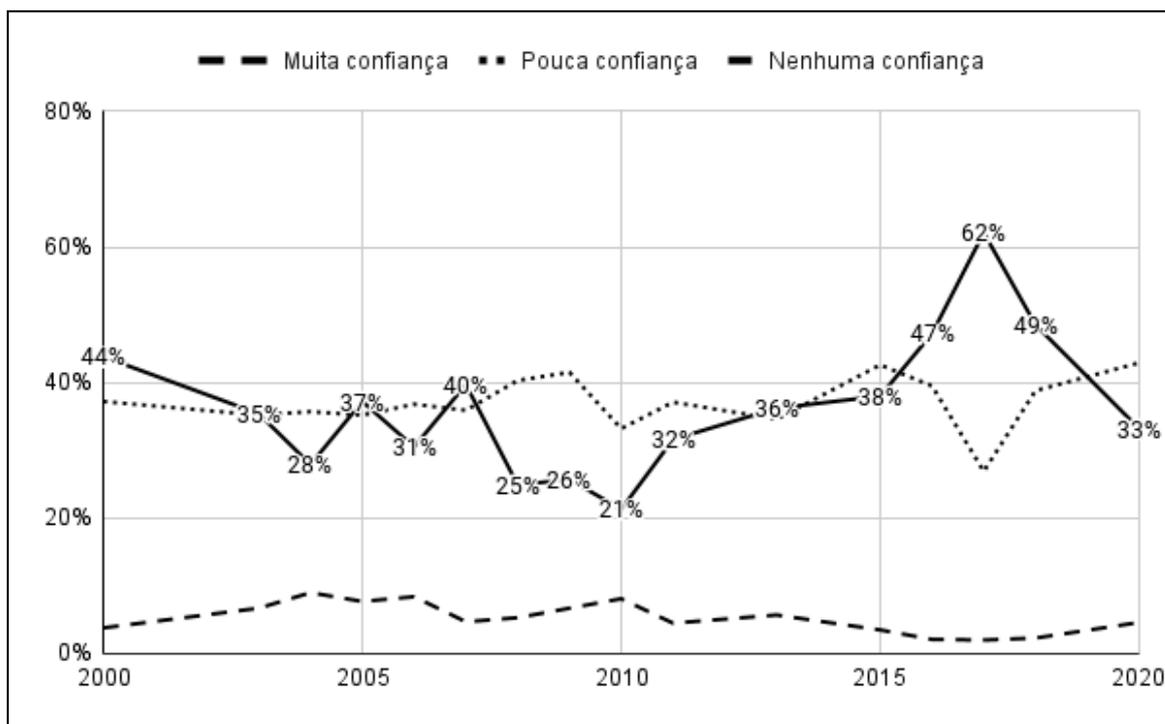
Fonte: Latinobarómetro, 2022. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023.

Gráfico 3 - Nível de confiança de confiança no governo brasileiro (2006-2020)



Fonte: Latinobarómetro, 2022. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023.

Gráfico 4 - Nível de confiança de confiança no Congresso Nacional do Brasil (2000-2020)



Fonte: Latinobarómetro, 2022. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023.

Tabela 11- Apoio dos brasileiros sobre posições antidemocráticas (2018-2022)

Categoria	2018	2019	2020	2021	2022
Golpe militar se justifica com alto desemprego	25%	15%	15%	22%	17%
Golpe militar se justifica com alto crime	53%	40%	25%	45%	42%
Golpe militar se justifica com alta corrupção	47%	39%	29%	51%	46%
Desconfiança da Suprema Corte	56%	62%	55%	59%	37%
Desconfiança nos Partidos Políticos	89%	88%	87%	83%	53%
Desconfiança no Congresso	76%	74%	65%	71%	46%
Desconfiança na Justiça Eleitoral					29%
Desconfiança no sistema de votação					30%
Insatisfação com a democracia	81%	67%	74%	73%	66%

Fonte: A cara da democracia, 2022.

Com base nos gráficos e tabelas acima, é possível se observar a tendência antidemocrática e a desconfiança no regime democrático e nas instituições. O líder autocrático tem desprezo pelas regras da Constituição.

Trump governa sem respeitar os limites da civilidade democrática, que obriga qualquer um a reconhecer que pode haver verdade do outro lado. Ele faz pouco do próprio sistema que o tolera (Runciman, 2018, p. 27).

Por exemplo, Jair Bolsonaro constantemente questionou o resultado da própria eleição que o elegeu, chegando até mesmo a dizer:

[...] alguém acha que o Lula vai ganhar eleição? Alguns aqui, o Datafolha, por exemplo, 'pode ganhar no primeiro turno'. Alguém acredita que numa eleição limpa o Lula ganha? Olha o que o Lula fez (Jair Bolsonaro, em 09 de setembro de 2022).

Assim como Bolsonaro, Alberto Fujimori julgava a suprema corte peruana como ineficiente, cujas adjetivações chegou a usar "ineficiente, corrupto e submisso" (Pásara, 2010, p. 169). Fujimori procurou manter o Supremo subordinado a seu governo

[...] montou-se uma rede de magistrados que favorecesse a impunidade nos atos de corrupção, violação aos direitos humanos e a viabilidade da segunda reeleição de Alberto Fujimori" (Tanaka & Vera 2010, p. 219), e os juízes se recusavam a aplicar as garantias constitucionais e os instrumentos internacionais de direitos humanos dos quais o país era parte (Bernardi, 2015, p.55).

Nesse mesmo sentido, em campanha eleitoral, as instituições foram fragilizadas mediante os discursos de ataque de Jair Bolsonaro - que somados ao sentimento de insatisfação da sociedade - surtiram efeitos. A eleição de Jair Bolsonaro no ano de 2018 pode ser considerada um desses fatores.

Conforme exposto abaixo, estão listados os indicadores da crise democrática brasileira:

- os paradoxos do combate à corrupção;
- a perda de *status* das classes médias e maior proximidade com as classes mais populares;
- o novo papel do Poder Judiciário;
- limites do presidencialismo de coalizão;
- os limites da participação popular na política e desalinhamento partidário;
- militarismo;
- polarização política e adversário político como inimigo;
- uso de redes sociais; e
- descrédito das instituições públicas;

Com base nos apontamentos desses autores, serão operacionalizados os indicadores da crise democrática contemporânea, com o objetivo de compreender e interpretar a realidade do Brasil. Contudo, a pergunta que norteará a análise é: A democracia brasileira comporta o discurso de Jair Bolsonaro?

2.6 Percepção a respeito das obras hegemônicas sobre a crise democrática contemporânea

O objetivo desta subseção é dissertar brevemente a respeito das concepções da literatura hegemônica sobre a crise democrática contemporânea.

As obras *Ruptura: A crise da democracia liberal*, de Castells, e *O povo contra a democracia*, de Yascha Mounk, são contribuições significativas para a compreensão dos desafios enfrentados pela democracia liberal contemporânea. Ambas oferecem uma análise minuciosa dos problemas e das causas que têm conduzido e levado ao enfraquecimento desse sistema político.

Castells adota uma abordagem mais descritiva, expondo de forma clara e objetiva, os elementos responsáveis pela crise da democracia liberal. Com uma análise detalhada do atual contexto político e social, ele identifica a emergência de fatores, como a desigualdade social, a polarização ideológica e a influência das redes sociais, evidenciando, assim, o impacto desses elementos na fragilização dos princípios democráticos.

Mounk oferece uma visão mais pessimista no que diz respeito aos rumos da democracia. Sua obra destaca os perigos que a democracia liberal enfrenta no atual cenário, com a ascensão de movimentos populistas e autoritários. Com base em dados e análises comparativas, ele argumenta que a confiança da população na democracia está em declínio e que a capacidade dos sistemas democráticos de enfrentar as demandas e desafios da sociedade contemporânea está sendo cada vez mais questionada.

No livro de David Runciman, intitulado *Como a democracia chega ao fim*, a obra tem por principal enfoque a teoria política e, não só, propõe ainda uma visão panorâmica sobre o assunto, porém deixa em segundo plano os impactos das dinâmicas

sociais e econômicas que contribuem para a ascensão de líderes autoritários da extrema direita.

Embora essa abordagem teórica seja substantiva e fundamental para se compreender o processo de deterioração da democracia, é importante considerar também os fatores que catalisam essa desintegração no contexto das sociedades modernas. A análise desses fatores sociais, econômicos e culturais é crucial para uma compreensão profunda de como as visões autoritárias encontram aceitação e apoio em determinados contextos.

Ao examinar a influência das dinâmicas sociais, é necessário investigar como questões como desigualdade econômica, exclusão social, polarização política e conflitos de identidade podem afetar a adesão às ideias e retóricas extremistas. A análise das consequências sociais dessas dinâmicas, bem como das reações populares pode ajudar a mapear os desafios enfrentados pela democracia no século XXI.

Da mesma forma, a compreensão dos efeitos econômicos nesse processo é crucial. A globalização econômica, as mudanças tecnológicas e o desequilíbrio na distribuição de riqueza podem gerar descontentamento e desconfiança nas instituições democráticas. Fatores, como o desemprego, a precarização do trabalho e a queda no padrão de vida podem alimentar o apoio a lideranças extremistas que prometem soluções rápidas e simplistas para esses problemas.

Além disso, é importante considerar a interação entre os fatores sociais e econômicos citados acima, pois muitas vezes eles se entrelaçam e se influenciam mutuamente, a exemplo das mudanças econômicas que podem levar à polarização política e aprofundar as divisões sociais; enquanto questões identitárias podem ser exacerbadas pela desigualdade econômica.

Ainda na obra *Como as democracias morrem*, de Levitsky e Ziblatt, enfatiza-se a ameaça da ascensão de um político populista. Ademais, os autores se concentram principalmente na situação política dos Estados Unidos desconsiderando as variantes e particularidades dos demais países. Visão muito genérica, de forma que confere a segurança da democracia aos partidos políticos.

No livro *Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal*, de Eatwell e Goodwin, tem como foco de análise o continente europeu. Os autores não elaboram uma perspectiva histórica mais ampla sobre o nacional-populismo, bem como

desconsideram as diferenças regionais e culturais que podem influenciar diferentes manifestações desses movimentos.

Seria interessante que ambos os livros abordassem uma análise mais abrangente, considerando diferentes contextos políticos e culturais. Isso permitiria uma compreensão bem mais completa desses fenômenos políticos e de suas consequências para as democracias.

3 ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNOS APRESENTADOS POR JAIR BOLSONARO NAS ELEIÇÕES DE 2018 E 2022 E DOS DISCURSOS OFICIAIS

Esta seção tem o propósito de apresentar, analisar e expor a estrutura dos discursos oficiais de Jair Bolsonaro por meio dos indicadores da página 51 e conforme explanado na seção de procedimentos metodológicos na introdução deste trabalho. Para Moraes (2019, p. 156),

[...] (re)organização simbólica do discurso da extrema-direita brasileira atual com base na convergência entre distintas culturas conservadoras, tais como: (i) a compreensão do indivíduo como investimento e como empresa; (ii) a propriedade privada como direito sagrado; (iii) o acúmulo de riqueza como principal índice de liberdade e de progresso individual, social e espiritual; (iv) a família cristã como fiadora dos valores morais; (v) a rigidez corporativa/hierárquica como princípio da organização social; (vi) a (re)aproximação entre Estado e Religião como garantia de hegemonia política dos grupos dominantes; e (vii) o uso da violência como condição estruturante da ordem e do progresso.

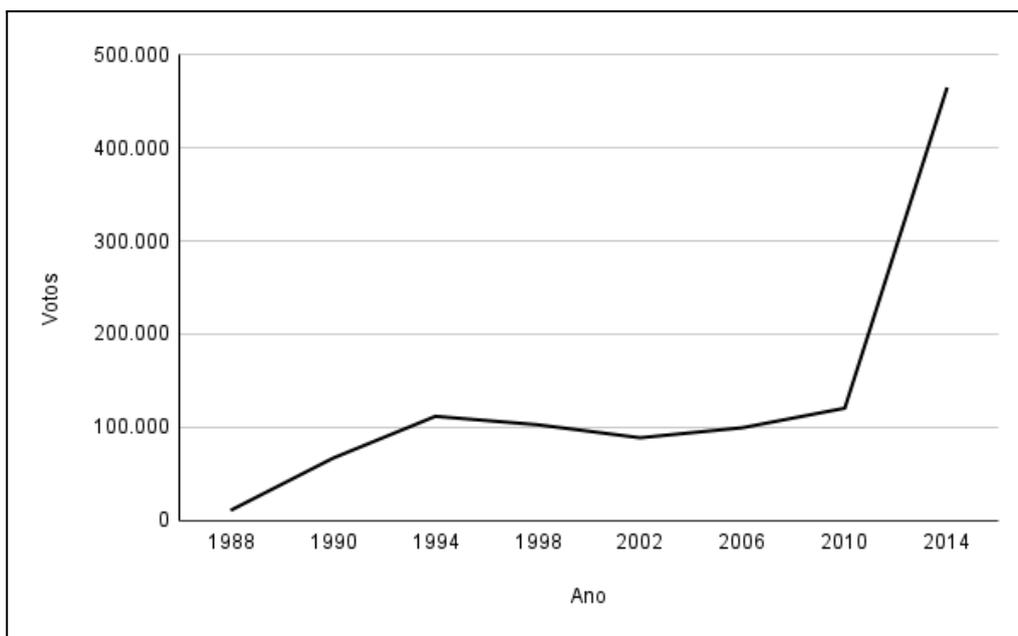
A eleição de Bolsonaro em 2018 foi considerado um grandioso feito, pois

rompeu com um padrão observado em eleições anteriores, que se traduzir no que era apontado como as condições necessárias para alguém ser eleito presidente no Brasil: ter um expressivo volume de dinheiro para financiar a campanha; dispor de um tempo razoável de propaganda no horário eleitoral e conseguir montar os "palanques estaduais". Ele venceu com uma receita e um tempo de televisão que tradicionalmente um candidato a deputado federal tem ao seu dispor, e não contou com apoios de lideranças estaduais importantes (Nicolau, 2020, p. 122).

Jair Bolsonaro ganhou destaque na política brasileira na década de 2010 quando foi eleito, com a maior votação da história do Rio de Janeiro, para a Câmara dos Deputados, com cerca de 464 mil votos.

Durante o seu mandato como deputado federal, Jair Bolsonaro participou de várias comissões parlamentares, como as de Relações Exteriores, Defesa Nacional, Segurança Pública e Constituição e Justiça. Ademais, Bolsonaro é conhecido por suas críticas à imprensa e às instituições democráticas e já foi alvo de várias acusações de misoginia, homofobia e racismo ao longo de sua carreira política. Sua base de apoio é formada principalmente por grupos conservadores, religiosos e militares.

Gráfico 5 - Trajetória de votos em Jair Messias Bolsonaro (1988-2014)



Fonte: TSE; Elaboração do autor, 2023.

Com base no gráfico acima, no qual se remonta o histórico de votos em Jair Bolsonaro, observa-se uma crescente desde o ano de 2010. Já em 2014, o então deputado federal teve o maior número de votos em sua carreira parlamentar. Nas eleições de 2018, Bolsonaro se candidatou ao cargo de presidência da república.

3.1 Os principais valores que sustentam Jair Bolsonaro

Desde 1994, as eleições presidenciais brasileiras foram centralizadas principalmente na disputa eleitoral entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Todavia, no ano de 2018, foi observado, no segundo turno, um cenário distinto, no pleito que se desenhou entre Partido Social Liberal (PSL) e o Partido dos Trabalhadores, que foi marcado, em alguma medida, pela forte polarização (Ortellado; Moretto; Zeine, 2022) e radicalização da direita (Souza, 2021). De acordo com Rennó (2022), cada eleição tem uma pauta principal.

Cada eleição tem uma cara, uma marca. Em 1994, o Plano Real definiu o processo eleitoral; em 2002, o fracasso do PSDB e o triunfo da agenda de

combate à desigualdade e o desemprego; em 2006, o Mensalão, a corrupção e a recuperação do apoio petista representando especialmente pelo Bolsa Família; em 2010, a recompensa pelas políticas econômicas e o sucesso de Lula em fazer a sucessora; em 2014, o início da *débauche* do PT e a desconstrução de Marina Silva; em 2018, a emergência do bolsonarismo (p. 148).

Para Eatwell e Goodwin (2020), quem votou em Trump, Salvini, Bolsonaro não está votando somente no nacional-populista, mas, na verdade, contra o sistema político e quiçá contra a democracia liberal, de igual que está endossando visões conservadoras com as quais se concorda.

Já para Avritzer, o bolsonarismo é constituído por três principais forças: a classe média, que ao lado de setores da mídia, navegou nas águas do antipetismo; o tenentismo togado, cujo grupo é composto por uma parte de juizes e advogados (contudo, a forma com a qual Bolsonaro lidou com a pandemia da Covid-19 fez com que esses se afastassem significativamente do bolsonarismo); e, por fim, o conservadorismo moral e ideológico, que faz parte do segmento do olavismo e do neopentecostalismo televisivo embasado na teologia da prosperidade e na rejeição à política.

Segundo Alonso (2019, p. 55), os eleitores de Bolsonaro

[...] são os que, como o eleito, veem o patriotismo como um enraizamento, a família tradicional como coluna mestra da vida e a violência como autodefesa. Creem no mérito individual, no trabalho duro e em Deus. Têm nas igrejas seus sustentáculos moral, afetivo, financeiro, e no evangelho sua lente para ler a realidade.

Solano (2018) considera que os populistas autoritários de extrema direita foram extremamente eficientes em oferecer respostas simplórias e satisfatórias à sensação de risco e medo global permanente. Assim, os principais fatores apontados para apoiar Jair Bolsonaro estão embasados nas temáticas da segurança pública, "direitos humanos para humanos direitos", corrupção, meritocracia e vitimismo, valores e discurso de ódio.

[Eles] consideram que, em uma alteração da ordem social, o "cidadão de bem" estaria desprotegido, seria a vítima abandonada e o criminoso estaria superprotegido pelo Estado. Segundo eles, as políticas públicas como Bolsa Família ou cotas raciais universitárias são negativas, porque fomentam a preguiça, o clientelismo e fazem do cidadão alguém passivo, que parasita o Estado. O *self-made man* é o modelo de sucesso [...] Movimento negro, feminismo ou movimento LGBTQIA, são, para os bolsonaristas, grupos que sofrem preconceito, sim, mas estão abusando de seus direitos. Utilizam-se da vitimização, do mimimi para obter regalias do Estado e abalar os cidadãos que não pertencem a essas minorias (Solano, 2018, p. 2).

Esses posicionamentos foram acentuados pela "consequência direta da operação Lava Jato e sua espetacularização", o que "em mãos de grupos populistas,

punitivos, moralistas e com interesses políticos, deixou como legado um crescente sentimento antipolítico e a ideia de que política é sinônimo de corrupção e nenhum político presta". Assim, são ideias e temáticas que se complementam, porém é possível se identificar que o eleitorado de Jair Bolsonaro é fragmentado e com pautas distintas.

Hunter e Power (2019) afirmam que as variáveis de escolaridade, renda e religião auxiliam significativamente na explicação da vitória eleitoral de Jair Bolsonaro no pleito de 2018.

Bolsonaro foi o preferido nos três níveis de escolaridade que adotei para classificar os eleitores (fundamental, médio e superior). A novidade em relação a pleitos anteriores foi a derrota do PT entre os eleitores de baixa e média escolaridade (o que não acontecia desde 2002), com destaque para este último segmento, no qual a diferença entre a votação de Bolsonaro e a de Fernando Haddad foi maior (Nicolau, 2020, p. 122).

Ademais, o discurso anticorrupção, antipetista, *antiestablishment* político, populista e conservador moral, conquistou a classe média e a nova classe média, essa beneficiária do crescimento econômico e das políticas públicas inclusivas durante os governos petistas (2003-2016).

The four best predictors of support for Bolsonaro were income, education, religious affiliation, and region of residence. Bolsonaro won among all income groups except for the poor and very poor: Haddad proved more popular among voters whose monthly earnings were less than two times the minimum wage. Not only did Bolsonaro run away with the vote of Brazil's "traditional" middle class (households earning more than ten times the minimum wage), he also prevailed among the so-called "new" middle classes, whose emergence is often credited to the economic growth and social-inclusion policies overseen by the PT. Education, which in Brazil is highly correlated with income, was also a major factor. Despite Bolsonaro's frequent contention that Brazilian universities are hotbeds of "leftist psychos" (esquerdopatas), he scored an overwhelming victory among college graduates [...] He also took 70 percent of the votes of Pentecostal Christians, who now make up a quarter of the Brazilian electorate. During the campaign, tightly organized networks of Pentecostal pastors had provided a vital communications channel for Bolsonaro, who has successfully sought to attract Brazil's evangelicals. The new president still describes himself as a Catholic [...] Although he lost the poor northeast to the PT, Bolsonaro performed spectacularly in the economically advanced states of the south and southeast and in the Federal District (Brasília) (Hunter e Power, 2019, p. 77-78).

Para este grupo, Jair Bolsonaro representa o típico político honesto em contraposição ao que chamou de classe política corrupta e ao sistema político corrupto. O carisma, a proximidade e a honestidade também foram elementos que apareceram como argumento.

Solano (2018) aclara que ao se referir à Nova Direita necessariamente se remete ao neoconservadorismo e ao neoliberalismo. Trata-se, pois, de duas racionalidades

inicialmente diferentes, embora sejam aliadas em uma única dinâmica e lógica de poder (Brown, 2006). É perceptível esse processo no Brasil com a reforma trabalhista, redução do orçamento estatal, o discurso moralista dos bons costumes e com a negação à política tradicional e aos seus atores.

Entretanto, a própria extrema direita já não depende tanto de Jair Bolsonaro para mobilizar-se (Kalil, 2021). Um grupo autointitulado “300 do Brasil”, utilizando máscaras e tochas, fazendo referências ao grupo norte-americano *Ku Klux Klan*, manifestou-se em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF)²⁶, contra o ministro Alexandre de Moraes, o qual investigava à época o financiamento e organização de atos contra as instituições, democracia e havia aberto o inquérito das *fake news*. Cabe destacar que, no 7 de Setembro, Jair Bolsonaro proferiu ataques ao Ministro Alexandre de Moraes.²⁷

Para as eleições do ano de 2018, foram analisados os planos de governo dos principais candidatos presidenciais, conforme exposto nas tabelas abaixo, com dois objetivos. O primeiro de observar qual o posicionamento ideológico dos presidencialistas, pois

[...] a existência de um polo bem definido e mobilizado à direita pode ter um papel importante no processo de realinhamento partidário e forçar a melhor definição de valores e ideias dos partidos ao longo do espectro ideológico (Abranches, 2018, p. 12).

O segundo trata-se de compreender as categorias analíticas presentes nos planos de governo de Jair Bolsonaro das eleições dos anos de 2018 e 2022. Assim, de acordo com a tabela, é possível se observar a categorização dos planos de governo das eleições de 2018.

Tabela 12 - Categorização dos planos de governo dos principais candidatos às eleições presidenciais do ano de 2018

CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES DE 2018	MEIRELLES (MDB)	EYMAEL (DC)	HADDAD (PT)	BOLSONARO (PSL)	AMOEDO (NOVO)	ALCKMIN (PSDB)	TOTAL
CATEGORIAS	N %	N %	N %	N %	N %	N %	N %

²⁶"Apoiadores de Bolsonaro fazem ato em frente ao Supremo com tochas e máscaras brancas". Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/31/apoiadores-de-bolsonaro-realizam-ato-em-frente-ao-stf-com-tochas-e-mascaras.ghtml>>. Acesso em 5 de maio de 2022.

²⁷ "Bolsonaro ataca Alexandre de Moraes e diz que não cumprirá mais decisões do ministro do STF". Disponível em:

<<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/07/bolsonaro-ataca-alexandre-de-moraes-e-diz-que-mini-stro-tem-tempo-para-se-redimir-ou-se-enquadra-ou-pede-para-sair.ghtml>>. Acesso em 25 de maio de 2022.

POPULISMO	1	1	56	98	1		157
	0,64	0,64	35,66	62,42	0,64		100
AUTORITARISMO				16			16
				100			100
CONSERVADORISMO	1	7	5	134	2		149
	0,67	4,69	3,3	90	1,34		100
ANTISSISTEMA				44			44
				100			100
NEOLIBERALISMO	13	9	2	87	74	23	208
	6,25	4,33	0,98	41,82	35,57	11,05	100
ANTIESQUERDA				119	3		122
				97,55	2,45		100
SEGURANÇA PÚBLICA	8	3	30	11	5	6	63
	12,69	4,76	47,64	17,46	7,93	9,52	100
POLÍTICA SOCIAL	3	5	88		4	7	107
	2,8	4,67	82,25		3,73	6,55	100
NACIONALISMO	3	7	3	175	7	3	198
	1,51	3,53	1,51	88,41	3,53	1,51	100
CORRUPÇÃO			10	30			40
			25	75			100
PLURALISMO	1	2	70			5	78
	1,28	2,56	89,74			6,42	100
DESIGUALDADE SOCIAL	6		27	1			34
	17,64		79,42	2,94			100
ANTIMEIOS DE COMUNICAÇÃO				1			1
				100			100
TOTAL	36	34	291	716	96	44	1.217
	2,97	2,79	23,92	58,83	7,88	3,61	100

Fonte: TSE, planos de governo apresentados pelos candidatos à presidência da república nas eleições de 2018. Elaboração: o autor, 2023.

Com base na tabela acima, é possível se constatar que Jair Bolsonaro entregou um plano de governo com frases de efeitos para mobilização popular que dialogava com sentimentos mais imediatos da população e menos técnicos em relação aos dos demais candidatos, bem como se o localiza mais à direita, no espectro político-ideológico, devido aos valores autoritários (100%) e conservadores (90%).

Jair Bolsonaro e João Amoedo são os únicos presidenciáveis que apresentavam valores "antiesquerda" e "pluralismo". Ademais, no plano de governo de Jair Bolsonaro, foi no único em que constavam valores autoritários, *antiestablishment* e antimeios de comunicação.

3.2 Planos de governo apresentados por Jair Messias Bolsonaro nas eleições dos anos de 2018 e 2022

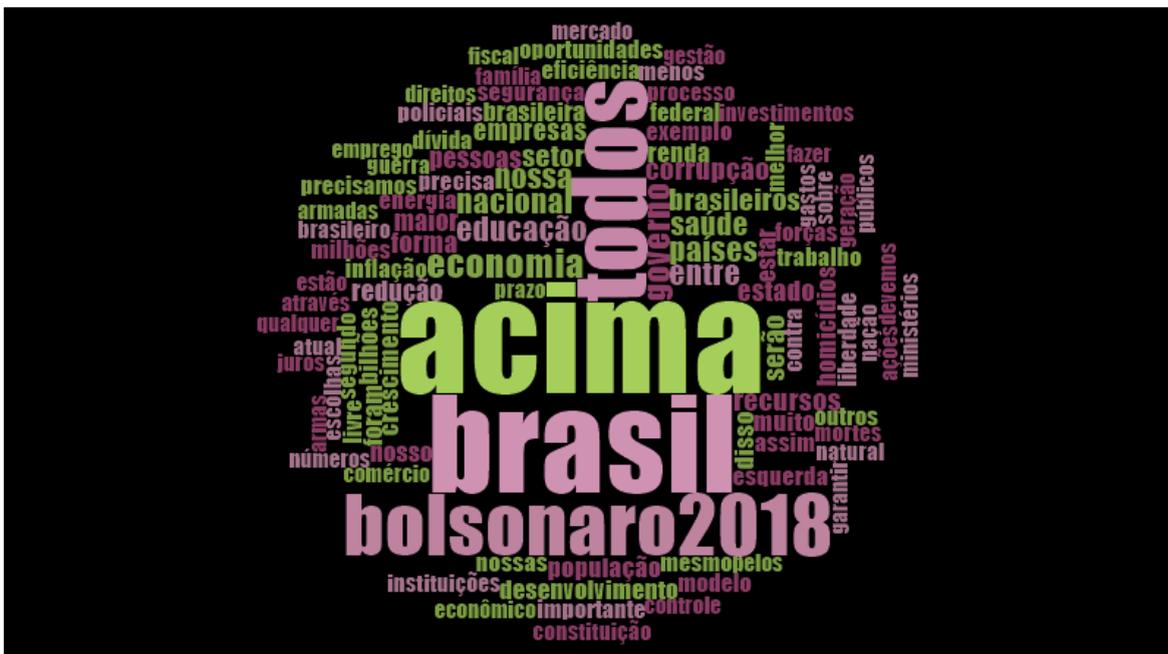
A respeito do plano de governo de Bolsonaro, do ano de 2018, o primeiro aspecto a ser destacado é o nome: *Projeto Fênix*. À primeira vista, é uma clara menção à ideia desenvolvida, ao longo de todo o documento: o Brasil está em ruínas devido à má gestão dos governos anteriores. A proposta foi então:

um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios. Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos. Um governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade. Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros (plano de governo de Jair Bolsonaro apresentado para as eleições de 2018, para o cargo de Presidente da República, p. 2).

Trata-se de um arquivo simples, cuja estética se assemelha a um trabalho amador e num estilo de apresentação de *PowerPoint*, com um total de 81 páginas, mas em formato de PDF. Ao longo de todo o arquivo, há referências religiosas, principalmente quando são observadas as imagens (mão, luz e céu, termos como prosperidade e passagens bíblicas); a linguagem é bastante acessível, polarizadora e apelativa. Há poucos dados e informações a respeito do que se é dito.

Ao analisar mais a fundo, no plano de trabalho apresentado nas eleições de 2018 de Jair Bolsonaro, para o cargo de presidente da República, foram identificadas as palavras mais recorrentes, conforme figura abaixo.

Figura 3 - Nuvem de palavras do plano de governo apresentado por Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018



Fonte: Programa de Governo de Jair Bolsonaro, 2018. O CAMINHO DA PROSPERIDADE; Elaboração: o autor, 2023.

Embora a frequência de elementos autoritários seja baixa, ao menos em comparação com o nacionalismo e o conservadorismo, é um fator significativo, pois é o único plano de governo apresentado em 2018 que continha esse conteúdo autoritário, devido a seu caráter antipolítico²⁸. Essa é definida, nos termos de Levisky e Ziblat (2018), como uma forma de enxergar o adversário político como inimigo. Bolsonaro, reiteradamente, tratava a esquerda e o Partido dos Trabalhadores (PT) como inimigos do Brasil:

o inimigo da nação não veste verde amarelo, veste vermelho. Tem um ladrão por aí que vive dizendo que sonha em voltar a desarmar seu povo. O Brasil é um país cristão. Somo cotnra o aborto, a ideologia de gênero. Nós queremos arma de fogo para o cidadão de bem (em pronunciamento oficial, Jair Bolsonaro, 20/04/2022).

Neste sentido, as análises acima realizadas sugerem que houve, ao menos por um tempo, a normalização dos valores e posicionamentos excludentes, conservadores, violentos e radicais presentes na extrema direita brasileira.

O plano de Governo de Jair Bolsonaro apresentado nas eleições de 2022, em comparação ao apresentado nas eleições de 2018, à primeira vista, está bem mais construído, fundamentado e estruturado, contudo o teor apelativo neoliberal não

²⁸ Definida como acusações contra partidos, políticos e militantes; críticas aos políticos e partidos tradicionais; interpretações politicamente orientadas e, algumas vezes, desconectadas da realidade.

desaparece. O documento apresenta, com no total de 48 páginas, índice, dados, gráficos oficiais e propostas de continuidade ao que foi feito ao longo do governo; há, sobretudo, uma ênfase nas feitorias do governo, da mesma forma que destaque para aquelas que não foram alcançadas, "em decorrência da pandemia da covid-19 e da guerra entre a Rússia e a Ucrânia". De forma muito clara, o plano apresenta início, meio e fim.

Ademais, durante todo o documento as imagens colocadas são a bandeira brasileira e diversidade étnica e de gênero. Essas mesmas referências não apareciam, anteriormente, no plano de governo de 2018.

Figura 4 - Nuvem de palavras do plano de governo apresentado por Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022



Fonte: Programa de Governo de Jair Bolsonaro, 2022, Pelo bem do Brasil; Elaboração: o autor, 2023.

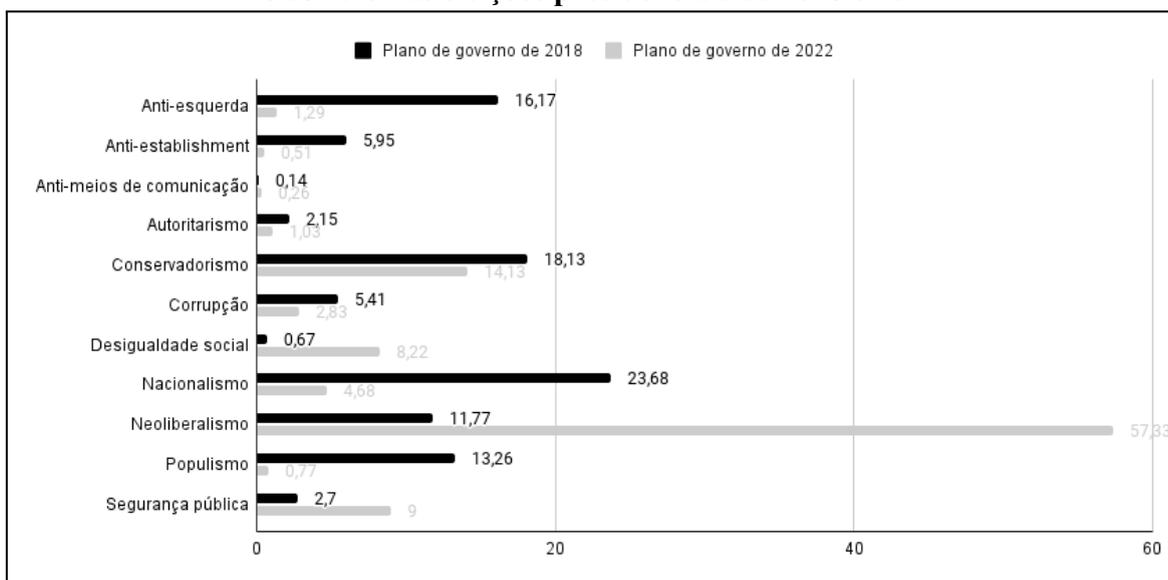
A figura acima trata das principais temáticas do plano de governo de Jair Bolsonaro, em 2022, o qual é caracterizado principalmente pela continuidade do plano de 2018: *este Plano de Governo, chamado de CAMINHO DA PROSPERIDADE – CONSTRUINDO UMA GRANDE NAÇÃO, complementa e dá continuidade ao CAMINHO DA PROSPERIDADE, desenhado em 2018 para o primeiro mandato.*

Em termos comparativos das nuvens de palavras, nota-se que houve mudança de palavras de uma nuvem para a outra, de 2018 para 2022. O plano de governo é bem

curto e apresenta imagens teológicas. A figura 3, por exemplo, expõe as palavras mais recorrentes, sendo: acima, todos, Brasil, Bolsonaro 2018, economia/mercado e população. É relevante que se desconsidere o slogan da campanha de 2018 para essa observação. É possível inferir que esses termos remetem a ideias de hierarquia, populismo, nacionalismo e neoliberalismo, tratando-se, portanto, de uma postura de oposição.

Em contrapartida, na figura 4, o plano de governo do ano de 2022 tem uma sistematização de propostas mostrando o que foi feito durante o governo e a manutenção do cargo de presidência da República. Há dados e figuras trabalhadas durante todo o documento. Além disso, as palavras mais recorrentes foram: governo (governo é frequentemente chamado de gestão, considerado um novo modelo de gestão), nacional (valor patriótico), desenvolvimento (chamado de desenvolvimento econômico sustentável), política, Brasil (nacionalismo), política social, desigualdade social (combate a desigualdade social relacionada a geração de empregos) e segurança.

Gráfico 6 - Análise de conteúdo dos planos de governo apresentados por Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 e 2022



Fonte: Programa de Governo de Jair Bolsonaro de 2018 e 2022; Elaboração: o autor, 2023.

Devido ao caráter técnico do plano de governo de Jair Bolsonaro, apresentado nas eleições de 2022, houve uma queda significativa do "populismo" e valores antiesquerda e antiestablishment, isto é, os ataques mais diretos e incisivos foram deixados de lado. Cabe frisar que estes valores são encontrados nos regimes da Ditadura Civil-Militar e no Governo de Fernando Collor (PRN).

Em contrapartida, nota-se um crescimento exponencial da categoria "neoliberalismo". A categoria de desigualdade social também apresentou crescimento, contudo de forma mais tímida. Abaixo são apresentadas as diferenciações.

3.2.1 Combate à corrupção

A pauta de corrupção é um dos eixos centrais do plano de governo de Jair Bolsonaro no ano de 2018, pois há clara associação dos governos do Partido dos Trabalhadores e burocracia estatal à corrupção; para Bolsonaro, como exemplos de legado, do PT, a serem combatidos eram: burocracia, enfrentar o crime e acabar com a corrupção. Assim, como alternativa, propõe que: a transparência e combate à corrupção são metas inegociáveis. Como pilar desse compromisso, iriam pegar "As Dez Medidas Contra a Corrupção", propostas pelo Ministério Público Federal e apoiadas por milhões de brasileiros, e encaminhá-las para aprovação no Congresso Nacional.

Em contrapartida, no plano de governo de 2022, é reiterada a corrupção dos governos anteriores e a necessidade do fortalecimento dos mecanismos de controle e transparência. Bolsonaro destacou o do *Plano Anticorrupção* de seu governo e que *cerca de 6,2 bilhões de reais já retornaram para os cofres públicos*.

O governo de Jair Bolsonaro foi atravessado por acusações de corrupção, tendo como exemplo o caso do Queiroz, em que Bolsonaro teria conexão próxima para com Fabrício Queiroz, ex-assessor de seu filho, o senador Flávio Bolsonaro. Queiroz foi acusado de participar de um esquema de "rachadinha" na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em que os funcionários recebiam seus salários e parte do valor retornava para os políticos. De modo que, Bolsonaro teria se recusado a fornecer explicações claras sobre sua relação com Queiroz e, não só, chegou a defender seu filho durante a investigação²⁹.

Outro caso de corrupção foi referente às alegações de interferência na Polícia Federal. Em abril de 2020, o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, acusou Bolsonaro de interferir politicamente na Polícia Federal, ao tentar acesso a

²⁹ Ver em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53913205>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

informações confidenciais e por pressionar por mudanças nas investigações em andamento. Essas alegações levaram à renúncia de Moro³⁰.

3.2.2 Estado

A respeito desta temática, no plano de governo de 2018, o Estado brasileiro é descrito como grande e ineficiente. Assim, foi dito que um número elevado de ministérios era ineficiente e não atendia aos legítimos interesses da Nação. Os problemas atuais indicam que são o resultado da forma perniciosa e corrupta de se fazer política nas últimas décadas, as quais se caracterizam pelo loteamento do Estado, como no popular ditado "toma lá-dá-cá". Está dentro da lógica neoliberal.

Em contrapartida, o plano de governo do ano de 2022 considerado está a serviço do cidadão e é projetado para continuidade do que é definido como modernização, eficiência, desburocratização e digitalização. O plano de governo ainda apresenta propostas de Estado Mínimo e é descrito de forma mínima com incentivo a privatizações e a concessões. Os servidores considerados éticos e produtivos devem ser valorizados.

Jair Bolsonaro apresentou comportamento em consonância com as propostas do plano de governo, a seguir estão alguns exemplos de falas e atitudes do ex-presidente quando ainda presidente que foram interpretadas como contrárias ao Estado:

As propostas de privatizações em que, na ocasião, Jair Bolsonaro defendeu a privatização de diversas empresas estatais, como a Eletrobras, a Petrobras e os Correios, com o objetivo de reduzir a intervenção estatal na economia³¹.

Os cortes de gastos públicos também foram parte de sua agenda econômica, Jair Bolsonaro promoveu medidas de austeridade fiscal, como a Reforma da Previdência, buscando reduzir os gastos do Estado³². Além disso, Jair Bolsonaro fez constantes críticas

³⁰ "Sérgio Moro acusa Bolsonaro de interferência política na PF e deixa Governo". Ver em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-24/sergio-moro-acusa-bolsonaro-de-interferencia-politica-na-pf-e-d-eixa-governo.html>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

³¹ "Privatizações de Bolsonaro: o que ficou na promessa e o que saiu do papel?". Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/01/privatizacoes-de-bolsonaro-o-que-ficou-na-promessa-e-o-que-virou-privado.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

³² "Governo ressalta importância da reforma da Previdência e da queda da dívida pública". Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/governo-ressalta-importancia-da-reforma-da-previdencia-e-da-queda-da-divida-publica/>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

à burocracia estatal. Há uma insatisfação para com a burocracia do Estado brasileiro, criticando a lentidão e a ineficiência dos processos governamentais³³.

3.2.3 Educação

A proposta educacional de Jair Bolsonaro, no plano de governo apresentado nas eleições de 2018, era dar um salto de qualidade na educação com ênfase na educação infantil, básica e técnica, “sem doutrinar”. Havia destaque no elemento de doutrinação (Bolsonaro insinuava que os governos do PT promoviam a doutrinação marxista nas escolas) e o foco era na educação básica. Contudo, foi observada a mesma tônica do plano de governo que a do ano de 2022: a de priorização dos investimentos e ferramentas da educação básica. Há grande foco na proposta de preparação do aluno para o mercado de trabalho. Embora, nos planos de governo não apareçam de forma tão explícitas, os discursos de Bolsonaro tinham preocupação com relação ao que foi chamado de doutrinação ideológica.

Como exemplificação, pode-se destacar: (i) o corte de verbas para instituições de ensino. Em 2019, o governo federal anunciou um contingenciamento de verbas da educação, afetando principalmente universidades e institutos federais³⁴. Isso gerou protestos e críticas por parte da comunidade acadêmica, que alegou que isso comprometeria o funcionamento e a qualidade dos serviços oferecidos; (ii) a desvalorização do magistério. Bolsonaro já havia expressado falas que, para alguns críticos, desvalorizaram ou minimizavam a importância do magistério, como afirmar que era necessário “desfazer a doutrinação no ensino” ou que “muitos professores não ensinam quase nada”³⁵. Quanto a indicações para o Ministério da Educação, o presidente nomeou diferentes ministros da Educação em seu mandato, alguns dos quais enfrentaram críticas

³³ "Ao Congresso, Bolsonaro fala em reduzir Estado e lista prioridades". Verificar em: <<https://exame.com/economia/ao-congresso-bolsonaro-cita-necessidade-de-reducao-de-estado-gigantesco/>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

³⁴ "Em 2019, o governo federal anunciou um contingenciamento de verbas da educação, afetando principalmente universidades e institutos federais". Ver em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>>. Acesso em 30 de junho de 2023.

³⁵ "Professor tem que ensinar e não doutrinar", diz Bolsonaro no Twitter". Ver em: <<https://www.metropoles.com/brasil/professor-tem-que-ensinar-e-nao-doutrinar-diz-bolsonaro-no-twitter>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

por sua postura e opiniões polêmicas sobre temas, como educação sexual e ideologia de gênero³⁶ nas escolas.

3.2.4 Saúde

No plano de governo de 2018, a temática da saúde é proposta de forma que a gestão seja eficiente e respeitosa para com a vida de todas as pessoas. Revela características conservadoras e neoliberais. Já no ano de 2022, é notória a proposta de avanço e consolidação na melhoria no acesso aos serviços de saúde com qualidade. Em ambas as ocasiões, o foco é na saúde primária e na preservação da vida (visão conservadora).

Ainda com o evento da pandemia da covid-19 não houve mudança significativa de discurso e propostas. A respeito da postura do presidente Bolsonaro, referente à saúde pública durante seu mandato, é possível se destacar que houve a minimização do impacto da Pandemia da Covid-19, em que adotou uma postura depreciativa em relação à gravidade da doença. Foram muitas as vezes em que comparou o vírus a uma "gripezinha" e questionou a eficácia das medidas de distanciamento social³⁷. Além disso, houve resistência ao uso de máscaras e vacinas. O presidente também demonstrou resistência quanto ao uso de máscaras faciais e à importância da vacinação em massa contra a Covid-19, mesmo após a aprovação dos imunizantes pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)³⁸. Ademais, divulgou e estimulou a busca por tratamentos ineficazes; não só, promoveu, ainda, medicamentos sem qualquer eficácia cientificamente

³⁶

Ler

em:

<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/03/31/crise-no-mec-tem-ministro-que-negou-ditadura-e-acusado-de-plagio.htm>>. Acesso em 30 de junho de 2023.

³⁷ "2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega". Ver em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>> Acesso em 3 de julho de 2023.

³⁸ "Quem entra na pilha só da vacina é um idiota útil", diz Bolsonaro". Ver em <<https://www.poder360.com.br/governo/quem-entra-na-pilha-so-da-vacina-e-um-idiota-util-diz-bolsonaro/>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

comprovada, a exemplo da clássica hidroxicloroquina e chegou a interferir na recomendação do Ministério da Saúde sobre o seu uso³⁹.

3.2.5 Meio ambiente

Para a pauta ambiental, o plano de governo de 2018 não apresenta qualquer menção. Entretanto, para o plano de governo do ano de 2022, consta uma visão nacionalista/soberanista de política externa em relação ao meio ambiente e intersecção com o agronegócio e extração racional, isto é, o uso responsável e sustentável dos recursos naturais.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, as políticas de meio ambiente, propostas pelo governo, enfrentaram forte oposição tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Os exemplos mencionados ganharam ampla visibilidade nos veículos de comunicação do Brasil e do mundo, como o alarmante aumento do desmatamento na Amazônia⁴⁰, em que, durante sua gestão, houve um aumento expressivo no desmatamento da Amazônia. O então governo chegou não só minimizar a destruição do bioma como um todo como enfraqueceu os órgãos de fiscalização ambiental, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);

Quanto às queimadas na região da Amazônia, Bolsonaro referiu-se como *fake news*, sendo que havia dados científicos e imagens de satélite mostrando o contrário⁴¹. Com uma postura negacionista quanto às questões ambientais⁴² Bolsonaro costumava

³⁹ ""Vacina tem comprovação científica?", diz Bolsonaro ao defender cloroquina". Verificar em: <<https://www.poder360.com.br/governo/em-culto-bolsonaro-defende-tratamento-precoce-e-volta-a-questionar-vacinas/>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

⁴⁰ "Amazônia bate novo recorde nos alertas de desmatamento em junho; sinais de devastação atingem mais de 3 mil km² no semestre, aumento de 25%". Ver em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/07/10/amazonia-bate-novo-recorde-nos-alertas-de-desmatamento-em-junho-aumento-dos-ultimos-11-meses-foi-de-64percent-aponta-inpe.ghtml>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

⁴¹ "The Guardian: "Amazon fires: Record number burning in Brazil rainforest - space agency". Ver em: <<https://www.theguardian.com/world/2020/sep/02/amazon-fires-brazil-rainforest-bolsonaro-destruct>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

⁴² "A negação climática do governo de Jair Bolsonaro". Ver em: <<https://diplomatique.org.br/a-negacao-climatica-do-governo-de-jair-bolsonaro/>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

questionar o consenso científico sobre as mudanças climáticas e a importância da conservação ambiental. Ele expressou apoio à expansão da indústria petrolífera e enfraqueceu políticas de incentivo a energias renováveis.

Sobre a redução de áreas protegidas⁴³, o então presidente propôs uma série de medidas que reduzissem Áreas Territoriais Especialmente Protegidas — ETEPs, como Unidades de Conservação e/ou sendo permissivo para com a exploração mineral e/ou agrícola em regiões protegidas e intocáveis. Essas medidas geraram críticas no Brasil e, principalmente, na Europa, da qual há países financiadores do Fundo Amazônia.

E, por fim, a retirada do Brasil do Acordo de Paris⁴⁴, o qual tem por principal objetivo a de redução de emissão de gases de efeito estufa e alternativas de mitigação para os efeitos das mudanças climáticas. Apesar de ter recuado em sua decisão posteriormente, Bolsonaro considerou a possibilidade de retirar o Brasil do Acordo de Paris.

Soma-se a isso, atuação incoerente do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que, durante uma reunião interministerial, falou que aquele momento de pandemia era propício e ideal para se passar a boiada⁴⁵, em referência às mudanças nas regulamentações de proteção ambiental. Essas declarações intensificaram o sentimento de preocupação e revolta da oposição e das entidades voltadas para o meio ambiente.

3.2.6 Trabalho e modelo econômico

Desde o plano de governo das eleições de 2018, a concepção de trabalho é avaliada sob a perspectiva da produção, ou seja, neoliberal e individualista. As pessoas são distinguidas por grupos improdutivos e ineficientes. O liberalismo é considerado como uma forma de salvação da miséria e assim descreve: as economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão

⁴³ "Bolsonaro aprova redução da Floresta Nacional de Brasília". Ver em: <<https://oeco.org.br/noticias/bolsonaro-aprova-reducao-da-floresta-nacional-de-brasilia/>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

⁴⁴ "Bolsonaro diz que "pode sair fora" do Acordo de Paris". Ver em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/bolsonaro-diz-que-pode-sair-fora-do-acordo-de-paris>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

⁴⁵ "Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19". Ver em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

social. Graças ao liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo (Bolsonaro, 2018, p.13).

Por outro lado, o plano de governo de 2022 tinha, em síntese: a reforma econômica de cunho liberal, abertura comercial, aumento da concorrência, redução de impostos, desestatização, privatizações de empresas estatais e concessões para o capital privado.

Na prática, Bolsonaro defendeu e apoiou a reforma trabalhista implementada no governo do ex-presidente Michel Temer, o qual flexibilizou as leis trabalhistas para, segundo seus defensores, estimular a geração de empregos⁴⁶.

Além disso, Bolsonaro defendeu a desburocratização do ambiente de negócios no Brasil, com o objetivo de facilitar a vida dos empreendedores e fomentar o crescimento econômico. Essa visão está muito associada às privatizações e à abertura de mercado⁴⁷. Promoveu também a agenda de privatizações e a abertura de mercado, como estratégias, para estimular a economia brasileira e defendeu a necessidade de atrair investimentos estrangeiros para impulsionar o desenvolvimento do país.

3.2.7 Modelo de desenvolvimento

No plano de governo das eleições de 2018, é defendida a diminuição estatal (devido a geração de despesas e impostos), a promoção da modernização, diminuição das leis trabalhistas, defesa do neoliberalismo e, sobretudo, o incentivo às empresas. É identificada as mesmas propostas no plano de governo de 2022, todavia o trabalho é tido como continuidade das políticas públicas anteriores.

Na prática, o governo de Bolsonaro esteve de acordo com o que foi proposto nos planos de trabalho. A seguir, alguns exemplos de falas e atitudes do então presidente em relação ao modelo de desenvolvimento.

⁴⁶ "Bolsonaro defende reforma trabalhista do governo Temer, alvo de críticas de Lula". Ver em: <<https://www.infomoney.com.br/politica/bolsonaro-defende-reforma-trabalhista-do-governo-temer-a-lvo-de-criticas-de-lula/>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

⁴⁷ "Bolsonaro defende medidas de desburocratização e MP da Liberdade Econômica". Ver em: <<https://economia.ig.com.br/previdencia/2019-05-11/bolsonaro-defende-medidas-de-desburocratizacao-e-mp-da-liberdade-economica.html>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

Conforme já pontuado, Jair Bolsonaro foi criticado pelo seu incoerente desenvolvimento sustentável na Amazônia, já que seu governo adotou uma postura altamente flexível no que diz respeito à proteção da floresta amazônica, incentivando atividades econômicas na região, como a mineração e o agronegócio, em detrimento da preservação ambiental⁴⁸. A defesa da expansão do agronegócio brasileiro foi uma das principais pautas do desenvolvimento econômico do país. Ele apoiou medidas para facilitar a aquisição de terras para agricultura, flexibilizar as leis ambientais e simplificar o licenciamento ambiental para o setor agropecuário.

Além disso, no plano de governo de 2018, aparecem críticas em ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o qual, nos governos do Partido dos Trabalhadores, financiou obras em países considerados de esquerda, a exemplo da concessão de créditos aos Estados venezuelano e cubano⁴⁹.

3.2.8 Segurança pública

No plano de governo do ano de 2018, a política de segurança econômica proposta se pautava no armamento da população, sobretudo a população rural, e a defesa pela Redução da Maioridade Penal, de 18 anos de idade, para 16 anos, com o lema de que encarcerar era: *PRENDER E DEIXAR NA CADEIA SALVA VIDAS!*.

Já de 2022, defende-se a tese de promoção e fortalecimento da Segurança Jurídica (para reduzir a violação de direitos individuais, sociais, econômicos e políticos dos cidadãos), isto é, trata-se de melhoria, modernização e aprimoramento das políticas até então desenvolvidas em seu governo. Nesse sentido, é descrito da seguinte forma: *Enfatiza-se o fortalecimento das ações no combate ao crime organizado e outras ameaças à segurança e defesa nacional, utilizando amplo espectro de tecnologias disponíveis, como drones, inteligência artificial e perícia forense.*

⁴⁸ "Bolsonaro consolida apoio do agro, mas economia e cenário externo preocupam o setor". Ver em:

<<https://www.infomoney.com.br/politica/bolsonaro-consolida-apoio-do-agro-mas-economia-e-cenario-o-externo-preocupam-o-setor/>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

⁴⁹ "Em rede social, Bolsonaro critica empréstimos do BNDES para a Venezuela". Ver em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/30/em-rede-social-bolsonaro-critica-e-mprestimos-do-bndes-para-a-venezuela.ghtml>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

Em contrapartida aos planos de governo, abaixo estão alguns exemplos de falas e atitudes de Jair Bolsonaro, enquanto presidente, em relação à segurança pública.

Uma de suas principais pautas, desde a campanha eleitoral, foi a flexibilização das leis de armas. Jair Bolsonaro defendeu a flexibilização das leis de armas como uma medida para combater a violência, pois acreditava que os cidadãos armados pudessem contribuir para a redução dos índices de criminalidade⁵⁰. A sua política de segurança pública foi marcada pelo discurso de "tolerância zero".

Além disso, Jair Bolsonaro apoiou a aprovação da Lei Anticrime proposta pelo então ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro. Essa lei, que está em vigor, tem como objetivo combater a criminalidade e a corrupção, além de endurecer penas para crimes violentos e estabelecer medidas de combate à corrupção⁵¹.

3.2.9 Direitos Humanos

No plano de governo das eleições de 2018, foi observado que a temática de Direitos Humanos estava no redirecionamento da política de defesa das vítimas da violência.

Por outro lado, já nas propostas das eleições de 2022, o entendimento dos Direitos Humanos estavam associados principalmente à família, enquanto primeira instituição de geração de direitos básicos, como vida, liberdade, igualdade e segurança.

Em termos práticos, o presidente Bolsonaro já fez comentários desrespeitosos e ofensivos a jornalistas, questionando-os sobre seu trabalho e, de alguma forma, tentando lhes minar a credibilidade⁵². Ademais, o presidente foi criticado por sua postura em relação à proteção ambiental e aos direitos indígenas. Muitas ações do governo brasileiro foram vistas como prejudiciais ao meio ambiente, a exemplo da flexibilização das leis de

⁵⁰ "Veja o que muda com os novos decretos de Bolsonaro sobre armas de fogo". Ver em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/02/13/veja-o-que-muda-com-os-novos-decretos-de-bolsonaro-sobre-armas-de-fogo.ghtml>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

⁵¹ "Bolsonaro sanciona projeto anticrime aprovado pelo Congresso". Ver em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-12/bolsonaro-sanciona-projeto-anticrime-aprovado-pelo-congresso>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

⁵² "Bolsonaro se irrita com pergunta e chama repórter de idiota na Bahia". Ver em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/bolsonaro-se-irrita-com-pergunta-e-chama-reporter-de-idiota-na-bahia.shtml>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

proteção à Amazônia e a diminuição dos recursos destinados à fiscalização ambiental⁵³. Assim como, Bolsonaro também fez comentários homofóbicos e racistas em público ridicularizando a comunidade LGBT⁵⁴, negros e quilombolas⁵⁵. A minoria (mulheres, negros, LGBTs, religiosos de matriz africana) deveria, então, se curvar à maioria (conservadores, católicos e heterossexuais).

Nessa mesma temática, o governo transformou o ministério dos Direitos Humanos e Cidadania em Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, o qual era chefiado pela pastora Damares Alves.

3.2.10 Valores e organização societária

No plano de governo de 2018, aparece a ideia de um governo que defenda e resgate o bem mais precioso para qualquer cidadão: a liberdade. Desta forma, consta escrita da seguinte forma: Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros. Os frutos de nossas escolhas afetivas têm nome: FAMÍLIA! Seja ela como for, é sagrada e o Estado não deve interferir em nossas vidas (Bolsonaro, 2018, p. 4).

Por um lado, o plano de governo do ano de 2022 não inovou tanto, permanecendo, pois, a mesma visão e com pouca expressividade. Por outro, observam-se falas e atitudes do presidente Bolsonaro, quanto a valores morais e organização da sociedade, algo já conhecido em seus posicionamentos no que tange a questões morais e sociais.

Jair Bolsonaro opunha-se, por exemplo, ao aborto, fazia defesa da família tradicional e crítica à discussão de gênero, nas escolas, além de ter feito declarações polêmicas a minorias e a movimentos sociais, o que lhe rendeu críticas. Tendo já se

⁵³ "Bolsonaro sanciona projeto que reduz área da Floresta Nacional". Ver em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-sanciona-projeto-que-reduz-area-da-floresta-nacional/>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

⁵⁴ "Bolsonaro faz comentário homofóbico e diz que PT incentivou sexualização". Ver em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/04/27/interna_politica,1260959/bolsonaro-faz-comentario-homofobico-e-diz-que-pt-incentivou-sexualizacao.shtml>. Acesso em 3 de julho de 2023.

⁵⁵ "Bolsonaro utiliza termo considerado racista para se referir a peso de apoiador". Ver em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-utiliza-termo-considerado-racista-para-se-referir-a-peso-de-apoiador/>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

referido a quilombolas, como "peso nas costas" e criticado o Movimento LGBT⁵⁶, bem como já fizera diversos outros comentários ofensivos e machistas às mulheres. Em certa ocasião, ele dirigiu-se à deputada federal Maria do Rosário e proferiu-lhe os seguintes dizeres: "Não te estupro, porque você não merece". Não só, chegou a debochar ainda do peso de certa jornalista e já realizou gestos obscenos durante discursos.

Durante seu mandato, Bolsonaro nomeou ministros e autoridades que compartilhavam de seus mesmos valores morais conservadores, a exemplo da ministra Damare Alves, que defendeu a abstinência sexual como programa de prevenção à gravidez na adolescência.

3.2.11 Adversário político

Ao longo de todo o plano de governo de 2018, o tom discursivo foi de antagonismo e oposição a "tudo o que está aí de errado e que foi feito de errado durante os governos do PT", de forma que houve também a criação da narrativa de que o adversário político (o Partido dos Trabalhadores) era o inimigo da nação e que, portanto, deveria ser eliminado devido ao legado de corrupção, miséria e ineficiência deixado no Brasil. Já no plano de governo apresentado nas eleições de 2022, entretanto não há qualquer descrição e menção de um inimigo a ser combatido.

Na prática, Jair Bolsonaro provocou crise institucional nas relações diplomáticas e políticas. Durante a pandemia da Covid-19, por exemplo, ele frequentemente criticou governadores e prefeitos por suas medidas de isolamento social e *lockdown*, chegando a declarar que, "se a economia quebrar, o povo quebrará primeiro"⁵⁷. Também chegou a chamar os governadores de "lunáticos" e "ditadores"⁵⁸.

⁵⁶ "Bolsonaro diz que brasileiro é conservador e fala em cristofobia; entenda". Ver em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-09-22/bolsonaro-diz-que-brasileiro-e-conservador-e-fala-em-cristofobia-entenda.html>>. Acesso 3 de julho de 2023.

⁵⁷ "Como a crise institucional provocada por Bolsonaro impacta a economia". Ver em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/17/como-a-criese-institucional-provocada-por-bolsonaro-impacta-a-economia.ghtml>>. Acesso em 4 de julho de 2023,

⁵⁸ "Bolsonaro chama governadores de 'projetos de ditadores' por medidas na pandemia". Ver em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-chama-governadores-de-projetos-de-ditadores-por-medidas-na-pandemia/>>. Acesso em 4 de julho de 2023.

O ex-presidente teve atritos com líderes mundiais, como com os chineses, quando os acusou de terem criado o vírus responsável pela Covid-19⁵⁹; com presidente francês, Emmanuel Macron, ao debochar de seu cônjuge Brigitte Macron, nas redes sociais⁶⁰; depois ainda, com o presidente eleito pelos Estados Unidos, Joe Biden, a quem ele chamou de "radical". Sua oposição a esses líderes políticos se deu no âmbito do espectro ideológico, uma vez que os considerava todos de esquerda. E essa atitude de atrito diplomático parece ter sido proposital em busca de uma polarização política em relação a tais líderes políticos.

3.2.12 Democracia

No plano de governo apresentado nas eleições de 2018, a democracia aparece explicitamente associada aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), da mesma forma que à corrupção. Entretanto, essa visão é substituída no plano de governo de 2022 e passa a ser relacionada à liberdade e à dignidade.

Na prática, Jair Bolsonaro fez repetidos questionamentos a respeito da confiabilidade do sistema eleitoral e sugeriu, mesmo sem apresentar provas, que houve fraudes na eleição de 2018, da qual ele próprio saiu eleito como presidente⁶¹. No entanto, até o momento, nenhuma evidência substancial de fraude foi apresentada. Essas declarações são consideradas críticas ao funcionamento democrático do país e à desvalorização dos princípios democráticos.

⁵⁹ "Bolsonaro volta a insinuar que a China teria criado o coronavírus propositalmente". Ver em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/05/05/bolsonaro-volta-a-insinuar-que-a-china-teria-criado-o-coronavirus-propositalmente.ghtml>>. Acesso em 4 de julho de 2023.

⁶⁰ "Bolsonaro zomba da esposa de Macron e é acusado de sexismo". Ver em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/bolsonaro-zomba-da-esposa-de-macron-e-e-acusado-de-sexismo>>. Acesso em 4 de julho de 2023.

⁶¹ "Bolsonaro volta a questionar segurança e confiabilidade do sistema eleitoral". Ver em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/07/22/bolsonaro-volta-a-questionar-seguranca-e-confiabilidade-do-sistema-eleitoral.htm>>. Acesso em 4 de julho de 2023.

Além disso, já havia feito declarações que sugeriram uma tendência autoritária. Jair Bolsonaro, constantemente, falava na promoção de golpe; chegou a acabar com as investigações da Lava Jato⁶² e trocou cargos estratégicos de investigação de sua família⁶³.

O governo Bolsonaro já havia sido criticado por suas atitudes no que se refere à liberdade de imprensa, com inúmeras denúncias de ameaças e intimidação a jornalistas e veículos de comunicação⁶⁴. Essas ações são vistas como uma restrição à liberdade de expressão tratando-se essa, portanto, de um elemento central da democracia.

É importante mencionar que Bolsonaro foi eleito democraticamente nas eleições de 2018, dentro de todos os ritos resguardados pela Constituição e pelas regras estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral do Brasil (TSE). Respeitou, convenientemente, os resultados e tomou posse como presidente eleito, bem como se valeu de sua eleição para legitimar-se em seu cargo⁶⁵. Assim, o uso da democracia foi baseado no interesse próprio, porque ora a atacava, ora a defendia.

Quadro 2 - Comparação entre os programas de governos presidenciais de Bolsonaro dos anos de 2018 e 2022

CATEGORIAS	2018	2022
Corrupção	Promovido pelos governos do PT e devido ao tamanho do estado	Fortalecimento da Promoção da Integridade e do Combate à Corrupção
Estado	Estado mínimo	Prosseguir com a modernização do Estado
Educação	Ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar	Priorização na Educação Básica e preparação para o mercado de trabalho
Saúde	Eficiente e visão conservadora de respeito à vida	Avanço e consolidação na melhoria
Meio ambiente	Sem menção	Visão soberana e extração racional

⁶²"Bolsonaro diz que 'acabou' com operação Lava Jato porque governo 'não tem mais corrupção'". Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/07/bolsonaro-diz-que-acabou-com-a-operacao-lava-jato-porque-governo-nao-tem-mais-corrupcao.ghtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

⁶³ "Gravação confirma intenção de Bolsonaro de proteger família". Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/gravacao-confirma-intencao-de-bolsonaro-de-proteger-familia/>>. Acesso em 18 de março de 2023.

⁶⁴ "Jornalistas denunciam aumento de ataques à imprensa durante governo Bolsonaro". Ver em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/15/jornalistas-denunciam-aumento-de-ataques-a-imprensa-durante-governo-bolsonaro>>. Acesso em 4 de julho de 2023.

⁶⁵ "Bolsonaro diz que governará ao lado da Constituição". Ver em: <https://www.camara.leg.br/noticias/546930-bolsonaro-diz-que-governara-ao-lado-da-constituicao/>>. Acesso em 4 de julho de 2023.

Trabalho	Perspectiva produtivista e empreendedora	Continuidade da perspectiva produtivista e empreendedora
Modelo econômico	Liberal. Emprego, Renda e Equilíbrio Fiscal. Sem inflação	Liberal. Emprego, Renda e Equilíbrio Fiscal. Sem inflação
Modelo de desenvolvimento	Diminuição do estado, redução de impostos e incentivo às empresas privadas	Continuidade do fortalecimento do empreendedorismo e a geração de emprego
Segurança pública	Política encarceraria, enfrentamento do crime	Promoção e fortalecimento do sistema de segurança
Direitos Humanos	Redirecionamento com o foco é na vítima	Direitos Humanos associados à família
Valores e organização societária	Conservadorismo moral e religioso, nacionalismo e liberdade	Conservadorismo moral e religioso, nacionalismo e liberdade
Adversário político	Inimigo da nação, está contra o povo brasileiro. Deve ser eliminado	Não há menção
Democracia	Está corrompida pelos governos do PT	Associada à liberdade e dignidade

Fonte: Programa de Governo de Jair Bolsonaro, 2022, Pelo bem do Brasil; Elaboração: o autor, 2023.

De acordo com o quadro acima apresentado, é possível se notarem as mudanças nos planos de governos apresentados nas eleições dos anos de 2018 e de 2022. Há modificações nas categorias do meio ambiente, direitos humanos do adversário político e da democracia. O plano de governo do ano de 2018 foi de cunho mais antagonista e em contrapartida, o do ano de 2022, é mais técnico.

3.3 Discursos oficiais de Jair Bolsonaro

O objetivo do estudo da análise de conteúdo é captar as ideias, os interesses e os valores dos discursos. Nesse sentido, Lopes (2015, p. 4) afirma que

[...] baseando-se na continuidade e, especialmente, na mudança política, ela consegue reeditar os ganhos e as perdas, as vítimas, os vilões e os heróis que foram apresentados nos documentos, entrevistas e discursos oficiais. Tais elementos justificaram as alterações ou continuidade dos Paradigmas e, indiretamente, imprimem-nos as disputas entre as coalizões que estão defendendo a modificação ou a conservação.

Em termos operacionais, foram considerados os dois quadros abaixo, bem como se destaca que, dada a quantidade de discursos, a abordagem é diferente em relação aos planos de governo.

Nos planos de governo, as categorias foram criadas a partir das leituras das propostas de governo. Dessa forma, foram mais perceptíveis as especificidades de caráter ideológico. A análise dos discursos oficiais de Bolsonaro, entretanto, foi mais ampla e as categorias foram montadas previamente a contar das teorias da crise da democracia contemporânea.

Quadro 3- A síntese dos indicadores da crise democrática contemporânea e as respectivas operacionalizações nos discursos presidenciais de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022)

CATEGORIAS ANALÍTICAS	OPERACIONALIZAÇÃO
A globalização, terrorismo global e ameaça à identidade nacional	Discurso autoritário, relacionado à islamofobia, à xenofobia e à rejeição ao imigrante, objetivado na preservação da identidade nacional e da nação entendida como pura.
A estagnação econômica e o aumento da desigualdade social	Discurso de legitimação da crise da economia, da desigualdade e da concentração de renda.
A revolução tecnológica e as novas formas de comunicação	Discurso de incentivo ao uso de redes sociais e ataques às mídias tradicionais.
A rejeição às regras do jogo democrático	Discurso de deslegitimação das instituições públicas, a urna e a democracia e as leis.
A crise de legitimidade da democracia	Discurso reacionário do retorno de um passado ideal, de deslegitimação dos partidos políticos motivado pelo distanciamento dos partidos em relação à população, de legitimação e da promoção da crise democrática e dos processos democrático e a promessa da salvação por meio da ruptura do sistema político e das instituições.
A calamidade ou catástrofes repentinas	Discurso de que as pautas que dizimam a sociedade não mobilizam a população
A polarização e radicalização política	Discurso de rejeição ao adversário político, muitas vezes descrito como inimigo; presença de violência política
O novo papel do Poder Judiciário	Discurso de interferência do Poder Judiciário na política e na elaboração de políticas públicas
Os limites do presidencialismo de coalizão	Discurso de que o presidencialismo de coalizão sempre favorece a prática da corrupção
Os limites dos partidos políticos e da participação popular na política	Discurso do distanciamento das instituições públicas e partidos políticos da sociedade
O militarismo	Discurso de que o militarismo resolveria os problemas presentes na democracia

Fonte: com base em Castells, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018; Mounk, 2019; Runciman, 2018; Eatwell e Goodwin, 2020; Avritzer, 2016; Branches et. al., 2019. Elaboração: o autor, 2023.

Quadro 4 - Valores e as respectivas operacionalizações nos discursos presidenciais de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022)

CATEGORIAS ANALÍTICAS	OPERACIONALIZAÇÃO
Nacionalismo	Discurso de valorização à pátria/patriotismo e ao nacionalismo.
Populismo	Discurso antagônico do povo <i>versus</i> elite política e inimigos.
Neoliberalismo	Discurso com propostas econômicas de valorização do mercado, individualismo e mérito.
Conservadorismo	Discurso de preservação da tradição, da família e dos valores cristãos.
Autoritarismo	Discurso saudosista do Regime Militar, polarização das majorias <i>versus</i> minorias. Bem como, crítica aos políticos e às instituições.
Anti-minorias	Discurso contra negros, mulheres, LGBTs, pobres, povos tradicionais e presidiários.
Anti-esquerda	Discurso contra comunismo/socialismo, Estado de Bem estar e partidos políticos.
Anti-Meios de comunicação	Discurso de críticas diretas aos meios de comunicação.
Segurança pública	Discurso favorável ao encarceramento, severas punições para quem comete crime, favorável ao armamento e legítima defesa.

Fonte: o autor, 2023.

Ao analisar especificamente as motivações de Jair Bolsonaro ao se posicionar favorável ao *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, é possível se observar o resumo de suas principais ideias, sendo o: o anticomunismo e o antipetismo; o saudosismo à Ditadura Militar, aos torturadores e aos militares; o conservadorismo moral e religioso; e o nacionalismo. Nas palavras de Jair Bolsonaro, na ocasião do *impeachment*

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data pela forma como conduziu os trabalhos dessa Casa. Parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim. (Jair Bolsonaro na condição de Deputado Federal, em votação na Câmara dos Deputados pelo processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016).

A referência "perderam em 64" trata-se do Golpe Civil-Militar que deu início à Ditadura Militar, no ano de 1964, que durou até o ano de 1985. Parte dos defensores da Ditadura Civil-Militar brasileira associou a necessidade da instauração do regime com objetivo de impedir a instauração de um regime comunista no Brasil que, embora o contexto político internacional fosse de Guerra Fria (1947-1991), não houve qualquer

indício de que os movimentos e organizações comunistas tentaram dar um golpe no Brasil. Contudo, trata-se de um posicionamento favorável ao militarismo e ao conservadorismo, da ordem e dos costumes tradicionais.

Além disso, a frase "pela família e pela inocência das crianças em sala de aula" remete à época em que Jair Bolsonaro era representante de uma ação de embate ao programa de combate à homofobia de autoria do Ministério da Educação, comandado por Fernando Haddad, que passou a ser chamado por alguns políticos opositores de "kit gay".

"Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo". O Foro de São Paulo é entendido como uma instância de articulação de partidos de esquerda latino-americanos. O escritor Olavo de Carvalho e outros setores da direita costumavam afirmar que se tratava de uma organização que busca implantar o comunismo nos países, principalmente, da América Latina.

"Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff". Faz menção a Ustra, antigo chefe do DOI-Codi, o qual se tornou um dos principais símbolos da repressão política no Brasil, no que tange o método de tortura utilizado para torturar diversos militantes políticos, incluindo Dilma Rousseff (PT). Além disso, no governo de Dilma Rousseff, criou-se a Comissão Nacional da Verdade — CNV, cujo objetivo era investigar crimes cometidos por agentes do Estado durante o regime Civil-Militar brasileiro.

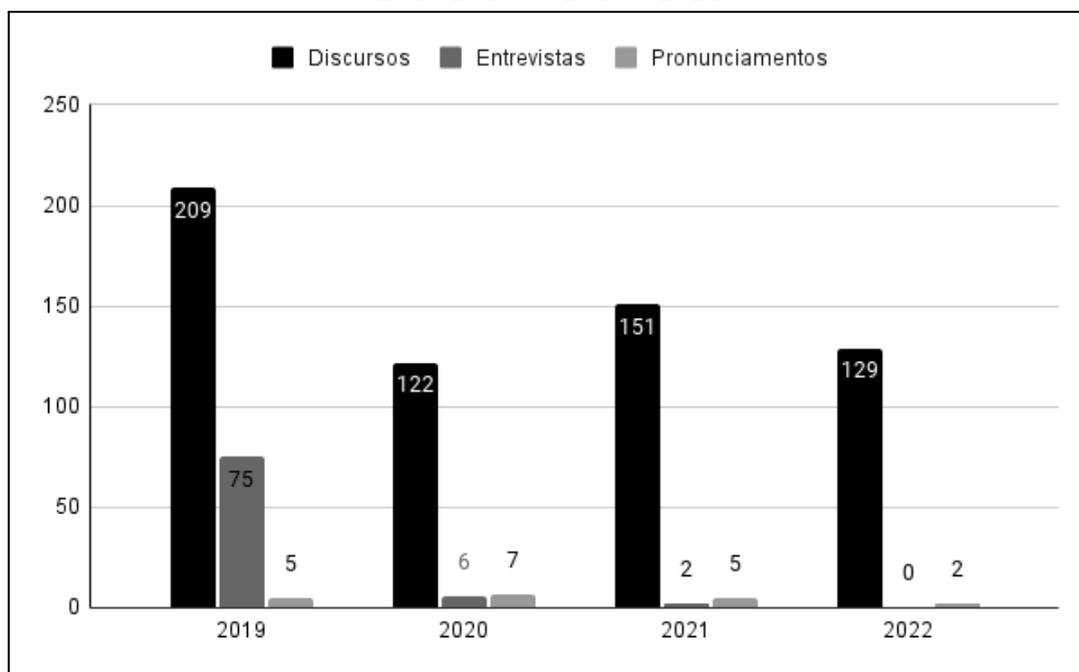
O trecho "Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas" representa seu alinhamento com o militarismo e as Forças Armadas, não só por ter pertencido à carreira das Forças Armadas, mas porque, à época, a maior parte do eleitorado do então deputado federal Jair Bolsonaro era de militares cariocas.

E, por fim, "Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos", seu *slogan* de campanha presidencial, em 2018. Jair Bolsonaro explica essa frase como síntese de suas crenças religiosas e patrióticas advindas do militarismo. Contudo, em 2022, o slogan foi "o Brasil não pode parar", tratando-se de uma referência à continuidade dos feitos do seu governo.

A respeito dos discursos presidenciais oficiais, é notório, a partir do gráfico abaixo, as suas distribuições ao longo dos anos de 2019 a 2022. Chama a atenção a discrepância do quantitativo de discursos, entrevistas e pronunciamentos de 2019 para

2022. Por exemplo, após a derrota das eleições presidenciais de 2022, Bolsonaro se manteve em silêncio, sem reconhecer sua derrota, por 43 horas⁶⁶.

Gráfico 7 - Quantitativo dos discursos, entrevistas e pronunciamentos oficiais de Jair Bolsonaro de 2019 a 2022



Fonte: Biblioteca da Presidência da República; Elaboração: o autor, 2023.

A partir da análise de conteúdo dos discursos presidenciais oficiais de Jair Bolsonaro, observam-se algumas características gerais, sendo: um discurso direto e polêmico, consequentemente fazendo com que suas falas sejam lidas como agressivas em relação a seus adversários políticos e ocasionando uma polarização política. É comum se verem declarações polêmicas e controversas quanto aos seus discursos.

Além disso, em suas falas, há notória utilização de gírias e expressões populares, o que pôde ter tornado seus discursos mais acessíveis a um público mais amplo. Essa estratégia pode ser caracterizada como um discurso populista.

Com objetivo de melhor demarcar e adjetivar os principais valores sociopolíticos presentes nos discursos presidenciais de Jair Bolsonaro, complementarmente, esses foram analisados de acordo com os principais valores

⁶⁶ Bolsonaro falou por 2min3s; leia a íntegra do discurso. Ver em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-falou-por-2min7s-leia-a-integra-do-discurso/>>. Acesso em 4 de julho de 2023.

considerados mais à direita do espectro político ideológico, conforme exposto no quadro abaixo.

Quadro 5 - Quantitativo de referências nos discursos presidenciais de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) de acordo com valores mais à direita no espectro político ideológico

Nº	PRINCIPAIS VALORES MAIS À DIREITA NO ESPECTRO POLÍTICO IDEOLÓGICO	QUANTITATIVO DE REFERÊNCIAS NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE JAIR BOLSONARO			
		PRONUNCIAMENTOS	ENTREVISTAS	DISCURSOS	TOTAL
1	Conservadorismo	72	156	1.928	2.156
2	Neoliberalismo	130	323	1.654	2.105
3	Populismo	32	213	1.611	1.856
4	Nacionalismo	58	152	1.561	1.771
5	Antiesquerda	20	203	802	1.025
6	Autoritarismo	57	398	389	844
7	Segurança pública	50	118	533	701
8	Antimeios de comunicação tradicionais	13	134	192	339
9	Antiminorias	5	70	100	175

Fonte: A partir de Heywood (2010); Bobbio (1995); Elaboração: o autor, 2023.

Foi perceptível também a ênfase em valores, como o nacionalismo (com 1.771 referências nos discursos presidenciais) e valores conservadores que remetem à família e à religião, oposição à políticas progressistas, como a legalização do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo gênero (com 2.156 referências nos discursos presidenciais).

Ademais, foi observado as críticas à esquerda (com 1.025 referências nos discursos presidenciais), discurso populista (com 1.856 referências nos discursos presidenciais), autoritário (com 844 referências nos discursos presidenciais) com ataques às minorias (com 175 referências nos discursos presidenciais) e uma visão agressiva em relação à mídia tradicional (com 339 referências nos discursos presidenciais).

O discurso também apresenta uma ênfase da segurança pública (com 701 referências nos discursos presidenciais) e da luta contra a corrupção frequentemente destaca a necessidade de lutar contra o crime e a corrupção propagada nos governos do Partido dos Trabalhadores. Esse tema era uma das principais bandeiras de sua campanha e de sua presidência. Assim como o neoliberalismo foi um dos temas mais explicitados e defendidos por Jair Bolsonaro (com 339 referências nos discursos presidenciais).

A fundamental contribuição de Jair Bolsonaro foi descortinar os valores brasileiros, tais quais autoritários, desinformados, racistas, machistas, elitistas, higienistas, segregacionistas, homofóbicos e violentos.

A respeito da presença dos indicadores da crise democrática nos discursos presidenciais de Jair Bolsonaro, observou-se que nem todos estavam presentes, conforme pode se observar no quadro abaixo.

Quadro 6 - Quantitativo de referências nos discursos presidenciais de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) de acordo com os indicadores da crise democrática contemporânea

INDICADORES DA CRISE DEMOCRÁTICA CONTEMPORÂNEA	QUANTITATIVO DE REFERÊNCIAS NOS DISCURSOS			
	PRONUNCIAMENTOS	ENTREVISTAS	DISCURSOS	TOTAL
Saudosismo ao militarismo	20	123	1.325	1.468
Polarização e radicalização política	3	311	1.026	1.340
Estagnação econômica e o aumento da desigualdade	22	53	1.122	1.197
Bom relacionamento com outros poderes	6	70	440	516
Limites do presidencialismo de coalizão	10	65	393	468
Revolução tecnológica e as novas formas de comunicação	13	134	192	339
Os paradoxos do combate à corrupção	0	5	60	65
Novo papel do Poder Judiciário	0	1	35	36
Aproximação com a mídia	0	22	34	56
Crise de legitimidade democrática	8	24	32	64
Rejeição às regras do jogo democrático	2	27	29	58
Próprio processo político, o desalinhamento partidário	7	46	8	61
Limites dos partidos políticos e da participação popular	2	19	3	24
Globalização, terrorismo global e ameaça a identidades nacionais	0	0	0	0
Calamidade ou catástrofes repentinas	0	0	0	0

Fonte: A partir de Castells, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018; Mounk, 2019; Runciman, 2018; Eatwell e Goodwin, 2020; Avritzer, 2016; Branches et. al., 2019; Discursos presidenciais de Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022); Elaboração: o autor, 2023.

Conforme já exposto, por "perda de status das classes médias e maior proximidade com as classes mais populares", entende-se como fator conjuntural, pois a

insatisfação das classes médias se materializam, no campo político, dando início ao autoritarismo da rejeição às regras do jogo democrático; no âmbito econômico, sai em defesa do neoliberalismo e, nas relações sociais, porta-se de forma moralmente mais conservadora.

Já os indicadores "globalização e ameaça à identidade nacional" e "terrorismo global" foram unidos em um único indicador devido às semelhança que apresentam. O mesmo se aplicou aos indicadores de "polarização política", "adversário político como inimigo", "uso de redes sociais" e "revolução tecnológica e as novas formas de comunicação".

Ademais, não houve referências aos indicadores "Globalização, terrorismo global e ameaça a identidades nacionais" e "Calamidade ou catástrofes repentinas", tendo em vista que se tratam de especificidades oriundas dos Estados Unidos e Europa.

Os indicadores "bom relacionamento com outros poderes da República" e "aproximação com a mídia tradicional" foram criados no decorrer da leitura dos discursos. Percebeu-se, em determinados momentos, que Jair Bolsonaro buscou aproximação com a mídia e um bom relacionamento para com os outros poderes da República. Cabe ressaltar que o "bom relacionamento com outros poderes da República" se refere, a maior parte do tempo, à Câmara dos Deputados e, em alguns momentos, ao Senado Federal; raramente, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Na literalidade de Bolsonaro:

A força do Executivo e Legislativo juntos, com todo respeito ao Dias Toffoli, é muito forte e é muito bom nós termos aqui a Justiça ao nosso lado, ao lado do que é certo, ao lado do que é razoável e ao lado do que é bom para o nosso Brasil. O nosso Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, desde quando cheguei à presidência, que eu posso falar obviamente, tem sido uma pessoa excepcional, bem como o café poderia estar um pouco amargo na segunda-feira, ao lado do David Alcolumbre e do Rodrigo Maia, mas as boas ideias, o entendimento para bem conduzirmos o destino da nação falou muito mais alto naquele momento. E ao lado da bancada maravilhosa como são aqui vocês, temos certeza que podemos superar obstáculos e juntos colocarmos o Brasil no lugar de destaque que ele merece [...] E nós juntos agora, juntamente com o Poder Judiciário, nós atingiremos esses objetivos porque acima de tudo nós temos Deus no coração (Jair Bolsonaro, em discurso, em 30 de maio de 2019).

No ano de 2022, Jair Bolsonaro faz essa aproximação com a Câmara dos Deputados endereçando seus discursos ao Arthur Lira — conforme será exposto —, cuja atitude nada mais foi que uma tática para se aproximar do Centrão.

Ainda em observação ao quadro 6, nota-se o elevado quantitativo dos indicadores de saudosismo ao militarismo (média de referências 489 no discurso de Jair

Bolsonaro). Trata-se de uma característica comum na América Latina, pois o militarismo é prestigiado. Como exemplo, é possível citar a fala de Bolsonaro, em março de 2019:

Esse é o nosso Exército Brasileiro: o Exército de 210 milhões de habitantes. Exército que, nos momentos mais difíceis da nossa nação, sempre esteve ao lado da vontade do seu povo. Exército que respira e transpira democracia e liberdade. Exército que honra a todos nós. Exército fator de integração, fator de evolução, de progresso e de garantia do nosso extenso oito milhões e meio de quilômetros quadrados. Exército que une todos os povos, todas as raças, todas as religiões, onde todos são iguais e, ao passar para a reserva, voltamos todos nós a sermos soldados do Brasil. Isso não tem preço. Senhoras e senhores, meus amigos, é uma honra estar à frente da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, instituições que têm um compromisso com o povo, com a democracia e com a liberdade, instituições.

Para Bolsonaro, as Forças Armadas são guardiãs da democracia e assim fala:

Todos nós nos orgulhamos das nossas Forças Armadas. Nós, Marinha, Exército e Aeronáutica, o povo bem comprova que nós estamos no caminho certo e que nós somos os verdadeiros guardiões da nossa democracia e tudo faremos pela nossa liberdade [...] nas Forças Armadas são, na verdade, um obstáculo para aqueles que querem usurpar do poder (2020.9.10).

Além disso, o item de estagnação econômica e o aumento da desigualdade (média de referências 399 no discurso de Jair Bolsonaro) revela o cunho neoliberal em defesa de um Estado mínimo e das privatizações, como disse:

O senhor Paulo Guedes, assim como os outros, senhores ministros, tiveram a liberdade de escolher todo o seu primeiro escalão, sem qualquer interferência política. Os hoje aqui titulares do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica escolheram todos os seus diretores. Há pouco, com a experiência de 28 anos de parlamentar, o que mais se ouvia era uma verdadeira briga por qual partido político ia ficar com essa ou aquela diretoria de banco (2019.1.7).

A revolução tecnológica e as novas formas de comunicação são um indicador com muitas referências (média de referências 113 no discurso de Jair Bolsonaro) — conforme já exposto — que tratam da nova forma de comunicação, sobretudo da extrema direita brasileira, a qual sistematicamente descredibiliza as mídias tradicionais. Nas palavras de Bolsonaro:

A imprensa, muitas vezes, diz que eu estou no palanque ainda. E eu devolvo: a imprensa ainda está na oposição. Assim como não derrotaram o Trump, nos Estados Unidos, também não me derrotaram aqui no Brasil. E eu torço pelo Trump (2019.08.04).

A imprensa tem prestado um desserviço à nação ao se preocupar em me atacar. Erro? Erro. Assumo? Assumo (2019.08.04).

Mas é uma explosão junto à mídia do Brasil. Uma explosão: “está interferindo”. Ora, eu fui presidente para interferir mesmo, se é isso que eles querem (2019.08.21).

Contudo, Jair Bolsonaro também buscou aproximação com a mídia, principalmente, no ano de 2019. Em seus discursos, esse indicador aparece da seguinte forma:

Parabéns à imprensa, pelo o que eu ouvi aqui, tudo o que foi relatado, aconteceu de verdade lá, estou muito feliz (2019.3.20).

Prezados integrantes da mídia, que pesem alguns percalços entre nós. Nós precisamos de vocês para que a chama da democracia não se apague. Precisamos de vocês cada vez mais, palavras, letras e imagens que estejam perfeitamente irmanados com a verdade (2019.4.18).

Disse aqui ao Ernesto a questão da Venezuela, e aproveito o momento, um momento ímpar de ser ouvido pela nossa querida, estimada e necessária imprensa que, além da Venezuela, a preocupação de todos nós deve voltar-se um pouco mais ao sul agora, na Argentina, por quem poderá voltar a comandar aquele País. Não queremos, eu acho que o mundo todo não quer uma outra Venezuela mais ao sul do nosso continente (2019.5.3).

Já o indicador da polarização e radicalização política expõe o valor autocrático do ex-presidente (média de referências 447 no discurso de Jair Bolsonaro). Em seus discursos, este fez questão de atacar seu adversário político, mais especificamente o Partido dos Trabalhadores (PT), como exemplo, em discurso, em 14 de agosto de 2019 disse

O Mão Santa me disse agora há pouco que nós vamos acabar com o cocô no Brasil. O cocô é essa raça de corruptos e comunistas. Nas próximas eleições, nós vamos varrer essa turma vermelha do Brasil. Já que na Venezuela está bom, vou mandar essa cambada para lá. Quem quiser ir um pouquinho mais para o Norte, vai para Cuba, lá deve estar muito bom também.

É um assunto interno. Respeitaremos os resultados das urnas em 2020, mas eu acredito piamente na reeleição de Donald Trump. O povo que o apoiou no passado, assim como foi feito comigo no Brasil, repetirá esse voto com toda a certeza. E cada dia que passa, essas pessoas mais voltadas ao socialismo e até mesmo ao comunismo aos poucos vão abrindo sua mente para a realidade. Você pode ver, a fronteira da Venezuela com o Brasil foi fechada há pouco tempo, não para que brasileiros que apoiam o socialismo ir para a Venezuela. Mas exatamente o contrário, para que venezuelanos que apoiam a democracia não entrassem no Brasil. Esse sentimento, com toda certeza, ficará muito latente por ocasião das eleições do ano que vem (2019.3.19)

Como já observado anteriormente, Bolsonaro associa a corrupção diretamente a dois fatores. Sendo o primeiro a prática de corrupção com os governos do Partido dos Trabalhadores, ao Estado brasileiro e aos partidos mais à esquerda do espectro político ideológico (Souza, 2022). Assim, o paradoxo de combate à corrupção não se aplica, em sua totalidade, ao seu discurso, pois em alguns momentos afirmou que, em seu governo, não havia mais corrupção:

Desde o começo, já se começou a falar que eu estava dificultando operações de combate à corrupção, porque as operações, com muito menos intensidade, apareciam. Mas é óbvio que isso ia acontecer. Se as nossas indicações para ministérios, bancos oficiais e estatais não passavam por indicações partidárias, está na cara que a fonte da corrupção não era tão abundante quanto antigamente [...] As grandes operações da PF, no passado, foram em cima de estatais, ou de empreiteiros que faziam obras e arrancavam recursos via bancos oficiais, em especial o BNDES (2020.4.24).

E o segundo fator está relacionado ao presidencialismo de coalizão (com a média de 156 referências no discurso de Jair Bolsonaro) que em sua visão se tratava de uma prática de troca de favores políticos e favores partidários, assim disse:

Pela primeira vez no Brasil, um presidente montou uma equipe de ministros qualificados. Honrando o compromisso de campanha, não aceitando ingerências político-partidárias, que, no passado, apenas geraram ineficiência do Estado e corrupção. E a grande verdade que fica em toda essa história: nós queremos o bem para o Brasil. Mais do que defender a pátria, o que nós queremos é fazer essa pátria grande. E só a faremos se tivermos ao nosso lado uma boa equipe, onde todos conversam entre si, onde não há a ingerência político-partidária que, lamentavelmente, como ocorreu nos últimos 20 anos, levou à ineficácia do Estado e à nossa triste corrupção [...] Não existe local desse Brasil, nessa imensidão de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, onde não esteja presente as nossas Forças Armadas ou, se fizer necessário, ela esteja presente nesses cantos. O povo cansou da velha política, cansou-se daquelas política do toma-lá-dá-cá, das negociações e do péssimo exemplo dos governos do PT, materializadas nas pessoas de Lula e Dilma Rousseff. Governos que antes de tudo era antiamericanos. Mas não culpo apenas eles. Nas últimas décadas, era tradição no Brasil, me desculpe a sinceridade, não podemos fugir dela, afinal de contas, o lema da minha campanha foi baseado no João 8:32, “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Então, era tradição do Brasil eleger presidentes de mãos dadas com a corrupção e inimigos Estados Unidos (Jair Bolsonaro, em discurso, em 2 de janeiro de 2019).

Como todo autocrata, Jair Bolsonaro buscou fragilizar o Supremo Tribunal Federal (STF), segundo pode ser lido no indicador "novo papel do Poder Judiciário", em que a média é de 16 referências em seus discursos. Exposição de sua fala:

Fui esculachado por um ministro do Supremo Tribunal Federal. Todo direito de dar seu voto contra a nossa Medida Provisória. Mas a maneira como fui tratado pessoalmente dói no coração. E logo esse ministro, esse ministro, que decidiu tipificar a homofobia como se racismo fosse, interferindo na autonomia do Poder Legislativo (2019.08.04).

O Judiciário da mesma maneira, para dirimir os conflitos. Mas o Executivo, tem que estar na frente para tomar as decisões. Não pode o tempo todo, ser tolhido, sendo impedido por qualquer coisa, de prosseguir na nossa missão (2021.10.30).

Em consonância com o indicador anterior, os itens de "rejeição às regras do jogo democrático", "crise de legitimidade da democracia", "limites dos partidos políticos e da participação popular" e "próprio processo político e o desalinhamento partidário"

referem-se e assemelham-se ao mesmo processo de desgaste da democracia. Nas palavras de Jair Bolsonaro:

Por muito tempo, o País foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros. Vamos restabelecer a ordem neste País (2019.1.1).
Então, era tradição do Brasil eleger presidentes de mãos dadas com a corrupção e inimigos Estados Unidos (2018.3.18).

Agora vem para o Brasil, olha o que nós temos e veja o que nós não somos. Onde é que está o erro? Está na nossa classe, na nossa classe política, que muitas vezes fica apenas em parte conspirando para ver se derruba aquela pessoa, para assumir o governo, 2023, ou ao longo do caminho. Como eu sei que estão conspirando contra mim. Eu entrei nesse barco, aqui, eu sabia (2019.3.27).

Não tenho o poder que muitos pensam que tenho. Gostaria que tivesse, não tenho. Até para revogar um decreto, eu sou amarrado. O aparelhamento, não é apenas de pessoas, são de leis também, de emendas à Constituição (2019.8.21).

Em termos comparativos, Galvão (2019) constatou, por meio da análise de conteúdo das redes sociais de Jair Bolsonaro, em período de sua pré-campanha eleitoral, que os seus discursos estavam embasados na ideia de que havia um grande problema a ser resolvido, da mesma forma que os discursos possuíam quatro grandes eixos, os quais:

1- O problema do Sistema (26%), em que se encontraram as categorias de "Crítica à mídia", "Suspeita do Sistema", "Crítica à esquerda", "Crítica ao PT", "Crítica à Corrupção" e "Crítica às direitas";

2- O problema da Segurança Pública (12%), no qual se observaram categorias de "os de caráter securitário (denúncia do problema da segurança pública)", "os de defesa do armamento", "os que valorizam as polícias" e "os que valorizam os policiais militares";

3- O problema do Estado Grande e Autoritário (8%), em que se constam as categorias "Estado Menor/Menos Impostos", "Defesa do simbólico liberal" e "Elogio a países de governo liberal"; e

4- A falsa divisão do país em grupos segmentados e o nacionalismo como solução (5%) no quais se tratam as categorias "patriotismo", "crítica às políticas identitárias e ao politicamente correto" e "um só Brasil".

Esses achados reforçam os dados e as análises da presente dissertação, pois as principais temáticas se mantiveram presentes, embora possuíssem variância na mensuração em decorrência também do tamanho da amostra analisada.

Jair Bolsonaro permaneceu, durante todo o seu governo, com discurso polarizador pautado em críticas às instituições públicas, aos adversários políticos (esquerda

e Partido dos Trabalhadores), ataque às mídias tradicionais, com a pauta do problema da segurança pública e as narrativas sobre o tamanho do Estado e a corrupção.

Com isso à vista, é possível inferir que, para o então presidente, a democracia tem caráter normativo. Conforme é constatado em suas palavras:

Nós estamos cumprindo o que diz a nossa Constituição, na independência dos poderes (2019.8.6).

Eu quero fazer uma confissão aqui, prezado Éder Mauro, meu colega do Pará que deu uma força para mim lá e, Éder, foi o único estado, fora os nove estados da região Nordeste onde eu não ganhei. Mas isso não é demérito, faz parte do jogo democrático (2020.03.03).

Após, então, a nossa vitória, a vitória da democracia, da liberdade, das eleições livres (2020.4.24)

Eu não sei em quem ele votou no primeiro turno, e nem quero saber, o voto é sagrado e secreto (2020.4.24).

Além disso, Jair Bolsonaro entende que a democracia é assegurada exclusivamente pelas Forças Armadas. Em 2 de outubro de 2019, discursou:

E uma prova viva agora, general Pazuello, que quem decide se um povo vai viver na liberdade e na democracia são as suas Forças Armadas. Quer queiram, quer não queiram, essa é a verdade. Quem mantém a ditadura venezuelana são as suas Forças Armadas. Em outros países, como já tivemos momentos outros aqui, no Brasil, quem manteve a democracia e a liberdade foram as suas Forças Armadas [...] Nós nos livramos, mas não nos esqueçamos que o inimigo está aí do lado, o inimigo não dorme. O que alguns dizem, que o cara lá é inocente e fica o tempo todo massacrando, batendo na cabeça do povo, fizeram o mesmo há pouco tempo, dizendo que lutavam por democracia e não pela ditadura do proletariado [...] O Brasil, peço a Deus, com a ajuda de todos, não flerte mais com o socialismo. Porque tem certas coisas que, depois de experimentá-la para se livrar dela é muito difícil e, por vezes, quase impossível.

Em seu governo, as leis permaneceram em pleno vigor, ainda que Bolsonaro tenha mantido sistematicamente o discurso polarizador e autoritário de ataques às instituições públicas e aos seus adversários políticos. Em contrapartida, isso também revela o caráter permissivo da democracia brasileira a discursos autoritários.

Contudo, para Levitsky e Ziblato (2018), as leis por si só não são suficientes para salvar a democracia de um autocrata e mantê-la funcionando. Em uma democracia funcional e estável, é necessário se ter um conjunto de normas não escritas compartilhadas que não permitam polarizações, extremismos e que garantam certa governabilidade. Contudo, como a América Latina apresenta histórico oposto, observa-se uma série de golpes e autoritarismo.

Na região latino-americana, como argumenta Baquero (2018), a democracia é inercial, o que significa, em termos institucionais, que avançou de certa forma nos últimos anos, mas, em termos substanciais: crescimento econômico, investimentos sociais e cultura política, tem se mantido estagnada.

Do ponto de vista substancial da democracia, o governo de Jair Bolsonaro pareceu um regime híbrido, os quais, segundo especialistas, como Leonardo Morlino e Terry Kart, caracterizam-se por países que compartilham quatro condições: o Estado de direito é fraco, são polarizados, contam com uma forte presença militar e com eleições periódicas em um sistema pluripartidário e com alternâncias.

Ademais, nos discursos presidenciais de Jair Bolsonaro, verificou-se a predileção por regime político autoritário e por um discurso populista de salvador da nação, embasado em teorias da conspiração para mobilização de grupos (Mouffe, Runciman, 2018).

4 ESPECTRO POLÍTICO DE DIREITA

4.1 Definição de ideologia política

A inserção deste capítulo na pesquisa teve como objetivo situar o ex-presidente Jair Bolsonaro no espectro político-ideológico brasileiro. Para tanto, as ideias foram estruturadas da seguinte forma: a retrospectiva histórica da concepção da diáde esquerda-direita, as definições de direita e extrema direita estão orientadas pela concepção das desigualdades.

Ademais, o presente trabalho parte do pressuposto de que a ideologia política se constitui em um campo explicativo dos fenômenos políticos. Nesse sentido, Bobbio (1995, p. 150) afirma que

[...] precisamos partir da convicção de que a distinção clássica entre direita e esquerda ainda tem razão de existir, já que, não obstante as velhas e novas rejeições, continuamos a usar as palavras direita e esquerda na linguagem política corrente como se ainda significassem alguma coisa. E é evidente que, se continuamos a nos entender quando as usamos, é porque possuem algum significado [...]

O estudo das ideologias é importante para a compreensão do comportamento político, porque

[...] as ideias e ideologias influenciam a vida política de várias maneiras. Em primeiro lugar, eles propiciam uma perspectiva para a compreensão e a explicação do mundo. As pessoas não veem o mundo tal como é, mas apenas como esperam que seja: em outras palavras, elas veem o mundo através de um véu de pressupostos, opiniões e crenças arraigados. Conscientemente ou não, todos apoiam algum conjunto de crenças e valores políticos que guiam seu comportamento e influenciam sua conduta. Assim, as ideias e ideologias políticas estabelecem metas que inspiram a ação política. Nesse sentido, os políticos estão sujeitos a duas influências muito diferentes. Sem dúvida, todos os políticos querem o poder, e isso os força a ser pragmáticos, a adotar políticas e ideias que sejam populares perante o eleitorado ou obter favores de grupos poderosos, como os empresários ou o Exército. No entanto, os políticos raras vezes buscam o poder apenas pelo poder. Eles também têm crenças, valores e convicções sobre o que fazer com o poder quando o alcançam. Contudo, o equilíbrio entre considerações programáticas e ideológicas varia de um político para outro, dependendo ainda, em alguns casos, da etapa da carreira em que esse político se encontra (Heywood, 2010a, p. 17).

Ainda nas palavras de Heywood (2010a, p. 18):

Estudar "ideologias" é se ocupar da análise de conteúdo do pensamento político, estar interessado nas ideias, doutrinas e teorias que foram desenvolvidas nas várias tradições ideológicas.

Em termos históricos, a origem das concepções de direita e esquerda advém da Assembleia Geral dos Estados (AGE) da Revolução Francesa, no ano de 1789, na qual a posição geográfica foi orientadora da divisão dos valores e posicionamentos políticos que se mostram vigentes até hoje. Para Hobsbawm (2006, p. 16), essa época "(...) transformou, e continua a transformar, o mundo inteiro".

O primeiro estado era composto pelo Clero da Igreja; o segundo, constituído pelos aristocratas e o terceiro, pelas classes trabalhadoras e camponesas. Os Girondinos, que se sentavam à direita no parlamento, eram compostos pelos comerciantes, os quais propunham uma reforma econômica; os Jacobinos, que ficavam, à esquerda, eram compostos pela baixa burguesia, isto é, a classe trabalhadora e tidos como radicais, porque propunham uma revolução.

Existem dois principais parâmetros para se distinguir a ideologia de esquerda e direita. Esta consiste em uma economia de mercado mais livre; aquela em um grau de intervenção estatal na economia, promovendo uma economia planejada e intervencionista. O segundo critério trata-se da importância conferida aos valores de igualdade, justiça social e redistribuição de recursos no qual são priorizados pela ideologia de esquerda, em contraposição à liberdade individual, priorizada pela direita (Bobbio, 2001; Luna; Kaltwasser, 2014).

Bobbio (1995) postula que a esquerda se orienta fundamentalmente pela promoção da igualdade entre os indivíduos com o fim na mudança da ordem social; em contrapartida, a direita entende a desigualdade social como algo natural e inerente à sociedade, logo mantém apego às tradições e ao *status quo*. Em outras palavras, a distinção entre ambas as ideologias está na concepção, ainda que abstrata, de como lidam com a desigualdade social. É importante destacar que, embora possuam posições diametrais, conforme se percebe na figura 5, o posicionamento direita-esquerda é correlacional.

Figura 5 - Campo ideológico direita-esquerda segundo Bobbio



Fonte: Bobbio (1995). Elaboração: o autor, 2023.

Em termos de definição da extrema direita, para Inglehart (2009), essa pode ser definida pelas características do capitalismo, do autoritarismo, da antidemocracia, do fascismo/nazismo, das ditaduras civis e militares e das oligarquias. Para o autor, a extrema direita é diferente da corrente ideológica do conservadorismo e da direita radical que, por sua vez, é caracterizada pela oposição ao Estado em relação ao mercado e à sociedade; a extrema direita, comumente, não dialoga com ideologias mais próximas de seu espectro político.

Para Eatwell e Goodwin (2020, p. 91), a direita radical é um termo amplo, porque

[...] ela inclui tanto fascistas violentos que querem destruir a democracia quanto aqueles que jogam pelas regras democráticas. Também inclui racistas declarados e aqueles cujas visões sobre a imigração não são significativamente da direita convencional.

Fato que faz com que haja distinção de extrema direita em dois grupos: direita extremista e direita radical:

[...] "direita extremista" é caracterizada pela rejeição da democracia e inclui "autoritários" que não toleram o "mercado de ideias" no qual as pessoas negociam e fazem compromisso, a essência da vida democrática liberal. Em vez disso, querem fechar esse mercado e dividir a nação em uma situação de "nós *versus* eles". É por isso que algumas democracias, como a Alemanha, buscam ativamente banir organizações que consideram "extremistas" [...] "Direita Radical", em contrapartida, é um termo tipicamente usado para descrever grupos que criticam certos aspectos da democracia liberal, mas não querem acabar com

a democracia e estão abertos a formas alternativas de "governo pelo povo" (Idem, 2020, p. 92-93).

A Nova Direita é a síntese de dois grandes elementos tidos até então como antagônicos (Heywood, 2010a). Uma de ordem econômica, em que no neoliberalismo se pauta fundamentalmente pela liberdade econômica, ou seja, a não intervenção estatal e a liberdade individual. O segundo ponto trata-se do campo social, no qual o neoconservadorismo surge na dinâmica social, defesa da ordem, da autoridade, da hierarquia e da disciplina do indivíduo, os quais todos são chamados de valores tradicionais.

Na perspectiva de Powell (1986), os partidos extremistas podem ser entendidos como aquilo que abarcam pautas motivadas por mudanças significativas da sociedade ou no sentido da visão de um futuro imaginário, ou de volta a um passado idealizado.

Quando os partidos e os representantes políticos da chamada *Nova Direita* (Kitschelt E Macgaan, 1995) surgiram, foram diretamente associados à extrema direita no período entreguerras, tais quais Adolf Hitler (Alemanha) e Benito Mussolini (Itália). Na visão de Bordin (2016), é evidente que, apesar de existirem essas semelhanças, essa Nova Direita radical é fundamentalmente diferente. Ou ainda, como se pergunta David Runciman, "[...] quais são os fatores que distinguem a crise atual das outras que a democracia enfrentou no passado, quando era mais jovem?" (2018, p. 12).

Cabe sublinhar que, embora sejam notórias as características análogas entre Hitler, Mussolini para com, por exemplo, Donald Trump (Estados Unidos), Giorgia Meloni (Itália), Marine Le Pen (França), Viktor Orban (Hungria), Matteo Salvini (Itália) e Jair Bolsonaro (Brasil), quando esses primeiros ascenderam à presidência de seus respectivos países, não havia uma experiência sólida de democracia, na Itália, e a experiência alemã era mínima. A comparação é válida, contudo, é necessário se realizarem recortes específicos. Como pode ser visto abaixo no quadro de Galvão (2019) com base nos escritos de Ignazi (1992).

Quadro 7 - Características das Antigas e Novas direitas radicais

Antigas Direitas Radicais	Novas Direitas Radicais
Emergência por dentro de grandes partidos do sistema	Emergência através de pequenos partidos <i>outsiders</i> que questionam o sistema ou, mais recentemente, por meio da internet da <i>internet</i>

Apoio dos grandes meios de comunicação <i>mainstream</i>	São criticadas pelos meios de comunicação <i>mainstream</i> e as deslegitimam
Elogio do fascismo	Distanciamento do fascismo
Núcleo duro de apoiadores entre jovens pouco escolarizados	Núcleo duro de apoiadores entre jovens com ensino superior
Limitação das liberdades pessoais e coletivas em prol do Estado	Limitação do tamanho do Estado e valorização das liberdades individuais
Identificação de uma missão nacional expansionista	Não interferência externa
Projeto econômico coeso	Ausência de um projeto econômico coeso, podendo variar de um projeto pró-mercado liberal/libertário a um projeto intervencionista

Fonte: Galvão, 2019, com base em Ignazi (1992).

Com base no quadro acima, é possível reiterar a tese de que as ideologias passam por constantes disputas políticas, se adaptam ao longo do tempo e passam por ressignificações de acordo com as mudanças ocorridas nos campos socioeconômicos e regionais⁶⁷.

Nesse sentido, diferentes terminologias são empregadas, ao autal recrudescimento da extrema direita, na tentativa de demarcar e descrever suas especificidades: Neo-fascismo (Löwy, 2015), neo-populismo (Rydgren, 2007), nova direita (Kitschelt E Macgaan, 1995), extrema direita (Hainsworth, 1992; 2008; Ignazi, 2003), populismo radical de direita (Hainsworth, 2008; Rydren, 2005; Mudde, 2007), populismo autoritário de direita (Norris; Inglehart, 2019), nacional-populismo (Eatwell; Goodwin, 2020) e, o mais recentemente, populismo reacionário (Cyril-Lynch; Paschoeto-Cassimiro, 2021).

Para Rydgren (2007, p. 243), a radicalização ideológica⁶⁸ aponta para o antipluralismo com "a repressão da diferença e dissidência, o fechamento do mercado de ideias". Para o autor, há duas principais explicações para a radicalização⁶⁹: uma centrada na demanda e outra na oferta. A primeira relativa à mudança de preferências, crenças e

⁶⁷ As variáveis como os avanços tecnológicos, econômicos e sociais produziram alterações nas relações políticas de forma que foram geradas novas ideologias. Heywood (2010) faz a distinção entre ideologias clássicas e novas ideologias.

⁶⁸ Assim como Downs (1996), Inglehart e Norris (2019) destacam que as regras eleitorais também podem favorecer a radicalização da extrema direita. Os autores consideram, contudo, o caráter populista associado ao extremismo de direita.

⁶⁹ Cabe destacar que, segundo Powell (1986), os partidos extremistas apresentam demandas por transformações significativas da sociedade, seja em direção a uma visão de futuro imaginário ou a um passado idealizado. O que se mostra bastante atrativo para os eleitores insatisfeitos com o contexto político em que estão inseridos.

atitudes entre os eleitores; a segunda, focada nas oportunidades políticas estruturais e nos fatores organizacionais dos partidos.

4.2 Extrema direita na Europa

A partir da década de 1980, os partidos europeus da extrema direita, que até então estavam à margem da política institucional, passaram a se articular sistematicamente. Na década de 1990, por sua vez, conseguem ampliar a sua participação nos Parlamntos de diversos países. Já nos anos 2000, a extrema direita passou a chamar mais atenção da mídia devido às vitórias eleitorais na Dinamarca e Reino Unido, da mesma forma que pela criação de novos partidos ideologicamente alinhados⁷⁰.

A percepção foi de que a extrema direita se consolidava por todo o continente europeu e abria novas perspectivas em termos de aspirações eleitorais no restante do mundo (Antón-Mellón; Hernández-Carr, 2016). Como se observa na tabela 13, o fenômeno da ascensão política da extrema direita se torna mais perceptível, especialmente, a partir da década passada.

Tabela 13 - Ascensão da extrema direita na Europa (2014) - Resultados das eleições nos Parlamntos europeus

País	Partido	2009	2014
Alemanha	NPD - Partido Nacional Demócrata de Alemanha	-	1%
Áustria	FPO - Partido de La Libertad	12,71%	19,50%
Chipre	ELAM - Frente Nacional Popular	0,22%	2,69%
Croácia	HSP (Coalizão com HDZ y AS)	-	41,39%
Dinamarca	DF - Partido Popular	14,8%	26,60%
Finlândia	VS - Verdadeiros Finlandeses	9,7%	12,90%
França	FN - Frente Nacional	6,3%	25,40%
Grécia	Aurora Dourada	-	9,34%
Hungria	JOBBIK	14,77%	14,68%
Letônia	VL - Todos para Letônia (Em coligação)	2,81%	14,00%

⁷⁰ O resultado eleitoral europeu de 2014 elegeu partido da extrema direita: Partido Nacional Democrata Alemão (NPD), Partido dos Verdadeiros Finlandeses, Aurora Dourada (Grécia), Partido da Independência do Reino Unido (UKIP), Frente Nacional (França), Partido da Liberdade da Áustria (Áustria), Jobbik (Hungria), Partido Popular da Dinamarca. Link: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/extrema-direita-na-europa-resulta-do-das-eleicoes-no-parlamento-europeu-reflete-avanco-do-conservadorismo.htm>>.

Lituânia	TT - Orden y Justicia	12,22%	14,27%
Reino Unido	UKIP	16,09%	29%

Fonte: LAMAREA, 2021. Elaboração própria com informações de LAMAREA. Disponível em: <<https://www.lamarea.com/2014/05/26/resultados-de-la-extrema-derecha-en-europa-por-paises/>>.

As tabelas 14 e 15 expõem o autopoicionamento dos franceses e húngaros, de 1981 a 2022, respectivamente, e evidenciam o aumento no número de indivíduos que dizem pertencer à direita. Embora, ao longo dos anos, os números mais significativos se concentram no centro da escala ideológica, observa-se que a esquerda manteve certa linearidade.

Tabela 14 - Escala de autopoicionamento ideológico dos franceses entre os anos de 1981 a 2022

Categoria	1981-1984	1989-1993	1999-2004	2005-2009	2017-2022
Esquerda	5%	4%	7%	8%	5%
2	4%	3%	4%	5%	4%
3	10%	14%	12%	11%	9%
4	11%	12%	10%	9%	9%
5	23%	22%	26%	31%	25%
6	12%	8%	7%	8%	10%
7	8%	7%	7%	8%	8%
8	5%	6%	6%	7%	7%
9	1%	1%	2%	3%	2%
Direita	1%	1%	3%	3%	3%
Não sei	19%	11%	7%	1%	17%
Sem resposta	-	9%	11%	6%	3%

Fonte: *World Values Survey*, 2022. Disponível em: <<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023...

Tabela 15 - Escala de autopoicionamento ideológico dos húngaros entre os anos de 1981 a 2022

Categoria	1989-1993	1994-1998	1999-2004	2005-2009	2017-2022
Esquerda	2%	5%	3%	4%	5%
2	1%	3%	2%	3%	1%
3	5%	7%	5%	5%	4%
4	5%	9%	7%	5%	5%
5	35%	34%	40%	38%	28%

6	11%	9%	9%	11%	9%
7	6%	6%	3%	7%	7%
8	3%	6%	4%	7%	10%
9	1%	2%	1%	3%	4%
Direita	2%	3%	3%	5%	11%
Não sei	25%	15%	18%	5%	8%
Sem resposta	4%	-	5%	7%	9%

Fonte: *World Values Survey*, 2022. Disponível em: <<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023.

De acordo com as tabelas acima, para o caso da França, não se observa um aumento — ou concentração — de pessoas que se autoposicionam mais à direita no espectro político ideológico, conforme se esperava devido à eleição de Emmanuel Macron, em 2017, e a ascensão de Marine Le Pen. Entretanto, um número significativo de pessoas se coloca no centro da escala, ou seja, somente, na onda de 2017-2022, 25% se consideraram centro.

No caso da Hungria, é notório que é o único país que apresenta decréscimo (tabela 15) e, por outro lado, acréscimo no número de pessoas que se posicionaram mais à direita; entre 2005-2006, eram 5% e, 2017-2022, constaram 11%. Os dois exemplos (França e Hungria) levantam o questionamento de quais são, então, as motivações para se votar na extrema direita (tendo em vista que a motivação ideológica por si só não explica a eleição desses líderes).

A identidade americana e o nacionalismo são pautas centrais da extrema direita estadunidense e europeia⁷¹ (Mudde, 2014, 2017). Donald Trump, considerado um empresário de sucesso, até as eleições de 2016, não se mostrava como alternativa política; assim, a narrativa populista e *antiestablishment* foram efetivas para sua eleição, nesse sentido, Castells (2018, p. 40) questiona e explica:

como pode ter sido eleito para a Presidência mais poderosa do mundo um bilionário tosco e vulgar, especulador imobiliário envolvido em negócios sujos, ignorante da política internacional depreciativo da conservação do planeta, nacionalista radical, abertamente sexista, homofóbico e racista? Pois precisamente por isso. Porque em seu discurso e em sua pessoa, transcendendo

⁷¹ Enfatiza-se que também há elementos que parecem ser característicos de países que não são encontrados nos países latino-americanos. De acordo com Sopelsa (2018), Donald Trump embasa seu discurso principalmente nas categorias de cultura e identidade. Em sua visão, os estadunidenses estão com sua identidade ameaçada devido à imigração. Bem como relaciona o aumento do desemprego e o descontrole econômico à crise econômica de 2008, também a constante entrada de imigrantes que, por sua vez, roubam as vagas de emprego e geram violência, pois trazem consigo toda a sua cultura e identidade violenta.

os partidos, se conheceram milhões cujas vozes haviam sido apagadas pela "correção política" das elites cosmopolitas que haviam monopolizado a política, a cultura e a economia do país [...] E a rejeição de seu próprio partido o ajudou na estratégia de se mostrar livre de vínculos prévios.

Ao longo da campanha de 2016, o ex-presidente construiu, com algum sucesso, uma narrativa polarizadora na qual estabeleceu os imigrantes como inimigos da nação americana⁷², bem como pautou os debates políticos com Hillary Clinton (Partido Democrata). Nessa lógica, os americanos seriam vítimas, porque, por boa vontade e compaixão, teriam consentido a entrada de imigrantes em seu país em busca de melhores condições de vida (Palley, 2017) e colocaram a economia em risco em nome da solidariedade.

De acordo com a onda (2017-2022) do World Values Survey (WVS), ao questionarem os estadunidenses com perguntas variadas do tipo: "Você concorda, discorda ou não concorda, nem discorda das seguintes afirmações? Quando os empregos são escassos, os empregadores devem dar prioridade às pessoas deste país sobre os imigrantes.", 45,2% concordaram com a afirmação, fato que pode ser observado abaixo.

Tabela 16 - *Jobs scarce: Employers should give priority to (nation) people than immigrants*

Category	Number of cases	%
<i>Agree</i>	1.174	45,30
<i>Neither agree nor disagree</i>	622	23,90
<i>Disagree</i>	795	30,60
<i>Don't know</i>	1	0,00
<i>No answer</i>	5	0,20
Total	2.597	100,00

Fonte: *World Value Survey*, 2022 Disponível em: <<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>>.

A ideia principal se tornou a de que os latino-americanos e os mulçumanos representavam ameaças que deveriam ser afastadas e combatidas (Contrera; Mariano; Menezes, 2022). Contudo, tal concepção é flexível, pois

[...] os americanos aprovam mais os imigrantes que possuem nível superior, bom domínio da língua e experiência profissional, bem como aqueles que visitaram

⁷² Mostra-se oportuno destacar que essa narrativa não é uma característica exclusiva de Trump. As obras *Modern Latin America* (1984) de Thomas Skidmore e Peter H. Smith e *Born in Blood and Fire: A Concise History of Latin America* (2001) de Chasteen John Charles, *Global Studies: Latin American* (1992) de Paul Goodwin que, propositalmente, reiteraram essa narrativa.

legalmente o país no passado. Mas são muito mais hostis em relação a imigrantes que não têm planos profissionais e vêm de países muçulmanos mais culturalmente distintos, como o Iraque, a Somália ou o Sudão (Eatwell E Goodwin, 2020, p. 164).

Parte considerável do eleitorado de Donald Trump é composta por conservadores que possuem aversão ao multiculturalismo⁷³, porque consideram uma ameaça à identidade nacional (Hainsworth, 2008). A pesquisa de opinião *Reuters/Ipsos*, por exemplo, apontou que os apoiadores de Trump veem negros de forma mais negativa do que brancos⁷⁴, fato que deixa clara a relação da etnicidade com a segurança.

O perfil do eleitor fiel a Trump (até então era correspondente a 40% dos votos que recebeu em 2016) é caracterizado por ter perdido as quatro últimas eleições, afetado pelo desemprego, majoritariamente composto por indivíduos brancos e conservadores⁷⁵. Assim, suas manifestações contra minorias étnicas⁷⁶, de gênero⁷⁷ e sociais encontraram demanda e reforçaram suas características neoliberais e nacionalistas.

O seu perfil empresarial e midiático de sucesso também contribuíram para a credibilidade na reconstrução econômica dos Estados Unidos, geração de emprego e *Make America Great Again*⁷⁸.

[...] O magnata seria a liderança capaz de enfrentar a pressão da comunidade internacional com pulso firme – mesmo que suas medidas atacassem os direitos humanos – para promover prosperidade econômica e garantir os interesses e princípios morais da América em primeiro lugar (Grupo de Pesquisa Discurso, 2021).

Orquestrando esses elementos de polarização com o partido progressista, o nacionalismo, o neoliberalismo, a exclusão dos imigrantes, o racismo e a violência, em

⁷³ Conceito que se refere a diversidade cultural e reconhecimento dos direitos humanos, minorias étnicas e sociais. A esse respeito, ver, por exemplo, Kymlicka (2001).

⁷⁴ Ver na íntegra: "Apoiadores de Trump são mais inclinados a ver negros de forma negativa, diz pesquisa". Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/eua-trump-pesquisa-negros-idBRKCN0ZE331>>. Acesso em 25 de maio de 2022.

⁷⁵ "Quem são os eleitores fiéis a Trump?". Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37826604>>. 25 de maio de 2022.

⁷⁶ "Trump sobe tom racista e ataca juizes latinos e muçulmanos". Disponível em: <<https://exame.com/mundo/trump-sobetom-racista-e-ataca-juizes-latinos-e-muculmanos/>>. 25 de maio de 2022.

⁷⁷ "Donald Trump zomba da Marcha das Mulheres e declara guerra à imprensa". Disponível em: <<https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2017/01/donald-trump-zomba-da-marcha-das-mulheres-e-declara-guerra-imprensa.html>>. Acesso em 25 de maio de 2022.

⁷⁸ Frase originalmente de Reagan usada em 1980.

2016, Trump venceu as eleições com 46% dos votos, embora Hillary Clinton tenha recebido mais votos populares que o presidente eleito⁷⁹.

Se Trump teve uma fórmula eleitoral, esta foi de, primeiro, destruir a base republicana, para, depois, dividir a base democrata. Dessa forma, ganhou no colégio eleitoral, porém, perdeu no voto popular por uma diferença de quase 3 milhões de votos, ficando atrás em estados historicamente sólidos em apoio a temas conservadores, como Utah e Texas e ganhando em estados progressistas como Pensilvânia e Wisconsin. Trump foi vitorioso mudando as bases ideológicas e os mapas eleitorais cujos padrões serviram para eleger todos os presidentes desde, pelo menos, Richard Nixon, em 1968 (Finguerut; Oliveira, 2018).

Em termos identitários,

[...] votaram majoritariamente em Hillary e as minorias étnicas, os jovens, as mulheres instruídas e as grandes cidades. Ao passo que voaram e votaram maciçamente em Trump os setores brancos de menos instrução (homens e mulheres, jovens e velhos), os trabalhadores industriais brancos, os homens brancos instruídos, as áreas rurais brancas e todos os territórios de maioria branca. Foram os brancos, em seu conjunto, que elegeram Trump, com uma mensagem explícita de defesa de sua identidade e de rejeição aos que diluíram na diversidade étnica (Castells, 2018, p. 48).

Esse evento (somado ao referendo do Brexit na Europa) foi significativo, pois muitos pesquisadores associam a eleição de Trump ao ápice da crise do regime democrático

[...] em 2016, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, um homem sem nenhuma experiência em cargos públicos, com aparente pouco compromisso no que diz respeito a direitos constitucionais e dono de claras tendências autoritárias foi eleito presidente. O que significa tudo isso? Estamos vivendo o declínio e queda de uma das mais velhas e mais bem-sucedidas democracias do mundo? (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 14).

De forma geral, algumas características marcam a "Nova Direita" estadunidense e europeia, tais como: o discurso antipluralista de ataque às minorias⁸⁰ (Mudde, 2017); o negacionismo do conhecimento científico⁸¹; o posicionamento *antiestablishment*⁸² — pois os líderes se colocam como *outsiders* e deslegitimam as

⁷⁹ *Election and voting information*. Disponível em: <<https://www.fec.gov/introduction-campaign-finance/election-and-voting-information/>>. Acesso em 25 de maio de 2022.

⁸⁰ A respeito deste assunto, ver "frases de Bolsonaro, o candidato que despreza as minorias". Disponível em: <<https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/>>. Acesso em 2 de junho de 2022.

⁸¹ Ver "Bolsonaro sobre cloroquina: "Eu sei que não tem comprovação científica"". Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/05/22/interna_nacional.1149931/bolsonaro-admite-que-cloroquina-nao-tem-comprovacao-cientifica.shtml>. Acesso em 2 de junho de 2022.

⁸² O termo *antiestablishment* refere-se a grupos ou indivíduos que se opõem ao sistema e às instituições vigentes.

instituições públicas⁸³ (Idem, 2014, 2017); o nacionalismo e patriotismo em que o país deve estar acima de qualquer circunstância e conservador moral⁸⁴; a legitimação do discurso de ódio como liberdade de expressão⁸⁵; a utilização de redes sociais como canais de comunicação e maior proximidade com a população, "perdedores da globalização" (Moraes, 2019); o discurso antiglobalista (Hochschild, 2016) e pós-fascista (Bianchi, 2018), o autoritarismo⁸⁶ e o nativismo, para os casos Europeus e estadunidense, somado ao discurso anti-imigração⁸⁷.

4.3 Direita na América Latina

Para o caso da região latino-americana, pouco se estudou a direita e a extrema direita, conforme apontam (Cannon, Rangel, 2020, p. 7).

Hasta entonces, la izquierda había centrado mayoritariamente la atención académica, por lo que apenas existían trabajos sobre la derecha. Ha sido a partir de este giro electoral que han ido apareciendo trabajos con la derecha como objeto de estudio. Sin embargo, la mayor parte de esta literatura adopta o bien una perspectiva principalmente política, centrándose sobre todo en las instituciones y los partidos políticos.

Já no cone Sul, é necessário fazer uma breve retrospectiva histórica com fim de auxiliar na explicação da ascensão da direita e do conservadorismo na contemporaneidade. Desde a década de 1980, com o advento da redemocratização, os grupos alinhados à ideologia de direita, no espectro político ideológico, buscaram se desvincular dos regimes autoritários que apoiaram e para isso utilizaram roupagens mais brandas com relação à

⁸³ Ver "Barroso diz que Bolsonaro contribui para 'ilegítima desestabilização das instituições'", disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/barroso-diz-que-bolsonaro-contribui-para-ilegitima-desestabilizacao-das-instituicoes.shtml>>. Acesso em 2 de junho de 2022.

⁸⁴ A esse respeito, veja o discurso de Bolsonaro que fala de Deus, pátria e família, disponível no link: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/12/07/no-rio-bolsonaro-faz-discurso-nacionalista-e-cita-deus-patria-e-familia.htm>>. Acesso em 2 de junho de 2022.

⁸⁵ Sobre este tema, ver "PGR diz que Bolsonaro incita ódio; defesa evoca liberdade de expressão". Disponível no link. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/05/22/interna_nacional.1149931/bolsonaro-admite-que-cloroquina-nao-tem-comprovacao-cientifica.shtml>. Acesso em 2 de junho de 2022.

⁸⁶ Ver "Bolsonaro é mais autoritário do que qualquer outro líder eleito", diz autor de "Como as Democracias Morrem". Disponível em: <<https://neofeed.com.br/blog/home/bolsonaro-e-mais-autoritario-do-que-qualquer-outro-lider-eleito-diz-autor-de-como-as-democracias-morrem/>>. Acesso em 2 de junho de 2022.

⁸⁷ Pelo menos 545 crianças imigrantes retidas por Trump ainda estão perdidas dos seus pais. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-23/pelo-menos-545-criancas-imigrantes-retidas-por-trump-ainda-estao-perdidas-dos-seus-pais.html>>. Acesso em 2 de junho de 2022.

esquerda e fizeram uso instrumental da democracia (Giordano, 2014). Jair Bolsonaro não se enquadra nessa retrospectiva, pois nunca escondeu sua preferência a uma ditadura civil-militar brasileira, por exemplo.

Kaltwasser (2014) delimita três principais estratégias adotadas pela direita sul-americana para contrapor a hegemonia da esquerda, são:

1. os mecanismos de ação não eleitorais que podem ser definidos como fazer *lobby* para que projetos dos governos de esquerda sejam impedidos ou pelo menos adiados, ou, em última instância, a derrubadas de governos progressistas;
2. Apartidarismo concretizado na formação de líderes para participação das eleições com posicionamentos apartidários; e
3. Partidarismo que são investimentos na formação de partidos políticos.

Com base nessa tríade, a direita passou a atuar de maneira mais eficiente, porque adotou pautas fixas — como a segurança pública, a eficiência do Estado, a corrupção — e, sobretudo, *poner en la agenda temas como la «mano dura» contra la inseguridad, a menudo en el marco de discursos que buscan presentarse como «postideológicos», apelando a unos «problemas de la gente» que hipotéticamente no distinguen ni ideologías ni culturas políticas* (Giordano, 2014, p. 8).

Por outro lado, de acordo com Löwy (2015), há elementos em comuns e diferentes entre as extremas direitas europeia e brasileira: "[...] o elemento mais preocupante da extrema direita conservadora no Brasil, que não tem um equivalente direto na Europa, é o apelo aos militares" (Löwy, 2015, p. 663). As duas semelhanças entre ambas as realidades: a ideologia repressiva⁸⁸ e a intolerância para com as minorias, principalmente LGBTs⁸⁹.

São observadas pautas oriundas do Brasil, sendo as temáticas ideológicas antiesquerda e militarismo e, por fim, um ponto em comum, é o discurso meritocrático e individualista neoliberal, em que as propostas econômicas são baseadas na redução estatal

⁸⁸ Por exemplo, a Frente Parlamentar da Segurança Pública, disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53890>>. Acesso em 6 de abril de 2022.

⁸⁹ É razoável citar a Frente Parlamentar Evangélicas - FPE, popularmente conhecida como bancada evangélica, acessar o site da Câmara dos Deputados, disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>>. Acesso em 6 de abril de 2022. A este respeito de seu funcionamento ver, por exemplo: Gonçalves (2011).

e benefício do mercado (Gallego, 2019). Embora muitas dessas características sejam associadas, pela literatura, à extrema direita, há variações na forma de mensuração

[...] that what is left and right is simply a matter of local nomenclature and can vary indefinitely across time and space. In seeking an answer, it is best to respect, as far as possible, the variety of left and right movements, parties and thinkers while presuming that they are respectively united by more than words: by common origins, intersecting histories, shared, if contested, identities and distinct, identifiable traditions (Lukes, 2003, p. 12-13).

Na variação regional, constataram-se que os critérios de pesquisa elaborados nem sempre são aplicáveis a realidades distintas

*[...] a escala definida [...] pelo Manifesto *Research Group* inclui, entre outros elementos constitutivos da posição política de direita, a defesa do constitucionalismo e de liberdades e direitos humanos. [...] O resultado é que, aplicados a realidades como a brasileira, aquelas escalas produzem classificações no mínimo esdrúxulas.* (Madeira, Tarouco, 2011, p. 173).

Neste sentido, há especificidades temporais, regionais e culturais a serem observadas com mais atenção. Este trabalho busca analisar o discurso do então presidente de extrema direita Jair Messias Bolsonaro à luz da literatura estrangeira que explique os casos dos Estados Unidos e Europeus e também dos latino-americanos.

Na América Latina, o que se chamou de "Onda Azul" (Brastiliere, Viana, 2018; Reis, 2022) foi a ascensão⁹⁰ de líderes da direita ou centro-direita que até então pareciam inibidos em expor suas posições ideológicas e seus valores. Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal), no Brasil; Mario Abdo Benítez (Partido Colorado), no Paraguai; Lacalle Pou (Partido Nacional), no Uruguai e Jeanine Áñez (Movimento Democrático Social), na Bolívia, são os principais exemplos da Onda Azul. Por tratar-se de um fenômeno recente e não necessariamente durável, a origem da ascensão e forma de governar desses políticos de direita na região ainda carecem de análises mais sistemáticas⁹¹.

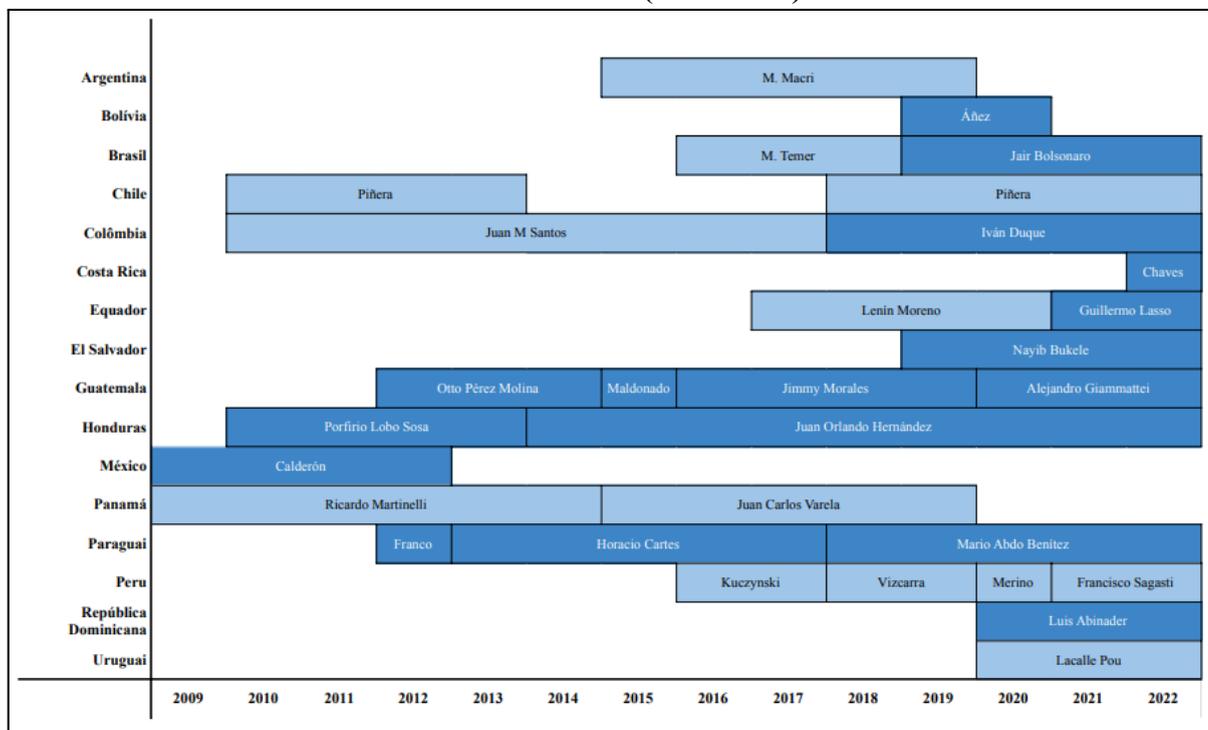
Entretanto, há impressão de que a onda azul não só não vigorou (Reis, 2022), como perdeu forças com a reação advinda inicialmente da eleição no México, em 2018,

⁹⁰ Ascensão questionável, pois se tem apontado que, no século XX, a América Latina tem sofrido por um fenômeno chamado «neogolpes». De acordo com Estrada (2019), entre o período de 2002 a 2016, registraram-se sete tentativas de Golpes de Estado contra presidentes democraticamente eleitos da região latino-americana, no qual o *impeachment* de Dilma Rousseff está incluso na contagem, por exemplo.

⁹¹ Ressalta-se, contudo, que a academia já produzia elementos acerca da direita e suas características — o conservadorismo no Parlamento brasileiro (Quadros, Madeira; 2018), conservadorismo moral, antiminorias, antipetismo e o neoliberalismo (Messenberg; 2017) e polarização política, antipetismo e comportamento político (Borges, Vidigal; 2019) —, contudo não havia o total entendimento de que se tratava de um fenômeno sólido em ampla ascensão.

com a vitória eleitoral de López Obrador; depois, com Gabriel Boric, no Chile, e, por fim, com Alberto Fernandez, na Argentina.

Figura 6 - Sistematização de alguns países latino-americanos frente à ascensão da onda azul (2009-2022)



Fonte e elaboração: o autor, 2023.

No Brasil, havia até então uma direita "envergonhada" (Souza, 1988) que, paulatinamente, foi deixando de reprimir seus valores, assumiu sua agenda política e passou a encontrar legitimidade em diversos atores políticos do parlamento, principalmente, na articulação da Bancada da Bala⁹² e a Bancada Evangélica⁹³ (Quadros; Madeira, 2018); realizou organizações informais dentro do parlamento brasileiro, mas significativas para as eleição de Jair Bolsonaro na eleição do ano de 2028, conforme aponta de Bolle (2019, p. 78): “[...] a Frente Parlamentar Evangélica constitui não apenas a base de apoio de Bolsonaro, mas que é também a fonte principal de propostas e agendas em várias áreas, inclusive em política econômica”.

⁹² A esse respeito, ver Miranda (2019).

⁹³ Ver Cassotta (2015).

Tabela 17 - Escala de autoposicionamento ideológico dos brasileiros entre os anos de 1990 a 2020

Escala	1990-1994	1995-1998	2005-2009	2010-2014	2017-2020
Esquerda	10%	10%	8%	12%	9%
2.	3%	4%	3%	2%	2%
3.	7%	5%	6%	4%	2%
4.	6%	4%	5%	4%	4%
5.	27%	21%	34%	29%	25%
6.	6%	8%	10%	7%	5%
7.	5%	7%	7%	3%	3%
8.	5%	7%	7%	5%	3%
9.	2%	4%	3%	2%	1%
Direita	14%	16%	8%	13%	11%
Não sabe	16%	13%	6%	16%	30%
Média	5.48	5.90	5.42	5.34	5.41

Fonte: World Values Survey, 2020. Disponível em: <<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023.

De acordo com a tabela acima, é possível notar que há pouca variação no percentual de indivíduos entrevistados que se posicionaram como "esquerda", correspondendo à média de 9,8% referentes aos anos de 1990 a 2020. O mesmo pode ser notado para a categoria de "direita", contudo, cuja média percentual é um pouco maior, sendo de 12,4%.

Assim, os dados acima apontam também para o aumento daqueles indivíduos que não sabem se identificar ideologicamente, chegando a 30% dos entrevistados na última onda. O que comprova as análises sobre as causas da radicalização da direita (Eatwell; Goodwin, 2020), porque não indicam polarização e reiteram a tese da direita envergonhada (Souza, 1988).

4.3.1 Direita brasileira

Os principais partidos de direita, no período anterior aos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), haviam sido criados pelas *elites políticas*⁹⁴ que tinham

⁹⁴ A sociedade é dividida em dois grandes estratos: os governantes sendo uma minoria, ou seja, a classe política e, por outro lado, os governados, isto é, a maioria, as massas (Mosca, 1992).

apoiado a ditadura militar (1964-1985), sendo eles: o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido Social Democrático (PDS). O PFL e o PDS eram então sucessores do partido de sustentação dos governos militares, Aliança Renovadora Nacional (ARENA)⁹⁵, e herdaram a estrutura organizacional e as redes clientelistas criadas pelos governadores nomeados pela ditadura.

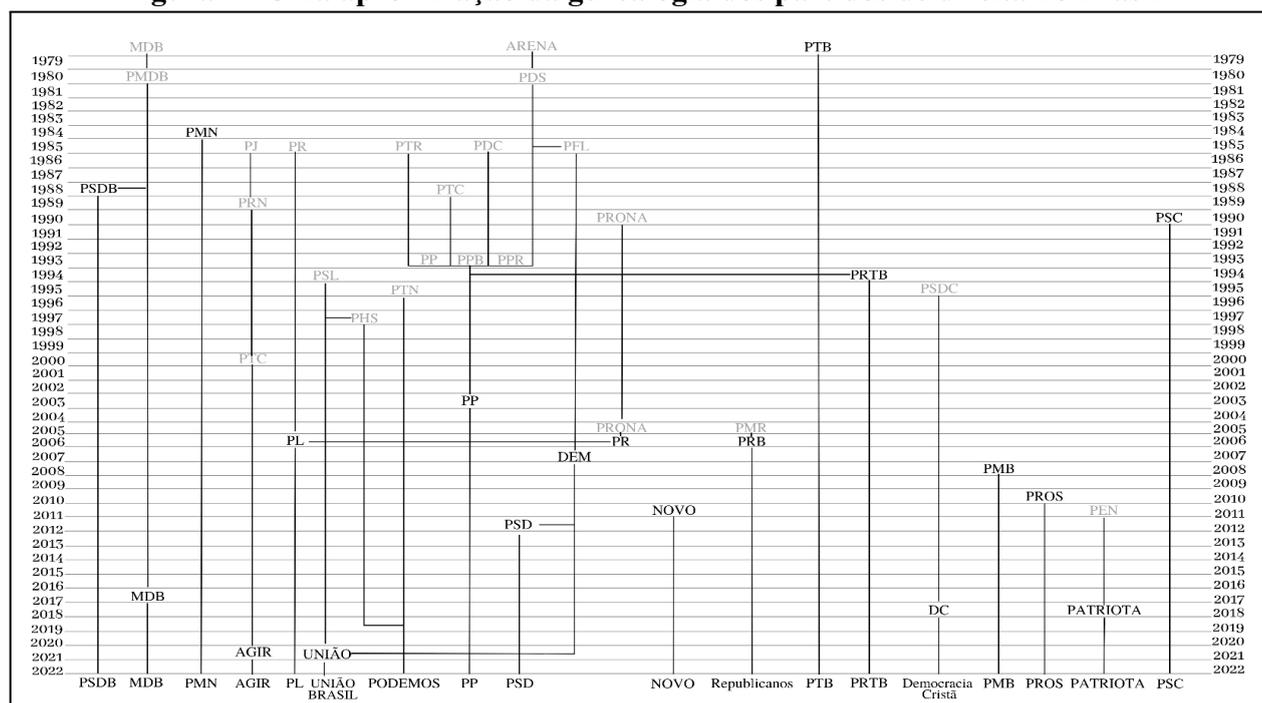
Após a transição para a democracia, surgiram diversos pequenos partidos de direita que se desmembraram do antigo quadro da ARENA, embora o PDS/PP e o PFL/DEM mantivessem o seu status como as maiores legendas do campo conservador. De modo geral, esses partidos são considerados como "direita tradicional" ou "velha direita", porque se caracterizavam por suas raízes no regime autoritário, cuja força eleitoral dependia significativamente do acesso privilegiado a recursos de patronagem nas três esferas de governo.

Esse trabalho entende a "Nova Direita" como a forma reestruturada e com novas morfologias da "velha e clássica direita", ainda que não tenha um consenso a respeito de suas terminologias (Giordano, 2014). Na figura abaixo, observa-se uma aproximação dos desdobramentos e a genealogia dos partidos à direita no espectro político ideológico ao longo dos anos.

Devido a sua organização e recursos, os governantes impõem, de forma legítima, suas vontades (Pareto, 1984). Tal dinâmica é visível em regimes ditatoriais, bem como democráticos.

⁹⁵ A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi um partido político brasileiro criado em 1965 para dar sustentação política à ditadura militar instituída a partir do Golpe de Estado, no Brasil em 1964. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-renovadora-nacional-arena>.

Figura 7 - Uma aproximação da genealogia dos partidos de direita no Brasil



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, TSE. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/>>. Elaboração: o autor, 2023.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁹⁶, o Brasil conta com 32 partidos políticos. Assim, conforme a figura acima, o objetivo do rastreamento dos desdobramentos dos partidos políticos brasileiros desde o início da redemocratização foi mostrar uma aproximação das suas gêneses.

A partir disso, observam-se dois principais fenômenos. Sendo o primeiro a nomenclatura dos partidos políticos, em que há uma tendência de se desvincular o partido político do sistema político, por meio da renomeação. E isso reflete no descrédito do sistema político, principalmente após a Operação Lava-Jato. O Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), por exemplo, passou a se chamar Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e o Agir, que, anteriormente, era o Partido Trabalhista Cristão (PTC).

Os líderes políticos estão ascendendo com dois principais discursos: i) não são políticos e ii) de igualdade entre os indivíduos. Ao segundo, cabe pontuar que é bem mais crítico, porque um país heterogêneo deve estar, na mesma medida, refletido no Parlamento como tal. Não só, são apoiados por partidos com nomenclaturas de "Frente Ampla", "Aliança", entre outras, e não possuem uma base institucional, movimentos estudantis e

⁹⁶ Partidos políticos registrados no TSE. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse>>. Acesso em 2 de junho de 2022.

uma base de forma geral. Esses novos líderes e partidos rechaçam o pluralismo e o sistema político tradicional.

A segunda observação é de que a maioria dos partidos se localizam mais à direita do espectro político ideológico (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2021). As bancadas partidárias no âmbito da Câmara dos Deputados, entre 1998 e 2018, também explicitam a mudança ideológica para a direita⁹⁷.

Observamos uma tendência centrífuga que moveu a maioria das legendas para a direita, com algumas exceções que estavam à esquerda do PT na primeira onda. Esse movimento foi observado também quando analisamos os partidos a partir de seus legisladores (Zucco *and* Power, 2020). Nossa interpretação está ligada tanto ao impedimento de um presidente do PT em 2016, que colocou partidos aliados e centristas para a oposição ao petismo, quanto à ascensão da extrema-direita que encolheu o espaço da direita e da centro-direita (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2021, p. 19).

Ademais, é possível observar a congruência no aspecto dos valores políticos da extrema direita atual e dos militantes de Jânio Quadros, em 1985, e Paulo Maluf, em 1986:

Seu tique mais evidente é sentirem-se ameaçados pelos outros. Pelos delinquentes e criminosos, pelas crianças abandonadas, pelos migrantes mais recentes, em especial os nordestinos (às vezes, dependendo do bairro, por certos imigrantes asiáticos também recentes, como é o caso dos coreanos), pelas mulheres liberadas, pelos homossexuais (particularmente os travestis), pela droga, pela indústria da pornografia, mas também pela permissividade "geral", pelos jovens, cujo comportamento e estilo de pôr-se não estão suficientemente contidos nas convenções nem são conformes com o seu lugar na hierarquia das idades, pela legião de subproletários e mendigos que, tal como a revolução socialista no imaginário de tempos idos, enfrenta-se a eles em cada esquina da metrópole, e assim vai. Eles têm medo (Pierucci, 1987, p. 26).

É pertinente recapitular que, no contexto da *maré rosada*⁹⁸ (Panizza, 2006), houve um declínio de partidos e forças à direita na América Latina. O seu protagonismo dependeu de dois fatores: o primeiro de aproveitamento dos anos de democracia formal em se construir como uma alternativa aos regimes neoliberais (Silva, 2017, p. 79). O segundo, da emergência de atores políticos capazes de politizar a desigualdade social (Kalwasser, 2014). À medida que os presidentes de esquerda, em diversos países da região, utilizaram-se de políticas sociais redistributivas para fortalecer os vínculos com os eleitores, a direita política percebeu sua posição de fraqueza, na medida em que os atores e

⁹⁷ Bancadas nas eleições. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-na-eleicao>>. Acesso em 3 de junho de 2022.

⁹⁸ O termo foi criado por Panizza (2006) para se referir ao fenômeno de ascensão de lideranças, partidos e coalizões de esquerda ou centro-esquerda a governos em vários países da América Latina. Período fortemente marcado pela política social de assistencialismo (Paramio, 2006).

partidos de direita haviam, historicamente, se alinhado à preservação das hierarquias sociais existentes (Bowen, 2011; Luna E Kalwasser, 2014; Roberts, 2014).

No contexto brasileiro, nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), especialmente nos governos de Lula (2002-2010), houve redução das desigualdades sociais mediante a conciliação de classes. As "políticas que beneficiam o capital e promovem a inclusão dos mais pobres, com uma melhora relativa na situação dos trabalhadores" (Singer, 2010, p. 110). Com isso à vista, o PT foi capaz de mobilizar os estratos mais baixos da sociedade brasileira obtendo sucessivas vitórias nas eleições presidenciais nos anos de 2006, 2010 e 2014 (Samuels E Zucco Jr, 2016; Zucco, 2008).

Apesar do sucesso das políticas redistributivas dos governos petistas, a direita brasileira ganhou espaço e não apenas manteve níveis elevados de apoio eleitoral durante sua ascensão, mas conseguiu ampliar a sua parcela de voto nacional nas eleições na Câmara dos Deputados (CD) e, de maneira menos intensa, no Senado Federal (SF), a partir do ano de 2010, conforme se observa nos quadros abaixo.

Tabela 18 - Bancada partidária da Câmara dos Deputados de 1998 a 2018

PART.	LEG 51^a (1999 - 2003)	LEG 52^a (2003-2007)	LEG 53^a (2007-2011)	LEG 54^a (2011-2015)	LEG 55^a (2015-2019)	LEG 56^a (2019-2023)
PT	59	91	83	86	68	54
MDB	83	75	89	78	65	34
PSDB	99	70	66	54	54	29
PDT	25	21	24	27	20	28
PTB	31	26	22	22	25	10
PCdoB	7	12	13	15	10	9
PSD	3	4	-	-	36	35
PV	1	5	13	13	8	4
PSB	18	22	27	35	34	32
PFL/DEM	105	84	65	43	21	29
PPS	3	15	22	12	10	8
PSC	2	1	9	17	13	8
PSL	1	1	-	1	1	52
PL	12	26	23	-	-	-
PPB	60	49	-	-	-	30
PMN	2	1	3	4	3	3
PRONA	1	6	2	-	-	-
PST	1	3	-	-	-	-
PSDC/DC	-	1	-	-	2	1
PSOL	-	-	3	3	5	10
PAN	-	-	1	-	-	-

PRB	-	-	1	8	21	-
PTdoB	-	-	1	3	2	-
PTC	-	-	3	1	2	2
PHS	-	-	2	2	5	6
PP	-	-	41	44	38	38
PR	-	-	-	41	34	33
PRTB	-	-	-	2	1	-
PRP	-	-	-	2	3	4
PEN	-	-	-	-	2	-
PTN	-	-	-	-	4	-
PROS	-	-	-	-	11	8
SD	-	-	-	-	15	13
REDE	-	-	-	-	-	1
PPL	-	-	-	-	-	1
PATRI	-	-	-	-	-	5
PODE	-	-	-	-	-	11
AVANTE	-	-	-	-	-	7
NOVO	-	-	-	-	-	8
TOTAL	513	513	513	513	513	513

Fonte: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>>. Elaboração: o autor, 2023.

Tabela 19 - Bancada partidária do Senado Federal de 1998 a 2018.

PART.	LEG 51^a (1999-2003)	LEG 52^a (2003-2007)	LEG 53^a (2007-2011)	LEG 54^a (2011-2015)	LEG 55^a (2015-2019)
PT	7	13	9	13	9
MDB	25	25	19	20	19
PSDB	13	12	15	12	11
PDT	5	3	6	4	4
PTB	4	4	7	4	3
PCdoB	-	-	1	2	1
PSD	-	-	-	1	4
PV	-	-	1	-	-
PSB	3	4	3	5	5
PFL/DEM	20	14	14	6	4
PPS/ CIDADANIA	2	2	-	1	2
PSC	-	-	1	1	-
PL	1	1	3	5	6
PSOL	-	1	-	2	1
PRB	-	1	1	1	1
PTdoB	-	-	-	-	-
PTC	-	-	-	-	1

PP	-	-	1	4	5
REDE	-	-	-	-	1
AVANTE	1	1	-	-	-
PODEMOS	-	-	-	-	4
TOTAL	81	81	81	81	81

Fonte: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>>. Elaboração: o autor, 2023..

Cabe sublinhar ainda que a direita, durante todos esses anos, esteve na condição de oposição, sendo eficiente para intervir no cenário político

[...] por exemplo, financiando campanhas e fazendo lobby junto a atores políticos e funcionários públicos, bem como através da disseminação de suas ideias através da mídia, comunicação de massa e apoio a tecnocratas que patrocinam políticas públicas próximas à sua ideologia. Se os governos esquerdistas moderados como os de Luiz Inácio "Lula" da Silva no Brasil (2003-2010) e Michelle Bachelet no Chile (2006-2010) não puderam avançar mais na geração de políticas redistributivas, isso se deveu muito à pressão e peso de ambos os atores e as ideias da direita (Kaltwasser, 2014, p. 35).

A eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República foi significativa para a guinada da extrema direita brasileira⁹⁹, cujo discurso polarizador foi eficiente para captar e solidificar eleitores.

Pela primeira vez, a direita tem uma candidatura explícita no Brasil e encontra, também de forma inédita desde o fim da Segunda Guerra, movimentos de direita organizados partidariamente por toda a Europa, com destaque para os ultranacionalistas Ukip no Reino Unido e AfD na Alemanha, e, nos Estados Unidos, para a ala de ultradireita no partido Republicano ligada ao presidente Donald Trump. Embora assumindo o papel de candidatos contra a esquerda, nem Jânio Quadros nem Fernando Collor aderiram de forma tão clara e manifesta a um ideário tipicamente de direita como Bolsonaro (Abranches, 2019, p. 12).

Bolsonaro venceu as eleições de 2018 com 55,54% dos votos válidos no segundo turno¹⁰⁰, *with the exception of the very poor and northeasterners, Brazil as a whole went heavily for Bolsonaro* (Hunter; Power, 2019, p. 77). Por outro lado, *the party's defeat laid bare its tragicomic dependence on Lula* (Idem, 2019).

Desde então, parte da literatura tem se dedicado a entender a emergência do fenômeno, a exemplo do Movimento Brasil Livre (MBL), Vem para a Rua (VPR) e Revoltados Online (RO) (Gallego, Ortellado, Moretti, 2017; Ortellado E Solano, 2016;

⁹⁹ É possível dizer que a direita vinha se organizando politicamente de modo que conseguiu ampliar o número de cadeiras no Parlamento desde 2010 e consideravelmente no ano de 2014, por exemplo.

¹⁰⁰ O opositor de Bolsonaro, Haddad (PT), totalizou 44,46% dos votos válidos. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-eleicao-de-jair-bolsonaro-para-presidente-da-republica>>. Acesso em 27 de maio de 2022.

Tatagiba, 2018). Para além dessa perspectiva, outra agenda de pesquisa versa sobre as bases ideológicas do que se tem chamado de bolsonarismo, a qual é sintetizada em uma visão de mundo ultraconservadora que almeja o retorno dos valores tradicionais (Almeida, 2019; Pinheiro-Machado et al., 2019). Por fim, realça-se outro campo da literatura que vem se concentrando sobre as atitudes e valores do eleitorado do presidente Bolsonaro, cujo objetivo é entender a guinada à direita a partir das eleições de 2018 (Solano, 2018; Rennó, 2020).

A literatura brasileira oferece explicação sobre tal fenômeno, principalmente em duas vertentes, em que na primeira se compreende a ascensão de uma "Nova Direita" (Santos; Tanscheit, 2019; Codato *Et Al.*, 2015; Roeder, 2016); e a segunda, a continuidade, com uma nova roupagem, da direita até então moderada (Santos; Szwako, 2016; Cepêda, 2018; Chaloub & Perlatto, 2015; Rocha, 2018; Pinheiro-Machado, 2019).

Jair Bolsonaro pode ser colocado ideologicamente no campo da extrema direita devido aos seus valores de princípio da ordem, do autoritarismo, da obediência e hierarquia, do conservadorismo, do militarismo, do civismo, do nacionalismo, do anticomunismo e do antipluralismo (Reis, 2022). Esses são os mesmos valores encontrados, por exemplo, no Movimento Integralista Brasileiro, no ex-presidente Donald Trump (Estados Unidos) e em Alberto Fujimori (Peru).

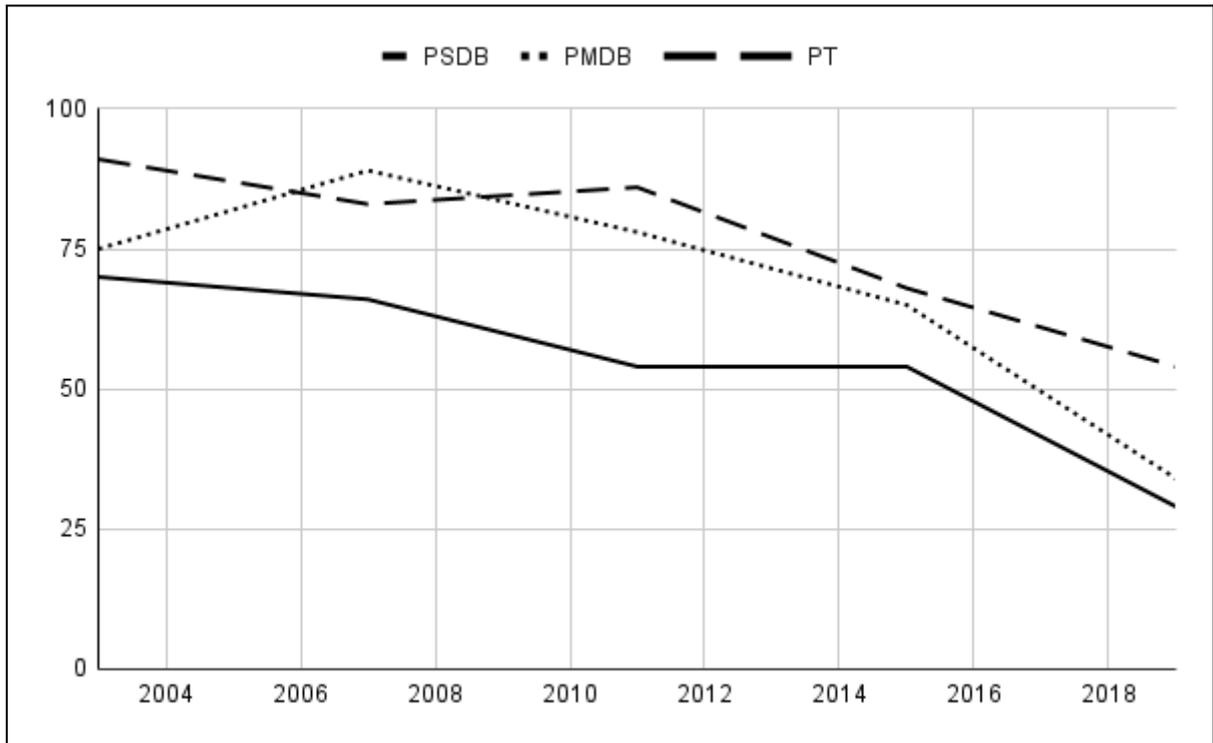
Enquanto a América Latina elegia representantes de esquerda¹⁰¹, o Brasil parecia seguir o caminho inverso. As eleições de 2018 evidenciaram a consolidação da direita no Brasil. E, em 2022, apesar da derrota de Bolsonaro, para o cargo de presidente da República; para o Congresso Nacional, foram eleitos os partidos mais direitistas.

Em contrapartida, identificou-se o declínio do número de cadeiras dos partidos tradicionais brasileiros (PT, PSDB e MDB), no parlamento brasileiro ao longo dos últimos anos.

Who were the main casualties of the October 2018 presidential election? Suffering the greatest setbacks were the PT, the PSDB, and the party system anchored since 1994 by these rival parties, a system that had helped to consolidate Brazilian democracy. Even before the 2018 campaign began, the weaknesses of all three were already evident (Hunter; Power, 2019, p.77).

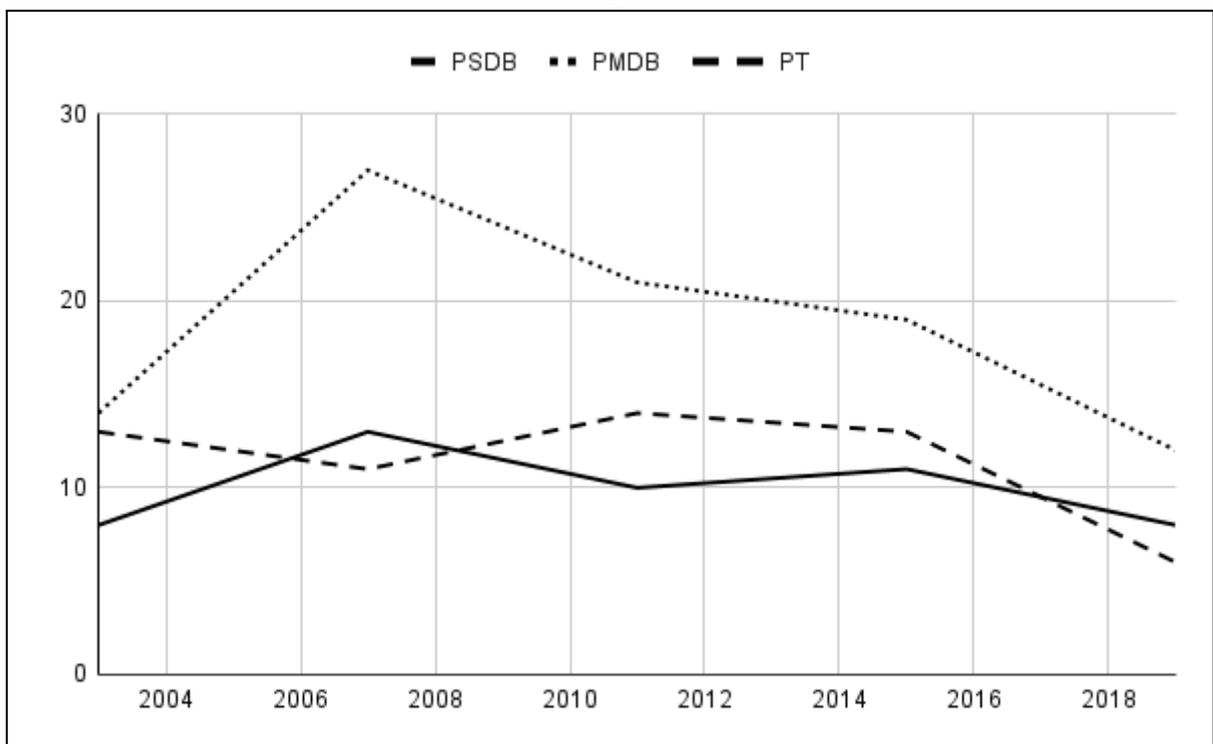
¹⁰¹ Na Argentina, Alberto Fernández; Chile, Gabriel Boric; Colômbia, Gustavo Petro; Bolívia, Luis Arce; República Dominicana, Luis Abinader; Honduras, Xiomara Castro; Panamá, Laurentino Cortizo; México, Andrés Manuel López Obrador; e Peru, Pedro Castillo.

Gráfico 8 - Bancada partidária do PSDB, PMDB e PT, na Câmara dos Deputados, de 2004 a 2018



Fonte: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>>. Elaboração: o autor, 2023.

Gráfico 9 - Bancada partidária do PSDB, PMDB e PT, no Senado Federal, de 2004 a 2018



Fonte: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>>. Elaboração: o autor, 2023.

Por outro lado, de acordo com o que se observa nos gráficos 8 e 9, entre os anos de 2004 e 2006, houve um pico do quantitativo dos partidos tradicionais; em contrapartida, houve significativo decréscimo a partir de 2014, especialmente, com o PSDB, que teve dificuldade em promover um candidato, desde o início da campanha eleitoral, conforme aponta Rennó (2022, p. 158).

As confusões geradas pelas eleições primárias do PSDB, um total e absoluto fiasco, que culminou na retirada do apoio do partido ao pré-candidato João Dória que havia se sagrado vitorioso, foi o triste desfecho desse movimento. Até a decisão sobre quem, de fato, seria candidato, perdeu-se tempo valioso, que até agora na campanha (setembro de 2022) não foi recuperado pela candidata escolhida, do MDB, Simone Tebet, que oscila em uma porcentagem ínfima de votos que não lhe permite sonhar com chances de almejar algo relevante. Mais uma vez, o centro-direita moderado fracassou estrondosamente em uma campanha eleitoral, como já havia ocorrido em 2018, seguindo menosprezando a força do bolsonarismo e por ele sendo atropelado.

Além de tudo, os resultados eleitorais presidenciais de 2018 evidenciaram a continuidade do declínio de votos do Partido dos Trabalhadores (ainda que tenha tido uma redução, é uma bancada considerável atualmente), o qual se restringiu significativamente à região nordestina. Contudo, mesmo dentro do reduto do partido no Nordeste, o apoio foi desigual, já que Haddad se saiu melhor em áreas rurais pobres.

4.3.2 Centrão

Além disso, é necessário destacar que há uma característica fundamental no campo da política brasileira, o chamado "Centrão", que se trata de uma força política que surgiu como resultado da Constituinte (1987-1988), cuja finalidade era se opor a alguns pontos progressistas da Constituição Federal de 1988 — CF/88 — e que até o momento tem estado presente nas negociações políticas brasileiras.

Este grupo suprapartidário era formado até então pelos partidos PFL, PMDB, PDS, PTB, PL e PDC¹⁰². Percebe-se, inicialmente, que todos esses partidos são ideologicamente alinhados mais ao centro e centro-direita. Para Jairo Nicolau (2020, p. 19):

¹⁰²Após as eleições de 2022, o Partido Liberal (PL) passou a ter maior bancada na Câmara dos Deputados.

O termo centrão foi usado pela primeira vez na Assembleia Constituinte de 1987-88 para designar um grupo de parlamentares de direita. Desde então, tem sido comum usar o termo para um conjunto de partidos e/ou lideranças específicas de centro-direita, os quais mudam ao longo do tempo.

Segundo Hunter e Power (2019, p. 80), o centro também foi um dos fatores conjunturais responsáveis pela eleição de Jair Bolsonaro em 2018: *Center-right forces allied with a tremendously unpopular interim government imploded, leaving vacant a wide ideological space for Bolsonaro to fill.*

O Centrão é entendido popularmente como sinônimo de "velha política", devido às suas trocas de favores ou no que popularmente é conhecido como "*toma lá, dá cá*". Jair Bolsonaro venceu as eleições colocando-se como antissistema.

Para o bolsonarismo¹⁰³, as alianças e coalizões são uma distorção da forma de governar. Segundo Avrizer (2020, p. 28),

[...] o bolsonarismo, até a demissão de Sérgio Moro, fez uma crítica direta ao presidencialismo de coalizão e à forma como o Brasil foi governado entre 1994 e 2018, um sistema no qual as negociações para a conquista de maiorias no Congresso não têm como moeda de troca a alocação de recursos públicos ou a distribuição de cargos.

Apesar de ter uma carreira política de 28 anos, Bolsonaro sempre se posicionava como *outsider*¹⁰⁴ e como um alguém excluído do poder político, cuja estratégia foi significativa; em sua literalidade, assim descreve:

Por que isolamento? Está aí, também, devidamente configurado o porquê do isolamento, porque querem reunir todos aqueles que precisam escapar das barras da lei em um só núcleo, quanto maior, melhor; mais eles vão se proteger e daí surgiu este centrão. É, mas é que lixão não dá por que está proibido pela lei do meio ambiente, agora mudou de nome, não pode ter lixão (General Augusto Heleno, no lançamento da candidatura de Jair Bolsonaro, 2018).

Eu queria tirar uma foto do rosto de cada um dos senhores aqui para saber se, em 2019, quando o couro comer pra valer; vocês vão se deixar seduzir por discurso do Centrão ou se vão se manter firme forte Bolsonaro (Eduardo Bolsonaro, no lançamento da candidatura de Jair Bolsonaro, 2018).

¹⁰³ De acordo com Pinheiro-Machado (2018), o bolsonarismo — age de modo semelhante ao fascismo — é maior que Jair Bolsonaro. Assim, esse fenômeno se trata, então, da imediata adesão vazia à figura de Jair Bolsonaro, que corresponde a muitas frustrações diferentes.

¹⁰⁴ Para Júlio Neto (2020), os resultados das eleições presidenciais de 2018 — têm servido de pano de fundo para desvelar olhares para os chamados candidatos *outsiders*, aqueles que se apropriam da aversão difusa de boa parte da população à política dita tradicional para criar slogan "contra tudo isso que está aí", "por uma nova política", "fazer diferente", "novo jeito de governar".

Jair Bolsonaro, em campanha, pôs como promessa que o critério para indicações para cargos do Poder Executivo se daria de forma técnica¹⁰⁵:

De um lado, está ali à esquerda, de outro está o centrão, até quero agradecer Geraldo Alckmin por ter juntado a nata do que há de pior no Brasil ao seu lado (Jair Bolsonaro, no lançamento da candidatura de Jair Bolsonaro, 2018).

Ao longo do governo, mudou a postura em relação ao centrão. Isto é, Bolsonaro afirmou que não faria a “velha política” e que não interferiria no apoio do Congresso¹⁰⁶, embora o presidente tenha negociado ativamente com o centrão^{107 108}.

Vocês querem que eu abandone o Centrão? Vou negociar com quem, aprovar proposta do parlamento? Quem aprova proposta no parlamento sem partido é ditadura (Jair Bolsonaro, em entrevista, 30 de agosto de 2022).

A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição, conhecida como *kamikaze*¹⁰⁹ (PEC N° 1/2022), do orçamento de guerra¹¹⁰ (PEC N° 10/20) e do auxílio emergencial¹¹¹ (PEC N° 1/22), bem como a interlocução de Bolsonaro com Arthur Lira (PP), presidente da Câmara dos Deputados, no governo de Jair Bolsonaro, evidenciaram o relacionamento por parte do presidente para com o Centrão. Nas palavras de Bolsonaro:

Lira tem colaborado muito com o governo, graças a ele conseguimos aprovar leis que vieram abaixar o preço dos combustíveis. A grande maioria dos parlamentares cada vez mais estão com o governo e o governo está com eles. (Jair Bolsonaro, no lançamento de sua recandidatura, em 2022).

Morlino (1987) e Domínguez (1998) entendem que as coalizões são elementos essenciais no regime democrático por conta da capacidade de redução da intensidade de

¹⁰⁵ Para Jair Bolsonaro, os governos do Partido dos Trabalhadores eram pautados por indicações sindicais e de interesse exclusivo do PT e da esquerda.

¹⁰⁶ "Orçamento secreto bilionário de Bolsonaro banca trator superfaturado em troca de apoio no Congresso". Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-cria-orcamento-secreto-em-troca-de-apoio-do-congresso,70003708713>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁰⁷ "Centrão passa a controlar R\$ 110,5 bilhões em recursos do governo". Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/centrao-passa-a-controlar-r-1105-bilhoes-em-recursos-do-governo/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁰⁸ "Bolsonaro negocia outra fatia do Governo para o Centrão enquanto esbraveja contra o STF". Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-24/bolsonaro-negocia-outra-fatia-do-governo-para-o-centrao-enquanto-esbraveja-contra-o-stf.html>>. Acesso em 17 de outubro de 2022.

¹⁰⁹ A PEC previa a liberação de gastos do governo federal para a criação de novos benefícios sociais que, por consequência, concedeu um conjunto de benefícios aos congressistas. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/pec-kamikaze-entenda-o-que-esta-por-tras-da-pr-oposta-que-quer-destravar-programas-sociais.shtml>>. Acesso em 31 de março de 2023.

¹¹⁰ A PEC propôs a facilitação dos gastos públicos no combate ao coronavírus. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/659636-camara-aprova-pec-do-orcamento-de-guerra-em-20-tur-no-texto-sera-promulgado-nesta-quinta/>>. Acesso em 31 de março de 2023.

¹¹¹ A novo auxílio emergencial para a população vulnerável afetada pela pandemia.

competição e do conflito, potencializando, portanto, a consolidação das instituições democráticas.

Chauí entende e caracteriza a democracia enquanto conflito e pela paridade política, "A democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos" (Chauí, 2005a, p. 24). Esse regime é constituído pelo conflito, contudo um embate no qual se respeitam as regras do jogo democrático. Em suas palavras, "a democracia é o único regime político no qual os conflitos são considerados o princípio mesmo do seu funcionamento" (2003).

Assim, a democracia não está relacionada às leis, à ordem e à hierarquia, mas ao conflito, em outras palavras, à negociação e ao gerenciamento pacífico dos conflitos em vez de um ataque à própria democracia. Em suma, a democracia sem conflito se transforma em oligarquia (Finley, 1988).

A ideia é de que a negociação e a articulação de apoios políticos fazem parte da política e da democracia. Dessa forma, mesmo ao longo dos anos, com as trocas de governos — Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luiz Inácio Lula (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2019) e Jair M. Bolsonaro (2018-2023) —, o centrão, com diversas configurações em razão da variação do chefe do Poder Executivo, mostrou-se uma como força bastante importante ao campo político. Isso significa dizer que o mesmo grupo político (por exemplo, o MDB), que apoiou Lula e o *impeachment* de Dilma Rousseff, foi o mesmo que respaldou o governo de Michel Temer e o de Jair Bolsonaro¹¹².

Nesse sentido, a inércia e a dificuldade na promoção das transformações profundas e necessárias na sociedade e nas instituições públicas também provocaram o sentimento antissistêmico na população brasileira, o qual também contribuiu para a demanda de um candidato *outsider* nas eleições brasileiras no ano de 2018. Essa característica parece distorcer a concepção da democracia brasileira e contribuir para a insatisfação para com o regime democrático.

É possível observar que na tabela 20, 44,4% dos entrevistados entendem que a democracia brasileira possui grandes problemas; já na tabela 21, 41,4% dos entrevistados brasileiros dizem que tanto faz viver ou não em um regime democrático. A tabela 23 também está em consonância com os dados já descritos, tendo em vista que os elevados

¹¹² "Se aderir de vez a Bolsonaro, centrão tem força para segurar *impeachment*". Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/07/se-aderir-de-vez-a-bolsonaro-centr-ao-tem-forca-para-segurar-impeachment.htm>>. Acesso em 11 de setembro de 2022.

percentuais (49,5% e 28,4%) de brasileiros entrevistados que disseram “não” estavam satisfeitos com a democracia brasileira.

Ao passo que, de acordo com a tabela 22, houve um acréscimo no percentual de pessoas que estavam "muito de acordo" (37,2%) que o regime democrático era o melhor sistema de governo, bem como é notável o acréscimo em categorias de "em desacordo" (27,7%), que atingiu o seu ápice no ano de 2017. Nesse sentido, é possível inferir pouco apreço pela democracia.

Tabela 20 - Nível de apreço à democracia pelos brasileiros (2020)

Categoria	%
<i>Una democracia plena</i>	3,2
<i>Una democracia con pequeños problemas</i>	22,3
<i>Una democracia con grandes problemas</i>	44,4
<i>No es una democracia</i>	7,8
<i>No entiendo lo que es una democracia</i>	19,7
<i>No sabe</i>	2,2
<i>No contesta</i>	0,4
Total	100

Fonte: Latinobarómetro, 2020. Disponível em:

<<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023.

Tabela 21 - Nível de apoio à democracia segundo os brasileiros (2001-2020)

Categoría	2001	2004	2008	2011	2013	2016	2018	2020
<i>La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno</i>	38,2%	48,4%	53,2%	51,8%	54,7%	37,1%	38,4%	45,6%
<i>En algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferible</i>	22,8%	20,7%	21,7%	22,3%	21,6%	15%	15,6%	13,1%
<i>A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático que uno no democrático</i>	39%	30,8%	25,1%	25,9%	23,6%	47,9%	46%	41,4%

Fonte: Latinobarómetro, 2020. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023.

Tabela 22 - "Democracia puede tener problemas pero es el mejor sistema de gobierno" segundo os brasileiros (2002-2020)

Categoria	2002	2005	2006	2007	2008	2011	2015	2016	2017	2020
<i>Muy de acuerdo</i>	52,7%	42%	40,6%	38,4%	41,6%	33%	25,3%	36,6%	12,5%	37,2%
<i>De acuerdo</i>	29,3%	35,8%	41,8%	43,5%	45,7%	49,5%	51,5%	38,5%	56,2%	35,7%
<i>En desacuerdo</i>	10%	14,6%	12,6%	11,9%	9,8%	13,8%	21,2%	15,6%	27,7%	15,3%
<i>Muy en desacuerdo</i>	7,9%	7,6%	5%	6,2%	2,9%	3,7%	2%	9,2%	3,6%	11,8%

Fonte: Latinobarómetro, 2020. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023.

Tabela 23 - Nível de satisfação com a democracia segundo os brasileiros (1995-2020)

Categoria	1995	2000	2005	2010	2015	2016	2017	2018	2020
<i>Muy satisfecho</i>	3,2%	1,2%	1,8%	3,4%	2%	0,9%	1,2%	1,1%	2,8%
<i>Más bien satisfecho</i>	28,1%	18,7%	21,6%	48,7%	20,5%	9,1%	12,3%	7,8%	19,2%
<i>No muy satisfecho</i>	37,2%	45,4%	48,4%	33,6%	46,8%	37,5%	29,6%	44,2%	49,5%
<i>Nada satisfecho</i>	31,6%	34,7%	28,2%	14,3%	30,8%	52,5%	56,8%	46,9%	28,4%

Fonte: Latinobarómetro, 2020. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023.

As pessoas estão insatisfeitas com a democracia, pensam que suas opiniões não são levadas em consideração e não têm suas expectativas atendidas, logo os cidadãos insatisfeitos elegem candidatos com promessas de ataque aos partidos e ao sistema político. E assim o fez Jair Bolsonaro, em promessa de campanha.

Jair Bolsonaro did not "come out of nowhere" to win the presidency. Rather, Bolsonaro has been hidden in plain sight during his thirty-year career as a fringe defender of the defunct military regime, an advocate of the lex talionis, and an antagonist of minorities and human-rights activists. His election was possible only because Brazilian democracy had done so much to clear a path for him. Four simultaneous crises—corruption, recession, polarization, and rising crime—paved the way, creating a favorable environment for an incendiary populist (Hunter; Power, 2019, p. 80).

A crise de representatividade do governo tem sido explicada, por alguns teóricos, a partir do que foi chamado de "sintomatologia da crise" (Morais, 2018), resultado da perspectiva de três indicadores: i) do apoio ao regime democrático; ii) a debilitação da confiança nas instituições políticas; e iii), o acréscimo dos níveis de alienação entre o eleitorado (Boudon; Bourricaud, 1989).

Uma crise política pode ser identificada pela ascensão de um populista, "no geral, é possível dizer que os usos do conceito de populismo remetem à necessidade de expressar alguma "disfunção" na prática da democracia" (Cassimiro, 2021, p. 3) e um extremista (Barroso, 2022), logo "a extrema direita é, sobretudo, um indício de crise" (Souza, 2022, p. 162), por conseguinte, a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República do Brasil indica uma crise da democracia.

5 ASPECTOS RELEVANTES DA CULTURA POLÍTICA LATINO-AMERICANA

De forma geral, as teorias hegemônicas não consideram as particularidades da América latina, conforme vem sendo argumentado neste trabalho, de forma que o objetivo desta seção é apresentar os principais aspectos constitutivos da cultura latino-americana.

A cultura política constitui uma dimensão que permite compreender e explicar os desdobramentos da crise, fenômenos e conjuntura sociopolítica, os quais permitem que os indivíduos continuem se identificando cultural e politicamente com o seu Estado, assim: "a cultura política é uma espécie de memória política coletiva" (Espírito Santo, 2019).

A partir desta lógica, é necessário perpassar, com brevidade, pela história e por algumas marcas políticas, sociais e econômicas da América Latina para melhor compreender o cenário político que se construiu no Brasil e, posteriormente, a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República do Brasil.

Uma das primeiras ideias da região latino-americana foi formulada a partir do "Encobrimento do Outro" (Dussel, 1492), conceito criado para descrever o processo de invasão, saqueamento, colonização e escravidão dos povos latino-americanos e tradicionais¹¹³; esse encontro que, na maioria das vezes, é descrito pela Europa como "o encontro de dois mundos".

A partir da perspectiva hegemônica, foi criada uma relação antagônica entre o "Outro" (América Latina, Ásia e África), e o "eu" sendo a Europa (Dussel, 1492). Para Mignolo (2017, p. 7), "a América não era uma entidade existente para ser descoberta. Foi inventada, mapeada, apropriada e explorada sob a bandeira da missão cristã". Assim, o europeu tinha "fardo branco" (Kipling, 1894) para levar os valores civilizatórios aos outros lugares, conforme disseminado:

*Take up the White Man's burden
Send forth the best ye breed
Go, bind your sons to exile
To serve your captives' need;
To wait, in heavy harness,
On fluttered folk and wild
Your new-caught sullen peoples
Half devil and half child* (Kipling, 1894).

¹¹³ Ver a carta de Pero Vaz de caminha.

Em outras palavras, o homem europeu tinha pressupostos "civilizatórios", logo era responsável por levar valores civilizatórios aos povos selvagens e não brancos.

Até os princípios do presente século (19), em todos os pontos da América Ocidental onde a raça americana se achava num estado muito mais notável de progresso, a tarefa dos vice-reis foi quase que somente cuidar de conter e punir as rebeliões desesperadas, que por toda parte explodiam... É uma epopéia, e nessa epopéia há de entrar também os mestiços, em cujo sangue se transmitia, por assim dizer, o ódio do conquistado contra o conquistador (Bombim, 2008, p. 158).

Isso justificava o "Encobrimento do Outro" (Dussel, 1492), o imperialismo pela busca e exploração dos recursos naturais. O Brasil foi tratado como fornecedor de produtos para os países colonizadores que configuram o centro "do capital". Neste sentido, não houve reconhecimento de particularidades culturais dos latino-americanos e foi criada, então, a relação de centro-periferia em um sistema-mundo de dominação (Wallerstein, 1974a), cujas características são observáveis até hoje com a reconfiguração do imperialismo estadunidense, conforme exposto por Bilbao (1978, p. 290) e por Boron (2005, p. 11), respectivamente:

[...] además del interés que tenemos en unirnos para desarrollar la república y dar una marcha normal a las naciones, además de la gloria que nos espera si arrebatamos la iniciativa en este momento histórico, exhausto de libertad en el Viejo Mundo, los intereses geográficos, territoriales, la propiedad de nuestras razas, el teatro de nuestro genio, todo eso nos impulsa a la unión, porque todo está amenazado en un porvenir y no remoto por la invasión ayer jesuítica, hoy descarada de los Estados Unidos.

[...] es en América Latina donde las contradicciones del sistema imperialista mundial se observan con mayor nitidez y claridad. Y por lo tanto es nuestra obligación, a partir de esa posibilidad, elaborar esquemas e interpretación que puedan ser de utilidad en las luchas emancipatorias de otros pueblos. No solo para conocer mejor al imperialismo sino, principalmente, para derrotarlo cuanto antes.

Por conta dessa dinâmica e processos de exploração, a história latino-americana é descrita por uma constante marca de instabilidade política¹¹⁴ (Przeworski, 2014) e, no aspecto econômico, apoiado no autoritarismo, no conservadorismo, na desigualdade social e no clientelismo. O Brasil conservou a estrutura de exploração e desigualdade social colonial que o coloca no estrato da "periferia ocidental do mundo desenvolvido" (Diniz, 2007).

¹¹⁴ Na concepção do autor, "a instabilidade da democracia na América Latina depois da Segunda Guerra Mundial se deveu à sobrevivência das forças autoritárias nesse continente" (2014, p. 48).

As concepções, os conceitos de desenvolvimento e de progresso da região latino-americana foram constituídos com base nas referências e nos padrões dos desdobramentos da história e recursos dos países do continente europeu e dos Estados Unidos, assim as distorções provocadas por essa concepção de crescimento são múltiplas: vulnerabilidade, dependência exterior, endividamento e ainda heterogeneidade social com o crescimento da desigualdade (Diniz, 2007). Já para Ianni (1988, p. 11),

[...] as desigualdades sociais, regionais, raciais e culturais, que se manifestam em termos políticos e econômicos, no âmbito de grupos, classes, movimentos sociais e correntes de opinião pública, ressurgem periodicamente, como desafios. São várias as diversidades que escondem desigualdades, gerando contradições mais ou menos básicas.

Segundo Wasserman (2010), a formação do Estado nacional na América Latina e o processo de independência dos Estados latino-americanos mantiveram as desigualdades sociais, mas focaram, contudo, na reorganização e na manutenção do poder, porque esse mesmo processo esteve diretamente vinculado à internacionalização do modo de produção capitalista. Então, "o primeiro processo tem um caráter econômico-social e o segundo é eminentemente político-militar" (2010, p. 177); no caso do Brasil, segundo Fernandes (2005, p. 53), a ideia de Estado surgiu como uma instituição manipulável, “[...] única entidade que podia ser manipulável desde o início, a partir da situação de interesses das elites nativas, mas com vistas a sua progressiva adaptação à filosofia política do liberalismo”.

No restante na América Latina, o processo de independência e da formação estatal do continente são descritos como uma disputa de poder na qual *la clase dominante — las elites criollas y peninsulares — enfrentó batallas entre sectores democráticos, pro-oligárquicos y aristocráticos* (Roitman Rosenmann, 2008, p. 161). A implementação e desenvolvimento da oligarquia aristocrática demorou quase meio século.

Al presentar la independencia como un enfrentamiento entre el poder imperial y los ejércitos libertadores, se tiende a olvidar que la batalla por la independencia fue una batalla por construir un orden político y un poder social acordes con las ideas y pensamientos políticos de época. La democracia era una de las alternativas y el orden oligárquico era otra forma de presentar el proyecto emancipador del imperio español (Ibid., p. 161).

De acordo com Tôrres (1964), durante toda a história do Império Brasileiro, duas grandes correntes ideológicas se opuseram significativamente: um campo que defendia o estilo americano de descentralização e mais poder ao Poder Executivo; o outro, se pautava no ideal da Revolução Francesa, ou seja, uma República indivisível, em que se

teriam mais liberdade para os indivíduos e maior concentração da autoridade e econômica de cunho escravocrata:

O liberalismo que assim nasce tem alguma coisa de liberal e pouco de democrático. [...] Forma-se uma modalidade especial de liberalismo, onde a base não está no povo, no cidadão, mas nos corpos intermediários. [...] O povo, nessa perspectiva, é um corpo inorgânico a ser protegido ou, se entregue a si mesmo, a ser temido. [...] As deficiências do liberalismo político estão na base das fraquezas do liberalismo econômico. Embora, entre nós, um não tenha saído do outro, com mais desencontros do que encontros, na base da racionalidade do liberalismo econômico estão os elementos previsíveis e calculáveis do Estado de direito. Esta irracionalidade formal é o grande obstáculo de um e de outro para vencer o patrimonialismo. [...] A ordem tradicional convivia com a modernização numa pauta paralela à pauta capitalista. [...] No fundo, o povo, com a sua soberania imaginária, não assiste ao espetáculo passivamente: inutilmente manifesta, em lances espasmódicos e irregulares, seu inconformismo (Faoro, 1993, p. 26-28).

O regime republicano foi considerado sinônimo de igualdade e liberdade (Romero, 1977; Roitman, 2008), na concepção das elites e as oligarquias criollas, que julgaram esse regime como perigoso para seu poder. A ideia era de que o republicanismo, balizado nos preceitos da liberdade, necessariamente levaria à anarquia e ao caos.

No período de 1880, para alguns, o entendimento de República já estava bastante involucrado com a definição de democracia (Starling; Lynch, 2009). De acordo com Mello (2011, p. 135),

[...] a ideia republicana vai ganhando campo em decorrência da incorporação da cultura democrática e científica, ou seja, o regime trazia consigo a marca do futuro. Entretanto, assistimos os republicanos, especialmente seus teóricos, numa busca de passado para a república brasileira. Uma tradição que lhe angariaria prestígio e confiabilidade, afastando-a do estigma da desordem.

Carvalho (1990) aponta para o processo de construção histórica da criação da primeira República brasileira no qual houve então uma recriação intencional da República, isto é, "a batalha pela construção de uma versão oficial dos fatos" (Idem, 1990, p. 35).

O esforço não se limitava apenas em sensibilizar a sociedade para gerar um sentimento de nacionalidade, mas também para legitimar a república brasileira perante o povo. Nesse sentido, forjaram calculadamente símbolos, hinos, bandeiras e heróis para que se alcançasse um imaginário republicano sólido. Foi necessário principalmente a construção de um herói nacional. Assim, Tiradentes foi colocado como um mito, porque

[...] todos podiam identificar-se, ele operava a unidade mística dos cidadãos, o sentimento de participação, de união em torno de um ideal, fosse ele a liberdade, a independência ou a república. Era o totem cívico. Não antagonizava ninguém, não dividia as pessoas e as classes sociais, não dividia o país, não separava o presente do passado nem do futuro. Pelo contrário, ligava a república à

independência e a projetava para o ideal de crescente liberdade futura. A liberdade ainda que tardia (Idem, p. 68).

Os positivistas, por outro lado, possuíam múltiplas propostas, tais como, um Estado laico, poder executivo "forte e intervencionista", "a incorporação do proletariado à sociedade moderna", progresso, ditadura, despotismo ilustrado e progresso por meio da ditadura.

Alguns descreveram a ascensão da República como um desdobramento inevitável, bem como a associaram ao progresso social. Em contrapartida a esse pensamento, Viotti (1999) afirma que a República só foi possível por conta das mudanças nas estruturas econômicas e sociais, que, aos poucos, foram enfraquecendo a base do regime monárquico. Nas palavras do autor:

[...] a República não foi uma fatalidade histórica e não se limitou à superficialidade de um *putsch* ou de uma parada militar ainda que tal ato possuía relevante significado histórico. Por sua vez, a imagem do "povo bestializado" ante a Proclamação da República descrita por Aristides Lobo, republicano histórico que parecia olhar para as ruas do Rio de Janeiro à procura do povo que tomara a Bastilha, não estabelece interpretação definitiva sobre a participação social dos populares, do caráter do novo regime ou ainda dos alcances e das repercussões sociopolíticas da República. Na forma de um Golpe de Estado dos militares, ela foi uma resposta autoritária e elitista às agitações sociopolíticas do período marcado por um ambiente de transformações no ritmo da vida e por utopias de progresso que só pareciam se realizar com o fim da monarquia (Idem, 1999, p. 44).

Em novembro de 1889, foi proclamada a República brasileira, por Deodoro da Fonseca, com o amplo apoio do Exército e notoriamente marcada pela ausência do povo. Ainda que instaurado um novo regime, não significou, necessariamente, mudança social, porque

[...] as condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros (Idem, 1999, p. 490).

Por um lado, é possível se observar que esse processo foi fundamentado nos ideais libertários. O movimento abolicionista se embasou firmemente no lema francês da República Francesa de liberdade, da igualdade e da fraternidade. Ademais, a intervenção por parte das Forças Armadas se mostrou essencial para a implementação da primeira república

[...] a via conservadora de superação das estruturas monárquicas encontrou em segmentos das Forças Armadas, em especial do Exército, seu "partido político", mais efetivo do que poderia ser o Partido Republicano no cumprimento da tarefa histórica de controlar o processo de implantação e consolidação de uma nova

ordem. Em um quadro nacional de rupturas articuladas com permanências estratégicas, o novo tipo de ação militar constituiu uma importante mudança em relação à fase monárquica, que não conheceu golpes militares nem a participação institucional castrense no poder. Se entendida como um importante episódio da modernização capitalista tardia da sociedade brasileira, a implantação da ordem republicana surgirá concentrada na construção de um novo formato de Estado, capaz de redefinir a unidade nacional sem violentar na raiz a força dos focos de poder regionalizados ditadura como mal necessário nacionalismo (Lemos, 2012, p. 61).

A exemplo disso, Deodoro da Fonseca liderou a implementação da república brasileira e, não diferente disso, foi o nacionalismo um dos valores fundamentais para a legitimação da república.

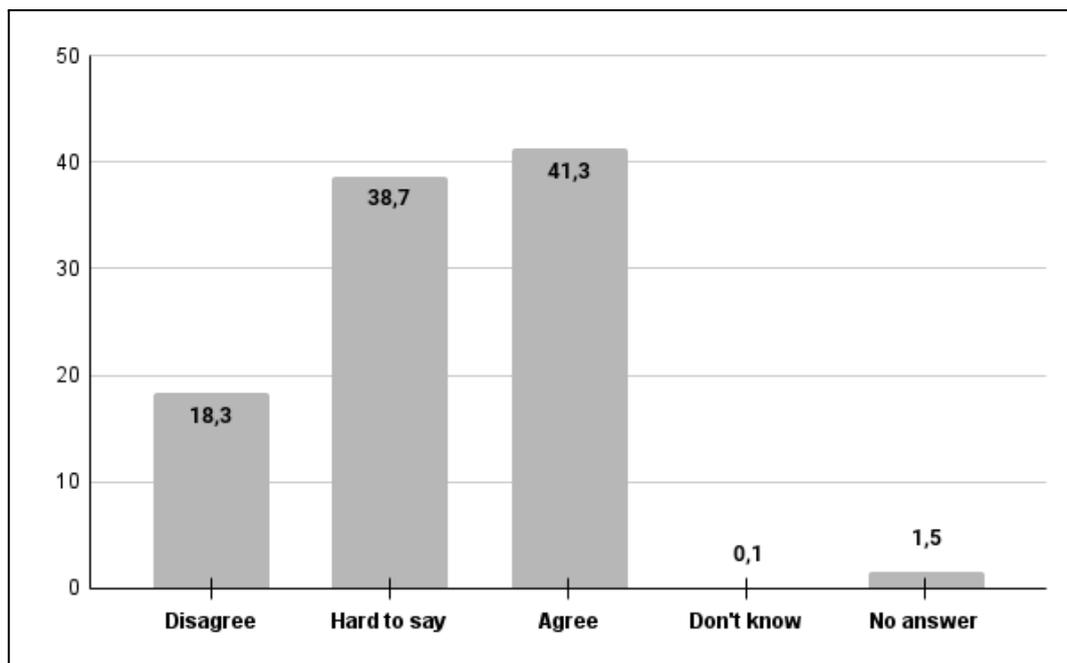
É possível dizer que, na implementação da Primeira República, havia um projeto de nação que se preocupava com a construção, o legado, a história do país, além de haver uma tendência de conciliação. Ainda que se observe a distorção dos símbolos e a construção de seus heróis, acima de tudo, buscava-se pela construção sólida de uma nação e de uma sociedade.

5.1 A influência do imperialismo dos Estados Unidos na identidade nacional latino-americana

Segundo Skidmore; Smith, et al. *apud* Feres Jr., (2009), os estudos na área foram fundamentais na consolidação da ideia de superioridade dos países do Norte Global (Wallerstein, 1974a), já que a ideia era de que a América Latina era uma região essencialmente atrasada. Assim, a região é "um objeto a ser apropriado ou usado, ou então ela é um perigo a ser gerenciado ou evitado" (Feres Jr., 2009, p. 249).

Os interesses culturais foram chamados de "latinização dos EUA", o que significa a influência e a alteração da cultura dos Estados Unidos por parte dos imigrantes latinos-americanos (Skidmore; Smith, 1992). Atualmente, ainda é perceptível a aversão que se tem ao estrangeiro dos "países do centro do sistema", como exemplificado no gráfico do World Values Survey abaixo.

Gráfico 10 - Immigration in your country: increases the risks of terrorism (2017 - 2020).



Fonte: Word Values Survey. *Selected sample*: EUA 2017 (2596). Elaboração: o autor, 2023.

Ainda que observe a rejeição ao estrangeiro/imigrante, os Estados Unidos também mantiveram os interesses políticos na América Latina, sob a intenção de barrar os movimentos revolucionários que colocariam em xeque o domínio econômico estadunidense.

Neste sentido, o argumento defendido era de que a região latino-americana era politicamente instável. No âmbito dos estudos de área, houve a construção proposital da imagem de que os latino-americanos fossem irracionais, violentos e incapazes de produzirem os próprios regimes políticos estáveis, de modo que os Estados Unidos precisariam necessariamente intervir. Assim,

[...] não foram raras as vezes nas quais os desejos de promover democracia entraram em conflito com o apoio a ditaduras que prometiam estabilidade, protegiam interesses econômicos imediatos, ou se alinhavam com Washington contra inimigos externos. (Teixeira, 2016, p. 18).

Os governos e a ideologia de esquerda¹¹⁵ eram vistos como opositores dos ideais políticos, dos interesses materiais americanos e, por isso, foram sistematicamente criticados pelos Estados Unidos. Esse argumento foi usado como justificativa para a promoção de regimes autoritários por toda a região latino-americana, como pode ser

¹¹⁵ É possível citar alguns casos como Stalin na União Soviética, Mao Tsé-Tung na China e Kim Jong-il na Coreia do Norte.

observado nos casos da Guatemala, em 1954; Brasil, em 1964; República Dominicana, em 1965; e Chile, em 1973.

Além do aspecto político, os Estados Unidos se dedicaram a estudar e a observar a América Latina embasando-se nos interesses econômicos (Feres Jr., 2009). Já no advento da República no Brasil, entretanto, ambos os países se aproximaram em razão de suas afinidades políticas ideológicas e da comercialização do café (Milani, 2011). Atualmente, os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial do Brasil.

Entre os anos de 1810 a 1828, países, como Argentina, Venezuela, Chile, México, Brasil e Uruguai atingiram as suas independências. Isso reforçou os interesses hegemônicos estadunidenses e, a exemplo disso, cita-se a Doutrina *Monroe*:

Essa independência, o momento parece vir decretá-la; essa segurança, a Europa tem o direito de exigir em nome de seus próprios interesses. Ora, é nessa intervenção onipotente que reside para nós, para a América do Sul, mesmo para os Estados Unidos, a verdadeira solução do equilíbrio do Novo Mundo (Belly, 1856, p. 155).

A Doutrina *Monroe* foi popularizada na frase "América para os americanos", cuja ideia propunha a sobreposição dos Estados Unidos para "controlar todo o hemisfério ocidental e, conseqüentemente, os novos Estados da América Latina", com objetivo de garantir a própria segurança (Sexton, 2010 *apud* Teixeira, 2014)¹¹⁶. De forma resumida e mais específica,

[Os] Estados Unidos reivindicavam o direito de "intervir em conflitos entre países americanos na América Central e do Sul com a finalidade de manter a estabilidade econômica e a democracia", e que os Estados Unidos tomariam "medidas corretivas sempre que países Latino-Americanos não honrassem suas dívidas", agindo assim como o "policia exclusivo do hemisfério ocidental" (Murphy 2005, p. 6; Gilderhus 2006, p. 10; Ricard 2006, p. 17, *apud* Teixeira, 2014).

O caso brasileiro, sobretudo, torna-se ainda mais específico devido à fundação do Estado-Nação ter sido construída em bases monarquistas (em contrapartida, os demais países vivenciavam a República), pelo tráfico e pela escravidão; a extensão territorial deve ser também considerada. E enquanto os demais países da América Latina, especialmente, o Chile e o Paraguai, passaram por experiências diferentes, o Brasil se manteve alinhado à monarquia europeia e só com o passar do tempo é que sua relação política e comercial mudaram.

¹¹⁶ Ao contrário da Argentina, o Brasil apoiou a doutrina Monroe e a interferência norte-americana (Teixeira, 2014).

[...] durante a primeira metade do século XX, a política externa dos Estados Unidos mudou fortemente de tom em relação ao continente latino-americano, passando a ser de natureza hemisférica e explicitamente intervencionista, sempre com base na Doutrina Monroe, e isso pelo menos até o fim da década de 1920. Neste contexto, a PEB [política externa brasileira] manteve sua posição de país alinhado com os interesses dos Estados Unidos, procurando tirar benefícios das condições de segurança continental garantidas na América Latina pelo prestígio internacional dos Estados Unidos (Pecequillo, 2005; Cervo; Bueno, 2008, *apud* Milani, 2011).

Paralelamente, surgiu, liderado por Simón Bolívar e José San Martín, o *Pan-Americanismo*, que concretamente foram seis conferências¹¹⁷. O movimento idealizou a unificação dos países latino-americanos, em especial, os de território da Colônia Espanhola. Assim, a ideia do Pan-Americanismo consistia em unificar os países do hemisfério sul latino-americano e na oposição aos países colonizadores.

As Conferências Pan-Americanas podem ser entendidas como expressão da hegemonia dos Estados Unidos sobre o restante da América, principalmente: na deliberação das pautas das Conferências, privilegiando os seus interesses (o controle dos assuntos dava-se desde a proposição de temas nas reuniões preparatórias até as sessões propriamente ditas); ao forte deferimento pelas delegações norte-americanas, mesmo que por vezes a contragosto por parte de algumas repúblicas latino-americanas; a sua política intervencionista (guerra hispano-americana em 1898; Filipinas em 1901; Panamá em 1903; Nicarágua em 1912; Haiti em 1914 e Nicarágua em 1928); e o fortalecimento da sua posição de liderança na região. (Dulci, 2008, p. 2).

Outros pensadores já afirmavam a necessidade de se desenvolver a própria República em virtude das especificidades regionais:

Donde iremos buscar modelos? La América Española es original. Original han de ser sus instituciones y su gobierno y originales de fundar unas y otro. O inventamos o erramos (Rodríguez, 2004, p. 3)

Neste sentido, a Venezuela foi nomeada como República Bolivariana da Venezuela em homenagem a Simón Bolívar e sua luta de oposição aos Estados Unidos e à Europa. Hugo Chávez se valeu desses ideais para sua eleição:

Es decir la Revolución Bolivariana es un proceso colectivo de construcción que sintetiza luchas, experiencias y combates por la dignidad, justicia, equidad y compromiso social del Estado a partir de la mirada solidaria de los más humildes. Chávez es hijo pródigo de este recorrido histórico de resistencias populares. Allí reside la mayor legitimidad de su mando y la razón social de su liderazgo revolucionario continental.
[...]

¹¹⁷ A primeira conferência foi, em Washington DC. (1889-1890); a segunda, na Cidade do México (1901-1902); a terceira, no Rio de Janeiro (1906); a quarta, em Buenos Aires (1910); a quinta, após um intervalo de quase 13 anos, devido sobretudo à Primeira Guerra Mundial, em Santiago, no Chile (1923); e a sexta, em Havana (1928).

La línea de distanciamiento entre el gobierno bolivariano de Venezuela y el gobierno republicano de los Estados Unidos es responsabilidad absoluta de la administración Bush (Bonilla-Molina, 2009).

Então a ideia de integração regional na região latino-americana se mostrou vigente desde 1821 (Tratado de Aliança entre Peru, Colômbia e todos os países hispano-americanos), com objetivo de emancipação e de independência política dos países latino-americanos, ainda que de forma utópica, como mostram as palavras de Bilbao (1978, p. 11-12, 25).

Pero la América vive, la América latina, sajona e indígena protesta, y se encarga de representar la causa del hombre, de renovar la fe del corazón, de producir en fin, no repeticiones más o menos teatrales de la edad media, con la jerarquía servil de la nobleza, sino la acción perpetua del ciudadano, la creación de la justicia viva en los campos de la república [...] Pero para arrancar a la conciencia de un continente sus secretos, al porvenir sus misterios, para crear nuestros destinos, la unión es necesaria; unidad de ideas por principio y la asociación como medio [...] Todo pensamiento de la América debe corresponder al desarrollo democrático del deber y del derecho. Que el hombre y los pueblos en nuestras regiones, despierten amamantados por las lecciones de la juventud inmortal de la naturaleza, sin conocer más tradiciones y recuerdos que el ruido que hace el Viejo Mundo despeñándose en sus antiguos precipicios.

Apesar de todo o esforço, a unificação nunca se concretizou, segundo Maringoni (2004):

Eu desejo, mais que qualquer um, ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riqueza que por sua liberdade e glória [...] É uma idéia grandiosa formar de todo o Novo Mundo uma só nação, com um só vínculo ligando suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma origem, uma língua, uns costumes e uma religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de formar-se. Mas não é possível porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos, características dessemelhantes dividem a América (2004, p. 201).

A rivalidade estadunidense também foi um impeditivo, conforme pontua Guedes (2015): [...] em 1889, os Estados Unidos propuseram a criação das Conferências Internacionais Americanas com a finalidade de obter supremacia no plano econômico e político. Assim,

[...] o antigo anticolonialismo foi transformado em um anti-imperialismo, uma ideia de que o país deve ser independente, sem aceitar determinações externas de nações poderosas e opressoras (Silva, 2011, p. 78).

É importante sublinhar que esses movimentos de integração, na América Latina, mostraram-se importantes para a construção de uma identidade que, embora não tivesse consenso, era bastante complexa.

Dizer que não há uma, mas várias Américas Latinas não significa afirmar que inexista uma certa comunidade de heranças, problemas e desafios entre os países que compõem esse espaço geográfico. Tanto existe que, mesmo irrealizável, por descabida, a idéia da "unidade latino-americana", a despeito de tudo, persiste viva há quase dois séculos. A questão é entender sobre que bases, valores e aspirações atuais ela pode ter vigência e desenvolver-se, na pluralidade das suas diferenças [...] Em nossa formação histórica mais remota, há pelo menos três elementos compartilhados, ainda que com "variações nacionais" significativas. Primeiro, a conquista ibérica e o transplante e adaptação para o novo mundo das instituições correspondentes, no campo da política, do direito e da religião (a igreja católica, o direito romano, o patrimonialismo, etc). Segundo, a larga duração de regimes de trabalho coercitivo impostos a amplos contingentes de nativos, bem como de cativos da África, pedra angular de sistemas de produção baseados na concentração da propriedade de ativos, a começar pela terra, e de seus rendimentos. Terceiro, após os movimentos de independência, a adoção "precoce" das instituições políticas e jurídicas do liberalismo, como parlamentos, partidos e eleições (instituições que só surgiriam na maioria dos países da Ásia no pós-guerra). (Fernando Henrique Cardoso).

Em síntese, todos esses elementos apontam para uma dificuldade no entendimento de si e da identidade enquanto latino-americano, pois a identidade é uma categoria que perpassa a autoidentificação, na qual se exige um referencial histórico e que, paralelamente, está em constante mudança e ressignificação (Hall, 2005). Segundo Bilbao (1978, p. 10),

¿Habr  tan poca conciencia de nosotros mismos, tan poca fe de los destinos de la raza Latinoamericana, que esperemos a la voluntad ajena y a un genio diferente para que organice y disponga de nuestra suerte?, ¿Hemos nacido tan desheredados de los dotes de la personalidad, que renunciemos a nuestra propia iniciativa, y sólo creamos en la extra a, hostil y aún dominadora iniciación del individualismo? No lo creo, pero ha llegado el momento de los hechos. Ha llegado el momento histórico de la unidad de la América del Sur; se abre la segunda campaña, que a la independencia conquistada, agregue la asociación de nuestros pueblos. El peligro de la independencia y la desaparición de la iniciativa de nuestra raza, es un motivo.

Em última inst ncia, "somos, em consequ ncia, um povo síntese, mesti o na carne e na alma, orgulhoso de si mesmo" (Ribeiro, 1986). O Brasil pouco compartilhou e desenvolveu essa identidade devido a suas especificidades.

O governo de Jair Bolsonaro tentou redefinir a identidade brasileira e descreveu o Brasil como conservador, antiesquerda e a favor dos militares. Esse governo distanciou o Brasil da América Latina e buscou maior intera o para com países europeus e principalmente para com os Estados Unidos, conforme expresso nas falas do próprio Jair Bolsonaro

Estou procurando o primeiro mundo, para explorar essas áreas em parceria e agregado valor. Por isso a minha aproxima o com os Estados Unidos. Por isso, eu quero uma pessoa de confiança minha na Embaixada dos Estados Unidos (Jair Bolsonaro, em entrevista, em 27 de julho de 2019).

Ontem, pela primeira vez na vida, um Presidente da República esteve na Embaixada dos Estados Unidos à noite, comemorando, que é na data de hoje, na verdade, a independência desse país irmão, os Estados Unidos. E é se aproximando, então, de todos os países do mundo sem o viés ideológico, que nós podemos, sim, colocar o Brasil no local de destaque que ele merece (Jair Bolsonaro, em discurso, em 4 de julho de 2019).

Além disso, não só houve alinhamento a líderes de extrema direita¹¹⁸ e a ditadores^{119 120 121}, como Bolsonaro chegou a convidá-los para sua posse de presidente da República¹²². Encontrou com Matteo Salvini¹²³, Bin Zayed¹²⁴, na Hungria; com Viktor

¹¹⁸"Planalto articula visita de Bolsonaro a aliados de extrema-direita na UE". Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/11/25/planalto-articula-visita-de-bolsonaro-a-aliados-de-extrema-direita-na-ue.htm>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹¹⁹"Jair Bolsonaro se reuniu com quatro ditadores no Oriente Médio". Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/2021-11-20/jair-bolsonaro-se-reuniu-com-quatro-ditadores-no-oriente-medio.html>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹²⁰"Ditador saudita virá ao Brasil a convite de Bolsonaro". Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/ditador-saudita-vira-ao-brasil-a-convite-de-bolsonaro-diz-jornal>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹²¹"Ditador saudita admirado por Bolsonaro condena pesquisadora a mais de 30 anos de prisão". Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/global/2022/8/17/ditador-saudita-admirado-por-bolsonaro-condena-pesquisadora-mais-de-30-anos-de-priso-121801.html>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹²²"Bolsonaro convida ditadores para a posse. Após desconvidar líderes de Cuba e Venezuela para a posse, Bolsonaro mantém convite aos representantes da Síria, Sudão do Sul, Eritreia, Coreia do Norte e Turcomenistão". Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-mantem-convite-para-ditadores/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹²³"Bolsonaro se encontra com Matteo Salvini, líder da extrema direita na Itália". Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-se-encontra-com-matteo-salvini-lider-da-extrema-direita-na-italia/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹²⁴"Pareciam bons amigos", diz Eduardo sobre encontro de Bolsonaro e bin Zayed". Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/11/4963247-pareciam-bons-amigos-diz-eduardo-sobre-encontro-de-bolsonaro-e-bin-zayed.html>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

Orbán^{125 126 127} e com Donald Trump^{128 129 130 131 132}. Bolsonaro também não poupou ataques aos líderes mundiais localizados mais à esquerda no espectro político ideológico. Fez piada com a esposa de Macron (França)^{133 134}, Alberto Fernández e Cristina Kirchner (Argentina)^{135 136}, pai de Bachelet (Chile)¹³⁷ e Joe Biden (Estados Unidos da América)^{138 139}.

¹²⁵"Bolsonaro se reúne com líder de extrema-direita na Hungria em aceno à base ideológica". Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/02/17/bolsonaro-se-rene-com-lder-de-extrema-direita-na-hungria-em-aceno-base-ideologica.ghtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹²⁶"Bolsonaro diz ter afinidade de visões de mundo com a Hungria". Disponível em: <<https://exame.com/brasil/bolsonaro-diz-ter-afinidade-de-visoes-de-mundo-com-a-hungria/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹²⁷"Bolsonaro chama Orbán de irmão e destaca afinidade nos costumes: "Deus, pátria e família"". Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/02/17/bolsonaro-e-orban-assinam-acordos-em-budapeste.ghtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹²⁸"Bolsonaro defende Trump e chama processo de *impeachment* de "farsa"". Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/bolsonaro-defende-trump-e-chama-acusacao-de-impeachment-de-farsa/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹²⁹"Sou ligado ao Trump": diz Bolsonaro após Congresso dos EUA ser invadido". Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/mundo/sou-ligado-ao-trump-diz-bolsonaro-apos-congresso-dos-eua-ser-invadido-0121>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹³⁰"Um ano após invasão do Congresso nos EUA, Bolsonaro mantém posição sobre tema". Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/mundo-cat/um-ano-apos-invasao-do-congresso-nos-eua-bolsonaro-mantem-posicao-sobre-o-tema/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹³¹"Pouco antes de encontro com Biden, Bolsonaro cita fraude eleitoral nos EUA". Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/pouco-antes-de-encontro-com-biden-bolsonaro-cita-fraude-eleitoral-nos-eua/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹³²"Heleno tentou convencer Bolsonaro a parabenizar Biden pela vitória". Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/heleno-tentou-convencer-bolsonaro-parabenizar-biden-pela-valoria-24743618>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹³³"Bolsonaro faz piada sobre esposa de Macron". Disponível em: <<https://istoe.com.br/bolsonaro-faz-piada-sobre-primeira-dama-da-franca/>>. Acesso em 14 out. de 2022.

¹³⁴"Bolsonaro ataca Macron e diz que ato de receber Lula na França parece ter sido provocação". Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-ataca-macron-diz-que-ato-de-receber-lula-na-franca-parece-ter-sido-provocacao-1-25291803>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹³⁵"Bolsonaro chama Fernández e Cristina Kirchner de "bandidos de esquerda"". Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/bolsonaro-chama-fernandez-e-cristina-kirchner-de-bandidos-de-esquerda/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹³⁶"Bolsonaro diz que Argentina 'escolheu mal' e que não vai parabenizar Alberto Fernández após eleição para presidente". Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/28/bolsonaro-diz-que-argentina-escolheu-mal-e-que-nao-vai-parabenizar-fernandez-apos-eleicao.ghtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹³⁷"Bolsonaro ataca pai de Bachelet, morto sob Pinochet, e defende golpe no Chile". Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/bolsonaro-ataca-pai-de-bachelet-que-foi-torturado-e-morto-pela-ditadura-pinochet.shtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹³⁸"Em discurso, Bolsonaro ameaça fazer uso de "pólvora" contra Joe Biden". Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/11/10/interna_politica.1203422/em-discurso-bolsonaro-ameaca-fazer-uso-de-polvora-contrajoe-biden.shtml>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹³⁹"Bolsonaro ataca Biden, Evo e o centro e diz que sua vida é 'uma desgraça'". Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/bolsonaro-ataca-biden-evo-e-o-centro-e-diz-que-sua-vida-e-uma-desgraca/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

Ademais, o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, culpou a China pela disseminação do novo coronavírus¹⁴⁰, e Eduardo Bolsonaro, filho de Bolsonaro, gerou crise diplomática após suas declarações sobre China¹⁴¹.

5.2 Conservadorismo

O conservadorismo pode ser definido, de acordo com Souza (2016, p. 361), como "o indivíduo ou grupo político contrário, por exemplo, à luta pela universalização dos direitos e às demandas pela radicalização da democracia". Essa corrente de pensamento está vinculada a manutenção do *status quo* do ponto de vista religioso.

Ademais, este trabalho trata o conservadorismo religioso como uma característica constitutiva da região latino-americana em razão da colonização portuguesa. Na concepção de Dussel (1993, p. 60),

[...] todo o imaginário do indígena era "demoníaco" e como tal deveria ser destruído. O método da tábula rasa era o resultado coerente, a conclusão de um argumento: como a religião indígena era demoníaca, e a europeia divina, a primeira deve ser totalmente negada e, simplesmente, começar-se de novo e radicalmente a partir da segunda iniciar o ensino religioso.

Segundo Roitman Rosenmann (2008), o Brasil tem característica conservadora desde sua constituição também devido à atuação da Instituição Católica, as quais são combinadas com outras forças, "*el concepto de orden manejado por la oligarquía emanará de los principios teológicos de construcción del universo separando voluntad divina y voluntad humana*" (2008, p. 169). Não só, tal visão parece ter sido já defendida por Bastian (1990:14 *apud* Rosenmann, 2008, p.165):

Al final del siglo XIX, el triunfo del liberalismo conservador neocorporativista y oligárquico se fundó sobre su capacidad de conciliarse con la Iglesia, dejándole la libertad de acción misma que había sido limitada por el liberalismo radical, a cambio del consenso y de la paz necesaria para el progreso. El liberalismo conservador logró con esto reconciliar provisionalmente al país real (corporativista y católico) con el país legal (una aplicación laxa de las constituciones liberales). El liberalismo radical (anticlerical y democrático), constituido en gran parte por las sociedades de ideas, pagó, con su marginación

¹⁴⁰Covid-19: Ernesto Araújo denuncia "comunavírus" e ataca OMS". Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/covid-19-ernesto-araujo-denuncia-comunavirus-ataca-oms-24387155>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁴¹Eduardo Bolsonaro culpa China por coronavírus e gera crise diplomática". Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/19/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-coronavirus-e-gera-crise-diplomatica.ghtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

política, su rechazo de la América Latina "profunda" y su búsqueda hacia una sociedad imaginaria secularizada y más igualitaria. [...] Su fracaso señala los límites del proyecto democrático alcanzado, ensayado en aquellas sociedades, sin que por ello haya podido extenderse en la mayoría de los países latinoamericanos al conjunto de la sociedad civil. El costo de la progresiva marginación de las sociedades de ideas ha sido la perduración, hasta la fecha, de una cultura política autoritaria y vertical.

Segundo Carmagnani (1982) e Roitman Rosemann (2008), as oligarquias promoveram as ideologias conservadoras fincadas nas perspectivas positivistas e o desenvolvimento, na óptica do capital estrangeiro. Assim, tudo referente à sociedade abarcava essa cosmovisão (Platón, 1986: 258). Ainda para (Roitman Rosenmann, 2008, p. 172):

el Estado, el gobierno, la sociedad civil y política coinciden con dichos principios, produciéndose una identidad entre hegemonía política oligárquica, formas de control social y explotación económica. Su concepción del mundo permea toda la estructura social y político-cultural.

Nesse sentido, as oligarquias não buscaram desenvolver a consciência social e política diversa do povo, pelo contrário, são notórias as constantes pautas conservadoras e de dominação política. Para Villazón (2015), atualmente, as forças conservadoras e evangélicas se somam na chamada "ideologias de gênero"; assim, em suas palavras:

A América Latina tem uma longa tradição de presença evangélica, mas nas últimas décadas houve um salto significativo, especialmente em sua versão pentecostal. Esse crescimento fortaleceu a sua capacidade de influência na agenda pública através de partidos evangélicos ou, mais frequentemente, por meio de associações "pró-vida" e "pró-família" (2015, p. 164).

Ressalta-se que, em 1964, ocorreu a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" e contou com um público de 500 mil pessoas, que fizeram um desfile pela praça da República até a Praça da Sé, na cidade de São Paulo (Codato & Oliveira, 2004).

Walter e Ribeiro (2020) apontam para uma mudança no comportamento dos evangélicos e católicos, a partir dos anos 80, no sentido de um novo posicionamento dessas instituições ante a sua função social e política. E Alonso confirma a defesa anterior:

A árvore ultraconservadora deu seu maior fruto agora, mas não é nova. Aufere votos desde o fim do regime militar. Enéas abriu a linhagem em 1989 e, em 1994, foi o terceiro mais votado à Presidência. Fez menos sucesso em 1998, mas seu legado frutificou em 2002, quando o evangélico Garotinho levou Deus e a pátria ao terceiro lugar, com respeitáveis 17%. Em 2006, o democrata cristão Eymael manteve acesa a chama, com um jingle inesquecível. Voltou, em 2010, ladeado por novos campeões da moral e dos bons costumes, Levy Fidelix e o Pastor Everaldo, que se reapresentaram em 2014. A trajetória eleitoral desse campo teve baixos e altos, como aliás a esquerda, mas é consistente e ininterrupta (2019, p. 54)

Bohn (2014) também elucida que, no contexto da disputa presidencial, por falta de partidos confessionais eleitoralmente expressivos, o principal fator para a determinação do papel que a religião exerce sobre o comportamento eleitoral é a mobilização sistemática de uma identidade religiosa por parte de um candidato evangélico durante a campanha. Para garantir o apoio dessas lideranças, é importante que os políticos se apresentem como defensores de valores e comportamentos que são tipicamente defendidos pelas instituições religiosas que cortejam.

Foi visto, em março de 2014, as marchas pela família, as manifestações de nacionalismo exacerbado nas ruas, e, ainda, demonstrações de ódio contra nordestinos, negros, indígenas, mulheres e LGBTs, de forma que é possível se dizer que as minorias em geral têm sido, de forma perene, atacadas desde então.

Instituições "tais como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), por exemplo, fomentam o engajamento político dos fiéis, através do endosso público de candidatos específicos e do pedido que os seus seguidores manifestem seu apoio a esses nomes nas urnas" (Bohn, 2014: 160), tal qual ocorreu em 2018 com o apoio público de Edir Macedo a Jair Bolsonaro.

Além disso, chama a atenção acerca do aspecto religioso que tem sido retomado, nos últimos tempos, pelos políticos, a exemplo de Jair Bolsonaro, que utilizou como frase de sua campanha eleitoral e em suas *lives* na *internet*, o lema: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos".

Bolsonaro foi eleito com o apoio de cerca de 70% dos eleitores evangélicos; é o maior percentual já obtido junto a esse grupo por um candidato a presidente (desde 2002, pelo menos). Ele também foi preferido entre os católicos, por uma margem menor devido a um fator regional: o Nordeste é a região do país que tem a maior proporção de católicos, e eles apoiaram majoritariamente o candidato do PT. Na região, a probabilidade de um evangélico votar em Bolsonaro foi menor do que em outras regiões (Nicolau, 2020, p. 123-124).

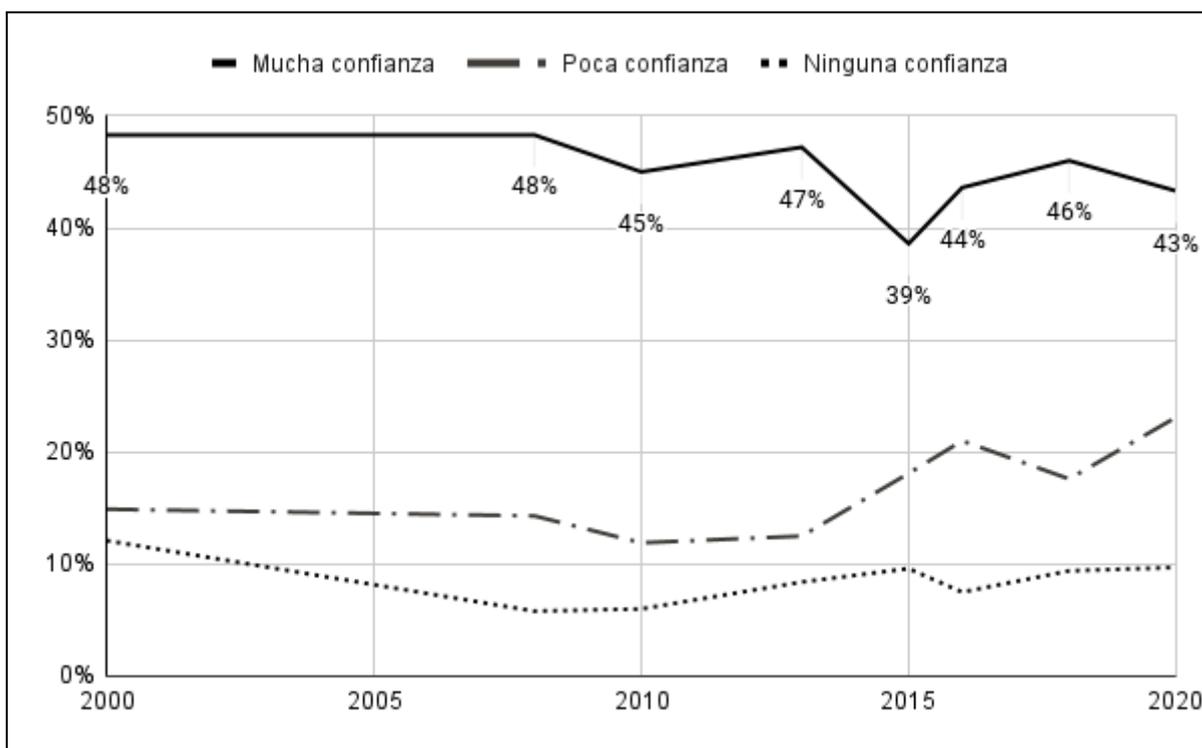
Para Sidney Chalhoub (2022), a ascensão de Bolsonaro representa a terceira reação conservadora na história do Brasil. A primeira onda foi com a Proclamação da República (1889). A segunda foi o golpe de 1964 para conter a expansão dos direitos trabalhistas em meados do século XX.

Negri e Igreja (2020) explicam que o sucesso eleitoral dos discursos e projeto ideológico naturalizam as desigualdades. Enquanto, Chauí (2016, p.53) aponta o caráter ideológico da nacionalidade: "[...] ocultar a divisão social das classes, a exploração

econômica, a dominação política e a exclusão cultural, oferecendo aos membros da sociedade o sentimento da identidade social fundada em referenciais como [...] a Nação".

A lógica do fundamentalismo religioso coloca a razão de ser do indivíduo não mais no povo, na sociedade, mas sim em Deus. A razão está em Deus e "se Deus quer, portanto, ninguém mais discute". Isso explica o alto índice de confiança nas igrejas, conforme se verifica no gráfico abaixo.

Gráfico 11 - Nível de confiança dos brasileiros nas igrejas (2000-2020)



Fonte: Latinobarómetro, 2022. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023.

O gráfico 11 expõe o alto índice de confiança, dos entrevistados brasileiros, nas igrejas católicas, ao longo dos anos de 2000 a 2020. No ano de 2015, observa-se um decréscimo (39%), contudo, o percentual da categoria de "muita confiança" não apresenta muita variação permanecendo na faixa de 43% a 48%.

Em consonância com o gráfico, a tabela 24 abaixo, do projeto *A cara da Democracia*, expõe algumas variáveis e reitera a tese de que o Brasil é um país conservador.

Tabela 24 - Posicionamentos favoráveis sobre alguns valores políticos dos brasileiros (2018-2022)

Categorias	2018	2019	2021	2022
Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo	44%	45%	48%	49%
Legalização do aborto	12%	15%	18%	16%
A prisão para mulheres que interrompem a gravidez	35%	31%	33%	32%
Redução da Maioridade Penal	81%	77%	71%	70%
A pena de morte	33%	39%	42%	41%
A descriminalização das drogas	20%	27%	27%	27%
A proibição de venda de armas de fogo	40%	49%	40%	41%
Privatizações	44%		40%	39%
Adoção de cotas raciais	37%	39%	43%	43%
Militarização das Escolas Públicas			57%	58%
Concorda com a afirmação "bandido bom é bandido morto"				62%

Fonte: A cara da democracia, 2022.

A partir da tabela 24, notam-se os elevados percentuais a respeito das temáticas de militarização de escolas públicas (com a média de 57,5%), pena de morte (com a média de 38,75%) e prisão para mulheres que caso interrompam a gravidez (com a média de 32,75%).

O conservadorismo moral e religioso estiveram presentes durante todo o percurso da história brasileira. Nesse sentido, Jair Bolsonaro centrou o seu discurso na teologia da prosperidade. De acordo com Almeida (2018, p. 32), Bolsonaro:

[...] tem sido um fator de incentivo para que os fiéis ajam com determinação na sua vida financeira, a fim de gerar estabilidade econômica para enfrentar as intempéries, além de adquirir e consumir bens materiais. Não se trata da clássica ética protestante, segundo a qual o sucesso econômico decorre de uma conduta metódica no trabalho secular estimulada por uma doutrina religiosa. Muito menos da ética da providência, como no pentecostalismo clássico das camadas mais populares, segundo a qual Deus provê aqueles que permanecem fiéis a ele nos momentos de graves necessidades materiais.

No governo de Jair Bolsonaro, observou-se a centralidade das pautas conservadoras (já expressas em seu plano de governo). A ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do Brasil (MMFDH), Damares Alves, chegou a dizer que "Menino

veste azul, menina veste rosa"¹⁴². Tal expressão é revestida de moralismo¹⁴³, autoritarismo e é, sobretudo, antidemocrática¹⁴⁴. O moralismo foi apontado por Benjamin Cowan (2019) como item essencial da direita ao longo da história

[...] a situação não é só comparável, mas diretamente relacionada. Os moralistas anticomunistas dos anos 1940, 1950, 1960, e 1970 tornaram-se a nova direita dos 1980, e juntaram-se com ainda mais aliados não só no Brasil mas também no exterior (Em entrevista ao UOL, Benjamin Cowan, 10 de março de 2019)

Ao atacar o STF e ao defender o então Deputado Federal Daniel Silveira, Bolsonaro assim declarou:

[...] hoje, 31 de março. O que aconteceu em 31? Nada. A história não registra nenhum presidente da República tendo perdido o seu mandato nesse dia. Por que então a mentira? A quem ela se presta? Todos aqui tinham direito, deputado Daniel Silveira, de ir e vir, de sair do Brasil, de trabalhar, de constituir família, de estudar, como muitos aqui estudaram naquela época. Quem esteve no governo naquela época fez a sua parte. O que seria do Brasil sem obras do governo militar? Não seria nada, seríamos uma republiqueta. Quem esteve no governo naquela época fez a sua parte. O que seria do Brasil sem obras do governo militar? Não seria nada, seríamos uma republiqueta. Temos inimigos, sim. São poucos inimigos de todos nós aqui no Brasil, poucos, e habitam essa região dos três poderes. Esses poucos podem muito, mas não podem tudo. Nós aqui temos tudo para sermos uma grande nação, para sermos exemplo para o mundo. O que que falta? Que alguns poucos não nos atrapalhem. Se não tem ideias, cale a boca! Bota a tua toga e fica aí sem encher o saco dos outros! Como atrapalham o Brasil. (Em pronunciamento oficial, Jair Bolsonaro, 31 de março de 2022).

Além disso, descobriu-se a atuação de pastores junto ao Ministério da Educação (MEC). O ex-ministro da Educação foi preso em Santos em uma operação deflagrada pela Polícia Federal. Além dele, os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura também foram presos¹⁴⁵.

Abraham Weintraub, ex-ministro do MEC, colecionou cortes de verbas da educação destinadas às universidades públicas, deixando-as sob risco de pararem^{146 147 148}

¹⁴² "Menino veste azul, menina veste rosa": uma polêmica inútil?". Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/menino-veste-azul-menina-veste-rosa/>>. Acesso em 28 de outubro de 2022.

¹⁴³ Sendo os valores progressistas, posições alinhadas com conservadorismo, legitimadas pela crença/fé e moralismo

¹⁴⁴ Entendida aqui como críticas aos direitos humanos e defesa da Ditadura militar.

¹⁴⁵ "Quem são os pastores e o ex-ministro presos em operação da Polícia Federal?". Verificar em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61903686>>. Acesso em 31 de março de 2023.

¹⁴⁶ "Cortes deixam 17 universidades federais sob risco de parar em 2022". Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2022/08/cortes-deixam-17-universidades-federais-sob-risco-de-parar-em-2022.ghtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁴⁷ "Governo Bolsonaro corta R\$ 3,2 bilhões do MEC". Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/governo-bolsonaro-corta-r-32-bilhoes-do-mec/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁴⁸ "No Brasil, corte de investimento nas universidades foi de 96% em 5 anos". Disponível em: <<https://g1.globo.com/globonews/conexao-globonews/video/no-brasil-corte-de-investimento-nas-un>>

¹⁴⁹ ¹⁵⁰, cuja gestão foi considerado a pior¹⁵¹ e sob forte indício de desvio de verba¹⁵². Fez comentários polêmicos a respeito das universidades públicas, quando as acusou de plantar maconha¹⁵³ e fabricar drogas¹⁵⁴, além de as ter considerado uma balbúrdia¹⁵⁵.

De forma geral, o brasileiro compartilha valores tradicionais e conservadores; muitos, também, possuem dificuldade em lidar com as transformações sociais contemporâneas da sociedade, as quais, em última instância, materializaram o fomento ao ódio a minorias sociais e o qual, posteriormente, ocasionou na ascensão do líder político conservador e autoritário Jair Bolsonaro.

5.3 O impacto da escravidão na cultura brasileira

A escravidão é um traço significativo na história do Brasil, cujo processo se inicia com a importação de pessoas negras africanas a serem escravizadas e a continuidade

[iversidades-foi-de-96-em-5-anos-10736437.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=organico&utm_campaign=gnews](https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/06/11/universidades-foi-de-96-em-5-anos-10736437.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=organico&utm_campaign=gnews)>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁴⁹"Em novo corte, MEC retira R\$ 220 milhões das universidades federais: "insustentável", diz reitor". Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2022/06/em-novo-corte-mec-retira-r-220-milhoes-das-universidades-federais-insustentavel-diz-reitor.ghtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁵⁰"Corte de novos professores, de auxílios e aulas ameaçadas: os impactos nas universidades e institutos federais após MEC vedar gastos com pessoal". Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/02/19/corte-novos-professores-auxilios-aulas-ameacadas-os-impactos-nas-universidades-e-institutos-federais-apos-oficio-do-mec-vedar-gastos-com-pessoal.ghtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁵¹"Gestão Bolsonaro na educação é a pior da história". Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/05/11/priscila-cruz-todos-pela-educacao-gestao-bolsonaro.htm>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁵²"TCU vê desvio de R\$ 12,2 bi da seguridade social para Educação no governo Bolsonaro". Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2022/06/tcu-ve-desvio-de-r-122-bi-da-seguridade-social-para-educacao-no-governo-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁵³"Sem provas, Weintraub diz que federais têm plantações extensivas de maconha". Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/11/22/weintraub-ha-plantacoes-extensivas-de-maconha-em-universidades-federais.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁵⁴"Ex-ministro Weintraub é condenado pela Justiça em MG por dizer que universidades fabricam drogas e cultivam maconha". Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/03/04/ex-ministro-weintraub-e-condenado-pela-justica-em-mg-por-dizer-que-universidades-fabricam-drogas-e-cultivam-maconha.ghtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁵⁵"Abraham Weintraub anuncia que MEC cortará verba de universidade por 'balbúrdia' e já mira UnB, UFF e UFBA". Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2019/04/30/mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

do preconceito para com esse grupo. A imigração forçada desses africanos, promovida pela Colônia Portuguesa, a partir do século XVI, constitui-se em uma especificidade brasileira em relação à dos demais países latino-americanos. A princípio, este trabalho concorda que

[...] a escravidão, na escala em que a conhecemos aqui, foi e continua sendo uma especificidade incontornável da história brasileira. Herdamos um contencioso pesado e estamos tendendo a perpetuá-lo no momento presente; as pesquisas mostram a discriminação estrutural vigente no país, a qual abarca [...] as áreas da educação, da saúde, chegando aos registros de moradia, transporte, nascimento e morte (Schwarcz, 2019).

A escravidão é um modo de trabalho que se adapta mais ao capital do que a servidão, não sendo acidental que as empresas coloniais diretamente conectadas com os centros capitalistas europeus - como as minas de ouro e prata do México e do Peru ou as plantações de cana no Brasil - se estabeleceram baseadas no trabalho escravo (Marini, 2000: 126-127).

Foram quase 400 anos de escravidão marcados por resistência e lutas (Marquese, 2006).

O indígena oprimido veio juntar-se o mísero africano, o qual, apesar de sua docilidade afetiva, houve que rebelar-se mais de uma vez, porque o martírio era de vencer todas as paciências e esgotar qualquer resignação. Nas Antilhas e no Brasil, esses levantes foram freqüentes, e mais de uma guerra se armou entre os escravos – índios e negros aliados – e senhores assistidos pelo Estado (Bomfim, 2008, p. 159).

Oracy Nogueira (2007) observou as diferenciações do preconceito racial no Brasil e nos Estados Unidos devido à diferenciação do *ethos* entre as duas regiões.

No Brasil, a experiência decorrente do "problema da cor" varia com a intensidade das marcas e com a maior ou menor facilidade que tenha o indivíduo de contrabalançá-las pela exibição de outras características ou condições, beleza, elegância, talento, polidez etc. [...] As expressões "grupo preto" ou "negro", "grupo branco" ou "grupo pardo", empregadas em relação ao Brasil, têm antes o sentido de conjunto de indivíduos com esta ou aquela aparência física, do que de "grupos sociais", já que estes implicam uma organização específica, não correspondendo à mera soma estatística dos indivíduos. Nos Estados Unidos, a luta do negro, como negro, seja qual for sua aparência, é, sobretudo, uma luta coletiva. As próprias conquistas individuais são vistas como verdadeiras tomadas de novas posições em nome do grupo todo (2007, p.302).

Assim, definiu que o "preconceito de marca" se refere à forma como tais características se apresentam no Brasil, ao passo que o "preconceito de origem" é à maneira pela qual essas se constituem nos Estados Unidos, isto é, a forma com que se sofre preconceito racial no Brasil é distinta da dos Estados Unidos.

A democracia pós-escravidão foi negada ao negro por meio de processos de criminalização e precarização (Du Bois, 1956). Durante muitos anos, o Brasil foi considerado um país em que havia democracia racial, contudo, na prática, nunca o foi.

Durante a campanha eleitoral do ano de 2018, foram publicados diversos vídeos de posicionamentos de Jair Bolsonaro sobre o tema raça, entre os quais estava uma entrevista sua concedida, em 2011, ao programa CQC, da TV Bandeirantes, na qual é questionado acerca das cotas raciais e como resposta se obteve:

Porque todos nós somos iguais perante a lei. [...] E não existe esse negócio de política afirmativa, não. Quem usa cota, no meu entender, está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista

No mesmo ano, no programa Roda Vida, ele manteve o mesmo posicionamento deslegitimador das pautas raciais, com questionamento do tipo: "Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém em minha vida [...] Se for ver a história realmente, os portugueses nem pisavam na África, eram os próprios negros que entregavam os escravos".

Tomando-se a questão da escravidão, conflitos e a luta racial, o Estado brasileiro, ainda que com muitas questões a serem resolvidas, obteve feitos importantes: como a criação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2011; a implementação da Lei nº 12711/2012 da política pública de cotas raciais nas universidades públicas, em 2012, tendo sido a Universidade de Brasília (UnB) pioneira; e, por fim, a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP), em 1988.

A Fundação Cultural Palmares foi criada com o objetivo de resguardar, promover e preservar os valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.

Nomeado por Roberto Alvim em novembro de 2019, o então presidente da Fundação Palmares, Sérgio Nascimento de Camargo, chegou a proferir uma sequência de discursos racistas¹⁵⁶ e sugeriu a presença de uma equipe de extrema direita na gerência do órgão: "Negros com reconhecida trajetória em políticas públicas em prol da cultura afro-brasileira", "montar uma nova equipe de extrema direita." , "Vou seguir a linha do secretário Alvim" (Camargo, em fevereiro de 2020)¹⁵⁷.

¹⁵⁶ "Negro de esquerda é escravo", diz novo presidente da fundação palmares". Disponível em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/negro-de-esquerda-e-escravo-diz-novo-presidente-da-fundacao-palmares/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁵⁷ "Sérgio Camargo, ao retornar, demite por telefone diretoria negra da Fundação Palmares". Disponível em:

Essa linha ideológica de extrema direita contou também com nomeação de ex-assessor de secretário Alvim que procurou mudar o nome da instituição¹⁵⁸ e anunciou um tipo de "selo não racista"¹⁵⁹, mas que acabou sendo demitido por apologia ao nazismo.

Além disso, promoveu censura a biografias¹⁶⁰ e homenagens¹⁶¹ a lideranças negras; não só, também minimizou as mobilizações do Dia da Consciência Negra¹⁶² chamando-os de "escória maldita"¹⁶³ e comemorou os dois anos sem diálogo¹⁶⁴. Em certa ocasião, chegou a atacar um congolês¹⁶⁵ e uma mãe de santo¹⁶⁶. Esses acontecimentos, oriundos do governo de Jair Bolsonaro, auxiliaram na percepção da consolidação da

<<https://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/sergio-camargo-ao-retornar-demite-por-telefone-di-retoria-negra-da-fundacao-palmares/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁵⁸ "Sergio Camargo quer mudar o nome da Fundação Palmares para Princesa Isabel". Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/01/sergio-camargo-quer-mudar-nome-de-fundacao-palmares-para-princesa-isabel.shtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁵⁹ "Fundação Palmares anuncia selo não racista. Presidente da fundação diz que o selo é reservado a quem, em suas palavras, é "injustamente tachado de discriminação racial" no país". Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/fundacao-palmares-anuncia-selo-nao-racista.shtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁶⁰ "Fundação Palmares censura biografias de lideranças negras históricas em seu site". Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/fundacao-palmares-censura-biografias-de-liderancas-negras-historicas-em-seu-site.shtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁶¹ "Fundação Palmares exclui 27 negros d e lista de personalidades homenageadas". Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/fundacao-palmares-exclui-27-negros-de-lista-de-personalidades-homenageadas.shtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁶² "Presidente da Fundação Palmares ironiza Dia da Consciência Negra Camargo chamou a mobilização da data de "vitimização"". Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/presidente-da-fundacao-palmares-ironiza-dia-da-conscien-cia-negra/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁶³ "Presidente da Fundação Palmares chama movimento negro de 'escória maldita' ". Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/06/02/interna_politica.1153135/presidente-fundacao-palmares-chama-movimento-negro-de-escoria-maldita.shtml>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁶⁴ "Camargo comemora 2 anos sem receber movimentos negros: "Não dialogo com escravos"". Disponível em:

<<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/11/4967028-sergio-camargo-comemora-2-anos-sem-receber-liderancas-de-movimentos-negros.html>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁶⁵ "Presidente da Fundação Palmares ataca congolês assassinado: "vagabundo". Bolsonarista, Sérgio Camargo disse que morte brutal de Moïse Kabagambe em quiosque no Rio teve relação com "selvageria no qual vivia e transitava"". Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/presidente-da-fundacao-palmares-ataca-congoles-assassinado-vag-abundo/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁶⁶ "Mãe de santo presta queixa na polícia após ser xingada por presidente da Fundação Palmares. Chamada de 'macumbeira' e 'miserável' por Sérgio Camargo, Mãe Baiana registrou ocorrência por discriminação racial e religiosa". Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/cultura/mae-de-santo-presta-queixa-na-policia-apos-ser-xingada-por-presidente-da-fundacao-palmares-24461277>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

extrema direita no Brasil, bem como reiteraram a opressão do povo negro, tradicionais e remanescentes quilombolas.

5.4 A ideia de subdesenvolvimento

O encontro entre "ideologias modernizantes" da Europa e valores tradicionais dos povos originários da América Latina resultaram em conflito, confusão e em instabilidade por durante muitos séculos. A chave para entender a América Latina está no passado (Goodwin, 1992 *apud* Feres Jr., 2009). "Na América Latina o passado colonial não é uma lembrança nostálgica mas uma realidade cruel" (Keen; Wasserman, 1988, p. 8). Assim é descrito, pelos europeu, a colonização portuguesa e o encontro com os povos originários.

Desde a imediata chegada dos portugueses ao Brasil, houve o saqueamento de produtos acrescida também da utilização da mão de obra escrava, conforme já pontuado neste trabalho. Não só isso, houve ainda uma naturalização da exploração. Os Estados Unidos se constituíram como referência por conta da sua organização política, econômica moderna, e o intervencionismo estatal passou a ser uma característica latino-americana.

A Europa e os Estados Unidos adotaram políticas para aumentar a acumulação de capital, o investimento e para promover os valores empresariais. Com críticas, o europeu é descrito por Bilbao como racional.

Se puede decir, sin temor de asentar una paradoja, que el hombre de Europa, se convierte en instrumento, en función, en máquina, o en elemento fragmentario de una máquina. Se ven cerebros y no almas; se ven inteligencias y no ciudadanos, se ven brazos y no humanidad; reyes, emperadores y no pueblos, se ven masas y no soberanías; se ven súbditos y lacayos por un lado y no soberanos. El principio de la división del trabajo, exagerado, y transportado de la economía política a la sociabilidad, ha dividido la indivisible personalidad del hombre, ha aumentado el poder y las riquezas materiales, y disminuido el poder y las riquezas de la moralidad (1978, p. 19).

Foi construída a ideia de que todos os países da "periferia do centro do sistema" deveriam participar do sistema capitalista e progressista da Europa Ocidental.

Essa civilização cristã da América central e meridional chama hoje nossa justiça para lhe salvar, ela requer por todas suas vozes o mecenato de nosso direito público; ela reclama também sua entrada no concerto europeu, e a garantia de sua autonomia ameaçada pela invasão (Belly, 1856, p. 154).

Os países do Terceiro Mundo deveriam se manter inferiores, conforme aponta Bilbao (1978, p. 15-17).

Aislados del universo, sin más luz que la que permitía el cementerio del Escorial, sin más voz humana que la de obediencia ciega, pronunciada por la milicia del Papa, los frailes, y la milicia del rey, los soldados, tal fue nuestra educación. En silencio crecíamos, con espanto nos mirábamos. Extendieron una piedra funeral sobre el continente, y sobre ella pusieron el peso de diez y ocho siglos de servidumbre y decadencia. Y a pesar de eso, hubo palabra, hubo luz en las entrañas del dolor; y rompimos la piedra sepulcral, y hundimos esos siglos en el sepulcro de los siglos que nos habían destinado. Tal fue el arranque, tal fue la inspiración o revelación de la república. Con tales antecedentes, este resultado merece ser colocado en la balanza con la América del Norte. En seguida hemos tenido que organizarlo todo. Hemos tenido que consagrar la soberanía del pueblo en las entrañas de la educación teocrática. Hemos tenido que luchar contra el sable infecundo, que infatuado con sus triunfos, creyó encontrar los títulos de legislador en su tajante acero. Hemos tenido que despertar a las masas a riesgo de ser sofocados con la fatalidad de su peso, para iniciarlas en la vida nueva dándoles la soberanía del su fragio. Hemos hecho desaparecer la esclavitud de todas las Repúblicas del Sur, nosotros los pobres, y vosotros los felices y los ricos no lo habéis hecho; hemos incorporado e incorporamos a las razas primitivas, formando en el Perú la casi totalidad de la nación, porque las creemos nuestra sangre y nuestra carne, y vosotros las extermináis jesuíticamente. Vive en nuestras regiones algo de esa antigua humanidad y hospitalidad divinas; en nuestros pechos hay espacio para el amor del género humano. No hemos perdido la tradición de la espiritualidad del destino del hombre. Creemos y amamos todo lo que une; preferimos lo social a lo individual, la belleza a la riqueza, la justicia al poder, el arte al comercio, la poesía a la industria, la filosofía a los textos, el espíritu puro al cálculo, el deber al interés. Somos de aquellos que creemos ver en el arte, en el entusiasmo por lo bello, independientemente de sus resultados, y en la filosofía, los resplandores del bien soberano. No vemos en la tierra, ni en los gozes de la tierra el fin definitivo del hombre; y el negro, el indio, el desheredado, el infeliz, el débil, encuentra en nosotros el respeto que se debe al título y a la dignidad del ser humano. He ahí lo que los republicanos de la América del Sur se atreven a colocar en la balanza, al lado del orgullo, de las riquezas y del poder de la América del Norte. Pero nuestra inferioridad es latente. Es necesario desarrollarla. La del norte es presente y se desarrolla. Esto quiere decir que el tiempo golpea nuestras fronteras para llamar las nacionalidades a la acción.

O crescimento econômico na maioria dos países não correspondia às expectativas, e as desigualdades sociais raramente foram reduzidas. Com o passar do tempo, as ditaduras militares se tornaram comuns na região latino-americana. Nesse sentido, surgiram teorias tentando explicar esse momento por qual atravessava a América Latina.

O principal argumento da teoria da modernização consiste na ideia de que a modernização de um país está diretamente correlacionada à industrialização (Inglehart e Welzel, 2009), ou seja, segundo Inglehart e Wetzel (2009),

[...] economic development is conducive to democracy insofar as it, first, creates a large, educated, and articulate middle class of people who are accustomed to

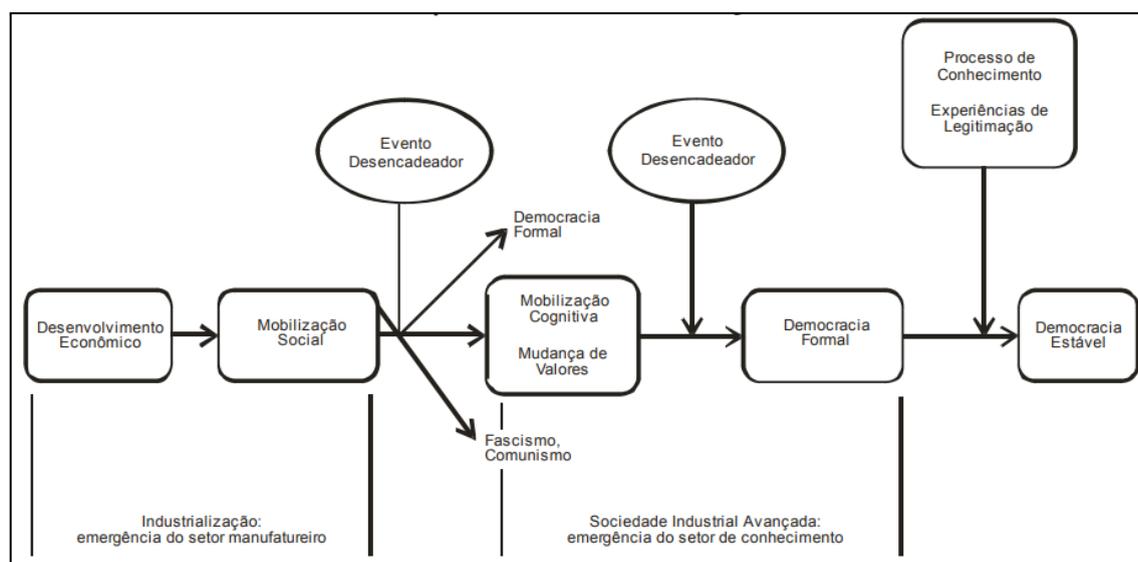
thinking for themselves and, second, transforms people's values and motivations (Idem, p. 41, 2009).

O desenvolvimento econômico evidente na urbanização, na industrialização, na riqueza e afins está diretamente associado, em algum grau, à democracia (Lipset, 1959). Complementarmente, conforme sugerem Cuaresma e Oberdabernig (2014), os níveis de educação, a desigualdade educacional e a estrutura demográfica também são aspectos significativos para a qualidade da democracia.

Em resumo, as condições, as evidentes mudanças sociais e o desenvolvimento econômico de um país impactam diretamente a cultura democrática e a democracia (Barro, 1999; Fiorino E Ricciuti, 2007; Mainwaring E Pérez-Liñán, 2003; Przeworski E Limongi, 1997; Przeworski, Alvarez, Cheibub E Limongi, 2000).

Em síntese, a figura abaixo equivale à tese de que o desenvolvimento da sociedade industrial tem uma tendência a tornar mais prováveis as instituições políticas democráticas.

Figura 8 - O processo de democratização para Inglehart



Fonte: Inglehart, 1993

Para Inglehart e Welzel (2009), a modernização não é um processo linear, porque seu desdobramento perpassa, a todo momento, por obstáculos e interesses, assim, cada fase da modernização traz mudanças distintas na visão de mundo das pessoas.

Os autores enfatizam que esse processo não é determinístico para avaliação da qualidade da democracia, pois os fatores econômicos não são os únicos que influenciam na

cultura democrática. Além disso, as mudanças trazidas da modernização não são irreversíveis, uma vez que colapsos e recessões econômicas as podem reverter.

A teoria da modernização explica o subdesenvolvimento de alguns países em aspectos culturais e psicológicos. Então, as sociedades tradicionais, com assistência e intervenção adequada (nos níveis culturais, econômicos e militares) dos países modernos, podem adotar práticas modernas e logo se desenvolverem industrialmente. Parte-se do conceito de que a modernização foi iniciada na Europa, principalmente com a Revolução Industrial (1760–1820), Revolução Francesa (1789–1799) e com as Revoluções dos Povos (1848)¹⁶⁷.

O'Donnell (1978) refuta o argumento de Inglehart, apontando que o desenvolvimento econômico pode levar à ascensão governos autoritários, nos países em que o capitalismo não se encontra em um estágio mais avançado. Nas décadas de 1960 e 1970, os regimes democráticos na América Latina foram substituídos por regimes autoritários, como no caso do Brasil, Argentina e Chile.

Então, a industrialização aparecia como o carrochefe da modernidade que os latino-americanos ainda não haviam atingido. Ao mesmo tempo, esse processo deveria ser dirigido pelo Estado, tendo como companheiro a burguesia nacional. É notável que, apesar de que tal foi uma promessa não cumprida, América Latina conseguiu crescer a taxas de 7% ao ano. Porém, crescimento não significou industrialização. O resultado foi que a América Latina chegou às décadas de 1980 e 1990 não industrializada, mas endividada, com altas taxas de desemprego, inflação; aumento dos níveis de pobreza e com a diminuição do crescimento do produto interno bruto (PIB). Essas décadas certamente foram “décadas perdidas”. Para tanto, não é de estranhar que, hoje, na América Latina, quase metade da população viva abaixo da linha da pobreza, isto é, vivendo com menos de dois dólares por dia (Villa, 2009, p. 71).

A tese da industrialização associada à modernização, conforme elaborado e proposto, não vigorou na região latino-americana por conta de suas especificidades.

A Escola da Dependência é mais uma corrente teórica na qual se buscou oferecer uma interpretação da dinâmica socioeconômica entre os países hegemônicos (considerados os países da América do Norte e Europa Ocidental) e países periféricos (são os países da América Latina e África). Quem melhor parece compreender isso é Santos (2018) e explica que:

[...] se a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento eram o resultado da superação do domínio colonial e do aparecimento de burguesias locais desejosas de encontrar o seu caminho de participação na expansão do capitalismo mundial; a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960,

¹⁶⁷ Cabe ressaltar que essa teoria é diferente da teoria da modernidade (Dussel, 1993; Mignolo, 2000; Quijano, 2000; Garcés, 2007; Walsh, 2007) visão de uma modernidade única: a modernidade europeia. Desconsidera-se a diversidade de multiplicidade de modernidade.

representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização (dos Santos, 2018, p. 18).

A concepção é de que a implementação das políticas econômicas ao estilo europeu e americano não levariam a políticas econômicas e políticas adequadas ao desenvolvimento, mas sim a um subdesenvolvimento. Assim, a denominação de "atraso" é fruto da divisão internacional do trabalho e da relação do capitalismo mundial de dependência, conforme observa Marini (2000: 109):

[...] as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe.

Então, o sentido é de que a dependência se trata de um fenômeno histórico de subordinação dentro do sistema capitalista no qual suas raízes se originam na expansão econômica da Europa (Frank, 1981):

- A conquista colocou toda a América Latina na posição de subordinação e dependência econômica, colonial e neocolonial.
- A relação colonial e neocolonial transformou a estrutura econômica, de classes e de cultura, fazendo com que essa estrutura nacional se transformasse como dependência na forma de colonização.

A estrutura colonial implantou uma economia de exportação ultraexploradora. Já a agrária, foi, então, condicionada por um capitalismo estrangeiro, em outras palavras, para que se exportassem as matérias primas da região latino-americana e se importassem as mercadorias, a metrópole teria de estimular as construções de portos, ferrovias e outros serviços públicos.

Ademais, a dinâmica interna das colônias não buscou sair da lógica de exploração. Internamente, os oligarcas (donos de fazendas) dominavam os produtos e meios de produção, logo o poder estava ligado à posse de terras e, assim, as famílias não só se perpetuavam no poder, como passavam as terras para os seus sucessores.

Para essa corrente de pensamento, em vez de se resolverem os problemas do subdesenvolvimento latino-americano, o capitalismo foi visto como a causa do subdesenvolvimento. A solução para a resolução da desigualdade entre os países do centro e da periferia era sair da rede capitalista (Bambirra, Joseph Love; 1990).

Os desdobramentos, os acontecimentos econômicos e políticos nas nações periféricas eram quase inteiramente determinados por forças externas, sobretudo, pelo capitalismo internacional; e, enquanto, o capitalismo global persistia no desenvolvimento econômico, aprofundar-se-ia o autoritarismo e a desigualdade social na América Latina.

Ademais, a teoria dependentista considera que o desenvolvimento não pode ser alcançado na América Latina em razão da dependência estrutural em que foi condicionada desde o Período Colonial.

Atualmente, a estrutura agrária latino-americana está intimamente ligada às transformações do mercado internacional. Então, o imperialismo é uma categoria que auxilia na análise da explicação do desenvolvimento da agricultura capitalista na América Latina.

[...] uma das características da sociedade dependente é o considerável grau de autonomia relativa de que goza ali o Estado. Fundamentalmente, isso deriva de uma lei geral da sociedade capitalista, segundo a qual a autonomia relativa do Estado está em razão inversa da capacidade da burguesia para levar a cabo sua dominação de classe; em outras palavras, um Estado capitalista forte é sempre a contrapartida de uma burguesia débil. (Marini, 1977, p. 76).

Contemporaneamente, é possível se afirmar que o Estado do século XX é oligárquico e liberal, o mesmo que inviabiliza as demandas sociais. Este trabalho parte do pressuposto de que o Estado deve ser relevante para a construção dos direitos dos cidadãos.

Busca-se, portanto, esvaziar o Estado, por meio de privatizações, por exemplo, ao mesmo tempo em que a democracia não apenas é muito restrita, bem como é restringida à sociedade. Dessa forma, houve a efetivação do não desenvolvimento de projeto de desenvolvimento nacional autônomo.

Os recursos brasileiros continuam fortalecendo as nações do "centro do sistema" na forma de lucro revertidos às sedes das multinacionais e por meio do endividamento das nações tidas como "periféricas", pois a modernização dessas se realizou mediante empréstimos tomados no exterior, isto é, Estados Unidos e Europa. Então:

[...] atualmente, o processo de globalização da economia capitalista industrial reforça as desigualdades estruturais entre países industrialmente desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou, como são chamados hoje, os países em "vias de desenvolvimento" (Paiva et al. 2017, p. 27).

A América Latina caminha para se transformar em uma oligarquia de caráter neoliberal. O indivíduo para ser considerado moderno, no século XX, significa não ter relações trabalhistas, visa relações de cunho neoliberal (como motorista de aplicativo da Uber) e com redução estatal (defesa de privatizações).

Nesta mesma lógica, o governo de Jair Bolsonaro foi constituído, tendo em vista a ideologia neoliberal. Um exemplo dessa mentalidade é Luciano Hang, que apoiou o governo de Jair Bolsonaro, cuja personalidade foi relevante, já que se encontrava apoiado no discurso meritocrático do *self-made man* da centralidade do trabalho e esforços individuais (Drolet, 2014; Hawley, 2017, Urban, 2014); o Estado, portanto, gera necessariamente despesa.

O governo de Jair Bolsonaro é marcado fundamentalmente pela *aporofobia*, cujo significado é rejeição e punição ao pobre (Cohn, 2020); também é notória a estratégia do negacionismo, como política — que se tornou mais evidente na ausência do combate à Covid-19^{168 169} —, a utilização de políticas neoliberais para a gestão da vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social (Duarte, 2020) e a ruptura gradual, e quase imperceptível, de programas sociais, além de sua associação com a democracia (Cohn, 2020; Duarte, 2020; Duarte; Cesar, 2020); nas palavras de Cohn (2020):

O traço maquiavélico que marca esse período de transição entre 2016 e o pesadelo que se inicia em 2019 para a área social é que o formato das políticas e programas sociais continuaram como tais, embora progressivamente desidratados e tendo pervertidos seu conteúdo social até então vigente [...] Esvazia-se o SUS com restrição de recursos e de contratação de pessoal e enxugamento de programas, porém seu arcabouço institucional continua o mesmo, utilizando-se a tática de um ninho vazio. Tem início na área social a privatização da gestão dos serviços sociais por meio da aceleração de contratações de instituições públicas de direito privado, que significam a privatização da gestão pública estatal pela racionalidade privada (2020, p. 155).

O governo Bolsonaro finca a perspectiva do Estado como um gerente de empresa, cujo papel é garantir não somente o devido funcionamento da economia, senão ainda ações que devem ser julgadas a partir de critérios econômicos. Assim, é frequente o

¹⁶⁸ "Bolsonaro diz que Brasil "não será cobaia" da vacina chinesa". Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/bolsonaro-diz-que-brasil-nao-sera-cobaia-da-vacina-chinesa/>>. Acesso em 24 de outubro de 2022.

¹⁶⁹ ""Virar jacaré"; "Ô imbecil, eu já tive o vírus, para que tomar vacina?"; "O que é pior, mexer no sistema imunológico das pessoas". Durante evento na Bahia, presidente reitera que não se vacinará contra a covid-19 e desdenha das pessoas que dizem que ele está dando mau exemplo". Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/12/4895582-bolsonaro-o-imbecil-eu-ja-tive-o-irus-para-que-tomar-vacina.html>>. Acesso em 24 de outubro de 2022.

uso da metáfora "parasita" para se referir aos servidores públicos e aos grupos marginalizados, como pobres, beneficiários de programas sociais, mulheres, negros e nordestinos¹⁷⁰; em 2018, enquanto candidato à presidência da República, quando perguntado sobre ações afirmativa, Jair Bolsonaro disse:

[...] não devemos ter castas especiais por questão de cor de pele, por opção sexual, seja lá por região, seja lá o que for. Somos todos iguais perante a lei, somos um só povo, embaixo de uma só bandeira, um só coração verde e amarelo, e quem se empenhar e se dedicar pelo mérito logicamente terá uma vida mais tranquila do que aquele que resolveu não dedicar o seu tempo de jovem a isso aí (em conversa com a revista Veja).

Embora Jair Bolsonaro defendesse a ideia de que a mamata havia acabado, ele apresentou comportamentos diferentes daqueles de que parece ter defendido outrora a respeito dos gastos da presidência¹⁷¹. No caso do uso de cartão corporativo^{172 173 174}, Bolsonaro, se comparado ao uso nos governos Dilma e Temer, teve mais gastos¹⁷⁵, fato que ficou sob cautela por parte Tribunal de Contas da União (TCU)¹⁷⁶ e dos deputados¹⁷⁷. Além

¹⁷⁰ ""Tudo é coitadismo", diz Bolsonaro sobre negros, mulheres e nordestinos". Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/tudo-e-coitadismo-diz-bolsonaro-sobre-negros-mulheres-e-nordes-tinos/>>. Acesso em 2 de abril de 2022.

¹⁷¹"Gastos com cartão corporativo da Presidência são os mais altos dos últimos oito anos". Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/12/gastos-com-cartao-corporativo-da-presidencia-sao-os-mais-altos-dos-ultimos-oito-anos.ghtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁷²"Com Bolsonaro, Presidência eleva em 16% gasto com cartão corporativo". Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,presidencia-eleva-em-16-gasto-com-cartao-corporativo,70002744787>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁷³"Bolsonaro já gastou mais com cartão corporativo do que gestão anterior". Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-ja-gastou-mais-com-cartao-corporativo-do-que-gestao-anterior-25373185>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁷⁴"Bolsonaro gasta R\$ 4,2 milhões em cartão corporativo em 35 dias". Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/05/06/gasto-r-42-milhoes-bolsonaro-cartao-corporativo-presidencia-35-dias.htm?utm_source=twitter&utm_medium=social-media&utm_content=geral&utm_campaign=noticias>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁷⁵"Em 3 anos, Bolsonaro gastou 20% a mais em cartão corporativo que gestão Dilma-Temer". Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/em-3-anos-bolsonaro-gastou-20-a-mais-com-cartao-corporativo-que-gestao-dilma-temer/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁷⁶Auditoria do TCU aponta que Bolsonaro gastou R\$ 21 milhões no cartão corporativo". Disponível em: <<https://oantagonista.uol.com.br/brasil/auditoria-do-tcu-aponta-que-bolsonaro-gastou-r-21-milhoes-no-cartao-corporativo/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁷⁷"Deputado aponta gastos duplicados no cartão corporativo de Bolsonaro e decide acionar o TCU". Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/deputado-aponta-gastos-duplicados-no-cartao-corporativo-de-bolsonaro-e-decide-acionar-o-tcu/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

disso, as suas manifestações¹⁷⁸ e férias^{179 180 181} também oneraram os cofres públicos e, não ironicamente, seu trabalho foi comparado ao desempenho de um estagiário¹⁸².

Para além disso, com muita frequência, Bolsonaro afirmava ter montado pela primeira vez no Brasil uma equipe completamente técnica para o seu governo, ou seja, que não teria havido indicação partidária ou viés ideológico, a exemplo do economista Paulo Guedes, que, por sua vez, era considerado referência por ter sido um *Chicago Boys*.

Por fim, cabe ressaltar a redução estatal que seu governo promoveu, conforme exposto em seu relatório:

Reduzimos cargos, reduzimos os ministérios. Priorizamos nomeações técnicas nas áreas técnicas. E entregamos muito mais do que nos anteriores. Extinguimos aproximadamente 90 mil cargos e funções na Administração Federal por decreto. Em 2019, foram extintos 64.527 cargos. Em 2020, 21.369. Em, 2021 6.377. Estimamos uma economia de R\$ 867 milhões por ano com a redução dos cargos. Reduzimos os ministérios. Nomeações técnicas nas áreas técnicas, em todos os escalões. Acabamos com a cultura de nomeações meramente políticas em áreas técnicas.

Segundo Lotta, Gabriela Spanghero et al. (2023), apesar das tentativas do governo Bolsonaro de argumentar sobre o impacto negativo da burocracia brasileira, as instituições públicas foram enfraquecidas e seus funcionários enfrentaram grandes desafios para desempenhar suas funções diárias.

Ao longo do mandato do presidente Jair Bolsonaro, foi observada a diminuição do quadro de funcionários nas instituições públicas, de forma que houve sobrecarga de trabalho para aqueles que permaneceram. A falta de investimento em realizações de concursos públicos e na qualificação profissional impactou negativamente a qualidade dos serviços prestados e a eficiência dos processos internos.

¹⁷⁸"Motociata com Bolsonaro nesta sexta deve custar ao menos R\$ 1 milhão aos cofres públicos". Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/bolsonaro-enforca-dias-uteis-e-faz-do-lazer-uma-rotina-em-governo-mal-avaliado.shtml>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁷⁹"Férias de Bolsonaro custaram R\$ 2,4 milhões aos cofres públicos, diz governo". Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/despesas-custos-ferias-de-bolsonaro/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁸⁰"Férias de fim de ano de Bolsonaro custaram R\$ 900 mil". Disponível em: <<https://oantagonista.uol.com.br/brasil/ferias-de-fim-de-ano-de-bolsonaro-custaram-r-900-mil/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁸¹"Carnaval de Bolsonaro no litoral de São Paulo custou R\$ 783 mil". Disponível em: <<https://oantagonista.uol.com.br/brasil/carnaval-de-bolsonaro-no-litoral-de-sao-paulo-custou-r-783-mil/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹⁸²"Bolsonaro trabalha 20% a menos do que um estagiário, afirma estudo". Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2022-04-26/bolsonaro-trabalho-estagiario-estudo-folgas.html>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

Além do assédio institucional a servidores, houve esvaziamento do serviço público e também uma fragilização das estruturas das instituições públicas. A falta de recursos financeiros e a falta de autonomia para a tomada de decisões comprometeram a capacidade dessas entidades de exercerem suas funções de forma adequada.

Com isso à vista, os investimentos em contratações, qualificação profissional e modernização das estruturas, que são fundamentais para se garantir um serviço público de qualidade e atender às demandas da sociedade de forma mais eficiente possível, foram comprometidos.

5.5 Autoritarismo

Esse trabalho entende o autoritarismo como "instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica" (Gramsci, 2011, P. 324; Santos, 1978; 1988) e como a restrição à mobilização das massas (Fausto, 2001).

Norris e Inglehart (2019, p. 71) definem os valores autoritários em três aspectos:

- Consenso dos costumes tradicionais;
- Segurança e proteção do grupo contra riscos no qual se justifica a coação e a agressão a estranhos; e
- Completa lealdade ao grupo e aos seus líderes

O autoritarismo pode ainda ser analisado em três grandes óticas: (i) a estrutura dos sistemas políticos, (ii) as disposições psicológicas a respeito do poder e (iii) as ideologias políticas (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1986). Na tipologia dos sistemas políticos, configura-se como autoritarismo a concentração do poder político em um único indivíduo ou em um único órgão e que secundariza as instituições representativas e o consenso.

No sentido psicológico, o autoritário é descrito como uma personalidade de atitudes que buscam adular aqueles que detêm o poder e a tratar com arrogância os inferiores hierárquicos, isto é, aqueles que não possuem poder e força.

Já as ideologias autoritárias são marcadas pelo princípio hierárquico e pela promulgação de regimes autoritários. A arbitrariedades, o enfraquecimento das instituições

jurídicas, a agressividade à oposição, o controle de pensamento, a censura e métodos de controle político e social são os demais elementos presentes nessa ideologia.

Essas definições e caracterizações não explicam o autoritarismo em sua totalidade, já que se trata de uma ideologia complexa, ambígua e

[...] ainda que como tipo puro constitua a forma mais plena de poder socialmente reconhecido e aceito como legítimo, na realidade da vida social e política, a Autoridade é muitas vezes contaminada e apresenta, sob vários aspectos, uma característica de ambigüidade. Ela pode ser geradora de violência, na medida em que a crença na legitimidade de alguns consente o emprego da força em relação a outros; pode ser "falsa" na medida em que a crença na legitimidade não é uma fonte mas uma conseqüência psicológica, que tende a esconder ou a deformar; pode ser apenas "aparente", na medida em que o titular legítimo do poder não detém o poder efetivo; e pode transformar-se em autoritarismo, na medida em que a legitimidade é contestada e a pretensão do governante em mandar se torna, aos olhos dos subordinados, uma pretensão arbitrária de mando (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1986).

Nesses termos, a Itália Fascista (1922 - 1943), a Alemanha Nazista (1933 - 1945) e a Era Stálin na União Soviética (1927 - 1953) são referências de regimes autoritários (Arendt, 1998).

Na visão da autora (1989), para o estabelecimento de um regime totalitário, é fundamental a disseminação do terror e da construção de um inimigo. Neste sentido, a ideologia do Partido Nazista é semelhante ao nacionalismo da União Soviética e tem a antidemocracia como característica: "[...] o bolchevismo e o fascismo (ou nazismo) estão ligados por um fio duplo, o segundo sendo a inversão do primeiro, e a reação que segue à ação, a revolução contra, mas sempre revolução, a catástrofe após a catástrofe" (Bobbio, p. 55, 1995).

Para os autores Ruy Mauro Marini, Augusto Cueva e Theotonio dos Santos (1978), o fascismo europeu e latino-americano são distintos, porque a contrarrevolução latino-americana é uma característica particular ao fascismo "o discurso ideológico de defesa da democracia burguesa, isto é, dizer, do estado burguês, em oposição à sua negação, tal como os movimentos fascistas" (1978:19). Marini (1978) explica que:

[...] em suma, o Estado de contrainsurgência é o Estado corporativo da burguesia monopolista e as Forças Armadas, independentemente da forma assumida por esse Estado, isto é, independentemente do regime político vigente. O Estado apresenta semelhanças formais com o Estado fascista, assim como com outros tipos de Estado capitalista, mas sua especificidade está em sua essência corporativa peculiar e na estrutura e funcionamento que são gerados lá. Chamar isso de fascista não nos leva um passo à frente na compreensão do seu significado (Idem, 1978:19).

Bertonha (2011:64-65) aponta que, ao notar os vínculos de *parentesco* entre fascistas, nazistas e integralistas, poderia se atribuir o nome de "fascista" ao integralismo, trazendo consigo os efeitos políticos advindos com ele. A conclusão de alguns autores acerca desses vínculos é que se poderia classificar o integralismo, na noção conceitual, como uma forma de fascismo; no que diz respeito à ideologia, seria mais próxima ao fascismo italiano e mais distante do nazismo.

O Integralismo foi lançado com o Manifesto 7 de Outubro, no ano de 1932 (Coelho, 2006:2). Visando o progresso enquanto nação, de acordo com as diretrizes da educação integralista, o indivíduo era submetido à hierarquização aos moldes militares devendo ele plena obediência e fidelidade aos seus superiores, conforme, previamente, estava estabelecido pela Ação Integralista Brasileira — AIB, como exigência moral de que "só sabe mandar quem sabe obedecer" (Silvério, 2012).

A educação cívica para os militares era o exercício do patriotismo para o aperfeiçoamento físico, moral e intelectual da raça. A educação física deveria estar voltada para a eugenia, assim como a educação cívica deveria fazer o saneamento moral, pois a "formação do caráter é mais preciosa do que a do corpo ou da inteligência" (Capanema *apud* Horta, 1994, p. 155).

Plínio (*apud* Coelho, 2006:4) propõe que o Integralismo tem o papel de disseminação de conhecimentos ditos por ele imperativas à constituição de "uma consciência nacional esclarecida e subordinada aos imperativos espirituais e cívicos, sem os quaes não se concebe a grandeza de uma Pátria; é escola de disciplina, de hierarquia; é centro cultural de virtudes individuais à construção do Todo Nacional".

Já com a implantação do Estado Novo, os partidos políticos foram extintos e, em seguida, ocorreu uma tentativa de tomada de poder por parte dos integralistas, em maio de 1938, mas que tão logo sofreram uma derrota (Santos, 2012:140).

De acordo com Santos (2012: 128), o Estado Novo foi no Brasil um período (entre 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945) de governo ditatorial liderado por Getúlio Vargas. Ele já tinha tido lugar como representante temporário em 1930, e, posteriormente, esteve no governo entre 1951 a 1954.

Santos (2012) expõe que distintos intelectuais demonstraram conexão entre os regimes autoritários na Europa e o governo Vargas, desse modo podendo ser ele caracterizado como fascista, "caracterizar o Estado Novo como uma expressão do fascismo"(p. 138).

Conforme Oliveira, Velloso & Gomes (*apud* Santos 2012:138), no período do Estado Novo, via-se pelo mundo outros tipos de "formações políticas autoritárias", entre elas, na Itália, se tinha Mussolini (1923); Hitler, na Alemanha, com a elevação à Chancelaria (1933); Salazar, em Portugal, em 1929, e Espanha, em Guerra Civil (1936-1939).

Havia a oposição por parte dos comunistas ao Estado Novo, cuja figura mais conhecida foi Luís Carlos Prestes — presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL) que reunia correntes antifascistas. Contudo, a ANL foi declarada ilegal sendo derrotada em suas insurreições, o que corroborou para o crescimento do poder de Vargas (Santos, 2012:140).

O golpe varguista de 1937, de acordo com o embaixador português, no Rio de Janeiro, tinha o objetivo de perpetuar Vargas no comando e manter longe os seus inimigos, em outras palavras, o exército e o integralismo (Bertonha, 2011:71). Para o embaixador, a nova Constituição trazia em si ideias integralistas, no entanto, focava em enfatizar o poder do presidente.

O autoritarismo é uma característica persistente na história da região latino-americana; mais recentemente, no Brasil, pode-se citar o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937 - 1945), Ditadura Civil-Militar (1964 - 1985) e o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019 - 2022), o qual possuía diversas associações de seu mandato às marcas autoritárias (Avritzer E Rennó, 2021; Chaguri E Amaral, 2021; Souza, 2021)¹⁸³.

O Estado de exceção com utilização sistemática do terror no Brasil 1964-1985 foi fascismo dependente. No fascismo latino-americano, também há hegemonia do capital, mas de maneira bastante distinta da dos países de capitalismo central da época entre 1910 a 1940 (Santos, 1991). Na perspectiva de O'Donnell (1973), o autoritarismo surgiu de modo mais significativo nos países com maior avanço industrial: Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e México.

Além do próprio presidente e suas políticas de governo, seus ministros colecionam manifestações que expressavam os mesmos valores e posicionamentos. Por exemplo, o Ministro da Economia Paulo Guedes, em 2019, deu a entender que não se descartaria a possibilidade da implementação de um AI-5¹⁸⁴.

¹⁸³ Como, por exemplo, reiteradamente questionou a lisura da contagem dos votos do sistema eleitoral brasileiro.

¹⁸⁴ “Paulo Guedes repete ameaça de AI-5 e reforça investida radical do Governo Bolsonaro”.

Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html>. Acesso em 26 de maio de 2022.

Em 2020, o ex-secretário de Cultura, Roberto Alvim, fez um pronunciamento, em suas redes sociais, semelhante ao de um ministro da Propaganda da Alemanha Nazista, Joseph Goebbels¹⁸⁵. Após muita repercussão negativa, Alvim foi demitido.

A proposta integralista educacional era fundamentada pela doutrina Sigma: Deus, Pátria e Família, assim como foi possível se ver no Governo Federal de Jair Bolsonaro; e Distrital, de Ibaneis Rocha, no qual estiveram presentes, no âmbito das escolas públicas, o autoritarismo que se manifesta pelo princípio da ordem, a obediência, o civismo, o nacionalismo e o anticomunismo promovidos pela militarização as escolas públicas.

De acordo com Avritzer (2019), "observamos no Brasil um processo contínuo de degradação institucional semelhante àquele discutido e descrito por Levitsky e Ziblatt" (2019, p. 12).

Sobretudo, a gestão do governo Bolsonaro, discursos e atuação possuem valores associados do nazismo¹⁸⁶, que também foram reconhecidas por seus pares políticos:

Bolsonaro copia o nazismo: na mentira, militarização, culpar a esquerda pelos fracassos, perseguir minorias e agora aplaude o extermínio e a matança. O que faz PRF em operações de fuzilamento no RJ e execuções com gás em SE? Os nazistas não passarão (Renan Calheiros, via twitter, 26 de maio de 2022)¹⁸⁷

A atual extrema direita encontrou nas redes sociais um campo fértil para a sua proliferação (Lucini; Konageski, 2021, Brugnago, F.; Chaia, 2015), a qual foi muito contribuída pelo contexto de sociedade do espetáculo¹⁸⁸. Então, normalizou-se a propagação da antipolítica que foi fomentada principalmente pela polarização política. Nas palavras de Avritzer (2020, p. 25):

[...] a antipolítica é a reação à ideia de que instituições e representantes eleitos devem discutir, negociar e processar respostas a temas em debate no país. a

¹⁸⁵ "Secretário da Cultura de Bolsonaro imita fala de nazista Goebbels e é demitido". Disponível em:

<<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html>>. Acesso em 25 de maio de 2022.

¹⁸⁶ Destaca-se que apesar de Bolsonaro e seu governo serem constantemente comparados ao regime nazista, há exemplos latino-americanos que se aproximam dos mesmos valores e que raramente são apontados, como, por exemplo, Alberto Kenya Fujimori, no Peru.

¹⁸⁷Ver na íntegra: CALHEIROS, Renan. Texto do tweet. Brasília-DF, 11:17 AM . 26 de maio de 2022. Twitter for iPhone . @renancalheiros. Disponível em: <https://twitter.com/renancalheiros/status/1529828979791867904?ref_src=twsrc%5Etfw>.

¹⁸⁸ Para Guy Debord (1997), a sociedade que se baseia na indústria moderna não é fortuita ou superficialmente espetacular, ela é fundamentalmente *espetaculoísta*. No espetáculo, imagem da economia reinante, o fim não é nada, o desenrolar é tudo. O espetáculo não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo (p. 17).

antipolítica constitui uma negação de atributos como a negociação ou a coalizão. Ela se estabeleceu no Brasil a partir da suposta luta contra a corrupção

Assim, o afastamento e a rejeição à política e à "coisa pública" abre margem para o autoritarismo, em uma sociedade já marcada pelo afastamento das discussões públicas, por decorrência da relação para com o capitalismo da era neoliberal.

O Latinobarómetro das Américas indagou os brasileiros a respeito do acatamento de um governo não democrático na condição de resolução dos problemas; a tabela abaixo, dessa forma, demonstra as respostas em três momentos distintos.

Tabela 25 - Nível de concordância dos brasileiros com a afirmação "Não se importaria se um governo não democrático chegasse ao poder se pudesse resolver os problemas" (2001-2020)

Categorias	2001	2016	2020	Média
Completamente de acordo	42,10%	27,40%	27,00%	32,17%
Concorda	19,10%	31,50%	29,00%	26,53%
Discorda	9,80%	18,80%	14,40%	14,33%
Completamente em desacordo	29,00%	22,20%	29,60%	26,93%

Fonte: Latinobarómetro das Américas, 2022. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023.

A partir da média tirada entre as ondas de 2011, 2016 e 2020, é possível notar, na última coluna, que há, por um lado, uma preferência dos brasileiros em ter um governo autoritário desde que esse resolva os problemas do país (32,17%); em contrapartida, 26,93% rejeitam completamente a ideia de um governo autoritário. A relação da democracia e do autoritarismo está muito enraizada na cultura política latino-americana, pois a questão da democracia inclusive em seus limites puramente formal-liberais é assim a questão decisiva da vida brasileira, pelo seu "caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil, mesmo em seus breves períodos "democráticos" (Coutinho, 1979, p. 1).

Por outro lado, Mounk (2018) afirma que as recentes gerações não têm memória de regimes autoritários, logo são bem mais críticos em relação à democracia e seus valores. Assim como Runciman (2018) afirma que a "violência é uma atividade de jovens" (p. 37). Nesse sentido,

[...] o apoio ao Aurora Dourada vem, em grande parte, de jovens gregos alienados. Não se incomodam tanto com a associação do partido à era dos coronéis, porque não têm lembrança alguma e bem pouco conhecimento do que ocorreu na época. Mas os gregos mais velhos não esquecem. Foi um tempo de

violência e opressão. Deu errado e foi substituído por uma forma de política que trouxe paz e prosperidade. Qualquer um que tenha vivido os últimos cinquenta anos da história grega há de se recusar a abrir mão da democracia a essa altura. Ela pode vir tendo dificuldades para lidar com a crise atual. Em comparação com o que veio antes, porém, ainda parece uma boa aposta (2018, p. 38).

Tais ideias reiteram a tese dos jovens apoiarem líderes autocráticos.

A ascensão de Bolsonaro à presidência, o seu governo e o bolsonarismo foram associados à expressão do autoritarismo, na concepção de Carvalho e Araújo (2021, p. 152)

[...] este governo, forjado a partir do Golpe 2016, instaura, assim, um projeto autoritário, conservador, alicerçado pelo desmonte dos direitos sociais, pela desestruturação do Sistema de Seguridade Social no País, pela redefinição do orçamento público, com a implementação da Emenda Constitucional nº 95, que instituiu, de forma abrupta e arbitrária, o Novo Regime Fiscal (NRF) para a União, pelos próximos vinte anos. Em um contexto de aprofundamento da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil, a referida Emenda – originalmente, PEC 241/2016, denominada PEC da Morte – estabelece um teto de gastos para com as despesas primárias, destinadas a cada um dos poderes, limitando o crescimento anual dos gastos públicos à taxa de inflação de 2016 (BRASIL, 2016), colocando em questão a sustentação das políticas sociais, num processo de inflexão do financiamento público (Carvalho; Araujo, 2021).

O presidente atacou com constância, durante o seu governo, o STF, chegando até mesmo a pedir o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, sem qualquer base jurídica (Brandino; Galf, 2021); deslegitimou as eleições e atacou autoridades do TSE (Shalders, S2021), interferiu na Polícia Federal, para alcançar um benefício familiar (Chagas; Gimenes; Carvalho, 2020); defendia e defendeu o Golpe Civil-Militar de 1964 e ameaçou dar um golpe de Estado^{189 190}. Não só, promoveu ataques à Anvisa, quando no período de ações de combate à epidemia da Covid-19 (cf. Medeiros, 2022). Sua agressividade foi tamanha que, em determinada ocasião, Michel Temer, teve de intervir e ser mediador de contato telefônico entre Bolsonaro e Alexandre de Moraes¹⁹¹.

¹⁸⁹ Ver "Bolsonaro repete ameaça golpista e diz que 7 de Setembro será ultimato a ministros do STF". Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/bolsonaro-repete-ameaca-golpista-e-diz-que-7-de-setembro-sera-ultimato-a-ministros-do-stf.shtml>>. Acesso em 6 de outubro de 2022.

¹⁹⁰ "Presidente Bolsonaro defende golpe de 64 e Daniel Silveira e ataca ministros do STF". Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/presidente-bolsonaro-defende-golpe-de-64-e-daniel-silveira-e-ataca-ministros-do-stf/>>. Acesso em 6 de outubro de 2022.

¹⁹¹ "Temer intermediou contato telefônico entre Bolsonaro e Alexandre de Moraes" Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/09/temer-intermediou-contato-telefonico-entre-bolsonaro-e-alexandre-de-moraes.ghtml>>. Acesso em 31 de março de 2023.

5.6 Militarismo

O militarismo é uma ideologia e cultura presente na América Latina que frequentemente está ligado à pauta da segurança pública. Neste trabalho, define-se como segurança, nas palavras de Saín, apud Alvarez, 2006, como:

um conjunto de ações institucionais e sociais voltadas a resguardar e garantir plena e efetivamente as liberdades e direitos das pessoas, por meio da prevenção, repressão e investigação dos delitos, das infrações e dos atos que ameaçam a ordem pública.

O instituto World Values Survey questionou o brasileiros sobre a percepção de segurança em relação ao crime em sua própria casa, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 26 - Percepção de segurança na vizinhança no Brasil (2010-2022)

Frequência	2010-2014	2017-2022
Muito seguro	21%	09%
Bastante seguro	41%	34%
Não muito seguro	23%	29%
Nada seguro	14%	27%
Não sabe	-	01%
Não respondeu	-	-
N	1,486	1,762

Fonte: World Values Survey, 2022. Disponível em: <<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSOnline.jsp>>. Elaboração: o autor, 2023.

A partir da tabela acima, foi possível inferir que os indivíduos não se sentem seguros. As dificuldades dos setores de segurança pública em oferecer resposta satisfatória para as ocorrências de delitos fazem com que parte da sociedade adote posturas mais radicais e defenda políticas e práticas contrárias ao Estado de Direito, tais como as ações de limpeza social e porte e posse individual de armas.

Paralelamente a isso, no âmbito institucional, a bancada da bala logrou muitos feitos. Cabe aclarar que na 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados havia a Frente Parlamentar da Segurança Pública e já na 56ª Legislatura se identificou a Frente Parlamentar da Segurança Pública, popularmente conhecida como Bancada da Bala e do Armamento. Para Faganello (2015, p. 150-151),

[a] Bancada da Bala é a representante política de um conjunto de ideias e atitudes, que se fundamentam na percepção de que o contexto social está

marcado por uma crescente e constante insegurança e desordem pública radical". Nesse sentido, "concebe-se uma apreciação da autoridade policial como uma força portadora de uma autonomia radical, a exaltação das virtudes guerreiras do heroísmo da figura policial se conjugam com um discurso [securitário-autoritário] que entende a violência como ferramenta purificadora, legitimadora e resolutiva dos problemas sociais.

A violência legitima-se como expressão da ordem que, por sua vez, é uma pauta fundamental da direita e da extrema direita.

É comum a associação da crise democrática com a presença de militares no poder. A crise da democracia tradicionalmente é relacionada a tanques de guerra e usurpação do poder. Assim, os chamados períodos de crise da democracia são todos aqueles "[...] atravessados por guerras, revoluções, golpes de Estado, contrarrevoluções etc. Por vezes [...] podem demorar anos para terem suas contradições solucionadas, gerando um período significativo de instabilidade política" (Demier; Melo, 2018, p. 256).

Tabela 27 - Nível de aceitação social do domínio do sistema político brasileiro pelo exército (1994-2022)

Categorias	1994-1998	2005-2009	2010-2014	2017-2022
Muito bom	9%	7%	7%	10%
Bom	34%	27%	25%	27%
Muito ruim	28%	37%	35%	25%
Ruim	24%	25%	25%	21%
Sem resposta	-	2%	0%	2%
Não sei	5%	2%	8%	15%
(N)	1.143	1.500	1.486	1.762

Fonte: World Values Survey, 2022. Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>.

A partir da tabela acima, percebe-se que há índices relevantes nas categorias "muito bom" e "bastante bom", que cresceram timidamente; contudo, as categorias "bastante ruim" e "muito mal" também apresentaram números significativos, embora tenham apresentado decréscimo. Como compreender, então, a preferência pelo militarismo? Nas palavras de Feitosa (2019), encontra-se uma melhor explicação:

[...] sobre os militares, a experiência brasileira mostra que as Forças Armadas sempre tiveram o papel de intervir, ora a favor da Constituição, ora contra ela, e de tutelar nossa democracia. Tanto que antes mesmo do golpe de 64 já havia tentativas de golpear presidentes legitimamente eleitos a partir de 1945. "As Forças Armadas assumiram o poder com a missão de sufocar as demandas por igualdade, lidas como manifestações da interferência comunista", explica Miguel (2019, p. 42). Após um longo período autoritário, a abertura seria então

controlada por um lento e gradual processo de distensão política. É importante ressaltar que tal abertura não foi fruto da benevolência dos agentes da ditadura, e sim consequência da pressão social, interna e externa ao Brasil (Miguel, 2021, p. 1-2).

Tais dados corroboram com a tese de descontentamento da sociedade para com o regime democrático e as instituições; soma-se a isso, ainda, o contexto de crise econômica que intensifica a percepção negativa do desempenho das instituições colocando em questão a sua capacidade de lidar com as demandas sociais, de forma que parece compreensível e lógica a intervenção por parte de regime não democrático. Ressalta-se ainda que a desconfiança nas eleições foi alavancada abertamente de maneira muito incisiva por Jair Bolsonaro, desde as eleições de 2018¹⁹².

Tá na cara que querem fraudar. De novo. Geralmente quem está no poder faz as artimanhas, eu tô fazendo justamente o contrário. Eleições democráticas são aquelas que você confirma o seu voto [...] Não é possível um hacker mudar o voto do eleitor. A urna não tem acesso à internet e o invasor teria que ter acesso à urna. Mas esse equipamento é acompanhado integralmente pelas autoridades. É impossível mudar o resultado de um modo macro (Jair Bolsonaro, 29 de julho de 2021).

Em síntese, os números da tabela acima estão diretamente relacionados ao descontentamento popular ao entender que as instituições não atendem aos interesses da população e à insatisfação com no que diz respeito à corrupção (Abal Medina, 2002; Kinzo, 1999, 2004, 2005). Assim, parece ou é razoável se questionar: Como entender a preferência brasileira por um regime não democrático, embora se o considere importante? Percebe-se que há uma significativa confiança dos brasileiros nas Forças Armadas.

Tabela 28 - Nível de confiança do brasileiro nas Forças Armadas (1989-2022)

Categorias	1989-1993	1994-1998	2005-2009	2010-2014	2017-2022
Muita confiança	32%	30%	25%	20%	23%
Bastante	34%	40%	44%	39%	38%
Não muito	21%	14%	21%	19%	19%
Nenhum mesmo	12%	14%	9%	17%	16%
Não sei	0%	2%	0%	3%	4%
Sem resposta	-	-	-	-	-

Fonte: World Values Survey, 2022. Disponível em: <<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>>.

¹⁹² "Bolsonaro diz que provará que houve fraude na eleição de 2018". Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-provara-que-houve-fraude-na-eleicao-de-2018/>>. Acesso em 3 de abril de 2022.

Com a tabela 28, notam-se os expressivos números que se concentram nas escalas "bastante" e "muita confiança". Os dados reiteram a ideia de que os militares são bons gestores, portanto, aptos e capacitados para lidarem com a máquina estatal, vide a concepção equivocada do regime militar.

De acordo com Castro (2011), há uma relação entre a frustração com o regime democrático e o retorno à ditadura militar. Na literalidade do autor:

um apego à democracia formal e uma negação da democracia como conteúdo. [...] Assim, o desencanto com o presente se manifesta em uma nostalgia da ditadura, ou seja, a crença de que o passado era melhor. A noção de nostalgia parece ser mais adequada que a de saudade, porque implica um sentimento difuso de perda, mas que não necessariamente se converte em ação. (Castro, 2011, p. 88).

Além do aspecto saudosista, há uma associação equivocada entre o regime militar e o bom funcionamento das instituições públicas, bem-estar e ausência de corrupção. Tal regime é caracterizado por duas peculiaridades: desenvolvimentismo ligado à tecnoburocracia militar e à repressão política. Os militares saíram da presidência em 1985 com atuação contrária ao que pregavam, como eficiência, legitimidade da repressão política e ausência de corrupção (Avritzer, 2020).

Uma parte decisiva das empresas estatais que proliferam durante o período foi dirigida ou contou com militares em seus quadros dirigentes, mas nem por isso se tornaram eficientes. Pelo contrário, grandes projetos desenvolvimentistas com engajamento militar, como siderúrgicas, as hidrelétricas e as grandes construções na área de eletricidade, foram marcados por ineficiência e corrupção. De todo modo, a repressão política e as violações dos direitos humanos foram o ponto mais dramático da passagem dos militares pelo poder (2020, p. 34-35).

O ex-presidente se apropriou da pauta da *corrupção*¹⁹³ e reiterou sempre que possível a associação rasa entre Estado, corrupção e o Partido dos Trabalhadores (PT).

As eleições não estão ganhas. Nós temos que lutar até o último momento. Não podemos relaxar. Eu sei que tem gente que tem dificuldade para voltar, vai para o sacrifício, sai mais cedo de casa. Vamos votar. Vamos fazer valer a nossa vontade [...] O que está em jogo não é a democracia, não. O que está em jogo é a perpetuação dessa máquina podre que nos temos aí, que vive da corrupção, para tirar de vocês o atendimento médico, a educação, a segurança. É uma máquina podre que sobrevive, se retroalimenta da desgraça, da corrupção. O que está em jogo é a corrupção, são os grupos que não querem sair de lá porque vivem disso, vivem mamando nas tetas do estado", finalizou (por rede social em 27 de outubro de 2018).

¹⁹³ Sendo um dos seus principais temas com ligação constante com a esquerda, o Partidos dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Bolsonaro (que possuía uma carreira militar, sendo hoje reformado), desde quando ocupava o cargo de parlamentar¹⁹⁴, deixava evidente seu saudosismo à Ditadura Militar e a clara gratidão a torturadores, como Carlos Alberto Brilhante Ustra¹⁹⁵.

Durante a campanha eleitoral, não foi diferente, e promoveu discursos em defesa da posse de armas e,, no seu plano de governo foram apresentados oito pontos para "reduzir os homicídios, roubos, estupros e outros crimes", com foco em: Reformular o Estatuto do Desarmamento para garantir o direito do cidadão à própria legítima defesa, de seus familiares, de sua propriedade e à de terceiros. Enquanto presidente da República, seu governo foi sustentado pelo

[...] o Exército, seguido das igrejas evangélicas e dos ruralistas. Dada a natureza de seus objetivos, as Forças Armadas, em si, não constituem uma instituição ancorada em valores democráticos, como decorre de texto constitucional. Elas estão organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, figurando entre seus objetivos a garantia dos poderes constitucionais (Fausto, 2019, p. 109-110).

Chegou a militarizar os ministérios e à medida que a crise política ia crescendo, novas nomeações de militares aconteciam.

No início do governo Bolsonaro, outros militares já haviam sido empossados, a exemplo do general Augusto Heleno, para o Gabinete de Segurança Institucional (GSI); Marcos Pontes, para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); general Fernando Azevedo, para a Defesa (MD); capitão Wagner Rosário, para Controladoria Geral da União (CGU); Carlos Alberto Santos Cruz, para a Secretaria de Governo (SG); e Almirante Bento, para o Ministério de Minas e Energia (MME). Posteriormente, foram nomeados: o general Walter Souza Braga Netto, para a Casa Civil (CV); major Jorge Oliveira, para a Secretaria-Geral da Presidência (SGP); e Eduardo Pazuello, que assumiu o Ministério da Saúde (MS) e liderou o combate à covid-19 no Brasil.

Em 2020, o TCU identificou 6.157 militares em cargos civis no governo de Bolsonaro. Tal número significa mais do que o dobro em comparação ao governo de

¹⁹⁴ Discurso de Jair Bolsonaro (PP-RJ) na tribuna em 11/12/2008. "Eu louvo os militares que, em 1968, impuseram o AI-5 para conter o terror em nosso País [...] Mas eu louvo o AI-5 porque, pela segunda vez, colocou um freio naqueles da esquerda que pegavam em armas, seqüestravam, torturavam, assassinavam e praticavam atos de terror em nosso País." Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=316.2.53.O&nuQuarto=21&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:42&sgFaseSessao=BC&Data=11/12/2008&txApelido=JAIR%20BOLSONARO.%20PP-RJ>>. Acesso em 3 de abril de 2022.

¹⁹⁵ "Bolsonaro homenageia torturador em seu voto pelo impeachment". Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/04/bolsonaro-homenageia-torturador-em-seu-voto-pelo-impeachment-2649/>>. Acesso em 10 de abril de 2022.

Michel Temer¹⁹⁶; os militares, contudo, sempre estiveram presente em cargos-chave, conforme afirma Avritzer (2020)

A República no Brasil enfrenta, desde o seu início, um problema recorrente: a politização da corporação militar e as formas de tutela do sistema político estabelecidas pela corporação fardada. A reconstrução da legitimidade dos militares, que se operou após os anos 1990, foi reforçada pela abertura do bolsonarismo aos membros da corporação, o que recoloca o tema na agenda da política brasileira (2020, p. 33).

Para Martins Filho (2021), as Forças Armadas perderam paulatinamente o seu prestígio e legitimidade devido à sucessão de eventos do Ministério da Defesa^{197 198}. As condutas do ex-ministro da Saúde Pazuello, observadas e noticiadas pela mídia contribuíram para o desgaste interno e pela percepção de rejeição à imagem dos militares. Não por acaso, em dado momento, os militares tentaram se desvincular de Pazuello em decorrência da má gestão no Ministério da Saúde¹⁹⁹.

Ademais, o ex-presidente também teve posicionamento favorável à *militarização* das escolas²⁰⁰, chegando, em certos eventos, a afirmar que essa seria uma medida que auxiliaria no desenvolvimento dos alunos. Ao governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), Bolsonaro declara:

Temos aqui a presença física do nosso governador do DF, Ibaneis. Parabéns, governador, com essa proposta. Vi que alguns bairros tiveram votação e não aceitaram. Me desculpa, não tem que aceitar, não. Tem que impor (Em pronunciamento oficial, Bolsonaro, 05/09/2019).

Ressalta-se ainda que Jair Bolsonaro nunca reconheceu a Ditadura Militar Brasileira como ditadura ou um regime autoritário (Nicolau, 2020; Souza, 2021; Lynch, 2021), que pelo contrário, sempre o tratou como um regime exemplar a ser seguido,

[...] se não ser traidor é ser de direita, sou de extrema direita com muita honra. Tenho orgulho de dizer que defendo a ditadura militar. Na ditadura militar não

¹⁹⁶ "Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU". Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>>. Acesso em 6 de abril de 2022.

¹⁹⁷ Compra de leite condensado e chiclete. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/governo-justifica-leite-condensado-e-chicletes-potencial-energetico-e-higiene-bucal/>>. Acesso em 3 de abril de 2023.

¹⁹⁸ Compra de viagra e próteses penianas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/06/08/compra-de-viagra-e-proteses-penianas-pelas-forcas-armadas-atendeu-principios-da-administracao-publica-diz-ministro-da-defesa.ghtml>>. Acesso em 3 de abril de 2023.

¹⁹⁹ "Forças Armadas procuram se desvincular da atuação de Pazuello na saúde". Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/forcas-armadas-procuram-se-desvincular-da-atuacao-de-pazuello-na-saude/>>. Acesso em 9 de outubro de 2022.

²⁰⁰ Associado à liberação da posse de armas, violência contra a violência, disciplina

tinha essa patifaria que vemos hoje por aí: o servidor público era tratado com dignidade e não havia ninguém vendendo droga em porta de escola. A violência não estava dessa maneira, porque não existia essa covarde política de Direitos Humanos (Bolsonaro, 2003).

Neste mesmo sentido, há grande dificuldade em perceber a opressão do Regime Militar Brasileiro, segundo Solano (2018),

Um dos assuntos que a direita mais radicalizada sempre utiliza como retórica no debate sobre seus valores e fundamentos éticos é a reinterpretação da ditadura, fazendo a releitura de que na ditadura a vida era mais segura e disciplinada [...] ressignificação da ditadura num período saudoso em que o cidadão de bem era protegido pelo Estado e imperava a ordem e não a confusão (p. 5).

Assim, na última década, foram comuns movimentações sociais favoráveis à volta da Ditadura Militar Brasileira, implementação do AI-5, intervenção militar²⁰¹, convivência com tentativas de golpe e favoráveis a regimes militares.

É notório que uma das principais pautas de Bolsonaro se concentram nos militares e em suas demandas. Ainda enquanto Deputado Federal, e pertencente ao baixo clero da Câmara dos Deputados, manteve-se ideologicamente consistente.

ele [Jair Bolsonaro] se tornou porta-voz e líder de um movimento de retomada da defesa de posições conservadoras de direita que vários intelectuais encamparam e defenderam – Olavo de Carvalho, Rodrigo Constantino, Diego Mainardi, Reinaldo Azevedo – e com o qual parcela significativa da população se identifica (Rennó, 2022, p. 147).

Para Avritzer (2020), o Brasil possui um corpo militar atípico marcado pela confiança e pelo reconhecimento contrário ao que realmente foi o regime militar. Em suma, o governo Bolsonaro procurou favorecer os militares, bem como promoveu tensões entre os militares ativos e sua participação em movimentos políticos e ocupação de cargos civis.

Essa militarização do governo (cerca de um quarto dos ministérios) coaduna com a comunidade moral bolsonarista, que vê as Forças Armadas como encarnando a nação, acima das clivagens intestinas. Sua supremacia simbólica facultaria moderar conflitos e intervir nas crises. Joaquim Nabuco disse que o Exército, no início da República, seria sucedâneo do Poder Moderador do Império, pairando sobre os partidos. Tem sido também alternativa de governo ante a má gestão de políticos, desde os tempos de Nabuco. Deodoro da Fonseca inaugurou uma série de golpes de Estado e o regime republicano orientado por ela. A tese retornou com Castelo Branco, em 1964, abrindo infausta trilha, prolongada até o presidente que amava os cavalos (Alonso, 2019, p. 42).

²⁰¹ "Manifestantes pedem intervenção militar em SP e DF". Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/manifestantes-pedem-intervencao-militar-em-sp-e-df/>>. Acesso em 24 de novembro de 2022.

Esse grupo foi fundamental na busca de uma estabilidade política, mas também responsável pela provocação de tensões.

5.7 Populismo

No âmbito da ciência política, o populismo é um termo polissêmico, controverso e muito discutido devido à multiplicidade de compreensões. Nas palavras de Laclau (2005), tal compreensão sobre populismo parece fazer sentido:

[...] minha tentativa não é encontrar um referente verdadeiro para o populismo, mas o oposto: mostrar que o populismo não tem unidade referencial, pois ele não está definido por um fenômeno delimitado, mas por uma lógica cujos efeitos cortam vários fenômenos. Populismo é, simplesmente, uma forma de construir o político (p. XI).

Conforme a tabela 29 abaixo, é perceptível a amplitude da aplicabilidade do termo.

Tabela 29- Vertentes dos estudos sobre o populismo segundo Gidron e Bonikoski (2013)

	Definição de populismo	Unidade de análise	Métodos relevantes	Exemplos
Ideologia política	Um grupo de ideias inter-relacionadas sobre natureza da política e da sociedade	Partidos e líderes partidários	Análise qualitativa ou automática de texto	Mudde (2004, 2007), Mudde e Kaltwasser (2011)
Estilo político	Uma forma de construir demandas na política; características do discurso	Textos, discursos, manifestação pública sobre a política	Análise interpretativa de texto	Kazin (1998), Laclau (2005) e Panizza (2005)
Estratégia política	Uma forma de mobilização e organização	Partidos (com foco na estrutura), movimentos sociais, líderes	Análise histórico-comparativa, estudos de caso	Weyland (2001), Roberts (2010) e Jansen (2010)

Fonte: Gidron e Bonikowski (2013).

O populismo enquanto ideologia pode ser definido como a:

[...] ideologia que considera a sociedade como separada em dois grupos homogêneos e antagônicos, "as pessoas puras" *versus* "a elite corrupta" e que argumenta que a política deve ser uma expressão do "*volonté générale do povo*". Esta ideologia "centrada poderia ser facilmente combinada com outras

ideologias, incluindo comunismo, ecologismo, nacionalismo ou socialismo (Mudde, 2004: 543-544).

E, a partir de um referencial latino-americano,

[...] do ponto de vista ideológico, o populismo é de esquerda ou de direita. O populismo é de esquerda quando, orientado pelo imperativo de redução das desigualdades pelo recurso à revolução, descreve o "povo" como o conjunto de trabalhadores explorados por uma minoria de capitalistas, que dirigiriam o Estado conforme seus exclusivos interesses (Cyril-Lynch; Paschoeto-Cassimiro, 2021, p. 225).

Nesse aspecto, trata-se então de "um estilo de retórica que reflete princípios de primeira ordem sobre quem deve governar, alegando que o poder legítimo repousa no 'povo' e não nas elites" (Norris, Inglehart, 2019: 4).

O populismo consiste no antagonismo entre dois grupos, em que de um lado está o povo; do outro, a elite corrompida. A ruptura da política tradicional se mostra como uma característica fundamental do populismo, pois se constrói uma identidade popular, na qual se demanda a derrota política do outro, o qual é considerado como explorador da massa (Mudde, 2007, 2014, 2017; Panizza, 2009).

O populismo reacionário possui a característica de captura e ressignificação do termo "povo" que, por sua vez, passa a ser visto como um grupo homogêneo composto exclusivamente de "cristãos de bem", os quais seguem uma figura política carismática (Cyril-Lynch, Paschoeto-Cassimiro, 2021). Conseqüentemente, ignoram-se as diferenças culturais, sociais e de opinião. Nessa lógica, integra o povo apenas quem concorda com o falante (ainda que seja uma parcela minoritária da sociedade): "família tradicional", a protagonista de uma "guerra cultural" contra inimigos da pátria e das instituições.

Norris e Inglehart (2019, p. 66), definem o populismo como

rhetorical style of communications claiming that (i) the only legitimate democratic authority flows directly from the people, and (ii) established power-holders are deeply corrupt, and self-interested, betraying public trust. We argue that populist narratives can be reduced to these – and only these – twin components.

Os autores também conceituam o populismo como um estilo retórico elástico, no qual pode ser associado a valores autoritários e a valores libertários (Norris; Inglehart, 2019). Por conseguinte, não necessariamente, um líder populista é autoritário, assim como expõe Domingues (2019):

No geral, o "populismo" é agora o outro da democracia liberal, a *bête-noir* e o foco da ansiedade sobre a sustentabilidade da ordem liberal, um papel que o 'totalitarismo' desempenhou, mas que ao menos temporariamente, tem sido incapaz de exercer [...]. É claro que movimentos radicais de direita podem

assumir o controle, prejudicando profundamente o quadro da infra-estrutura liberal. Isso acontecerá não porque sejam populistas, mas porque estão próximos do fascismo ou de outras tendências autoritárias/autocráticas (p. 280).

A ascensão de um populista está diretamente relacionada a um contexto de fomento às teorias de conspiração nutridas pelos ganhadores. O líder populista é, por meio do discurso polarizador, colocado como o salvador da população. Contudo, a literatura não dá conta, em sua totalidade, do caso de Jair Bolsonaro, uma vez que esse foi populista somente em época eleitoral conseguindo canalizar as demandas e as insatisfações populares.

O populismo emerge quando as interpelações populares-democráticas são articuladas por alguma classe ou fração de classe contra o bloco de poder dominante, em uma situação de crise

[...] a neutralização política da possível oposição de novos grupos sociais através da cooptação de suas organizações políticas representativas ao bloco de poder. (...) Sua função ideológica básica consistia em absorver as contradições povo/bloco de poder dentro do sistema, evitando que as interpelações popular-democráticas se desarticulassem do discurso ideológico dominante (Laclau, 1979, p. 121).

Estou convencida de que nos próximos anos o eixo central do conflito político vai girar entre populismo de direita e populismo de esquerda, e é imprescindível que os setores progressistas entendam a importância de se envolverem nessa luta. Conceber um populismo de esquerda requer a necessidade de visualizar a política de maneira que se reconheça seu caráter guerrilheiro (partisano). Devemos descartar a perspectiva racionalista dominante no pensamento político liberal-democrático e reconhecer a importância dos afetos comuns (o que chamo de "paixões") na formação das identidades coletivas (Mouffe, 2017, p. 12).

Para Mouffe (2017), é fundamental se construir formas de mobilização e participação democrática, de modo a se realizar efetivamente o projeto emancipatório da democracia, principalmente, em um contexto em que a institucionalidade democrática passa por crise e por processos acentuados de oligarquização (Domingues, 2019); destruição da possibilidade de mobilização; de reivindicação do "demos" (Brown, 2015, 2019); e por perda de confiança do regime democrático e suas instituições (Mounk, 2018).

Com isso à vista, torna-se indispensável a construção de mínimas condições e bases igualitárias de participação. A exemplo da América Latina, esse construto é considerado difícil, já que foi construído com base nas classes sociais, atravessado pela desigualdade social e pela presença do neoliberalismo.

Cabe sublinhar ainda que embora o populismo seja bastante associado à vontade popular, o fenômeno, em alguns momentos, também assumiu expressões

antidemocráticas, como golpes de Estado (O'donnell, 2010; Laclau, 2005). Embora, o populismo não seja o inverso da democracia (Runciman, 2018):

O populismo não é, em consequência, expressão do atraso ideológico de uma classe dominada mas, ao contrário, uma expressão do momento em que o poder articulatório desta classe se impõe hegemonicamente sobre o resto da sociedade. Este é o primeiro movimento da dialética entre povo e classe: As classes não podem afirmar sua hegemonia sem articular o povo a seu discurso; e a forma específica desta articulação, no caso de uma classe que, para afirmar sua hegemonia, tem que entrar em confronto com o bloco de poder em seu conjunto, será o populismo (Laclau, 1979, p. 201).

Alguns exemplos de governos populistas na América Latina: Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954), Lázaro Cárdenas (1934-1940), José Maria Velasco Ibarra (1934-1935/1944-1947/1952-1956/1961 e 1968-1972), João Goulart (1961-1964), Juan Domingo Perón (1946-1955) e Victor Paz Estenssoro (1952-1956/1960-1964).

O populismo, na América Latina, está associado à prática negativa da política. Nas palavras de Jorge Ferreira, o termo surge antes como "imagem desmerecedora e negativa do adversário político, e somente depois como uma categoria explicativa de âmbito acadêmico" (Idem, 2001: 9).

Na concepção de Prado (1993), os estudos sobre o populismo latino-americano buscaram, mesmo em situações históricas distintas, estabelecer algumas características e associações comuns a todos os líderes e a movimentos motivados pela criação de um conceito abrangente que explicasse minimamente todas as realidades. "Temos assim estudos gerais sobre o populismo que procuram identificá-lo como uma situação histórica, típica da América Latina" (1993, p. 10).

Então, o populismo está presente em todo o espectro ideológico. Jair Bolsonaro (Brasil) e Hugo Chávez (Venezuela) são passíveis de comparação devido às suas características populistas e às trajetórias políticas.

Sempre dissemos que não existe salvador da pátria, mas graças à união do brasileiro temos a chance real de não virarmos a próxima Venezuela. Juntos, daremos o pontapé para fazermos do Brasil uma das mais respeitáveis potências mundiais (Jair Bolsonaro).

Hugo Chávez ascendeu ao poder, em meio à crise na Venezuela, após vencer as eleições presidenciais de 1998 e encerrou a Quarta República. O Chavismo surge como uma renovação política que buscava a revolução, nos termos do bolivarianismo. Então, o chavismo pode ser definido como:

[...] una confusa mezcla de nacionalismo militarista, caudillismo político (con añoranza del "gendarme necesario" de la mitología política venezolana), una

espécie de democratismo autocrático, una certa tendencia al socialismo e indigenismo y un evidente neo-populismo carismático, apoyado y alimentado por la realidad de un Estado rentista y superprotecto, como es el venezolano (Neira Fernández, 2006, p. 161).

No Brasil, entretanto, Jair Bolsonaro foi eleito presidente em um contexto de crise econômica (Almeida, 2019), política (Alonso, 2017; Tatagiba, 2018) e político-jurídica (Nobre, 2013; Singer, 2018; Lomongi, 2017): "[...] o movimento de massa reacionário se formou em 2015 na campanha pela deposição de Dilma Rousseff. De lá, saiu, após depuração, o movimento especificamente neofascista — o bolsonarismo" (Boito Jr., 2020, p. 111).

Apesar do rótulo renovador, apoiado pelo discurso antissistêmico e contra o "política do toma-lá-dá-cá", o bolsonarismo aceitou o apoio de líderes políticos do alto clero, como Ronaldo Caiado, Luciano Bivar e ACM Neto. Já o Chavismo chega ao poder com uma proposta oposta da prática transformativa, democrática e inovadora, na qual a revolução não plenamente foi concretizada.

Apesar dos passos dados, ainda não aconteceu uma revolução na Venezuela. Mas há alterações importantes. Na vida política, os avanços já foram descritos. No aspecto social, a elevação nos padrões de vida da população, bem como aumentos de salário e de geração de empregos são expressivos. Há um fortalecimento nítido do caráter público do Estado, em favor das minorias empobrecidas e de seu poder de intervenção na economia (Maringoni, 2009, p. 183).

Por outro lado, o bolsonarismo chega ao Poder Executivo com uma natureza antidemocrática

[...] é marcado por: reações culturais contrárias a avanços sociais progressistas em matérias relativas a direitos de gênero e LGBTQIA+; a defesa de políticas duras de combate ao crime e à corrupção; crítico a políticas sociais de reversão de desigualdades baseadas em ação afirmativa. Além disso, Bolsonaro promove uma clara junção dessas propostas a outras associadas à direita no Brasil e na América Latina, como a redução da presença do Estado na economia, sintetizadas na defesa das privatizações, e a ideia de que indivíduos são responsáveis por seu sucesso pessoal (Luna; Rovira-Kaltwasser, 2014, Rennó, 2022, p. 147).

A origem militar de Chávez e Bolsonaro e a defesa do armamento de civis feita por ambos também se mostram como um ponto de convergência entre os dois líderes políticos. Para Chávez, o uso de armas seria justificado por se estar em defesa da pátria contra golpes internos.

Dichoso el ciudadano que bajo el escudo de las armas de su mando convoca a la soberanía nacional para que ejerza su voluntad absoluta. Por mil pueblos, por mil caminos, durante miles de días recorriendo el país durante estos últimos casi

cinco años, yo repetí delante de muchísimos venezolanos esta frase pronunciada por nuestro Padre infinito, El Libertador: También delante de otro Congreso, el Congreso de la República Grande, el Congreso de Angostura de 1819, el Congreso de donde nació la Tercera Gran República, la del poder moral, la de la Gran Colombia, de la de unidad latinoamericana, caribenha, repetía yo mucho esa frase y en los últimos meses de la insólita campaña electora de 1998, porque fue insólita de verdad, dije inspirado por la certeza aquella de Walt Whitman cuando decía: seguro como la más segura de las certidumbres. (Chávez, 1999, s/p apud Scheidt, 2013).

Para Jair Bolsonaro, o uso de armas se justifica pelo direito de autodefesa e defesa da propriedade privada.

Não é porque eu sou militar, mas é que eu sempre gostei de armas, desde quando era garoto no interior de São Paulo. A arma de fogo representa a sua defesa, da tua família e também do próprio Estado. Eu sempre digo: 'povo armado jamais será escravizado'. Eu fui no meu limite por decretos e portarias. E esses decretos só não caíram no Supremo porque o ministro Kassio Nunes, por iniciativa própria, pediu vistas dos mesmos, caso contrário teríamos perdido [...] Antes, o criminoso escolhia a casa em que iria entrar. Agora, ele vai pensar 200 vezes, até porque essa ou aquela pessoa pode estar armada [...] Os agricultores passaram também a ter armas de fogo. Antigamente, o fazendeiro só podia andar com o armamento dentro da própria casa, mas agora ele pode andar pela propriedade a cavalo ou no carro (Jair Bolsonaro, 2022).

De forma geral, Hugo Chávez e Jair Bolsonaro se assemelham por apresentarem algum desprezo aos valores democráticos, pela truculência contra os adversários e pela defesa de um militarismo autoritário. Ambos os políticos defenderam o aumento de números de ministros do Supremo Tribunal Federal, por exemplo.

Por outro lado, há divergências, tendo em vista que é possível se fazer a afirmação de que o governo de Chávez representava um conjunto de ideias que tinham como objetivo a integração latino-americana, para além de tratados econômicos de um projeto orientado pela soberania nacional e pela distribuição justa de renda.

Em contrapartida, o governo de Jair Bolsonaro se caracterizou pelo populismo em época eleitoral (não no governo), pelo imperialismo em decorrência da constante influência e subordinação à política estadunidense de Donald Trump e Steve Bannon e pela destruição das instituições públicas e com fortes ajustes fiscais promovidos pelo capital financeiro planejado pelo ministro Paulo Guedes.

Assim, a diferença entre o populismo de Chávez e de Bolsonaro se encontra em seus ideais, enquanto o primeiro se enquadra, no campo da esquerda; o segundo, na direita. Então, no aspecto ideológico, é possível dizer-se que o populismo de direita

[...] pretende resistir ao avanço da igualdade social em nome de um culturalismo supostamente representativo do "povo verdadeiro", que justificaria a manutenção ou restauração de uma ordem caracterizada pela hierarquia no âmbito do trabalho

e da vida privada. Essa ideia reacionária de "restauração da ordem" organiza o mundo entre bons nacionalistas conservadores (o "povo") e maus cosmopolitas e progressistas (o "antipovo"), e prega uma cruzada apocalíptica da salvação de uma "civilização judaico cristã ocidental" entendida como coletividade de famílias organizadas em nações culturalmente definidas, mais ou menos independentes do Estado e amalgamadas pelo cristianismo (Cyril-Lynch; Paschoeto-Cassimiro, 2021).

Jair Bolsonaro apresenta elementos que o caracterizam como um típico populista de direita. Nas eleições de 2018, foi eleito com discurso apelativo baseado na oposição política do *mainstream* político; no radicalismo aos seus adversários; nas falas antidemocráticas, quando falou em dizimar seus pares políticos, e, por fim, pelo saudosismo à Ditadura Militar Brasileira.

Na campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro não moderou seu discurso [...] Após «a facada», "todos os candidatos passaram a orbitar em torno dos conteúdos apresentados pelo candidato [Jair Bolsonaro] o espectro ideológico brasileiro foi radicalizado desde a campanha das eleições de 2018, Jair Bolsonaro polarizou assimetricamente à direita o espectro político ideológico brasileiro valendo-se pelo discurso antipolítico, nacionalista, conservador e *anti-stablishment* (Souza, 2022, p. 163).

Bolsonaro se apresenta como brasileiro médio, pai de família, trabalhador, sem tempo, dinheiro ou paciência para os maneirismos dos cultos. Seu lazer é com a família e os amigos, ir à praia, ao shopping, ao futebol e, quem sabe, a Miami. Pessoa igual a milhões de outras. Esse éthos do homem comum não se ancora no carisma de líder excepcional. Ao contrário, se enraíza na representatividade (Alonso, 2019, p. 50).

Aberta defesa de soluções autoritárias e antidemocráticas (Avritzer; Rennó 2021). Assim, Lynch e Cassimiro (2021) definem Jair Bolsonaro como populista reacionário. A princípio, Jair Bolsonaro é colocado como populista de direita devido ao:

imperativo de preservação da ordem pelo recurso à autoridade, descreve o "povo" como um conjunto de empresários e famílias ameaçados em sua moral tradicional por um minoria de subversivos que atacam a propriedade privada e atentam contra os bons costumes" (Cyril-Lynch; Paschoeto-Cassimiro, 2021).

Por consequência, a defesa à ordem cultural tradicional e a ênfase nos atributos de masculinidade e virilidade (Lynch; Cassimiro, 2021), principalmente no âmbito familiar, são constantes em sua fala, como na comemoração da Independência Brasileira, no 7 de Setembro, em 2022, quando assim Bolsonaro disse: "Imbrochável, imbrochável, imbrochável, imbrochável, imbrochável". Não só:

"Tenho certeza, eu sou 'imbrochável', não vou sair de combate" (2018) [...] "Com todo respeito, na política, eu sou imbrochável" (2020) [...] "Fique tranquilo. Já falei que sou imorrível, imbrochável e também sou incomível" (2021).

De acordo com Bonácio (2012), o homem e a ideia de masculinidade estão passando por um processo de deslocamento — e crise — da identidade e papel de gênero devido a pós-modernidade (Bauman, 1998)²⁰² ocasionando a inversão de papéis de gênero. Se antes, a mulher era reduzida às categorias do sexo frágil, sentimental e da inferioridade ao homem; agora parece ter havido uma mudança de leitura quanto ao feminino; já o homem, por muito tempo, foi construído como o sexo forte, racional, frio e seguro de si e de sua identidade de macho.

Para Dunker (2022), o discurso hipersexual revela o indivíduo ameaçado por mudanças culturais, de forma que "o que Bolsonaro está oferecendo é um espetáculo de fazer a pessoa sentir o prazer do 'poder ser macho de novo'" (2022, p. 2). Castells (2018, p. 51) identificou o mesmo comportamento nos Estados Unidos.

Vários grupos étnicos e culturais (afro-americanos, latinos, chicanos, indígenas americanos, asiáticos de diferentes nações e etnias, mulheres, lésbicas, gays, transexuais e outros múltiplos conjuntos) têm afirmado sua identidade específica e lutado por seus direitos; De repente, os homens brancos perceberam que ninguém falava de suas identidades. E mais, que as outras identidades se definiam como contestadoras de identidades supostamente dominante: a identidade patriarcal do homem branco.

O homem de identidade masculina frágil está em crise, acuado diante a tantas mudanças, e sente-se vulnerável pela falta de estabilidade identitária, na qual manifesta seus sentimentos e suas angústias, de forma que o papel de “sexo frágil” lhe parece pertencer agora; a falsa ideia de guerra entre gêneros o obriga a reafirmar sua tradição viril.

Cabe destacar que os discursos de Jair Bolsonaro eram relativamente aceitos pelos brasileiros, ainda que fossem incoerentes com o cargo de presidente.

²⁰²A pós-modernidade oferece pluralidade de valores e, por consequência, se compõe numa mistura de diferentes estilos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta dissertação foi compreender a concepção de democracia para Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente brasileiro de extrema direita, bem como compreender a elasticidade da democracia, no Brasil, em relação aos discursos da extrema direita. Esta pesquisa procurou ainda verificar a aplicabilidade das teorias hegemônicas sobre a erosão contemporânea da democracia ao caso brasileiro.

É certo que as teorias hegemônicas sobre democracia não contemplam, em sua totalidade, o caso brasileiro, devido à desconsideração dos impactos e dos desdobramentos da colonização (ou encobrimento) da região latino-americana. Nesse sentido, foi primordial se evidenciarem alguns aspectos da cultura política latino-americana para se entenderem as bases da democracia brasileira, do mesmo modo que se recorre a teorias latino-americanas.

Cumprir pontuar que as Ciências Sociais latino-americanas são marcadas pela incorporação de conceitos, técnicas e teorias dos países do centro do sistema, entretanto, essas levam em consideração também os diversos fenômenos e condições sociais pelos quais nem a Europa nem os Estados Unidos não passam e passaram. A América Latina apresenta, portanto, uma produção teórica altamente rica, diversa e de cunho menos escolástico se for comparado a produção científica dos países do centro do sistema (Wallerstein, 1999). Com isso à vista, este trabalho buscou problematizar a literatura estrangeira com base na produção epistemológica dos países europeus e dos Estados Unidos.

Cabe destacar ainda que, para entender o governo de Jair Bolsonaro nos parâmetros clássicos do funcionamento da política e dos partidos políticos não se mostra significativamente efetivo porque seu modo de governar provocou intencionalmente a polarização política e a erosão das instituições democráticas.

O discurso de Jair Bolsonaro tem princípios antidemocráticos, *antiestablishment* e conservador embasado no revisionismo histórico de uma perspectiva da leitura positiva do Regime Civil-militar brasileiro. Constataram-se ainda que algumas

características do discurso de Jair Bolsonaro já estão demasiadamente presentes na cultura política brasileira, pois a democracia do Brasil se sustenta não pelos valores da cultura política, mas sim pela consolidação das instituições. No governo de Bolsonaro, tinha-se todos os requisitos normativos para um regime democrático. Em outras palavras, do ponto de vista normativo, as instituições públicas brasileiras operaram durante o governo Bolsonaro.

Do ponto de vista substantivo, entretanto, é observado uma fragilidade. Essa situação se configura como um "fascismo democrático" em que não há uma ruptura com as instituições, mas uma espécie de democracia limitada (Alain Badiou, 2018). Assim, Jair Messias Bolsonaro pode ser apontado como um exemplo antidemocrático, uma vez que com ele a democracia brasileira conviveu com o autoritarismo e o que está em consonância com a história das democracias latino-americanas, pois essa foi e é permeada por uma série de golpes de Estados e instabilidades políticas.

A retórica de Jair Bolsonaro, somada à gestão de seu governo e de seus ministros, leva a se entender que há uma provocação intencional para fragilizar a democracia brasileira, a qual, na perspectiva de muitos, ainda não se mostrou solidificada.

Cabe sublinhar também que Dilma Rousseff (PT) e Lula (PT) afirmam terem sofrido um golpe. E ambos os políticos não só deixaram as investigações tramitarem, sem qualquer interferência, como também respeitaram as regras do jogo democrático. Dilma Rousseff deixou o cargo de presidente da República, e Lula cumpriu até o fim a sua sentença no caso da Operação Lava Jato, mesmo que não concordasse com os processos sofridos.

Se por um lado, no que tange os indicadores da crise democrática contemporânea, os mais presentes nos discursos presidenciais de Jair Bolsonaro foram referentes ao *saudosismo ao militarismo*, à *polarização* e à *radicalização política*, os quais, por sua vez, são perspectivas antidemocráticas. Sublinha-se ainda que o primeiro indicador (*saudosismo ao militarismo*) é mais presente na América Latina do que na Europa e nos Estados Unidos. Além disso, o terceiro indicador (*estagnação econômica e aumento da desigualdade*) mais presente fez referência à estagnação econômica e à defesa do neoliberalismo.

Por outro lado, os indicadores relativos à globalização, terrorismo, imigração e à ameaça a identidades nacionais, como ainda os indicadores sobre calamidades ou

catástrofes repentinas, não estiveram presentes nos discursos presidenciais de Jair Bolsonaro. Nota-se que são preocupações oriundas da Europa e Estados Unidos.

Neste sentido, é possível dizer que existem alguns indicadores característicos do Brasil, sendo: saudosismo ao militarismo; bom relacionamento com outros poderes; limites do presidencialismo de coalizão; o paradoxo do combate à corrupção; e aproximação com a mídia.

Os indicadores comuns aos países do centro do sistema e da região latino-americana são: a estagnação econômica e o aumento da desigualdade; revolução tecnológica e as novas formas de comunicação; crise de legitimidade democrática; rejeição às regras do jogo democrático; próprio processo político; o desalinhamento partidário; limites das partidos políticos e da participação popular; e o novo papel do Poder Judiciário.

Ainda do ponto de vista substantivo, cabe pontuar também a aproximação política-ideológica de Jair Bolsonaro e Donald Trump. Governos latino-americanos à direita, ou mais conservadores, possuem a tendência de instrumentalizar a região latino-americana em vez de desenvolver um projeto próprio que atenda às necessidades do povo. Assim, desvirtuando a consciência social e autonomia política.

O legado do governo de Jair Bolsonaro se define, principalmente, como populista, imperialista, conservador, neoliberal, antiminorias e antipolítico, cujas características são muito distintas de uma democracia diversa e plural. Ademais, deixou ainda um governo de tensão, radicalização e polarização política.

Observou-se ainda que o projeto político de nação e de democracia de Bolsonaro se mostraram mais inclinado à implementação de um regime hierárquico-militar, conservador e antiminoritário, semelhante ao modelo que o Brasil teve na Ditadura Civil-militar, o qual ele acredita não ter sido autoritário.

Ao longo de seu governo Jair Bolsonaro não só provocou reiteradamente a fragilização das instituições públicas, assim como apresentou todos os marcadores característicos do conservadorismo e autoritarismo presentes na cultura política brasileira; Lula (PT), contudo, com um discurso mais conciliador, estadista, construtivista e de zelo pela democracia, reelegeu-se no segundo turno, com 50,83% dos votos válidos²⁰³. Dessa forma, construiu-se a narrativa de retomada da democracia.

²⁰³ "Lula é eleito novamente presidente da República do Brasil". Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/lula-e-eleito-novamente-presidente-da-republica-do-brasil>>. Acesso em 31 de outubro de 2022.

De forma breve, é possível concluir que a cultura política brasileira não sustenta a democracia em seus aspectos substantivos, isto é, em matéria-conteúdo, mas o faz em sua forma institucional, a exemplo das eleições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKKERMAN, Agnes, Andrej Zaslove, and Bram Spruyt. 2017. "'We the People' or 'We the Peoples'? A Comparison of Support for the Populist Radical Right and Populist Radical Left in the Netherlands." *Swiss Political Science Review* 23(4): 377-403.

ABAL MEDINA (h), Juan Manuel. *Elementos para una teoría contemporánea de los partidos políticos*. In: CAVAROZZI, Marcelo e ABAL MEDINA, Juan Manuel (h.). El asedio a la política. Los partidos latinoamericanos en la era neoliberal. Rosario: Homo Sapiens, 2002, p.33-54.

ALCÁNTARA, S., M. *Luces y sombras de la calidad de la democracia en América Latina*. Quórum, n. 22, 2009.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown, 1965.

ALONSO, A. "A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer". *Novos Estudos*, São Paulo, vol. 37, n.1, p. 49-58, jun. 2017.

ALONSO, A. *A comunidade moral bolsonarista em Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*, 2019.

ALTMAN, D., PÉREZ-LIÑAN, A. *Assessing the Quality of Democracy: Freedom, Competitiveness, and Participation in Eighteen Latin American Countries*. *Democratization*, v. 9, n. 2, 2002.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga. *Conteúdos ideológicos da nova direita no município de São Paulo: análise de surveys*. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 6, n. 2, p. 187-225, 2000.

A América em primeiro lugar: o discurso de Donald Trump. Grupo de Pesquisa Discurso in Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-america-em-primeiro-lugar-o-discurso-de-donald-trump/>>. Acesso em: 21/05/2022.

ANGELO, T e FAGUNDES, M. "Sem provas, Bolsonaro fala sobre fraude nas urnas; especialistas analisam". *Jornal Poder* 360. 29 de julho de 2021. Disponível em:

<<https://www.poder360.com.br/governo/sem-provas-bolsonaro-fala-sobre-fraude-nas-urnas-especialistas-analisam/>>. Acesso em: 26/05/2022.

ANTÓN-MELLÓN, Joan; HERNÁNDEZ-CARR, Aitor. «*El crecimiento electoral de la derecha populista en Europa: parámetros ideológicos y motivaciones sociales*», Política y Sociedad, 53 (1): 17-28. 2016.

ÁVILA, Carlos Federico. *Los límites de la participación política en Brasil: la calidad de la democracia en perspectiva*. IN: LUCCA, Juan Bautista et al. (Org.). Desafios democráticos latinoamericanos en perspectiva comparada. Rosário: Editora Universidad Nacional de Rosario, 2017.

AVRITZER, L.. **Impasses da Democracia no Brasil**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016, 153 pp.

AVRITZER, L.. **O Pêndulo da Democracia no Brasil**. 1. ed. , 2019. 203p.

AVRITZER, L.. **Política e Antipolítica: A Crise do Governo Bolsonaro**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020. v. 1. 64p.

AVRITZER, L.; RENNO, L. *The Pandemic and the Crisis of Democracy in Brazil*. Journal of Politics in Latin America, p.1866802X2110223, 5 jul. 2021.

ARENDT, Hannah. (1949). **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BABIRESKI, F. **A direita no Brasil, Chile e Uruguai: estudo dos programas e manifestos partidários**. Dissertação de mestrado em Ciência Política, no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, 2014.

BABIRESKI, F. **Os Impasses da Democracia no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. v. 1. 153p.

BABIRESKI, F. **Política e Antipolítica: A Crise do Governo Bolsonaro**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020. v. 1. 64p.

BALLESTRIN, Luciana.. **Pós-democracias no sul global e a melancólica desdemocratização no Brasil contemporâneo**. Democratization, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.

BALLESTRIN, Luciana.. **O Debate Pós-democrático no Século XXI**. REVISTA SUL-AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA, v. 4, n.2, p. 149-164, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824>.

BAQUERO, Marcelo. **Avaliando o potencial de fatores culturais na construção da democracia na América Latina: uma comparação entre 2005 e 2010**. Revista Debates, v. 6, p. 9-34, 2012.

BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 1998.

BARBOSA, Fernanda Bastos. **De herói a tirano: as interpretações do porfiriato entre os anos de 1902 e 1920**. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

BARBOSA, Rui. **O príncipe consorte. Queda do Império**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, t.I, p.214-215.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: 70, 1977.

BARREIROS, D. P. ; MIAGUTI, C. ; POTY, I. B. . **Capitalismo, Democracia e a Extrema-Direita: Uma Análise Comparativa Baseada No Duplo Movimento Polanyiano (1870-1945 / 1970-2020)**. REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA (UFRJ), v. 15, p. 300-336, 2021.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: Poder estrutural, contradição e ideologia**. REVISTA DE ECONOMIA CONTEMPORÂNEA, v. 21, p. 1-63, 2017.

BERNARDI, B. B.. **O sistema interamericano de direitos humanos e a justiça de transição no Peru**. Revista de Sociologia e Política (Online), v. 23, p. 43-68, 2015.

BERTONHA, João Fábio. **Plínio Salgado, o integralismo brasileiro e as suas relações com Portugal (1932-1975)**. Anál. Social, 2011, n.198, pp.65-87.

BEZERRA, C. de P., ALMEIDA, D. R. de, Gurza Lavalle, A. ., & Dowbor, M. W. (2022). **Desinstitucionalização e resiliência dos conselhos no governo Bolsonaro**. In SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4218> (Original work published 2022).

BICHARA. M.. **Uso do Twitter em campanhas eleitorais: um estudo de caso – 2019**. 60 f. Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

BILBAO, Francisco. *Iniciativa de la america idea de un congreso federal de las republicas*. Cuadernos de cultura latinoamericana. Coordinacion de humanidades. Centro de estudios latinoamericanos. Facultad de filosofia y letras. Union de Universidades de America Latina - UNAM. <http://hdl.handle.net/10391/2947> .

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1986.

Bohn, S. R. (2014). **Religião e Voto nas Eleições Presidenciais (2002-2010)**. Em Roberto Bonifácio, O Voto para presidente no Brasil (pp. 157-184). Curitiba: Íthala.

BOITO, ARMANDO. **Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo**. CRITICA MARXISTA (SÃO PAULO), v. 50, p. 111-119, 2020.

BONÁCIO, D. **Representações da masculinidade em crise: legados pós-modernos**. In TASSO, I., and NAVARRO, P., orgs. Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 231-258. ISBN 978-85-7628-583-0.

BONIFÁCIO, Robert; MOURA, Y. M. ; MADEIRA, G. B. . **Do baixo clero à Presidência da República: Explicando o voto em Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018**. REVISTA SAAP, v. 16, p. 261-288, 2022.

BONILLA-MOLINA, L.; EL TROUDI, Haiman. **Historia de la revolución Bolivariana**. Pequeña crónica 1940 - 2004. 2004. Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos20/revolucion-bolivariana/revolucionbolivariana.shtml>>.

BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E; CODATO, A.. **Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros**. <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2552>>.

"Bolsonaro promete 'varrer' PT para o 'lixo da história', após mais um caso de violência política". Revista EXTRA. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/eleicoes-2022/bolsonaro-promete-varrer-pt-para-lixo-da-historia-apos-mais-um-caso-de-violencia-politica-25570393.html>>. Acesso em 06 de novembro de 2022.

BORDIN, J. G. V. **Três décadas da nova direita radical na Europa Ocidental: uma revisão da literatura**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

BORON, Atilio A.. *Las ciencias sociales en la era neoliberal: entre la academia y el pensamiento crítico*. En publicación: Tareas no. 122. CELA, Centro de Estudios Latinoamericanos “Justo Arosemena”. Enero-Abril 2006. ISSN: 0494-7061 Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/panama/cela/tareas/tar122/03boron.pdf>>.

BORRI, Giovanna Teixeira; SILVA, Adriana Brito da; BRITES, Cristina Maria and OLIVEIRA, Eliane de Cássia Rosa. **A extrema-direita na atualidade**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2014, n.119, pp.407-445.

BOTELHO, João Carlos Amoroso; OKADO, LUCAS TOSHIAKI ARCHANGELO; BONIFÁCIO, ROBERT . **O declínio da democracia na América Latina: diagnóstico e fatores explicativos**. Revista de Estudios Sociales, v. 74, p. 41-57, 2020.

BRANCHES, Sérgio et. al. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: ed. Cia. Das Letras, 2019.

BRANDINO, G.; GALF, R. **Pedido de impeachment de Bolsonaro contra Moraes tem base jurídica?** Entenda. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24 ago. 2021. Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/pedido-de-impeachment-de-bolsonaro-contra-moraes-tem-base-juridicaentenda.shtml>>. Acesso em: 14 out. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A DEMOCRACIA NÃO ESTÁ MORRENDO: FOI O NEOLIBERALISMO QUE FRACASSOU**. Revista Lua Nova, São Paulo, 111: 51-79, 2020.

BROWN, Wendy.. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

BROWN, Wendy.. **E agora, que o neoliberalismo está em ruínas?** Outras palavras, 21 dez, 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/mercadosdemocracia/e-agora-que-o-neoliberalismo-esta-emruinas/>>.

BROWN, Wendy.. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.

BRUGNAGO, F.; CHAIA, V.. **A nova polarização política nas eleições de 2014: Radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook**. AURORA (PUCSP. ONLINE), v. 7, p. 99-129, 2014.

BUARQUE, D. **"Direita usa moralismo como arma desde antes da ditadura, diz historiador"**, site UOL, Blog do brasilianismo, 10 de março de 2019. Disponível em

<<https://brasilianismo.blogosfera.uol.com.br/2019/03/10/direita-usa-moralismo-como-arma-desde-antes-da-ditadura-diz-historiador/>>. Acesso em: 26 de maio de 2022.

CARVALHO, Alba M. Pinho de; ARAUJO, M. S. S. . **Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo.** Revista Katalysis, v. 24, p. 146-156, 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: A crise da democracia liberal.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 150 p.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, Esther, L. S. . **NECROPOLÍTICA E GOVERNO JAIR BOLSONARO: REPERCUSSÕES NA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA.** <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>, v. 24, p. 269-279, 2021.

CASTRO, H. C. O.; SANTOS, E. R. ; HOFFMANN, F. . **A democracia brasileira e seus inimigos.** Revista Katalysis, v. 24, p. 127-138, 2021.

CASSOTTA, Priscilla Leine. **Avaliando a atuação dos deputados evangélicos na Câmara dos Deputados: comportamento partidário ou religioso?.** Priscilla Leine Cassotta. -- São Carlos: UFSCar, 2016. 102p.

CAVALIERE, Ana Maria. **Anísio Teixeira e a educação integral.** Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 2010, vol.20, n.46, pp.249-259. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2010000200012>>.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Centrão. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centrao>> Acesso em: 11 jul. 2022.

CEPÊDA, V. **Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um balanço histórico.** Estudos Avançados, vol.26, n.75, pp. 77-90, 2012.

CHACON, V. (1985). **História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas.** Brasília, Editora da Universidade de Brasília, segunda edição.

CHAGAS-BASTOS, Fabrício H.. **Realinhamento político no Brasil: Jair Bolsonaro e o giro à direita.** rev.estud.soc. [online]. 2019, n.69, pp.92-100. ISSN 0123-885X. <https://doi.org/10.7440/res69.2019.08>.

CHAGURI, M.; AMARAL, O. E. *The social bases of Bolsonarism: an analysis of authoritarianism as politics*. Latin American Perspectives, 2021.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. "A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política". Insight Inteligência, v. 72, p. 24-41, 2016.

CHÁVEZ, Hugo. **Presentación del Mensaje Anual del Presidente a la Asamblea Nacional**. In: El golpe fascista contra Venezuela. Havana: Plaza, 2003.

CHÁVEZ, Hugo. **Discurso de toma de posesión**. 1999. Disponível em: <www.analitica.com/bitblibio/hchavez>.

CHAUÍ, M. **Democracia é conflito, não ordem**. Folha de S.Paulo São Paulo, 03 ago. 2003.

CHEIBUB, José Antonio. *Presidentialism, parliamentarism, and democracy*. Nova York: Cambridge University Press, 2007.

CODATO, A.; BOLOGNESI, B.; ROEDER, K. **A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador**. In: Cruz, S.; Kaysel, A.; Cotas, G. (orgs.). *Direita volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

COELHO, L. M. C. C.. **Concepções de educação integral na década de 30: Movimentos e seus discursos**. In: VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006. p. 2844-2856.

CONTRERA, F. ; MARIANO, K. L. P. ; MENEZES, Roberto Goulart. **Retórica da ameaça e securitização: a política migratória dos Estados Unidos na Administração Trump**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (IMPRESSO), v. 37, p. e3710802 2022, 2022.

COHN, A.. **As políticas de abate social no Brasil contemporâneo**. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, v. 109, p. 129-160, 2020.

COSTA, Cristina. **Sociologia Introdução à ciência da sociedade**. 4. ed. São Paulo - SP: Moderna, 2010.

COSTA, Cristina; BLANCO, Patrícia (Orgs.). **Liberdade de expressão: questões da atualidade**. São Paulo: ECA-USP, 2019. 222 p. E-book. Disponível em:

<https://repositorio.usp.br/directbitstream/b12fca99-a3c3-4896-8e07-5a5b8366554f/002975065.pdf>.

CROUCH, Colin , 2004 . **Pós-democracia**. Cambridge: Polity Press.

CUARESMA, C. J. and Oberdabernig, D.A. (2014) *Education and the transition to sustained democracy*. In: Department of economics working papers wuwp170, [online] Vienna: University of Economics and Business.

CUEVA, A. **Las democracias restringidas de América Latina: elementos para una reflexión crítica**. Quito: Planeta del Ecuador/Lettraviva, 1988.

CUEVA, Agustín. **El estado latinoamericano y las raíces estructurales del autoritarismo**. In: TINAJERO, Fernando (org.). Agustín Cueva: ensayos sociológicos y políticos. Série Pensamiento Político Ecuatoriano. Quito–Ecuador: Ministerio de Coordinación de la Política y GAD, 2012. p. 143-156

CUEVA, Agustín. **El desarrollo del capitalismo en América Latina y la cuestión del Estado**. In: BÁEZ, René; ROSERO, Andrés (org.). Autoritarismo y fascismo en América Latina. Série Cuadernos Políticos, n. 2. Quito–Ecuador: Centro de Pensamiento Crítico, 2013. p. 15-32.

CYRIL-LYNCH, Christian Edward; PASCHOETO-CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021)**. Aisthesis, Santiago, n. 70, p. 223-249, dic.2021. Disponible en <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-71812021000200223&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 23 nov. 2022. <http://dx.doi.org/10.7764/aisth.70.10>.

DIAMOND, L., MORLINO, L. (eds.) *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.

DIAS, Rodrigo Francisco. **Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil**. Temporalidades, v. 7, p. 249-274, 2015.

DINIZ, Dilma Castelo Branco. **O Conceito de América Latina: Uma Visão Francesa**. Caligrama. Belo Horizonte, n.12, 2007, p. 129-148.

DOMINGUES, José Maurício.. **Crise da república e possibilidades de futuro**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, p. 1747-1758, 2017.

DOMINGUES, José Maurício. *Critical theory and political modernity*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.

DOMÍNGUEZ, Jorge I. *Democratic Politics in Latin America and the Caribbean*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998.

DOS SANTOS, Theotonio. **TEORIA DA DEPENDÊNCIA - VOLUME 1: BALANÇO E PERSPECTIVAS**. 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2018. 320p.

DROLET, J-F. *American neoconservatism: the politics and culture of a reactionary idealism*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

DUARTE, A. M.. **Democracia em crise: biopolítica e governo neoliberal de populações**. EDUCAÇÃO E FILOSOFIA (ONLINE), v. 33, p. 527-562, 2020.

DUARTE, A. M.; CESAR, M. R. A. . **Negação da política e negacionismo como política: pandemia e democracia**. EDUCAÇÃO E REALIDADE, v. 45, p. 1-22, 2020.

DULCI, T. M. S.. **Conferências Pan-Americanas (1889-1928): a questão das identidades**. In: VIII Encontro da ANPHLAC, 2008, Vitória - ES. Anais Eletônicos do VIII Encontro da ANPHLAC. Vitória - ES, 2008. v. 8.

DUSSEL, E. (1993). 1492: **O Encobrimento do Outro - A Origem do Mito da Modernidade**. Conferências de Frankfurt. Vozes Editora, Petrópolis-RJ.

EATWELL, Roger. GOODWIN, Matthew. **Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal**. Tradução de Alessandra Bonruquer. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

ELIAS, C. S. et al. **Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais**. SMAD: Revista Electrónica en Salud Mental, Alcohol y Drogas, v. 8, n. 1, p. 48-53, 2012.

"Em discurso, Bolsonaro defende ditadores militares e deputados dos atos antidemocráticos". G1 globo. Seção Política, Brasília - DF. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/31/em-discurso-no-planalto-bolsonaro-defende-ditadores-militares-e-deputado-reu-por-atos-antidemocraticos.ghtml>>. Acesso em 11/07/2022.

ESPÍRITO SANTO, Paula do. **Sociologia política e eleitoral. Atitudes e comportamento eleitoral**. 3. ed. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2019.

ESTRADA, P. **Neogolpismo na América Latina: uma análise comparativa do Paraguai (2012) e do Brasil (2016)**. 2019. 168 p. Dissertação (Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

"Facebook e YouTube têm 48h para retirar do ar vídeos com inverdades sobre livro de educação sexual". Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/facebook-e-youtube-tem-48-horas-para-retirar-do-ar-videos-com-inverdades-sobre-livro-de-educacao-sexual>>. Acesso em 07 nov. 2022.

FEITOSA, C. . **Brasil, uma democracia em colapso (Resenha do livro 'O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016', de autoria de Luis Felipe Miguel)**. Caderno CRH (Online), v. 34, p. 1-6, 2021.

FERES JR., João. **"Introdução ao estudo de Latin America: A literatura de livros-texto"**. A história do conceito de "Latin America" nos Estados Unidos. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, Laís Mônica Reis. **Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em *O Imparcial: 1933-1937***. Salvador: EDUFBA, 2009.

FILGUEIRAS, Fernando; AVRITZER, L. . **Corrupção e controles democráticos no Brasil**. TEXTOS PARA DISCUSSÃO CEPAL/IPEA, v. 32, p. 1-40, 2011.

FINGUERUT, A.. **A Ascensão de Donald J. Trump e o embate ideológico nos EUA**. Mundo e Desenvolvimento, v. 1, p. 84-115, 2019.

FINGUERUT, ARIEL; OLIVEIRA, T. . **TRUMP E PUTIN SÃO OS DOIS LADOS DA MESMA MOEDA? AS TENDÊNCIAS AUTORITÁRIAS E POPULISTAS NOS ESTADOS UNIDOS E NA RÚSSIA CONTEMPORÂNEOS**. REVISTA TEMPO NO MUNDO, v. 4, p. 117-144, 2018.

FLEISCHER, David. **Os partidos políticos**. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: UNESP, 2007. p. 303-348.

FLIEGSTEIN, N. ***Rhétorique et réalités de la mondialisation***. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, n. 119, p. 36-47, 1997.

FOA, R. R., MOUNK, Y. 2016 . **"A desconexão democrática"**. Journal of Democracy 27 (3): 5 - 17 . <https://doi.org/10.1353/jod.2016.0049> Crossref, Google Scholar.

FOA, R. R., MOUNK, Y.. 2017 . "**Os Sinais da Desconsolidação**". Journal of Democracy 28 (1): 6 - 15 . <https://doi.org/10.1353/jod.2017.0000>.

FOA, Roberto; MOUNK, Yascha. *The danger of deconsolidation: the democratic disconnect*. Journal of democracy, Baltimore, v. 27, n. 3, p. 5-17, 2016. Disponível em: <<https://www.journalofdemocracy.org/wp-content/uploads/2016/07/FoaMounk-27-3.pdf>>.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALLEGO, E. S. *La bolsonarización de Brasil*. Documentos de Trabajo IELAT, Alcalá de Henares, n.121, abr. 2019.

GALLOIS, L.; SOUZA MOTA, G.; AUGUSTO LIRA NASCIMENTO, F. **A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NA EUROPA CENTRAL**. Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 10, n. 2, 3 mar. 2020. <<https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/100387>>.

GALVÃO, Luíza Lopes. **A nova direita brasileira chega ao Palácio do Planalto: uma análise do fenômeno e seus paralelos com a Alternative Right**. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

GIDDENS, A. **Para Além da esquerda e da Direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Unesp, 1996.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2006.

GIDE, C.; RIST, C. *Histoire des doctrines économiques: Depuis les physiocrates à nos jours 1926*. Paris : Librairie du recueil Sirey, 1926.

GIORDANO, V. "*Qué hay de nuevo en las "nuevas derechas"?*" Nueva Sociedad, n.º 254, p. 46-56, 2014. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/que-hay-de-nuevo-en-las-nuevas-derechas/>>. Acesso em 06 nov. 2022.

GOMES, José J. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597028126. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028126/>.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere Introdução ao estudo da filosofia**. A filosofia de Benedetto Croce. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2011.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. **Conferências Pan-Americanas**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

GUESS, Andrew; NAGLER, Jonathan; TUCKER, Joshua. *Less than you think: Prevalence and predictors of fake news dissemination on Facebook*. Science Advances, VOL. 5, NO.1. 2019. <<https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.aau4586>>.

HABERMAS, J. **Três modelos normativos de democracia**. In. Lua Nova, no 36, 1995.

HAINSWORTH, Paul. *The extreme right in Western Europe*. New York: Routledge, 2008.

HAWLEY, G. *Making sense of the alt-right*. New York: Columbia University Press, 2017.

HELD, David. **"Introdução"**. Em: Modelos de democracia. Tradução de María Hernández. Madrid: Alianza, Terceira Edição, 2007.

HERRERA, F. (1969). **Podemos ter um mercado comum latino-americano**. Seleções do Reader's Digest, 18.

HEYWOOD, A. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010a.

HUNTINGTON, Samuel. **A Terceira Onda: democratização no final do século XX**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

IANNI, O. (1988). **A questão nacional na América Latina**. Estudos Avançados, 2(1), 5-40. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8474>.

"Imbrochável? 'Discurso hipersexualizado de Bolsonaro é típico da masculinidade frágil', diz psicanalista". Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62795997>>. Acesso em 01 de nov 2023.

IGNAZI, Piero. *Extreme Right Parties in Western Europe*. New York: Oxford University Press. 2013.

IGNAZI, Piero. *The silent counter revolution: Hypotheses on the Emergence of Extreme Right-Wing Parties in Europe*. European Journal of Political Research, Vol. 22, Issue 1, Julho de 1992.

"Imprensa é o maior problema do Brasil, diz Bolsonaro a apoiadores" Site UOL, Seção Economia. 06 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2021/01/06/imprensa-e-o-maior-problema-d-o-brasil-diz-bolsonaro-a-apoiadores.htm>>. Acesso em 26 de maio de 2022.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, Mudança Cultural e Democracia: A sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.

JORGE, VLADIMYR LOMBARDO; FARIA, ALESSANDRA MAIA TERRA DE ; SILVA, MAYRA GOULART DA. **Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, v. s/v, p. 1-44, 2020.

JORGE, Vladimyr Lombardo; FARIA, A. M. T. ; FERREIRA, A. R. ; SILVA, M. G. . **Análise dos programas eleitorais dos candidatos a presidente em 2014: o posicionamento ideológico do PT e do PSDB**. Revista de Sociologia e Política, v. 26, p. 1-20, 2018.

JÚLIO NETO, G. A.. **Meios de comunicação e os atalhos na carreira política: Entendendo os outsiders a partir das eleições 2018**. In: V Seminário Comunicação e Territorialidades: comunicação, democracia e direitos humanos, 2020, Vitória/ES. Anais do V Seminário Comunicação e Territorialidades: comunicação, democracia e direitos humanos. Vitória/ES: Edufes, 2019. v. 1. p. 1-16.

KALIL, I. **Democracia Sitiada e Extremismo no Brasil: 18 meses de manifestações bolsonaristas**, 2021.

KINZO, Maria D'alva. *Partidos políticos y proceso decisorio democrático: el caso brasileño*. In: CAVAROZZI, Marcelo (org.). Hacia una matriz de gobierno en América Latina. Instituciones del Estado, la Sociedad Civil y el Mercado. Buenos Aires: Universidad Nacional de San Martín - BID, 1999.

KINZO, Maria D'alva. **Partidos, eleições e democracia no brasil pós-1985**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Viçosa, v.19, n.54, 2004, p.23-40.

KINZO, Maria D'alva. **Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 65-81. 2005.

KALWASSER, Cristóbal Rovira. (2014), "*La derecha en América Latina y su lucha contra la adversidad*". Nueva sociedad(254): 34.

KYMLICKA, Will. *Politics in the vernacular: nationalism, multiculturalism, citizenship*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

KLINGEMANN, H. D.; VOLKENS, A.; BARA, J.; BUDGE, I.; MCDONALD, M. *Mapping Policy Preferences II. Estimates for Parties, Electors, and Governments in Eastern Europe, the European Union and the OECD, 1990-2003*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LACERDA, Alan Daniel Freire. **O PT e a unidade partidária como problema**. Dados, v. 45, n. 1, p. 39-76, 2002.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo, Brasil: Três Estrelas, 2005. 383 p. ISBN 978-65339-19-3.

Latinobarómetro Corporation. 2020. "Análise Online". Latinobarometer Corporation, consultado em 03 de junho de 2022.

LEMONS, Renato. **A justiça militar e a implantação da ordem republicana no Brasil**. Revista Topoi, vol 13, n 24, jan – jun de 2012, p 60-72.

LENIN. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec, 1987.

LEVINE, D., MOLINA, J. E. *La calidad de la democracia en América Latina: una visión comparada*. América Latina Hoy, n. 45, 2009.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel (2018). **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar.

LINZ, J. J., STEPAN, A. **A transição e consolidação da democracia – a experiência do Sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LIPSET, S. M. (1959) *Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political*. The American Political Science Review, 53(1), pp. 69-105. DOI: 10.2307/1951731

LOTTA, GABRIELA SPANGHERO ; LIMA, IANA ALVES DE ; FERNANDEZ, Michelle ; SILVEIRA, MARIANA COSTA ; PEDOTE, JOÃO ; GUARANHA, OLIVIA LANDI C. . **A resposta da burocracia ao contexto de retrocesso democrático: uma análise da atuação de servidores federais durante o Governo Bolsonaro**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, v. 1, p. e266094, 2023.

LÖWY, M. *Conservatism and far-right forces in Europe and Brazil*. (2015). Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

LUCINI, ANDREIA CRISTINA GUIMARÃES CANTUÁRIA ; KONAGESKI, LORENZO DOS SANTOS . **A influência dos bots na ascensão da extrema direita no Brasil, durante e após 2018**. Revista Sítio Novo, v. 5, p. 5-20, 2021.

LUKES, S. Epilogue: *the grand dichotomy of the twentieth century*. In: BALL, T.; BELLAMY, R. (eds.). The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Disponível em: <<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.508.1805&rep=rep1&type=pdf>>.

LUNA, J. P.; ROVIRA-KALTWASSER, C. *The right in contemporary Latin America: a framework for analysis*. In: *The resilience of the Latin American right*. S.l.: s.n., 2014. p.1-22.

LYNCH; CASSIMIRO, P. H. P. . **O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica do governo Bolsonaro (2018-2021)**. Aisthesis, v. 70, p. 223-249, 2022.

MACHADO MADEIRA, Rafael y da Silva Tarouco Gabriela (2010). **A "direita envergonhada" no Brasil: como partidos reinterpretem seus vínculos com o regime militar?**. V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

MADEIRA, R. M.; TAROUCO, G. da S. **Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual**, Revista Pós-Ciência Sociais, v.8, n.5, 2011, p.173.

MANIN, B., PRZEWORSKI, A. e STOKES, S. C. 2006. **Eleições e representação**. Lua Nova, São Paulo, 67: 105- 138.

MAINWARING, S., O'DONNELL, G., VALENZUELA, S. (eds.). *Issues in democratic consolidation: the new South-American Democracies in comparative perspective*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1992.

MAINWARING, S.; BRINKS, DANIEL; PÉREZ-LIÑÁN, ANÍBAL. **CLASSIFICANDO REGIMES POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA, 1945-1999**. DADOS — REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, RIO DE JANEIRO, VOL. 44, No 4, 2001, P. 645 A 687.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia de pesquisa**. 2008

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX**. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), São Paulo, p. 107-123, 2006.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1977, v.4, p.78.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: UNESP, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. 1977. *Estado y crisis en Brasil*. Cuadernos Políticos (13): 76-84.

MARINI, Ruy Mauro, SANTOS, Theotônio dos, CUEVA, Agustín. *La cuestión del fascismo en América Latina* in Cuadernos Políticos nº 18, octubre-diciembre, 1978, p.13-34.

MCCOY, J. *La polarización perjudica a la democracia y la sociedad*, 2019. DIÁLOGO EN SOCIEDADES POLARIZADAS, 2019.

MEDEIROS, T. Bolsonaro volta a atacar Anvisa: “**Virou outro poder no Brasil. É a dona da verdade**”. Correio Braziliense, [online], 06 jan. 2022. Brasil. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/01/4975751-bolsonaro-volta-a-atacar-a-nvisa-virou-outropoder-no-brasil-e-a-dona-da-verdade.htm>> . Acesso em: 14 out. 2022.

MENDES, A. N. ; MELO, M. A. ; CARNUT, L. . **Análise crítica sobre a implantação do novo modelo de alocação dos recursos federais para atenção primária à saúde: operacionalismo e improvisos**. CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA, v. 38, p. 1-14, 2022.

MESSEMBERG, D. **A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros**. Sociedade e Estado, v. 32, p. 621-648, 2017.

MEDRÁN, A. **No reino da pós-verdade, a irrelevância é o castigo**. UNO, São Paulo, n. 27, p. 33-35, 2017.

MIGNOLO, Walter. "A **colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**". In: Edgardo Lander. [Org.]. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Caracas: CLACSO, 2000.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. RBCS. Vol. 32, nº 94, junho/2017, p. 1-18.

MILANI, Carlos R. S.. **A importância das relações Brasil-Estados Unidos na política externa brasileira**. Boletim de Economia e Política Internacional, v. 6, p. 69-85, 2011.

MELLO, M. T. C. **A república e o sonho.** In: Republicanismo no Brasil do século XIX. *Varia história*. 27 (45). Jun 2011.

MIRANDA, J. V. S. **A atuação da Bancada da Bala na Câmara dos Deputados.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Belo Horizonte - MG, 2019.

MORAIS, A. R. A.. **O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade.** CADERNOS DE LINGUAGEM E SOCIEDADE, v. 20, p. 152-172, 2019.

MORLINO, Leonardo. 2019. *Cambios hacia la democracia. Actores, estructuras, procesos. México: Siglo XXI-UAQ-Concytec.*

MORLINO, Leonardo. *Democratic Establishments: a dimensional analysis.* In: BALOYRA, Enrique (Ed.). *Comparing New Democracies: transition and consolidation in Mediterranean Europe and Southern Cone.* Boulder, CO: Westview Press, 1987. p. 53-78.

MUDDE, Cas. *The populist zeitgeist.* Government and opposition, v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004.

MOUFFE, C. **Por um populismo de esquerda.** São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MOUFFE, C. **Sobre o político.** São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MOUFFE, C. **O regresso do político.** Lisboa: Gradiva, 1996.

MOUFFE, C.; LACLAU, E. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical.** São Paulo: Intermeios, 2015.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MONTE, L. A.. **AS FORÇAS ARMADAS NO CONTEXTO ELEITORAL BRASILEIRO UMA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NO ANO DE 2018.** CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, v. 47, p. 54-69, 2020.

MUNCK, Gerardo; MANTILLA, Sebastián (eds.). *La calidad de la democracia: perspectivas desde América Latina.* Quito: CELAEP y Fundación Hanns Seidel, 2013. 299 p.

NEGRI, Camilo. **A não consolidação de propostas de esquerda na democracia latino-americana: um estudo comparativo entre Brasil e Chile**. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

NEGRI, Camilo. **Restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia: uma análise sobre a não-consolidação de programas de governo de esquerda no Chile, Brasil e Uruguai**. 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

NEGRI, CAMILO; LEMOS IGREJA, REBECCA ; RODRIGUES PINTO, SIMONE . - *It happened in brazil too-: the radical right's capture of networks of hope*. CAHIERS DES AMÉRIQUES LATINES (PARIS), v. 1, p. 17-38, 2019.

NEGRI, Camilo, e Lucas Araújo Monte. 2018. **"O ESPECTRO IDEOLÓGICO LATINO-AMERICANO DIANTE DA ASCENSÃO DA DIREITA: Análise Das Propostas De Governo De Pedro Pablo Kuczynski"**. Abya-Yala: Revista Sobre Acesso à Justiça E Direitos Nas Américas 2 (3):231-45. <https://doi.org/10.26512/abyayala.v2i3.23517>.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. 1. ed. São Paulo: Zahar, 2020.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

O'DONNELL, Guillermo A, **Revisando la democracia delegativa**. Tiempo Laberinto, 2010, p.02-08.

O'DONNELL, G. SCHMITTER, P., WHITEHEAD, L. (eds.). *Transitions from authoritarian rule: prospects for democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

"O inimigo da nação não veste verde e amarelo, veste vermelho", diz Bolsonaro. A Gazeta, Brasil, Brasília 20 de abril de 2022. Disponível em <<https://www.agazeta.com.br/brasil/o-inimigo-da-nacao-nao-veste-verde-e-amarelo-veste-vermelho-diz-bolsonaro-0422>>. Acesso em 11/07/2022.

ORTELLADO, Pablo; MORETTO, M. ; ZEINE, L. . **Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião**. <https://doi.org/http://doi.org/10.1590/1807-0191202228162>, v. 28, p. 62-91, 2022.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PAIVA, M. J. G.; Lima, M. M. F. (Org.) ; PINHEIRO, V. P. (Org.) ; TEIXEIRA, F. J. S. (Org.) . **Capitalismo, Trabalho e Política Social**. 2. ed. , 2017.

PANIZZA. Francisco. *La marea rosa*. Análise de Conjuntura OPSA, Nº8. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006.

PARAMIO, Ludolfo. *Giro a la izquierda y regreso del populismo*. Nueva Sociedad, 2006. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/giro-a-la-izquierda-y-regreso-del-populismo/>>. Acesso em: 14 de setembro de 2022,

PATEMAN, Carole 1992. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PALLEY, Thomas. (2017), *“Trump’s Neocón Neoliberalism Camouflaged with AntiGlobalization Circus”*. Challenge, 60, 4: 368-374.

POWELL, G. B. *Extremist Parties and Political Turmoil: Two Puzzles*. American Journal of Political Science, v. 30, n. 2, 1986, p. 357–378.

PRZEWORSKI, Adam. 1989. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras

PRZEWORSKI, Adam. et al (1997). **"O que mantém as democracias?"**. Lua Nova, n. 40- 41, p. 113-135.

PRZEWORSKI, Adam. et al (2000). *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University Press.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e Mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

PRZEWORSKI, Adam. **A mecânica da instabilidade de regime na América Latina**. Artigos. Novos estud. - CEBRAP (100). Nov 2014. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000300003>.

QUADROS, M. P. R.; MADEIRA, R. M.. **Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil**. OPINIÃO PÚBLICA, v. 24, p. 486-522, 2018.

REIS DE SOUZA, J. R. (2022). **O CONSERVADORISMO NA AMÉRICA LATINA: ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE GOVERNO APRESENTADOS NAS ELEIÇÕES DA ARGENTINA DE 2011, 2015 E 2019**. Revista Textos Graduação, 8(1), 16–29. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/41734>

RENNÓ, L. *Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections*, 2020. Published by Cambridge University Press on behalf of the University of Miami.

RENNÓ, L.; AVRITZER, L.; CARVALHO, P. D. D. *Entrenching right-wing populism under covid-19: denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil*. Revista Brasileira de Ciência Política, n.36, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.36.247120>>.

RENNÓ, L.; CABELLO, A. **As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.25, p. 39-60, 2010.

ROCHA, C. (2018), **"Menos Marx, mais Mises": uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Theófilo Machado; BELLATO, C. . **A Crise da Democracia Liberal no Início do Século XXI: Duas Abordagens da Teoria Política**. AGENDA POLÍTICA, v. 9, p. 253-279, 2021.

ROITMAN ROSENMAN, Marcos. Capítulo IV. *La estructura social en el orden oligárquico*. En publicación: Pensar América Latina. El desarrollo de la sociología latinoamericana / Marcos Roitman Rosenmann. Buenos Aires: CLACSO, Abril 2008. -- ISBN 978-987-1183-86-9 Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/roitman/04Roit.pdf>>.

ROTHER, EDNA TEREZINHA. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta Paulista de Enfermagem, v. 20, p. v-vi, 2007.

RUEDIGER, Marco Aurelio. (2018), **A Semana nas Redes: 18/10/2018**. DAPP/FGV-Rio [Online]. Disponível em <https://observa2018.com.br/wp-content/uploads/2018/10/18-10-DappReport.pdf>

RUNCIMAN, David (2018). **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia.

RYDGREN, Jens. *The Sociology of the Radical Right*. Annual Review of Sociology, v. 33, n. 1, p. 241–262, 2007.

SANTOS, Ademir V. **Educação e fascismo no Brasil: a formação escolar da infância e o Estado Novo (1937-1945)**. Revista Portuguesa de Educação, 2012, 25(1), pp. 137-163.

SANTOS, F.; SZWAKO, J. **Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil**. v. 40, 2016.

SANTOS, Fabiano e TANSCHKEIT, Talita. 2019. "**Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil**". Colômbia Internacional (99): 151-189.

SANTOS JUNIOR, MARCELO ALVES DOS. **As Flutuações de Longo Prazo da Polarização no Brasil - Análise do Compartilhamento de Informações Políticas Entre 2011 e 2019**. DADOS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 66, p. 1, 2023.

SANTOS, S. M. C. ; PINTO, F. Roberto ; NIJDAM, Ebe P. G. . **Dominação Carismática em Max Weber: Bolsonaro na ótica weberiana**. Revista Debates Insubmissos, v. 4, p. 72-89, 2021.

SANTOS, T. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 2 v, 1994.

SARTORI, G. *¿Qué es la democracia?* México: Nueva Imagen [1993], 1997.

SCHEDLER, A. *What is democratic consolidation?* Journal of Democracy, v. 9, n. 2, p. 91-107, 1998.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos**. Qualit@s Revista Eletrônica, v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015.

SILVA, Eron Pacheco da. **A influência da Revolução Bolivariana na América do Sul: possíveis reflexos para o Brasil no campo militar do poder nacional**. Tese (Doutorado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Fabricio Pereira da. *Fin de la marea rosa y el neogolpismo en América Latina*. In: Gerónimo de Sierra. (Org.). Los progresismos en la encrucijada. 1ed. Montevideo: Universidad de la República - Facultad de Ciencias Sociales - Departamento de Sociología, 2017, v. 1, p. 79-98.

SILVA, S. A.. **Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente**. Revista Katalysis, v. 24, p. 119-126, 2021.

SINGER, André.. **O lulismo em crise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André.. **Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas**. Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.97, p.23-40, nov. 2013. Dossiê Mobilizações, Protestos e Revoluções.

SINGER, André.. **A reativação da direita no Brasil**, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.1664>

SINGER, André.. 2017. **Sobre a tirania: vinte lições do século XX para o presente**. São Paulo: Companhia das Letras.

SINGER, André.. **A segunda alma do partido dos trabalhadores**. Novos Estudos. CEBRAP, p. 89-111, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. and SMITH, Peter H. *Modern Latin America*. 3rd ed. New York, Oxford University Press, 1992.

SOLANO, E.. **Crise da democracia e extrema-direita no Brasil**. 2018. Friedrich Ebert Stiftung Brasil. Análise no 42/2018.

SOMERVILLE, Will & SUMPTION, Madeleine. (2009), *Immigration and the Labour Market: Theory, Evidence and Policy*. Washington, Migration Policy Institute.

SOPELSA, T. **ANÁLISE DE DISCURSO: O GOVERNO DONALD TRUMP E A SECURITIZAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NORTEAMERICANA**. (2018). Trabalho de conclusão de Curso do curso de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Taquari UNIVATES.

SOUZA, J. R.. **A(s) direita(s) brasileiras: uma breve análise dos programas de governo apresentados nas eleições presidenciais 2018**. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso). Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_vi_simposio/artigos_vi_simposio/GT6_ideologias/Pain%C3%A9is/v20_joao_G6.pdf. Acesso em 27 de maio de 2022.

SOUZA, J. R.. **A reconfiguração dos significados do espectro ideológico no primeiro ano de governo Bolsonaro**. REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, v. 12, p. 149-166, 2022.

SOUZA, JAMERSON MURILLO ANUNCIACÃO DE. **Edmund Burke e a gênese conservadorismo**. SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE, v. 01, p. 360-377, 2016.

SOUZA, Maria do Carmo C de. (1988). **A Nova República sobre a espada de Dâmocles**. In: Stepan, Alfred. Democratizando o Brasil. São Paulo, Paz e Terra.

STEGGER, Manfred. **A globalização**. Santa Maria da Feira: Quasi Edições, 2006.

STIVACHTIS, Yannis. (2008), "*International Migration and the Politics of Identity and Security*". *Journal of Humanities and Social Sciences*, 2, 1: 1-24.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático: Lições Adorno em Frankfurt**, 2012. Actual, 2013.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. **Partidos, Programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil**. *Revista de Sociologia e Política*, p. 149-165, 2013.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **Uma política para o continente - reinterpretando a Doutrina Monroe**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 57, p. 115-132, 2014.

TEIXEIRA, Ulisses Tavares. **Promoção de democracia e apoio aos governos autoritários pelos Estados Unidos: transições de regime e realinhamentos de política externa no Irã e no Egito**. 2016. 327 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TELLES, Helcimara de Souza. **Democracia de democratas insatisfeitos e a emergência dos Alternative Right (AR)**. *Em Debate*, v. 1, p. 25-32, 2018.

TELLES, Helcimara de Souza. **Corrupção, antipetismo e nova direita: Elementos da crise político-institucional**. *GV-executivo*, 14(2), 36-39, (2015).

TELLES, Helcimara de Souza. **A Direita Vai às Ruas: O antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno**. *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*, 19, 97-125.

"**Tem que impor**", diz Bolsonaro a Ibaneis sobre militarização das escolas. *Correio Braziliense*. Brasília, 05 de setembro de 2019, Seção Política. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/09/05/interna_politica.780922/tem-que-impor-diz-bolsonaro-a-ibaneis-sobre-militarizacao-das-escolas.shtml>. Acesso em 11/07/2022.

THERBORN, Göran. 1977. *The rule of capital and the rise of democracy*. *New Left Review*, n. 103, pp. 3-41.

TILLY, C. **Democracia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

TÔRRES, João Camillo de Oliveira. **A Democracia Coroada: Teoria política do Império do Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1964. Centro de Documentação e Informação Edições Câmara, Brasília - DF, 2017.

URBAN, M. *El viejo fascismo y la nueva derecha radical*. Barcelona: Sylone, 2014.

"Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre. Revista Exame., Publicado em 03/09/2018. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>>. Acesso em 26 de maio de 2022.

VIANNA, L. W. et al. **A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

VIEIRA, Rafaela. **O transformismo petista: considerações acerca das transformações históricas do Partido dos Trabalhadores no Brasil**. Memórias Revista digital de História y Arqueología desde el Caribe colombiano, p. 1-58, 2012.

VIOTTI DA COSTA, Emília. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. – 6. Ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

VITULLO, Gabriel E.; SILVA, Fabrício P. **O que a Ciência Política (não) tem a dizer sobre o Neogolpismo Latino-Americano?**. REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AS AMÉRICAS, v. 14, p. 27-66, 2020.

VITULLO, Gabriel E.. **Ascensão, auge e decadência do neoliberalismo na América Latina**. CADERNOS PET: ARTIGOS ACADÊMICOS, v. 5, p. 31-48, 2011.

VITULLO, Gabriel E.. **As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes**. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso), v. 12, p. 348-377.

WALLERSTEIN, I. (1974a). **O sistema mundial moderno**. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos.

WALLERSTEIN, I. **Análise dos sistemas mundiais**. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social Hoje. Sao Paulo: Ed. UNESP, 1999.

WEFFORT, FRANCISCO. **NOVAS DEMOCRACIAS, QUE DEMOCRACIAS?** REVISTA LUA NOVA, RIO DE JANEIRO, No 27, 1992.

WEINER, Myron. (1992), *"Security, Stability, and International Migration"*. International Security, 17, 3: 91-126.

WINTER, L. M.. **A concepção de Estado e de poder político em Maquiavel**. TEMPO DA CIÊNCIA (UNIOESTE), v. 13, p. 117-128, 2006.

ZUCCO, C. Esquerda, direita e governo. **A ideologia dos partidos políticos brasileiros.** In: Power, T.; _____. (Org.). O Congresso por Ele Mesmo: Autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ZUCCO, Cesar Jr; LAUDERDALE, Benjamin E.. *Distinguishing between influences on Brazilian legislative behavior.* Legislative Studies Quarterly, v. 36, n. 3, p. 363-396, 2011.